

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM N.º 201 **A**

Literatura Portuguesa N.º 12

ANTÔNIO AUGUSTO SOARES AMORA

MANUEL PIRES DE ALMEIDA
— *um crítico inédito de Camões*



São Paulo
1955

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: — Prof. Dr. Alípio Correia Neto

Vice-Reitor — Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

Diretor: — Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula

Vice-Diretor: — Prof. Dr. João Dias da Silveira

SECRETARIO

Lic.: — Odilon Nogueira de Mattos

CADEIRA DE LITERATURA PORTUGUESA

Professor: — Dr. Antônio Soares Amora

Assistente: — Dr. Segismundo Spina

Toda correspondência relativa ao
presente Boletim e as publicações em
permuta deverão ser dirigidas à

All correspondence relating to the
present Bulletin as well as exchange
publications should be addressed to

CADEIRA DE LITERATURA PORTUGUESA

Faculdade de Filosofia — Caixa Postal 8105 — São Paulo — Brasil

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS

BOLETIM N.º 201

Literatura Portuguesa N.º 12

ANTÔNIO AUGUSTO SOARES AMORA

MANUEL PIRES DE ALMEIDA
— *um crítico inédito de Camões*



São Paulo
1955

**SECÇÃO GRÁFICA da Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras da Universidade de São Paulo, *imprimiu***

As circunstâncias, bem anormais, em que se imprimiu êste trabalho, que pôde ter apenas duas provas tipográficas, determinaram, infelizmente, viesse a lume com várias gralhas. As principais, na parte do estudo critico, aqui se apontam. As do Apêndice, que lhe tiram o caráter de uma edição rigorosamente segura, mas não chegam a prejudicar-lhe o sentido, serão corrigidas em nova edição, já em preparo.

Onde se lê:

leia-se:

Pg. 8, linha 18: <i>Nascimento</i>	<i>Nascimento</i>
Pg. 9, nota 25: <i>Conde Ericeira</i>	<i>Conde da Ericeira</i>
Pg. 10, linha 12: <i>ubicados. (30)</i>	<i>ubicados. (30a)</i>
Pg. 10: falta-lhe a nota 30a.	(30a) V. Martinho da Fonseca. <i>Manuscritos da Casa de Cadaval</i> in Boletim da Sociedade de Bibliófilos Barbosa Machado, II pgs. 7-40, 73-81, Lisboa, 1915.
Pg. 27, linha 24: <i>que de Sá</i>	<i>que a de Sá</i>
Pg. 29, linha 5: <i>impecilhos</i>	<i>empecilhos</i>
Pg. 29, linha 18: <i>simplismente</i>	<i>simplesmente</i>
Pg. 30, linha 21: <i>perda de autonomia</i>	<i>perda da autonomia</i>
Pg. 31, linha 1: <i>filipes</i>	<i>Filipes</i>
Pg. 31, linha 23: <i>que conquistou e interessou</i>	<i>que conquistou.</i>
Pg. 31, linha 24: <i>acolhem</i>	<i>colhem</i>
Pg. 33, linha 5: <i>Chapelains</i>	<i>Chapelain</i>
Pg. 33, linha 7: <i>é a Itália</i>	<i>é à Itália</i>
Pg. 35, linha 40: <i>que tôda, se não quase tôda</i>	<i>que quase tôda, se não tôda</i>
Pg. 36, linha 18: <i>Apesar da</i>	<i>Apesar de a</i>
Pg. 36, linha 27: <i>no Ratio</i>	<i>na Ratio</i>
Pg. 37, linha 8: <i>energia (a invulgar</i>	<i>energia, a invulgar</i>
Pg. 37, linha 10: <i>docentes,</i>	<i>docentes.</i>
Pg. 37, linha 20: <i>dêste curriculum</i>	<i>dêsse curriculum</i>
Pg. 45, linha 18: <i>contêm</i>	<i>contêm</i>
Pg. 48, linha 11: <i>imitação uma ação</i>	<i>imitação de uma ação</i>
Pg. 49, linha 27: <i>Camões in- e correu</i>	<i>Camões incorreu</i>
Pg. 54, linha 7: <i>o episódio Ilhe</i>	<i>o episódio da Ilha</i>
Pg. 54, linha 12: <i>ignora</i>	<i>ignorava</i>
Pg. 54, linha 15: <i>defende</i>	<i>defendeu</i>
Pg. 55, linha 7: <i>de verdadeiros principes</i>	<i>nem sempre de verdadeiros principes</i>
Pg. 63, linha 5: <i>posição relêvo</i>	<i>posição de relêvo</i>
Pg. 63, linha 29: <i>de juízos criticos interpretativos e judicativos</i>	<i>de uma critica interpretativa e judicativa</i>
Pg. 65, linhas 17-18: <i>tanto, se não em alguns aspectos mais</i>	<i>tanta, se não em alguns aspectos maior</i>
Pg. 66, linha 29: <i>em ser malquerenças</i>	<i>em ser de malquerenças</i>
Pg. 74, linha 34: <i>quam</i>	<i>quem</i>
Pg. 79, linha 5: <i>essenciais;</i>	<i>essenciais:</i>
Pg. 80, linha 17: <i>esta</i>	<i>estava</i>
Pg. 85, Nota 173: <i>de Apologista</i>	<i>do Apologista</i>
Pg. 90, linha 10: <i>herarquia</i>	<i>hierarquia</i>
Pg. 90, linha 18: <i>imortal</i>	<i>imoral</i>
Pg. 90, linha 32: <i>dos contemporâneos</i>	<i>dos conterrâneos</i>
Pg. 90, linha 36: <i>denominando</i>	<i>dominando</i>
Pg. 91, linha 18: <i>estabelecera</i>	<i>estabelecerá</i>
Pg. 100, linha 35: <i>"verdades de seu</i>	<i>"verdades sem</i>
Pg. 107, linha 5: <i>Camões as guardava</i>	<i>Camões as guardou</i>
Pg. 190, linha 1: <i>Lisboa, 1916</i>	<i>Pôrto, 1916</i>
Pg. 191, linha 15: <i>Inocência, Francisco</i>	<i>Inocência Francisco</i>

P R E F Á C I O

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

Sou o primeiro a reconhecer que levantada a ponta do véu, desde a segunda metade do século XVII sobre a personalidade e a obra de Pires de Almeida, muito matéria de pronto se insinua à vista do investigador e se impõe ao exame minucioso, ao estudo e a conclusões importantes. Diante do espólio do licenciado, ao mesmo tempo tão apaixonado quanto exigente crítico de Camões, ficamos perplexos: por onde começar seu estudo? Pela polêmica em torno do episódio camoniano do Sonho de D. Manuel, polêmica registrada e irônicamente comentada por D. Francisco Manuel de Melo no *Hospital das Letras*, e mais tarde por Juromenha, e já em nosso século por Fidelino de Figueiredo e Teófilo Braga? Pelos comentários dos cinco primeiros cantos dos *Lusíadas* e de uma boa parte da *Lírica* do Poeta? Pela tradução "ilustrada" da *Poética* de Aristóteles, incontestavelmente boa, e significativa não apenas pela prioridade em língua portuguesa, mas também pelo que documenta do aristotelismo na cultura portuguesa do século XVII? Pelos tratados de Retórica e de Poética, importantes como depoimentos do inquieto crítico eborense sobre a estética literária seiscentista, marcada, de um lado pelas tendências cultistas e conceptistas, e de outro por um franco reacionarismo contra os abusos das duas tendências cada dia mais dominantes na poesia e na oratória sacra? Finalmente, começar o estudo da obra crítica do Licenciado por um dos seus primeiros trabalhos, *Exame de M. P. d'A. sobre o particular juízo, que fes M. S. de F. das partes, que ha de ter a epopeia, e de como Luis de Camões as guardou nos seus Lusíadas*, onde já se definem as direções fundamentais de seu espírito e de seu labor crítico? Pareceu-me êste o mais acertado caminho para um primeiro contacto com o exigente e quase sempre intransigente crítico dos críticos de sua época.

O Pires de Almeida que procuro fazer compreender não é, assim, todo o homem com tóda a sua obra. Isto seria impossível antes da publicação do seu espólio, com mais de 3.500 páginas de variada matéria, em grande parte redigida ainda em borrador. O Pires de Almeida que apresento, pela primeira vez com pormenores, é, portanto e por suficientes razões, apenas o crítico no começo de sua carreira, a se lançar com coragem e com um ímpeto polemístico tão característico de sua época, em defesa de uma crítica que idealiza e deseja erudita, sistemática, segura e imparcial em conclusões que fôsem quanto possível "verdades sem gênero de competência". E mais: um crítico que perante os apolo-gistas de Camões, a iniciarem com paixão o processo da glorificação do maior Poeta nacional, procura já indicar, para o julgamento do Épico

II

e do Lírico renascentista, cujo alto valor não se punha em dúvida, uma nova direção, de franca reação contra os arbítrios e os exageros nascidos da idolatria. Aqui, em resumo: um Pires de Almeida voltado para a defesa e a ilustração da crítica literária, e empós de uma nova crítica camoniana.

Que a discussão sôbre o crítico seiscentista, há três séculos quase ignorado, e sôbre os temas que procurei pôr em relêvo, importantes principalmente pelo que toca a Camões e aos *Lusiadas*, melhor me esclareça e me anime a continuar nesse difícil e perigoso trabalho de prospecção e investigação no campo da história da crítica literária portuguesa é minha esperança, e meu sincero desejo.

E não posso encerrar estas considerações, sem consignar aqui um agradecimento profundamente afetuoso a meu Mestre Fidelino de Figueiredo, que há mais de três lustros me orienta nesse mundo imenso da cultura portuguesa, e nesse difícil labor da investigação histórica e da crítica, e ainda agora, quando a saúde lhe falece e seu espírito se volta para mais altos temas, ainda me pôde conduzir no essencial dêste trabalho. Um agradecimento também muito devido e coroavelmente feito ao amigo, e ilustre médico português, Dr. Vasco Chichorro, a quem devo a autorização da Duqueza, e depois da ilustrada e bondosa Marquiza de Cadaval para trabalhar na preciosa biblioteca da Casa Ducal de Muge, e fotografar os manuscritos cujo estudo e publicação agora se iniciam. Agradecimentos à Marquiza de Cadaval, que tão fidalgamente me hospedou na sua mansão de Muge e me deu tôdas as facilidades de trabalho na biblioteca arrumada e conservada pelas suas próprias mãos, êsses agradecimentos, por todos os títulos devidos, já os fiz em ocasião própria, mas aqui os reitero e com muito prazer. Finalmente, ao Professor Doutor Costa Pimpão, Diretor do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra, e agora professor do Instituto de Estudos Portugueses de nossa Universidade, o meu reconhecimento pelo interesse com que leu êste trabalho antes de sua publicação e pelo que lhe sugeriu de retoques necessários.

I PARTE

INTRODUÇÃO

**O Licenciado Manuel Pires de Almeida:
biografia e obras.**

**A crítica portuguesa na época
do Licenciado.**

CAPÍTULO I

O LICENCIADO MANUEL PIRES DE ALMEIDA

Biografia

Filho de Fernão Pires e de Jerônima de Almeida, modesto casal, nasceu Manuel Pires de Almeida em Évora, no dia 6 de abril de 1597, “dia de Pascoa de flores”, expressão de um dos seus primeiros biógrafos. (1)

Em Évora, no Colégio do Espírito Santo, um dos mais célebres da Companhia, tirou o Curso de Letras, obtendo, por volta de 1615, o grau de Mestre em Artes. Em seguida, durante uns quatro anos, frequentou, com especial distinção, o Curso de Teologia da Universidade da mesma cidade, curso que deixou incompleto a fim de seguir para o estrangeiro, ocasião em que viaja a Itália e a França, e em que começa a estudar as línguas francesa e italiana, que veio a conhecer bem e de que, mais tarde, traduziu algumas obras. Regressando a Portugal, recebeu em Évora, por volta de 1620, ordens religiosas, ou, segundo sua expressão, o “hábito de São Pedro” (2).

Em Évora, então um dos principais centros intelectuais e universitários portugueses, esteve, segundo se apura de incidentais informações contidas em seus manuscritos, até 1629, ocupado, quero crer, sobretudo com o ensino particular; e nesse mister teve, como aluno, o futuro Conde de Atouguia, D. Jerônimo de Ataíde, mais tarde seu protetor. Em 1629 tomou parte nos trabalhos da Academia dos Ambientes, centro de disputas críticas e uma das mais antigas academias portuguesas, (3) de que participou também Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé, já

-
- (1) Quatro fontes serviram à elaboração desta biografia: João Soares de Brito, *Theatrum Lusitaniae Litterarium sive Bibliotheca Scriptorum omnium Lusitanorum*, Coimbra, 1655, Mss. B. N. Lisboa, F. G., 6915 Azul, fls. 367-368; João Franco Barreto, *Bibliotheca Lusitana. Autores Portuguezes...* Mss. casa de Cadaval, fls. 776-777; Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, Lisboa, 1741-1747-1759, 2.^a ed., Lisboa, 1930-1935, Tomo III, pgs. 338-339; finalmente, os manuscritos de Pires de Almeida, quatro volumes, conservados na Biblioteca da Casa de Cadaval, onde têm a seguinte cota: 1096-A, B, C e D.
- (2) v. Pires de Almeida, Mss. 1096-B, fls. 161.
- (3) Houve em Évora, na época de Pires de Almeida, pelo menos três academias literárias: *Academia Sertoria*, 1615; *Academia Eborensis*, 1620, cujos trabalhos se conservam na B. N. de Lisboa, F. G. Cod. 4515; e a *Academia dos Ambientes*, que segundo informação de Pires de Almeida foi um centro de debates em torno dos *Lusiadas*. Notícias destas academias se encontram em: Barbosa Machado, *Bibl. Lus.* III, 137-138; Leite de Vasconcelos, *Severim de Faria — Notas biográfico-literárias*, in Bo

então acatado erudito e conhecido bibliófilo e antiquário, dez anos mais tarde exigentemente criticado pelo Licenciado. (4) Na Academia ebo-
rense, ocupada sobretudo com “disputas” em torno da obra camonianã,
leu o *Juizo Critico sobre a Visam do Indo, e Ganges, rios da India a el
Rey Dom Manoel, representada nos Lusiadas de Luis de Camões em o
canto quarto*, (5) ponto de partida da polémica travada mais tarde
(1639) com João Soares de Brito, João Franco Barreto e, indiretamente,
com Faria e Sousa.

Em 1630 partiu novamente para Roma, (6) “ad visitanda limina
Apostolorum”, como diz Soares de Brito, (7) e onde, permanecendo
uns dois anos como “agente de negocios de D. Jozé de Mello”, (8) pôde
conhecer, até certo ponto na intimidade, o movimento crítico italiano, e
adquirir conhecimentos de teoria literária que o haveriam de distinguir
de seus conterrâneos, com os quais veio a andar em acesas disputas. De
volta a Évora, em 1632, (9) o mesmo Arcebispo, em paga de seus ser-
viços proveu-o no Priorado da “Igreja da Caridade, freguezia de Cam-
po”, da mesma cidade, “em a qual residio quazi hum anno, e os nove
meses doente em cama desconfiado dos medicos.” (10) Restabelecido,
obteve do mesmo protetor transferência para Beja, onde serviu cinco
anos na Tesouraria da Igreja de São João.

Em 1638, “persuadido de hum fidalgo amigo seu”, o Conde de Atou-
guia, de que fôra mestre de “letras humanas”, mudou-se para Lisboa,
onde viveu a fase mais fecunda de sua existência, “eruditiss, et Magna-
tibus acceptissimus” (11). Já em 1638 escreveu o *Exame de M.P.
d'A. sobre o particular juizo, que fes M. S. de F. das partes, que ha
de ter a Epopeia, e de como Luis de Camões as guardou nos seus Lusit-*

letim da IIa. Classe, Acad. das Ciências de Lisboa, pgs. 235 e sgs., Coimbra, 1915;
Memória adicional . . . , idem, pgs. 359 e sgs., Coimbra, 1918.

Sobre a Academia dos Ambientes informa Pires de Almeida: “Annos ha que na
Academia dos Ambientes, em Evora, patria do Licenciado Manoel Pires d’Almeida, se
praticou sobre a excellencia dos Lusiadas de Luis de Camões, Poema heroico; ouve
(sic) varios Discursos com admiraçam eruditos, entre os quaes se applaudio, em honra
da Patria, o de Manoel Severim de Faria, que mostrou observaçam da perfeita Epe-
peia; sahio tambem o Juizo Critico nascido de Opinião, de Porfia, e hua, e outra
unidas a doutrina Poetica, contradizendo cousas, que de voto do mesmo Manoel
Pires d’Almeida pervertera os preceitos de Aristoteles, e a pratica cuidadosa dos me-
lhores Poetas Gregos, Latinos, Italianos, Francezes, Espanhoés. Para mostra do in-
tento se oppos, como rayo, ao maes furioso, a Visam, em que appareceram o Indo,
e o Ganges, a el Rey Dom Manoel, e com pressa notou algus descuidos com a
penna, que oje dissimulara por ventura em parte, mas o empenho obriga a muito”;
in Mss. 1096-B, fls. 340. Pires de Almeida dá, intencionalmente, à referida infor-
mação um caráter bem impessoal, como se pode facilmente observar.

(4) É a peça estudada nesta tese. V. Apêndice.

(5) Pires de Almeida, Mss. 1096-B, fls. 215-232.

(6) Informa-o o próprio Pires de Almeida, Mss. 1096-A, fls. 617.

(7) Op. cit. in nota 1.

(8) D. José de Melo foi Arcebispo de Évora, de 1611 a 1633, ano em que morreu (v. Pd.
Francisco Fonseca, *Evora Gloriosa*, Roma, 1728, pgs. 304-309). Ao Arcebispo dedi-
cou Pires de Almeida um dos seus poucos poemas: *Hymno ao Illustrissimo Senhor meu,
o Senhor Dom Joseph de Mello, Arcebispo d’Évora*, Mss. 1096-A, fls. 288.

(9) Segundo nota em um de seus escritos: “em Evora anno 1632 mense Novemb. tradu-
zi este Dialogo de Fracastore...”, Mss. 1096-A, fls. 352.

(10) v. João Franco Barreto, op. cit. in nota 1.

(11) v. João Soares de Brito, op. cit. in nota 1.

das (12) e o *Exame sobre o Discurso Poetico de Manoel de Galle-
gos á Ulyssea, ou Lisboa edificada, Poema heroico do Doutor Gabriel
Pereyra de Castro*. (13) O ano de 1639 foi de intensa atividade lite-
rária: respondeu à crítica que lhe fizera Faria e Sousa: *Resposta a
Manoel de Faria, e Sousa ett. defendendo a Luis de Camões de alguns
descuidos, que lhe imputamos, no Sonho, que teve el Rey Manoel,
apparecendolhe o Indo, e o Ganges* (14); sobre o mesmo assunto man-
teve, diretamente com João Soares de Brito, indiretamente com João
Franco Barreto, até então seus amigos, ardida polémica, único episódio
de sua vida e único aspecto de sua obra várias vezes referidos e de certo
modo conhecidos (15); ainda nesse ano escreveu dois importantes en-

(12) v. Apêndice.

(13) Mss. 1096-A, fls. 296-310.

(14) Mss. 1096-B, fls. 233-240. Faria e Sousa conheceu as idéias de Pires de Almeida, sobre o episódio do Sonho de D. Manuel, por intermédio de informações que lhe deu o Licenciado João Pinto Ribeiro (conhecida figura do movimento da Restauração). Respondeu a Pires de Almeida, nos *Lusiadas de Luiz de Camoens*, Madrid, 1639, in comentários do tomo II, Canto IV, est. 67 e sgs. do t. IV, Ações, n.º 374. Pires de Almeida replicou imediatamente com a peça citada. A propósito das relações, ou das más relações, dos dois críticos de Camões, é preciso não esquecer que Pires de Almeida secundou D. Agostinho Manuel na denúncia que este apresentou aos Tribunais da Inquisição de Madri e de Lisboa, contra Faria e Sousa, em 1638, denúncia que visava impedir a publicação dos comentários do apaixonado camonista. Não faltaram vozes influentes na defesa de Faria e Sousa; e os comentários saíram em 1639. Sobre o assunto vejam-se: João Franco Barreto, *Informacion en favor de Manoel de Faria i Sousa*, Madrid, 1641; Visconde de Juromenha, *Obras de Luiz de Camões*, I, 331-334; Teófilo Braga, *Historia da Litteratura Portuguesa — Os Seiscentistas*, Porto, 1916, pgs. 416-418.

(15) São as seguintes as peças da célebre polémica dos camoistas contidas nos Mss. de Pires de Almeida: *Juizo Critico sobre a Visam do Indo, e Ganges, rios da India a el Rey Dom Manoel, representada nos Lusiadas de Luis de Camões em o canto quarto. Évora anno de 1629. Exercicio Poetico do Licenciado Manoel Pirez d'Almeida*, Mss. 1096-B, fls. 215-232. (discurso lido na Academia dos Ambientes, em Évora, em 1629; respondido dez anos depois por Faria e Sousa, informado de seu conteúdo por João Pinto Ribeiro; passado a limpo, por Pires de Almeida, em junho de 1639, como peça inicial da polémica); *Resposta a Manoel de Faria, e Sousa ett. defendendo a Luis de Camões de alguns descuidos, que lhe imputamos, no Sonho, que teve el Rey D. Manoel, apparecendolhe o Indo, e o Ganges. Exercicio Poetico do Ldo. Manoel Pirez d'Almeida*, Mss. 1096-B, fls. 233-240; *Resposta ao Juizo Critico do Ldo. Mel. Pi'z d'Almeida sobre a visam do Indo, e Ganges, representada nos Lusiadas de Luis de Camões cant. 4 da est. 67 ate 75. Por Joam Soarez de Brito*, Mss. 1096-B, fls. 241-262 v. (copiada na íntegra, por Pires de Almeida, em 3 de junho de 1639. Dois anos depois Soares de Brito refundiu, ampliou e imprimiu a sua resposta: *Apologia em que defende ... a Poesia do Principe dos Poetas d'Hespanha Luis de Camoens no Canto 4. da est. 67 à 75 & Cant. 2. est. 21 & responde as Censuras d'hum Critico d'estes tempos. Lisboa, Lourenço de Anveres, 1641*. E foi esta obra que permitiu a Fidelino de Figueiredo a reconstrução de uma parte da polémica: Fidelino de Figueiredo, *História da Critica Litteraria em Portugal*, 1.ª ed., Lisboa, pgs. 22-27 e 2.ª ed., Lisboa, 1916, pgs. 28-35 e Apêndice I; *Resposta ao intuito do Apologista*, Mss. 1096-B, fls. 265-339 (com cinco novas oposições de Pires de Almeida e cinco defenções de Soares de Brito, continua a polémica entre os dois críticos); *Replica Apologetica à resposta do Licenciado Joam Soares de Britto do livro da Visam do Indo, e Ganges escrita com a penna do author do mesmo juizo*, Mss. 1096-B, fls. 340-537 v. (nova resposta de Pires de Almeida a Soares de Brito, motivada pela publicação do volume *Apologia em que defende Joam Soares de Brito ...*; resposta escrita em meados de 1642, ano em que, finalmente, se encerrou a polémica, ficando Soares de Brito persuadido, como declara no fim de seu volume, impresso em 1641, de que Pires de Almeida ficara convencido das razões de seu Opositor, o que não é bem a verdade. Pires de Almeida, já em 1639, ao escrever os seus dois citados ensaios de apologia de Camões, procurara estudar também os títulos de valor do poeta, as suas excelências e a legitimidade de sua novidade, o que não significava estar convencido de ter errado completamente no *Juizo Critico* e na sua defesa através da polémica). Ao *Juizo Critico* de Pires de Almeida respondeu também João Franco Barreto, em 1639, de Coimbra: *Discurso apologetico sobre a Visão do Indo e Ganges no Canto IV dos Lusiadas por ...*, Mss.

saio sobre *Os Lusíadas*: *Resposta ao Juízo ordinario do Poema dos Lusíadas de Luis de Camões* (16) e *Discurso Apologetico, em que mostra serem assumto dos Lusíadas de Luis de Camões, as acções que os Reys, Principes, Capitães, e Illustres Varões Portuguezes obraram em Europa, Africa, e Asia* (17).

De 1642, ano de seu último trabalho em resposta aos apologistas de Camões (*Replica Apologetica á resposta do Licenciado Joam Soares de Britto*), a 1655, incompatibilizado com os contemporâneos, pela atitude que tomara em face da obra camoniana, em cuja glorificação e idolatria todos se empenhavam, antipatizado mas respeitado como erudito, sobretudo em matéria de teoria poética, — applicou-se à elaboração de suas obras de mais fôlego: *Poetica de Aristoteles. Traduzida e ilustrada* (18); *Eloquencia. Rhetorica e Poetica*, tratado de teoria literaria, em três tomos, em que trabalhou, segundo refere Soares de Brito, muitos anos (19); *Os Lusíadas de Luis de Camões*, comentário dos cinco primeiros cantos (20).

Em 1648 imprimiu dois poemas: *Soneto Francez, e Ode Castelhana ao Nascimento do Infante D. Pedro*. (21) Em 1655, deixando inédito o mais importante de sua obra, só agora em início de publicação, faleceu em Lisboa, “e foy levado aos Carmelitas descalços, ... como por testamto. deixou ordenado.” (22)

Obras

Em cinco lustros de atividade intelectual inegavelmente fecunda, Pires de Almeida conseguiu imprimir, como vimos, apenas uma obra, e no fim de contas bastante insignificante: *Soneto Francez, e Ode Castelhana ao Nascimento do Infante D. Pedro*. O mais, que justifica suficientemente todo o interesse que é de justiça lhe votem os historiadores

ainda hoje conservado na biblioteca da Quinta da Manisola, ao pé de Évora; publicado pela primeira vez, com muitos erros de leitura, por José Lopes de Mira, in *Anuario da Sociedade Nacional Camoniana do Porto*, 1881, pgs. 176-220; pela segunda vez, com fidelidade, por Francisco Barata, Évora, 1895.

(16) Mss. 1096-A, fls. 314-338.

(17) Mss. 1096-A, fls. 237-279.

(18) Mss. 1096-A, fls. 546-616.

(19) Mss. 1096-B, fls. 1-214.

(20) Mss. 1096-C, fls. 1-572.

(21) Obra citada apenas por Diogo Barbosa Machado, in *Bibl. Lus.*, III, 339; não logrei encontrá-la. No título referido por Barbosa Machado estão, depois da palavra Pedro, os seguintes dizeres: “*que depois foy Rey de Portugal*”, sem dúvida acrescentados pelo bibliógrafo, pois não fazem sentido se os pensarmos postos quando da edição da obra.

(22) v. João Franco Barreto, op. cit. in nota 1. Pires de Almeida foi sepultado ou na Igreja de N. Senhora dos Remédios, em Santos o Velho, ainda hoje bem conservada, ou no Convento ao seu lado, praticamente desaparecido no século XIX. No mesmo convento estava sepultado, desde 1633, em “soberbo sepulcro de marmore” (Fonseca, *Evora Gloriosa*, pg. 380), o antigo protetor de Pires de Almeida, D. José de Melo, que em 1625 fêz-se padroeiro do referido convento e o beneficiara de várias obras.

da crítica literária portuguesa, deixou em testamento, (23) a Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé de Évora, erudito, bibliófilo e antiquário famoso, dono de preciosa biblioteca, e amigo a cuja obra de apologia de Camões fizera, em 1638, reparos bastante exigentes, mas também bastante justos. (24)

Morto Severim de Faria, pouco depois de Pires de Almeida, no mesmo ano de 1655, os manuscritos do incompreendido e hoje quase ignorado camonista eborense continuaram na biblioteca Severina, então na posse de Gaspar Severim de Faria; com a venda e a dispersão da famosa biblioteca, os referidos manuscritos passaram, nos meados do século XVIII, à posse da Casa de Cadaval. (25) No comêço do século XIX, ao tempo do sexto Duque de Cadaval, D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo, a livraria ducal teve, quero crer, um conservador que manuseou os manuscritos de Pires de Almeida, e supôs estar entre os mesmos um autógrafo de Camões, o que indica com um apontamento, em uma cinta de papel, apontamento que iludiu Martinho da Fonseca, (26) e ainda a mim quando tomei o primeiro contacto com a obra do crítico seiscentista. Exilada com D. Miguel a Família de Cadaval, a livraria ducal ficou fechada e ao abandono, e portanto no esquecimento os escritos de Pires de Almeida.

Durante o século XIX, e ainda no século actual, tudo o que se disse dos mesmos fundava-se em informações fornecidas por João Soares de

- (23) Pires de Almeida, escreve João Franco Barreto, op. cit. in nota 1, "compos huma Arte poetica dividida em trez tomos, o pro. trata da versificatoria e poezia em comum. O segundo da lirica, tragica, e comica com os seus modos de representar e fabricar suas scenas. Fa. o terceiro da Epopeya, ou poema heroico na lingua portugueza em os quais trabalhou mtos. annoz."

"Varios juizos e discursos á differentes intentos literarios. Traduzio em Portuguez Piazza Universale, Theatry de Varili Cervelli; Sinagoga de ignorantia, obras italianas, e assim Priores devotes; Larmes de la Vierge, le voyage du ciel; obras francezas; e assim alguns himnos, e odes de Ronsardo. E nas mesmas linguas compos duas artes de Gramatica com que facilitou á mtos curiozos o trabalho de aprender, e fes outros mtos versos á varios assumptos. Trazia entre mãos huma paraphasi poetica de Aristoteles; e fes hum comento á Os Lusíadas de Luis de Camões á que acrescentou a vida do mesmo Poeta escrita com grde. curiozide, e industria; o qual comento deixou por testamto. pa. se por em a Biblioteca Severina, e o tem em seu poder o Secretario das MS Gaspar de Faria Severim, cujo po. Frco. de Faria esta provido no Chantredo de Evora, que foy de seus tios Mel. de Faria Severim, e Mel. Severim de Faria á os quais succedeo tambem na mesma Biblioteca e a viveza de engenho de que he dotado nos dá grandes esperanças do que o ha de ser tambem nas Letras, curioside. e virtude" (fls. 776.777).

- (24) E' a matéria desta tese. V. Apêndice.

- (25) Ainda em 1735, quando se elaborou o extracto da livraria do 2.º Duque de Cadaval, D. Jaime, (V. Bib. Nac. de Lisboa, F. G. Caixa 2) os manuscritos de Pires de Almeida ainda não haviam entrado para a mesma, embora então já aí houvesse muitas obras da biblioteca Severina, vendida e dispersada no século XVIII. Segundo Juro-menha, op. cit., I, 345, citando comunicação do Conde Ericeira à Academia de História, em 1724, as obras de Pires de Almeida estariam então na livraria do Conde de Vimieiro. Sobre Severim de Faria e alguma cousa sobre o destino de sua biblioteca V. J. Leite de Vasconcelos, op. cit. in nota 3. Sobre a formação da biblioteca da Casa de Cadaval, ao tempo do 1.º e do 2.º Duque, alguma cousa se encontra in Virginia Rau, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval e a Historiografia Luso-brasileira*, comunicação apresentada ao "II Colloquium Internacional de Estudos Luso-brasileiros". São Paulo, setembro de 1954.

- (26) V. Mss. 1096-C, fls. 573. V. Martinho da Fonseca, *Manuscritos da Casa de Cadaval*, in Boletim da Sociedade de Bibliófilos "Barbosa Machado", II, pgs. 7-40, 73-81, Lisboa, 1915.

Brito, João Franco Barreto, D. Francisco Manuel de Melo e Diogo Barbosa Machado (êste, já por sua vez, apoiado nos dois primeiros) (27): é o caso de Juromenha (28) e de Teófilo Braga (29).

Em 1910 Fidelino de Figueiredo (30), pela primeira vez, tenta reconstruir a polémica entre Pires de Almeida e João Soares de Brito, servindo-se apenas da obra dêste, pois continuava ignorado o paradeiro dos manuscritos do crítico eborense. Finalmente, em 1915, Martinho da Fonseca, encarregado pela Família de Cadaval, ainda no estrangeiro, de fazer um inventário do acervo de sua livraria, publicou-lhe pela primeira vez o catálogo, e neste revela a existência dos manuscritos há tanto ignorados, mais de uma vez referidos, e só então ubicados. (30) Em 1916 Fidelino de Figueiredo (31) chama a atenção da crítica para o achado de Martinho da Fonseca, mas infelizmente as circunstâncias não lhe permitiram a leitura e o estudo da obra do camonista do século XVII. Em 1950, a compreensão e a boa vontade da Duquesa e especialmente da Marquesa de Cadaval, Dona Olga di Robilant Álvares Pereira de Melo, possibilitaram-me fotografar, na Casa de Muge, êsses manuscritos, no seu caráter, incontestavelmente preciosos. (32)

Os manuscritos de Pires de Almeida conservam-se encadernados, possivelmente desde o século XVIII, em quatro volumes, dos quais três bastante grossos (1096A, 1096B, 1096C e 1096D, na atual catalogação). De modo geral em bom estado e ordem, salvo algumas fôlhas furadas pela tinta ou borradas pela transparência da mesma, e deslocadas de seu caderno; a costura é grosseira, por vêzes a entrar pelo texto; a numeração das fôlhas, com algumas falhas, foi feita recentemente. (33)

Os quatro volumes contêm, como se pode ver, variado e importante material para a história da crítica literária portuguesa:

-
- (27) V. op. cit. in nota 1. V. D. Francisco Manuel de Melo, *Hospital das letras*, in *Apológos Dialogaes*, Rio, 1920, pgs. 307-308.
(28) V. Visconde de Juromenha, *Obras de Luiz de Camões*, Lisboa, 1860-1869.
(29) V. Teófilo Braga, *Curso de Historia da Litteratura oPortuguesa*, Lisboa, 1885; *Historia da Litteratura Portuguesa, Os Seiscentistas*, Lisboa, 1916.
(30) V. *A Critica Litteraria em Portugal*, Lisboa, 1910.
(31) V. *Historia da Critica Litteraria em Portugal*, 2.^a ed. Lisboa, 1916.
(32) Espero ir publicando, na medida do possível, as peças mais importantes do espólio crítico de Pires de Almeida.
(33) Pelo Pd. Dr. Carlos da Silva Tarouca, S. J., um dos últimos conservadores da biblioteca da Casa de Cadaval em Muge, a quem devemos um bom inventário da mesma biblioteca (de que existe uma cópia datilografada na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, segunda informa a Prof. Dra. Virgínia Rau, in comunicação cit. in nota 25).

OBRAS DE MANOEL PIRES DE ALMEIDA

Manuscriptos da Livraria do Duque de Cadaval NB. Veja-se o n.º 154 que he outro Volume dos Lusíadas de Camoens comentados pelo mesmo Author etc. (34)

I.º Volume: 1096 — A

Testas. Viagem do Parnaso. Pintura, e Poezia. Rosa. Peregrinação. Contra os Cultos. Exame do Disc. Hero. do Cr' / Discurso Heroico do Critico /. Assumpto dos Lusíadas. Varias Acções. Disc. em favor da Politica de Dios. Hymno ao Arco. D. Joseph. Exame ao Juizo de Galle' / Gallegos /. Extractos, ou Recopilações de Varios Autores: De Fracastor. De Pinciano. De Nores. De Benio. De Tasso. Definiçam da Epopeica. De Bonamico. De Mazonio. Do Romanço. Do Dialogo de Carlos. Ligonio. Das lições de Agnolo Segni. Traduçam da Poetica de Aristoteles. Do Discurso ao Adonis. Discurso sobre o Poema Heroico. Homero defendido de Cantero. Argumento de Heliodoro. Da Tradução do Poetas. Definição da Poesia de Picolmineo. (35)

1 — Viagem do Parnaso

(Retrato da Poesia. Interpretaçam do Retrato da Poesia. Agoa Simbolo da eloquencia. Musas. Montes das Musas. Coroas dos Poetas. As aves ensinaram a Musica aos Poetas. ... Do que se significou pello Cisne, Abelha, e Cigarra. Que os Poetas se chamam Cisnes, Abelhas, Cigarras, Roixinois, e que seus poemas tem o mesmo nome. Da Musica do Cisne, do Roixinol, e da Cigarra. Da semelhança de comparaçam, que

- (34) Anotação de rosto feita, possivelmente, pelo conservador da livraria do 6.º Duque de Cadaval, no fim do século XVIII ou no começo do século XIX. E' da mesma pena, talvez, a nota, em cinta de papel, no fim do último volume, com os dizeres: "Autographo de Luis de Camoens" (nota sem nenhum fundamento).
- (35) Este sumário, feito pelo autor, da matéria contida no primeiro volume de suas obras, faz-nos supor que o mesmo autor deixou seus manuscritos suficientemente organizados para se porem, como dizem seus biógrafos, (V. nota 1) na biblioteca de Manuel Severim de Faria. Alguma desordem que apresentam hoje os manuscritos deve correr por conta das vicissitudes por que passou o autógrafo depois de morte do autor. Na transcrição dos títulos respeitei a ortografia do autor, salvo nos casos de til sobre "u" e "e" impossível na presente composição tipográfica; e por vêzes achei conveniente colocar entre colchetes o sentido das abreviaturas. De algumas obras, dado o seu interesse, sumariei o conteúdo, servindo-me dos títulos de capítulos, parágrafos e até tópicos.

ha entre o mel, e a Poesia, e entre a Abelha, e o Poeta. Da semelhança, q' ha entre o Cisne, e entre o Poeta. Que o Cisne, Cigarra, Roixinol tem necessidade de sustento para o Canto, e o Poeta para poetizar. Que os ruins poetas se comparam aos ganços, corvos, e gralhas. Da inimizade, que tem a Águia com o Cisne, e que o Poeta ama a paz. Que merces, e favores de Principes he o sustento de Poetas. Como a quietação de animo, a vida solitaria, e a mocidade sam necessarias ao Poeta). (36)

2 — Pintura, e Poesia. — Quaresma de 1633.

(Conveniencia entre a Poesia, e a Pintura. Pintura, Poesia muda; Poesia, Pintura que falla. Poetar, e Pintar he natural. Poetas Pintores. Pintores solicitam laurea: na Pintura, e na Poesia se requiere Arte, e Engenho. Exemplos de engenho, ou inclinação: Cousas em que concordã a Pintura, e a Poesia. Ventages que parece ter a Pintura á Poesia e as vessas. Da conformidade do nome Pintor, e Poeta, e da conveniencia da materia, e do fim. Nam se admite Poesia, nem Pintura lasciva. Contra a Poesia, e Pintura lasciva. Do amor, e afeição, que os Principes devem ter a Poesia, e a Pintura, e porq'. Para a Poesia, e a Pintura serem de proveito devem fazer eleição do melhor, e moverem seus artifices em si pro. os affectos, de cujo movimto. procede o dos animos alheos. Tratase do furor, e do engenho. Dos tres pés da Poesia, e da Pintura, e de suas definições; e das opinioes, que há acerca dos pés da Poesia. Das tres principais condições, que se requerem na pessoa do Pintor, e do Poeta, Sciencia. Experiencia. Deligencia. Que de huma pintura da mã divina nasceram os melhores poemas. Propoemse o tratado do mestre de Pintura, e de Poesia. Invençam dos Jeroglificos, seus escritores, seu fim, e como sendo escultura, ou Pintura, sam Poesia, e como delles nasceram Medalhas, Reveses, e Brazões. Que seja Enima, a que efeito se inventou, modos dos seus grifos; que seja grifo, e que signifique. Dos modos dos Enimas antigos, e modernos; e da differença que ha entre Enima, Parabolá, Proverbio, e Apologo. Que seja Empreza: das partes de que se forma, e da necessidade das mesmas. Das tres sortes de Emprezas, qual seja a legitima, qual sua Figura, qual sua clareza. Das condições, que se requiere a perfeita Empreza em suas Figuras, ou em seus corpos. Das qualidades do mote,

(36) fls. 4-49. Dadas as semelhanças materiais (papel, tinta e caligrafia) este ensaio teria sido escrito na altura do seguinte, isto é, por volta de 1633.

e de donde se deve tomar. Que huma mesma figura, e hum mesmo mote podem servir em diversas emprezas. Que seja emblema largo, e succintamente explicaçam de sua definiçam, e partes, seus preceitos, seus escritores, e seus titulos. Da confusam, que ha entre o Emblema, Empreza, Enima, Sentença, e Proverbio conforme a alguns: e da differença entre o Emblema, e Empreza, e da conveniencia do Revez das medalhas cõ o Emblema, e da differença do mesmo Revez cõ o Emblema). (37)

3 — A Rosa. (38)

Faculdade de Filosofia

4 — Peregrinação. (39)

Ciências e Letras

Biblioteca Central

5 — Discurso contra a Poesia dos Cultos.

(/ Introdução/ A locução, e suas condições. Lopo de Veiga no fim do Laurel de Apolo contra os Cultos. Contra os Cultos. porq' nã tem invençam, nem guardam religiam). (40)

6 — Exame de M.P.A. sobre o particular juizo que fes M.S. de F. das partes, que ha de ter a Epopeia, e de como Luis de Camões as guardou nos seus Lusiadas. Oposiçam ao discurso da Vida de Luis de Camões tocante ao juizo das partes da Epopeia e da observaça dellas no mesmo Camões. (41)

7 — Discurso Apologetico em que mostra ser o assumpto dos Lusiadas de Luiz de Camões as acções, que os Reys, Principes, Capitães, e Illustres varões Portugueses obraram em Europa, Africa, e Asia. Exercicio Poetico do Ldo. Manoel Pirez D'Almeida. (42)

8 — Discurso Panegyrico, e Apologetico sobre a Politica de Dios, governo de Christo, y Tirania de Satanas. Composta por Dom Frco.

(37) fls. 50-104. Escrito, conforme nota aposta no cabeçalho, na Quaresma de 1633, quando o autor estava em Évora. Importante para o estudo das idéias clássicas sobre a semelhança entre a Poesia e a Pintura.

(38) fls. 105-129. Dadas as semelhanças materiais, teria sido escrito na altura do anterior, isto é, por volta de 1633. As fls. 129-131 são um pequeno caderno de ligeiros apontamentos sobre Homero, deslocados de seu lugar.

(39) fls. 131v.-139. O autor, que por duas vezes deixou Portugal para viajar e estudar, expõe suas idéias sobre as vantagens culturais das viagens pelo estrangeiro.

(40) fls. 141-169. Importante ensaio para o estudo das idéias do autor, e indirectamente da crítica contemporânea, sobre o Cultismo. Há desordem na sequência das folhas, mas é fácil restabelecer a ordem do manuscrito.

(41) fls. 170-236. É a peça estudada nesta tese. V. Apêndice.

(42) fls. 237-279v. Ensaio escrito em 1639, em Lisboa.

de Quebedo, feito por mandado do Excellentissimo Senhor Dom Francisco de Mello, Marques de Ferreira, etc. (43)

9 — Hymno ao Illustrissimo Senhor meu, o Senhor Dom Joseph de Mello, Arcebispo D'Evora. (44)

10 — Exame sobre o Discurso Poetico de Manoel de Gallegos á Ullissea, ou Lisboa edificada, poema heroico do Doutor Gabriel Pereyra de Castro. Exercicio Poetico do Licenciado Manoel Pirez D'Almeida. Em Lisboa. Anno de 1638. (45)

11 — Resposta ao Juizo ordinario do Poema dos Lusíadas de Luis de Camões.

(Resposta ao Juizo que anda do Poema dos Lusíadas de Luis de Camões: em q' se mostra nam ter as perfeições, que lhe atribue, e ter outras conformes a sua Invençam, e a sua Materia. Exercicio Poetico do Licenciado Manoel Pirez d'Almeida). (46)

12 — Locução Poetica.

(/ Locução poetica /. Locução florida). (47)

13 — Sumario do Dialogo de Jeronimo Fracastore, intitulado Naugerio, ou da Poesia. Em Evora anno 1632 mense Novemb. traduzi este Dialogo de Fracastore do latim em portuguez. (48)

14 — Fragmentos, ou pedaços da Filosofia antiga Poetica de Pinciano. Da essencia, e causas da Poesia.

(/ Da essencia, e causa da Poesia /. De Pinciano no frag. 3. da Epist. 4. que trata das differenças dos Poemas). (49)

(43) fls. 280-286. O Marquês de Ferreira, D. Francisco Manuel, foi, quero crer, um dos protectores de Pires de Almeida. Ao mesmo Marquês, segundo informa Soares de Brito, (V. nota 1) dedicou Pires de Almeida um poema, das poucas cousas, segundo o mesmo biógrafo, publicadas pelo critico.

(44) fls. 288-295. Parece-me escrito immediatamente após a morte do Arcebispo, por tantos anos seu protector, portanto em 1633.

(45) fls. 296-310. Peça também importante para o estudo das atitudes e das idéias criticas do autor no que respeita à poesia épica.

(46) fls. 314-338v. E' resposta a Manuel de Faria e Sousa, escrita em Lisboa, em 1639, logo após a publicação dos *Lusíadas* comentados pelo conhecido camonista.

(47) fls. 340-348. Pequeno ensaio sobre o estilo poético.

(48) fls. 352-367.

(49) fls. 368-378.

- 15 — Jason de Nores. Principios das Poesias, que procedem da Arte, e dos Filósofos Moraes, e Civis. Resposta do Tasso. (50)
- 16 — Legitima definiçam de Poesia, de Benio. (51)
- 17 — Definiçam da Poesia, tirada do Tasso no disc. 1 do Poema heroico. (52)
- 18 — Definição da Epopeia, sua interpretaçam, e distincã de suas partes. Heroe, I, pessoa primaria da Epopeya, e suas condições, e particularidades, ppriedades. (53)
- 19 — Fragmentos dos discursos Poeticos de Francisco Bonamico.

(Discurso Primeiro. Dos Universaes da Poetica. Discurso segundo. Das partes essenciaes da Poesia. Discurso terceiro. Da imitaçam, e das suas pertenças. Discurso quarto. Da quantidade das Fabulas. Discurso quinto, que trata do verisimil. Discurso sexto, que discorre sobre a representaçam. Discurso setimo, em que se discorre sobre a Tragedia. Discurso oitavo, que trata das notas fora da Arte). (54)

- 20 — Sumario da introduçam, e defesa de Dante de Jacome Maçonio, em que se explica q' seja Poesia.

(Titulo. Como se distinguem as artes imitadoras, das que se não chamã imitadoras, e qual seja o Idolo, objeto da imitaçam). (55)

- 21 — Do Romanço, ou Livro de Batalha, e dos Livros de Cavalaria. (56)

(50) fls. 380-393.

(51) fls. 394-397.

(52) fls. 398-403. Escrito em Beja, em setembro de 1634.

(53) fls. 404-409. E' um ensaio original, escrito na altura da recompilação anterior, isto é, em 1634.

(54) fls. 413-449. Escrito Beja, na altura dos anteriores.

(55) fls. 451-522. Escrito também em Beja, em maio de 1634, segundo indicação do autor.

(56) fls. 524-529. Importante ensaio para o estudo das idéias críticas do autor, principalmente no que se refere a um gênero ainda bastante apreciado no seu tempo, e ainda no que diz respeito às semelhanças e às dissemelhanças entre a novela de cavalaria e a poesia épica. A êste propósito recorde-se que a novela exerceu sensível influência sobre o poema heróico renascentista, sobre Boiardo, Ariosto, Tasso e mesmo sobre Camões, como procura Pires de Almeida demonstrar no seu *Discurso Apologetico* (V. nota 42).

- 22 — Livro do Dialogo de Carlos Sigonio. (57)
23 — Recompilaçam das quatro lições de Anholo Senhi sobre as causas
pertencentes a Poetica.

(Da liçã primeira que he da imitaçam.
Da liçam segunda, que he de Fabu-
la). (58)

- 24 — Poetica de Aristoteles. Traduzida, e illustrada por o Licenciado
Manoel Pirez d'Almeida. (59).

- B5 — Do Discurso sobre o Adonis de Monseuer Capellone. (60)

- 26 — Discurso sobre o Poema Heroico

(q' cousa seja a Poesia. As differenças da Poesia. Grandêza, e antiguidade do Poema heroico, e porq' tem este nome. Deffiniçam da Epopea. Divisam da Epica. Q' cousa seja a fabula, o fundamento em q' se ha de fundar, a grandeza do Argumento. Episodios. Divisam da Fabula. Q' seja Agniçam. Q' seja Peripezia, e quantos modos della. Condiçoés da Fabula. Partes quantitativas da fabula. Q' seja Nó, e Soltura. Principio da Epica. As partes da Fabula. De quantas maneiras erra a Fabula. Q' seja Allegoria. Em q' convem a Epica com Tragica. Q' seja Trag. Pathetica. Q' morata. Q' composta. Das differenças dos poemas epicos. Argumento da Epica. Advertencias pa. a Epopea. Fim do poema. Divisam do poema conforme sua quantidade. Que seja Proposiçam, e como ha de ser. Q' seja Invocaçam. Q' seja

(57) fls. 530-533v.

(58) fls. 534-545v.

(59) fls. 546-616. E' dos mais importantes trabalhos de Pires de Almeida, pois é, no gênero, o primeiro em língua portuguesa. Abona suficientemente a autoridade do crítico seiscentista em matéria de poética aristotélica. A tradução, feita depois de 1640, não é do texto grego, mas de uma tradução latina de Heinsio, segundo refere Pires de Almeida.

(60) fls. 617-627. No cabeçalho da primeira fôlha vem a indicação da data: Dezembro de 1630, riscada pelo autor. Por notas postas a fls. 627, em que se referem obras aparecidas em 1639, é de se concluir que esta peça é do ano de 1639 ou pouco posterior.

Narraçam. Dos estilos, grandiloco, mediocre, infimo. O estilo como se faz grande. Pro. modo. Dos Tropos, e figuras. Segundo modo. Das palavras Compostas. Peregrinas. Methaforicas. Palavras ppias. pa. o Heroico. Como se formam os vocabulos. / Das vogais. / Das letras consoantes. Terceiro modo. Dos conceitos, dos conceitos graves, dos conceitos agudos. Das obscuridades, e do estilo deste tempo usado de algús poetas. Estilo difficuloso dos Cultos d'oje condenado por ... obscuridade boa. Obscuridade louvada. Obscuridade viciosa. Obscuridade allegorica, e prezada). (61)

27 — Argomento de Heliodoro

(/Argomento de Heliodoro / Para o juizo da histo. Ethiopica de Heliodoro). (62)

28 — Da Traduçã dos Poetas. (63)

29 — Definiçam da Poesia por Alexandre Piccolmineo no Prohemio. (64)

/Correções da Arte Poetica de Pires de Almeida/ (65)

/Anotações sôbre o episódio do Sonho de D. Manuel/ (66)

(61) fls. 629-335v. E' ensaio original. Importante para o estudo das idéias do autor sôbre a poesia épica.

(62) fls. 638-646.

(63) fls. 648-648v. Ensaio original, importante para o estudo das idéias do autor sôbre as normas da tradução, trabalho a que mais de uma vez se applicou, pois traduziu do italiano: *Piazza universale, Theatro di varii cervelli, Sinagoga di ignorantí*; do francês: *Prieres, devotes, Larmes de la Vierge e Le Voyage du Ciel* (segundo informação de Soares de Brito; V. nota 1).

(64) fls. 650-657v. Datado pelo autor: Beja, setembro de 1634.

(65) fls. 659-663. Cinco fôlhas, com correções feitas por um amigo, a pedido do autor, à parte da sua *Poética* referente ao teatro, e escrita em espanhol (V. ačiante nota 69).

(66) fls. 662v.-663. Duas fôlhas, como as anteriores, deslocadas. Deviam estar no volume seguinte, entre as peças da polémica sôbre o Sonho de D. Manuel.

I I.º Volume: 1096—B

Dos Manuscritos da Livraria do Duque de Cadaval. N.B. Veja-se o N.º154, que he outro Volume dos Lusiadas de Camões, Comentados pelo mesmo Author, etc. (67)

30 — Eloquencia. Rhetorica, e Poetica

(Eloquçam, ou Eloquencia. Exp. /Exposição/ Tropos de palavra: Metaphora. Metalepsis. Synecdoche. Metonymia. Antonomasia. Antiphrasis. Catachresis. Onomatopeya. Phrasis. Periphrasis. Emphasis. Segunda parte da Eloquçam — Tropos da Oraçam: Allegoria. Enigma. Ironia. Mimesis. Sarcasmo. Paromia. Dos Schemas: Divisam dos Schemas, ou figuras em tres modos. Das figuras de Palavras Figuras Rhetoricas da primeira ordem. Figuras Rhetoricas de entendimento da segunda ordem e modo. Figuras Rhetoricas de terceira ordem, e modo. Amplificações. Descrições. (68)

31 — Poeta. Regimento Poetico.

(Prologo: I. Toda a Arte ensina a maior perfeçam. II. Exemplos dos que a exercitaram. III. Divisam deste tratado Poetico: ... Faremos por principio mençam do Poeta, com algumas cousas, que maes lhe tocam, e logo de baixo de quatro propostas, incluiremos na Primeira as advertencias que deve ter antes de compór. Na segunda as que sera obrigado a guardar desde a eleiçam do sogeito, e materia que empre-

(67) V. nota 34.

(68) fls. 1-48, 63-64v. As fls. 49-58 contém notas relativas ao poema épico ou à tradução da *Poética* de Aristóteles; mais um caso de caderno deslocado. Tratado de Rhetórica não referido pelos biógrafos do autor.

ender poetizar, atee o estilo, e locuçam Poetica, em que se tratara da Invenção; da Fabula: do Verisimil, e Creivel, e Admiravel: do Necessario: e da Disposiçam. Na Terceira as obrigações que lhe convem ao tempo de compor. Na Quarta as de que Necessita despoes de ter composto) (69)

- 32 — Idea de la Fabula representativa, I, Arte de ponerla en tablado. O Fórma de la Tragedia, Comedia, Tragicomedia, ett. I, modo de representalas. Tomo Terceiro de la Poetica del Licenciado Manoel Pirez d'Almeida.

(Primeira parte. Trata da Poesia representativa en comun. Segunda parte del Terceiro Tomo de la Poetica de N. (?) contiene el Arte Tragica). (70)

- 33 — Modelo de la Epopeia, o imagem del Poema Eroico

(Introducion. Capitulo Primeiro. De la definicion, interpretacion, i partes de la Epopeia. Capitulo Segundo. De la authoridad de la Historia. Capitulo Terceiro. De la verdad de la Religion, tocase tambien en la licencia del fingir. Capitulo quarto. De la licencia del fingir en la Religion i de la qualidad de los tiempos. Capitulo quinto. De la grandeza de los sucessos. Capitulo sexto. De la cantidad, Principio, e fim de la materia de la Epopeia. Capitulo setimo. Del Tiempo, i lugar de la materia de la Epopeia. Capitulo o ... De

-
- (69) fls. 65-160v. Escrito depois de 1636, pois já refere a *Ulisséia* (fls. 147), publicada nesse ano. Deve ser a primeira parte de seu *Tratado de Poética*. Diogo Barbosa Machado, op. cit. nota 1, refere-se a esse tratado, indicando-lhe o seguinte conteúdo: "Arte Poetica dividida em 3 tomos, o 1. Trata da Versificatoria, e Poezia em commum. (E' a peça a que esta nota se refere). O 2. da Poezia Lyrica, Tragica, e Comica, com os modos de representar, e fabricar as Scenas. (E' a peça seguinte). O terceiro da Epopeya, ou Poema Heroico. 4. M.S." (E' a outra peça seguinte). A se identificar a presente peça como a primeira parte da *Arte Poética* do autor não sei explicar a razão por que está escrita em português, enquanto as demais, em espanhol.
- (70) fls. 161-191. No fim desta peça se devem supor as fôlhas referidas na nota 65. Da "Segunda parte del Terceiro Tomo..." vem apenas o título, o que nos faz supor que a obra ficou incompleta.

variedad de advertencias a la Epopeia
necessarias). (71)

- 34 — Juizo Critico sobre a Visam do Indo, e Ganges, rios da India a
el Rey Dom Manoel, representada nos Lusiadas de Luis de
Camões, em o canto quarto. Evora anno de 1629. Exercicio
Poetico do Licenciado Manoel Pirez d'Almeida. (72)
- 35 — Resposta a Manoel de Faria, e Sousa Ett. Defendendo a Luis
de Camões de alguns descuidos, que lhe imputamos, no sonho,
que teve el Rey D. Manoel, apparecendolhe o Indo, e o Ganges.
Exercicio Poetico do Ldo. Manoel Pirez d'Almeida. (73)
- 36 — Resposta ao juizo critico do Ldo. Mel. Piz' d'Almeida sobre
a Visam do Indo, e Ganges, representada nos Lusiadas de Luis de
Camões, Cant. 4 da est. 61. ate 75. Por Joam Soares de Brito.
(74)
- 37 — Resposta ao intuito do Apologista

(/Introdução/ Opposiçam primeira.
Prova ser furto o sonho tomado de Vir-
gilio porem a invençam ser propria do
Engenho do Poeta. Defensam primeira.
Justifica nam merecer nome de Furto
o tomarse a invençam do sonho a Ver-
gilio. Opposiçam segunda. Escreve ser
o tempo da Madrugada proprio dos so-
nhos verdadeiros, e ditos, e contradi-
zer-se Camões no d'el Rey D. Manoel,
poes nam guarda o uso de tal tempo.
Defensam segunda. Respondese ao fun-
damento, que leva consigo razões, e
exemplos em favor dos sonhos matuti-
nos, e mostrase como o nosso Poeta não

-
- (71) fls. 197-210. Importante para o estudo das idéias do autor sobre a poesia épica, tema de que tanto se ocupou.
- (72) fls. 215-232. Cópia feita pelo autor, em Lisboa, em junho de 1639, de seu discurso dito em 1629 na Academia dos Ambientes em Évora. Ao fazer a cópia acrescentou ao mesmo discurso um capítulo: *Do defeito da pintura do Ganges, e do Indo*. c. 5.º /Capítulo 5.º/. Na polémica com Soares de Brito defendeu as idéias expostas neste capítulo, com a peça: *Defensam do Apenso ao Juizo Critico*. . . (V. adiante).
- (73) fls. 233-240. Resposta, escrita em 1639, às restrições que Faria e Sousa, nos seus comentários aos *Lusiadas* (ed. 1639), fez às idéias do autor, contidas no *Juizo Critico*. Faria e Sousa, em Espanha, tomou conhecimento das idéias de Pires de Almeida sobre o episódio do Sonho de D. Manuel, por intermédio do Licenciado João Pinto Ribeiro, segundo refere o mesmo Pires de Almeida (fls. 233).
- (74) fls. 241-262. Copiado por Pires de Almeida, em Lisboa, em 3 de junho de 1639. E' a primeira resposta de Soares de Brito a Pires de Almeida na célebre polémica.

errou no tempo com que descreveu o del Rey D. Mel. Opposiçam terceira. Affirma nam ir a Deidade do Sono sem ser rogada, nem mandar o Sono a nenhum de seus Ministros sem se lhe ter pedido, e nem ir nenhum dos Ministros sem ser mandado. Affirma assim apparecer Morfeo em varias formas, e ultimamte. ter cada hum dos seus ministros officio differente. Defensam terceira. Faz evidente apparecer Morfeo em varias formas, ser pœticamente sonhar el Rey Dom Manoel sem intervençam das Deidades do Sono, ou do Sonho, e que Camões fallou por tal locuçam com acerto poetico, e que o ignoralo, ou mostra ignorancia, ou malicia no Critico. Opposiçam quarta. Condena tres cousas, a primeira a inconveniencia do lugar: a 2.^a o nam dar guia: a 3.^a o pór em duvida o Sonho. Defensam quarta. Absolve a inconveniencia do lugar: escusa o guia: e tira a duvida ao Sonho. Opposiçam quinta. Mostra descreveremse as Deidades dos Rios com Urnas, com Cornos, com Vestidos, e com Encostos. Defensam quinta. Propoem ser certeza que as Deidades dos Rios se descrevem sem Urnas, sem Cornos, sem vestidos, e sem encostos. Defensam dos Hombros do Tritam). (75)

- 38 — Replica Apologetica á resposta do Licenciado Joam Soares de Britto do Juizo da Visam do Indo, e Ganges, escrita com a penna do Author do mesmo Juizo.

(Introduçam. Furto. Primeira parte da Replica Apologetica. Contradiçam de tempo. Segunda parte da Replica Apologetica. Confusam em Morfeo. Terceira parte da Replica Apologetica. In-

(75) fls. 265-339. E' a resposta de Pires de Almeida aos argumentos de Soares de Brito. Parece ser de 1639.

conveniencia de lugar. Quarta parte da Replica Apologetica). (76)

- 39 — Defensam do Apenso ao Juizo Critico. Faz evidente fallarem as Deidades dos rios com varias pessoas, sem pararem suas correntezas; e pagarem, enquanto Rios, tributos aos Senhores, que dominam as gentes que os bebem. (77)

- 40 — Exame ...

(Exame do Cap. 3. á Resposta da Censura 4. Resposta á Censura quinta. Resposta á Censura sexta. Cap. 5. Exame á Resposta da Censura 10. 11. 12. 13. 14. Tratam dos defeitos na pintura das Deidades do Indo, e Ganges. Exame da Censura 10. 11. 12. Exame da resposta á Censura 13. Exame da Censura 14. Exame da resposta da Censura 15. Exame da Resposta á Censura 19. Exame segundo. Mostra os erros da Censura segunda, e terceira. /Respostas a censuras do Cap. 1/ intento). (78)

- 41 — Episodio: sua natureza, e seus significados. (79)

III.º Volume — 1096-C

- 42 — Os Lusíadas de Luis de Camões. Canto I.
Estância 1 — 2 — 3.. Comentados por Manoel Pirez d'Almeida.

(/Canto I/. Canto segundo. Canto terceiro. Canto quarto. Canto quinto.)
(80)

(76) fls. 340-383. Nova resposta de Pires de Almeida a Soares de Brito, mas agora de carácter apologético no que se refere a Camões. Possivelmente ainda de 1639 ou de 1640.

(77) fls. 384-389. V. nota 73. Da época da peça anterior.

(78) fls. 391-537v. Parece ser nova resposta a Soares de Brito, escrita em 1642, e motivada pela publicação da obra d'este: *Apologia em que defende Joam Soares de Brito a poesia do Principe dos oPetas d'Hespanha Luis de Camoens no canto 4. da est. 67 à 75 & Cant. 2 est. 21 & responde as Censuras d'hum Critico d'estes tempos* Lisboa, Lourenço de Anveres. 1641. E' rascunho da resposta, um pouco desordenado.

(79) fls. 540-541. Duas fôlhas deslocadas.

(80) fls. 1-572. E' o volume a que se refere o anonimo conservador da biblioteca do 6.º Duque de Cadaval, dando-lhe o número 154, o que faz supor estivesse já então a mesma biblioteca arrumada e catalogada. Os comentários, que ficaram no V Canto, e que são bastante bons, foram escritos por volta de 1648, segundo se depreende da data de uma carta cujo verso foi aproveitado pelo crítico.

- 43 — Canções. Os vestidos Elisa revolvía. Sobolos rios que vão. (81)

IV.º Volume — 1096-D

- 44 — Elegia de Luis de Camões á morte de Dom Tello, q' mataram na India. E escrita nella pellos annos de 1565, ou 1566. Porque o livro em que a achei era do anno de 1658 (sic). (82)

- 45 — Rimas Varias de Luis de Camões. Tomo terceiro. Contem Canções, Odes, e Sextinas. Sam Canções 15 Odes 12. Sextinas 4. (83)

/Fragmento do comentário ao Sonho de D. Manuel/. (84)

Na variada e quantiosa produção de Pires de Almeida, conservada na biblioteca de Cadaval, em Muge, podem-se apontar cinco aspectos principais: extratos de autores, na maior parte italianos, cuja doutrina lhe interessava (aspecto importante para o estudo de sua formação crítica); traduções, dentre as quais (85) a mais importante é a da *Poética* de Aristóteles, não apenas por ser a primeira em língua portuguesa, mas pela boa interpretação do texto do Estagirita e pelos comentários; ensaios e tratados de teoria literária, que valem pela doutrina exposta,

- (81) fls. 573-581v. Caderno menor. Deslocado, possivelmente do IV volume, que contém os comentários sobre a lírica camonianiana. A fls. 580v. está pregada a cinta de papel, a que já me referi, com a declaração "Autographo de Luis de Camoens". O caderno se resume em rascunho de um comentário sobre as duas indicadas composições de Camões.
- (82) fls. 1v. — 15v. Comentário feito, segundo indicação do autor, em Lisboa, em janeiro de 1648, ano em que trabalhava no comentário dos *Lusíadas*, como vimos. No título, onde se lê, 1658, deve-se ler 1568: evidente lapso do autor. A elegia à morte de D. Telo saiu pela primeira vez na edição de 1668, das rimas do poeta, feita por Álvares da Cunha; depois, na de 1685, de Faria e Sousa. Embora Pires de Almeida tenha-se utilizado (estou convencido) do manuscrito do comentário da lírica feito por Faria e Sousa, (Faria e Sousa morreu em 1649, deixando-o completo) alega ter tirado a presente elegia de um manuscrito de 1568. Este último volume da obra de Pires de Almeida é de bastante interesse para o estudo do cânone da lírica de Camões, e das edições comentadas do poeta. Sobre o assunto há uma já grande bibliografia, de que se destacam os seguintes trabalhos: Álvaro J. da Costa Pimpão, *Luis de Camões — Rimas, Autos e cartas*, ed. crítica de ..., Editôra do Minho, 1944; *Luis de Camões — Rimas*, Coimbra, *Acta Universitatis Conimbricensis*, 1953; *A Lírica camonianiana no século XVII*, in Brotéria, vol XXXV, fac. I. julho de 1942. Hernâni Cidade, *Luis de Camões — Obras completas*, Com prefácio e notas de..., Lisboa, Sá da Costa, 1946-1947; nova edição, 1954 (em publicação). A partir da edição da lírica camonianiana, de 1932, (*Lírica de Camões*, Ed. crítica pelo Dr. José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932) a presente elegia foi retirada da obra do poeta, por ser discutível a sua autoria.
- (83) fls. 16-118. Comentários terminados, segundo indicação do autor, em Lisboa, em setembro de 1652. Parece não haver dúvida de que nestes comentários a uma parte lírica de Camões, Pires de Almeida apoiou-se (em grande parte) no manuscrito dos comentários de Faria e Sousa (editados apenas em 1685: *Rimas Varias de Luis de Camões* /.../ Comentadas por Manuel de Faria, y Sousa, /.../ Tomo I. y II, Lisboa, 1685); apesar disso, o que tem a obra de Pires de Almeida, de original, justifica sua edição.
- (84) fls. 120-121. É o rascunho das últimas considerações do *Juizo Crítico* (cf. fls. 232-233 de 1096-B), em fôlhas evidentemente deslocadas do volume próprio.
- (85) Tenho em mente, nesta passagem, apenas as traduções conservadas no manuscrito, e não as que refere Diogo Barbosa Machado, op. cit. in nota 1.

mas muito especialmente pela prioridade na história da crítica portuguesa; ensaios e polêmicas de crítica literária, principalmente em torno da poesia épica e dos *Lusíadas*; finalmente, comentário da obra épica e lírica de Camões.

Não quero exagerar a importância de Pires de Almeida; mas ainda mesmo evitando exageros, não creio seja possível continuar os estudos camonianos e a história da cultura portuguesa seiscentista sem levar em devida e merecida consideração a obra do exigente e erudito crítico ebonense.

CAPÍTULO II

A CRÍTICA PORTUGUESA NA ÉPOCA DO LICENCIADO

É impossível compreender suficientemente a obra e o espírito crítico de Pires de Almeida, e neste caso particular as suas considerações sobre os erros de Severim de Faria, se não se compuser uma nova perspectiva da época. Não que essa perspectiva, ou como se diria no século XIX, o estudo do momento histórico, seja tudo para tal compreensão. Aqui o que se impõe não é um princípio da crítica taineana, mas a necessidade de se desfazerem alguns equívocos e muitos prejuízos contra o Seiscentismo, até certo ponto tornados lugares-comuns que nos levariam a conclusões fatalmente erradas ou pelo menos muito discutíveis.

O século XVIII, a partir do segundo quartel, pela sua mentalidade neoclássica e pela sua jesuitofobia, julgou exigentemente a cultura portuguesa posterior a 1580, considerando o Seiscentismo como uma época de decadência das energias morais da nacionalidade, energias tão vivamente afirmadas pela epopéia dos descobrimentos; época de decadência do espírito criador português que tivera em Camões seu mais nobre e genial intérprete; época do domínio castelhano, do mau gosto cultista e conceptista e da asfixia dos espíritos pelo ensino jesuítico. O estudo da obra de Vernei e da polémica suscitada pela mesma (86), da obra de Ribeiro Sanches (87), das críticas à *Gramática* alvarista (88), da reforma do ensino promovida pelo Marquês de Pombal (89), conduz-nos de pronto a todos êsses prejuízos.

-
- (86) V. Luís António Vernei, *Verdadeiro método de estudar*, 1.^a edi., Valença, 1746. Sobre Vernei e sua idéias revolucionárias em face do século XVII, V. principalmente Hernâni Cidade, *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*, Coimbra, 1929; 3.^a edição com o título *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra, 1948; Cabral Moncada, *Um "Iluminista" português do século XVIII*, Coimbra, 1941; António Alberto de Andrade, *Vernei e a filosofia portuguesa*, Braga, 1946.
- (87) V. *Cartas sobre a educação da mocidade*, Colônia, 1760; 2.^a ed. revista e prefaciada por Maximiano Lemos, Coimbra, 1922. Sobre Ribeiro Sanches V. principalmente Maximiano Lemos, *Ribeiro Sanches. A sua vida e a sua obra*, Porto, 1911.
- (88) V. Manuel Álvares, *De Institutione Grammaticae*, Lisboa, 1572. Sobre a gramática alvarista, sua ampla e prolongada adoção em Portugal e as críticas que sofreu no século XVIII, V. principalmente Luís Gonzaga de Azevedo S. J., *O Jesuíta*, Bruxelas, 1913.
- (89) Sobre Pombal há uma imensa bibliografia que excuso de citar, e que em grande parte está inventariada no *Dicionário bibliográfico português*, Tomos VII e XIX, de Inocêncio da Silva. A atitude e as idéias de Pombal no que respeita ao estado do ensino português dominado pelos jesuítas estão bem definidas nas duas obras: *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra*, 1771 e *Novos Estatutos da Universidade*, 1772.

Só na segunda metade do século XIX inicia-se um exame mais criterioso da injuriada época, onde então se começam a apontar inegáveis valores, que o século XVIII não quis ou não pôde compreender. Lopes Praça (90) inicia a reabilitação dos conimbricenses; Rebêlo da Silva, elaborando o primeiro minucioso e amplo quadro dos Seiscentismo (91), não tem dúvida em pôr em relêvo o que essa época teve de positivo, quer no plano da cultura espiritual, quer no plano da cultura-vida; o mesmo se dá com Camilo Castelo Branco, que francamente regeita a idéia das “trevas que inoítaram a litteratura nacional desde 1580 até 1720”, procura mostrar que as chamadas causas da propalada decadência — “D. João III, depois o jugo de Castella e conjuntamente os jesuitas ” — tinham de ser cuidadosamente reexaminadas, quando é verdade que eram muito discutíveis nos seus efeitos deletérios, e a tal ponto discutíveis que se poderiam considerar, contrariamente, como causas de progresso mental e literário (92).

Com Lopes Praça, Rebêlo da Silva e Camilo inicia-se, podemos dizer, o processo de revisão do Seiscentismo. No século atual os trabalhos históricos de Teófilo Braga (93), de Fidelino de Figueiredo (94), de Hernâni Cidade (95); os estudos de aspectos e de individualidades literárias: (96); a revisão levada a efeito pelos jesuítas, de seu papel na história da cultura portuguesa (97); os estudos de história da cultura e da filosofia, especialmente da filosofia conimbricense (98); e por fim os estudos de história geral — vêm pondo em novas perspectivas uma época que evidentemente não foi de decadência.

-
- (90) Lopes Praça, *Historia da philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia*, Coimbra, 1868.
- (91) L. Augusto Rebêlo da Silva, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.
- (92) Camilo Castelo Branco, *Curso de litteratura portugueza*, Lisboa, 1876, Introdução.
- (93) Teófilo Braga, *Historia da litteratura portugueza*, III, *Os Seiscentistas*, Porto, 1916.
- (94) Fidelino de Figueiredo, *História da litteratura clássica*, (1.^a ed. 1922), 3.^a ed. S. Paulo, 1946.
- (95) Hernâni Cidade, *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*, Coimbra, 1929, revisto e ampliado no volume *Lições de cultura e litteratura portuguesas*, 2.^o vol., 3.^a ed., Coimbra, 1948; Idem, 1.^o vol., 3.^a ed., Coimbra, 1951; *A litteratura autonomista sob os Filipes*, Lisboa, s.d./1948/.
- (96) Refiro-me às obras mais importantes no género: Edgar Prestage, *D. Francisco Manoel de Mello*, Lisboa, 1914; João Lúcio de Azevedo, *Historia do Padre Antonio Vieira*, Porto, 1918-1920; Ricardo Jorge, *Rodrigues Lobo, estudo biográfico e critico*, Coimbra, 1920; Manuel Ribeiro, *Vida e morte de Madre Mariana Alcoforado*, Lisboa, 1940; Maria de Lourdes Belchior Pontes, *Frei Antônio das Chagas — Um homem e um estilo do sec. XVII*, Lisboa, 1953.
- (97) V. principalmente: Antônio Astrain S. J., *Historia de la Compañia de Jesus en la Assistencia de España*, Madrid, 1905...1925; Luís Gonzaga de Azevedo S. J., *O Jesuíta*, Bruxelas, 1913; Francisco Rodrigues S. J., *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, in *Revista de História*, 10, 1914; *A formação intelectual do Jesuíta*, Porto, 1917; *Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal*, 7 vols., Porto, 1931-1950.
- (98) V. principalmente: Mário Brandão, *O Colégio das Artes*, Coimbra, 1924; Joaquim de Carvalho, *Catálogo dos Professores de Filosofia no Colégio da Companhia de Jesus de Coimbra, Desde o Ano de 1555, e no de Évora*, in *Boletim da Biblioteca da Universidade*, Ano 8.^o, 1927; *Cultura Filosófica e Científica*, in *História de Portugal*, Barcelos, 1928-1934, V vol. pg. 555-568; *Descartes e a Cultura Filosófica Portuguesa*, Lisboa, 1939; *Galileu e a Cultura Portuguesa sua Contemporânea*, in *Biblos*, XIX, 1943; Domingos Mauricio S. J., *Os Jesuítas e a Filosofia Portuguesa do Sec. XVI a XVIII*, in

Dos aspectos positivos dos Seiscentismo, a crítica literária tem sido o menos estudado. Tirante as ligeiras considerações de Teófilo Braga sobre a obra crítica de Faria e Sousa, sobre a discutível polémica entre *tassistas* e *camoistas*, e sobre alguns gramáticos e filólogos seiscentistas, (99) e tirante ainda as páginas de Fidelino de Figueiredo na *História da crítica literária em Portugal*, (100) reconheçamos que a obra dos comentaristas de Camões (Manuel Correia, Pedro Mariz, Faria e Sousa, M. Pires de Almeida, Soares de Brito, João Franco Barreto), dos preceptistas da arte literária (Pires de Almeida, Severim de Faria, Soares de Brito, João Franco Barreto) e dos primeiros historiadores da literatura portuguesa — aguarda ainda seus investigadores e intérpretes. Da obra de Fidelino de Figueiredo estamos a quase quarenta anos. É tempo, portanto, de voltar à sua matéria, e com novos elementos continuar e completar, na medida do possível, o que aí está iniciado.

Com Sá de Miranda, empenhado desde 1527 na introdução do gosto clássico em Portugal, começa, como bem observou Fidelino de Figueiredo, (101) a I.^a Época da crítica literária portuguesa. Mas Sá de Miranda, afastado da corte a partir mais ou menos de 1530, e recolhido na áurea mediocridade de seu retiro minhoto, (102) não logrou exercer, sobre a gente nova, pouco experiente dos ideais clássicos que o mestre defendia e procurava difundir, senão uma ação indireta (103), o que, é sabido, já não se deu com Antônio Ferreira, mais novo, envolvido da vida oficial e freqüentador do paço: sua influência sobre os contemporâneos foi mais direta e duradoura que de Sá de Miranda.

A atividade crítica de Sá de Miranda e de Antônio Ferreira, exercida no segundo e terceiro quartéis do século XVI, quando começa a impor-se a cultura clássica, não foi, sabemo-lo, tão significativa quanto à

Brotéria, vols. 21 e 22, 1935-1936; *A Primeira Alusão a Descartes em Portugal*, ibd., vol. 35, 1937; *Para a História do Cartesianismo entre os Jesuítas Portugueses do Século XVIII*, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, I, 1, 1945; *Os Jesuítas e o Ensino das Matemáticas em Portugal*, in *Brotéria*, vol. 20, 1935; Antônio Alberto de Andrade, *A Renascença nos "Conimbricenses"*, II — *Os Autores*, in *Brotéria*, vol. 37, 1943; *Uma Academia Científica Luso-Espanhola antes da Expulsão dos Jesuítas*, in *Brotéria*, vol. 40, 1945; Vernei e a *Filosofia Portuguesa*, Braga, 1946; Cassiano Abranches S. J., *A Origem dos Comentários "Conimbricenses"*, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, II, 1, 1946; João Pereira Gomes S. J., *Crise de Cultura em Portugal no Sec. XVII?*, in *Brotéria*, vol. 33, 1941; *A Filosofia Escolástica Portuguesa*, ibd., 35, 1942; *Doutrinas Físico-biológicas de Antônio Cordeiro sobre os Sentidos*, ibd., 36, 1943; *João Baptista e os Peripatéticos*, ibd., 39, 1944; *Perante Novos Sistemas e Novas Descobertas*, ibd., 39, 1944; *As Antigas Livrarias dos Jesuítas em Lisboa*, ibd., 40, 1945; José Sebastião da Silva Dias, *Portugal e a Cultura Europeia (Sécs. XVI a XVIII)*, Coimbra, 1953.

(99) Teófilo Braga, *Hist. da Litt. Port.*, III, *Os Seiscentistas*, Pôrto, 1916.

(100) Fidelino de Figueiredo, *A Crítica Litteraria em Portugal*, Lisboa, 1910; 2.^a ed., *Historia da Crítica Litteraria em Portugal*, Lisboa, 1916.

(101) Op. cit., in nota 100.

(102) Sobre as relações de Sá de Miranda com seus contemporâneos colhem-se importantes elementos principalmente nas seguintes obras: Sousa Viterbo, *Estudos sobre Sá de Miranda*, 1895-1896, separatas do *Instituto*; Teófilo Braga, *Sá de Miranda e a Escola Italiana*, Pôrto, 1896; Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Novos Estudos sobre Sá de Miranda*, Lisboa, 1912; José de Sousa Machado, *O Poeta do Neiva*, Braga, 1929.

(103) Fidelino de Figueiredo, op. cit. in nota 100, 2.^a ed. pg. 13.

obra poética e à influência pessoal de ambos: limitou-se a conselhos a poetas inexperientes e à indicação de rumos à literatura clássica nacional em gênese. No que respeita aos conselhos, três princípios procuraram expor e impor:

a) o culto da língua portuguesa, que se tinha de defender e ilustrar, ante o prestígio crescente da língua castelhana, e elevar à perfeição das línguas clássicas, principalmente do latim, mais comum como língua humanística (104);

b) imitação dos Antigos, indispensável quando é verdade que se desejava construir uma literatura clássica, em oposição à literatura de cunho tradicional, no dizer de Sá de Miranda

.....tam desviada
Sempre até'gora da direita estrada
De Clio, de Caliope e Talia. (105),

e quando é verdade que se desejava elevar a literatura nacional à dignidade das literaturas antigas e da literatura clássica italiana (106);

c) finalmente, respeito das regras da *Arte poética* de Horácio, pois, para Antônio Ferreira e para sua geração o “engenho” e a “natureza” são indispensáveis ao poeta, mas não são suficientes; sem “saber”, sem ilustração, sem “arte”, que só se conquistam com paciente estudo, não é possível realizar uma obra de arte segundo os ideais de beleza definidos pelos clássicos. (107)

Não se pode dizer que é muito; talvez se diga mesmo que é muito pouco, em matéria de crítica literária, o que produziu o magistério intelectual de Sá de Miranda e Antônio Ferreira, secundados, em certo sentido, pelo magistério gramatical de Fernão de Oliveira, (108) de João de Barros, (109) de Pedro de Magalhães Gandavo. (110) De fato, a primeira geração clássica portuguesa realizou, nos domínios da crítica literária, muito mais uma tomada de consciência dos problemas ou dos princípios fundamentais do Classicismo, que propriamente uma “ciência” crítica satisfatoriamente definida quanto ao seu objeto e a seus métodos. Tal “ciência” só o Seiscentismo logrará definir, pelo menos

(104) Antônio Ferreira, *Carta III, A Pedro de Andrade Caminha*, in *Poemas Lusitanos*, Lisboa, Sá da Costa, 1939-1940, II, 43. Sobre a vida de Antônio Ferreira, suas relações pessoais, sua influência literária, v. J. de Castilho, *Antonio Ferreira, Poeta Quinhentista...*, Lisboa, 1875.

(105) Francisco Sá de Miranda, *Obras completas*, Lisboa, Sá da Costa, 1937, I, 323-324, *Soneto a Diogo Bernardes*, cit. por Fidelino de Figueiredo, op. cit. in nota 100, 2.^a ed., pg. 14.

(106) Conselho e apêlo constantes nas *Cartas* de Antônio Ferreira que se ocupam de doutrina poética.

(107) V. principalmente Antônio Ferreira, op. cit., *Carta VIII*, II, 70-80, *Carta XII* II, 106-110.

(108) Fernão de Oliveira, *Grammatica da Lingoa Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, 1536; 3.^a ed., Lisboa, 1933.

(109) João de Barros, *Grammatica da Lingua Portuguesa*, Lisboa, 1540.

(110) Pedro de Magalhães Gandavo, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever a Orthographia da Lingua Portuguesa, com hum Dialogo que Adianta se Segue em Defensam da Mesma Lingua*, Lisboa, 1574.

até certo ponto, a partir, precisamente, de 1613, isto é, dos comentários dos *Lusiadas*, de Manuel Correia(111).

Para quem deseja entrar a fundo no estudo da atividade crítica do Seiscentismo, em Portugal, surge de pronto uma séria dificuldade, que perturba, não tanto pelos impecilhos (naturais em todo e qualquer trabalho de investigação histórica) encontrados na busca, levantamento e leitura dos documentos, como pelas dúvidas quanto às causas do desenvolvimento da crítica nessa época; desenvolvimento no sentido aritmético, quer dizer, no sentido do número relativamente considerável de críticos e de obras de crítica, e também desenvolvimento no sentido do âmbito da nova “ciência” quanto ao seu conteúdo e quanto às suas relações com outras “ciências” ou outras formas de atividade mental: a gramática, a retórica, a dialética, a filosofia, a história, a erudição.

Em todo e qualquer estudo histórico o capítulo das influências e das causas é sempre espinhoso, e sumamente perigoso pelos erros ou pelo discutível a que pode conduzir; ocorre na história, quando se pensa e se deseja resolver o problema da causalidade, exatamente o que ocorre nas ciências da natureza: esbarra-se com o irracional, ou simplesmente, com o que a razão não chega a compreender ou não pode compreender. Pensando assim, deixo claro que não pretendo encontrar tôdas as causas determinantes do desenvolvimento da atividade crítica portuguesa a partir do comêço do século XVII, atividade que supera de muito o empirismo crítico de Sá de Miranda e de Antônio Ferreira, superação, insisto, no sentido da formação de uma “ciência” com amplo campo de trabalho, com aspectos definidos, e até com sua insatisfação, com suas disputas doutrinárias, com suas ambições de positividade e de imposição em face da criação artística, e com suas veleidades de autonomia e superioridade em face de outras “ciências” que julga apenas auxiliares, uma vez que aspira a encontrar verdades absolutas da razão.

Com as precauções já alegadas, parece-me que se podem apontar como mais diretas causas do desenvolvimento da crítica seiscentista:

a) a evolução da cultura clássica, no sentido do enriquecimento e da formação da consciência de um patrimônio literário nacional que se reconhece dinamizado no sentido da altitude dos valores do patrimônio literário greco-latino, e por emulação se deseja, e por vêzes se julga na altitude, ou superior à altitude alcançada pelas literaturas clássicas modernas, principalmente a italiana e a espanhola;

b) as sugestões, ou melhor, as lições do fecundo movimento crítico estrangeiro, francês, espanhol e principalmente italiano, êste tantas vêzes presente no espírito de Pires de Almeida, cujo italianismo, bebido na fonte, claramente o distingue dos seus contendores, como neste caso particular (veremos), de Severim de Faria;

(111) Manuel Correia, *Os Lusiadas do Grande Luis de Camões*, Lisboa, 1613. Sobre o assunto v. Fidelino de Figueiredo, op. cit. in nota 100, 2.ª ed., pg. 22.

c) o ensino jesuítico, muito especialmente de nível secundário ou médio (Curso de Letras, das Artes ou de Filosofia), dominante, quase exclusivo, e largamente difundido em Portugal, e em que se ministrou o conhecimento a fundo da gramática, da retórica, da cultura latina e grega e da filosofia aristotélica; onde se transmitiu muita erudição humanística e onde se praticaram e se ensinaram, com especial zêlo, os métodos de leitura, de interpretação e de comentário dos textos literários e doutrinários.

O estudo particular de cada uma dessas causas constituiria por si uma tese, tais problemas suscita, tais conclusões importa tirar pela primeira vez. Não entro em cada uma até suas íntimas e últimas questões; limito-me ao essencial em função do objetivo que tenho em vista, que é compreender no principal o caráter do movimento crítico que produziu a obra de Manuel Pires de Almeida.

Falar em evolução da cultura clássica a partir do último quartel do século XVI, no sentido do enriquecimento literário e da formação da consciência de um patrimônio clássico nacional com valores capazes de distinguir essa literatura — é pôr duas questões até certo ponto complexas e delicadas. Por um lado importa saber se depois do Quinhentismo (cujo início podemos pôr em 1527, quando começa a campanha clássica de Sá de Miranda, e o fim, em 1580, morte de Camões e perda de autonomia política) houve enriquecimento da cultura clássica portuguesa; por outro importa saber o que caracterizou essa consciência dos valores nacionais. Questões complexas e delicadas, e que não se põem aqui gratuitamente: uma e outra ligam-se muito diretamente ao espírito e à obra de Pires de Almeida.

Que o século XVI foi excepcional de energias morais e espirituais, e de realizações que nos dão o homem português em medidas fora do comum — é verdade assente e tantas vêzes e tão suficientemente provada, que qualquer consideração sobre o assunto seria glosa desnecessária. Que essas energias, que o ímpeto que construiu o maior império da história, já a meio de reinado de D. João III entram num processo de retraimento, e são no fim do século “apagada e vil tristeza”, também é verdade que excusa explicar. Alguns aspectos, entretanto, da crise do Quinhentismo ou da Renascença portuguesa, não estão suficientemente aclarados. É o caso, por exemplo, da coexistência, na época da crise, ou máis precisamente, no Seiscentismo, de valores negativos e valores positivos. Valores incontestavelmente negativos: a perda do domínio político, militar e econômico do império; a perda da independência e a aceitação do domínio espanhol; o recuo ou o retardamento em face do desenvolvimento da cultura de Além-Pirineus, no sentido da formação de uma ciência e de uma filosofia modernas. Valores positivos, também incontestáveis: resistência obstinada de alguns ao domínio castelhano; formação de uma literatura autonomista na época dos

filipes (112); capacidade de defesa do patrimônio do império, no Brasil assaltado pelos holandeses; capacidade de reconquista da autonomia; desenvolvimento ou enriquecimento da cultura literária.

A questão não é aceitar a coexistência desses valores negativos e positivos, uma vez que o natural foi essa referida coexistência, quando é verdade que a cultura portuguesa, no século XVI já suficientemente definida nas suas grandes virtudes, nas suas possibilidades e nas suas realizações, não podia diluir-se totalmente: a incapacidade para desdobrar ou pelo menos para manter a obra dos que fizeram o império, e a grandeza moral da nacionalidade; os asares da sucessão reinante, e a política da Contra Reforma, haviam apenas (como demais se deu) de alterar o rumo da história e o ritmo da vida nacional. A questão não é, assim, aceitar a coexistência dos elementos negativos e positivos; é encontrar o exato sentido de cada um dos elementos, na complexidade da evolução cultural portuguesa.

É verdade assente que apesar da crise, antes de mais nada política, a literatura do século XVI, que em Camões teve seu mais alto valor, depois da morte do poeta continuou a desdobrar-se com inegáveis valores, quer do ponto de vista de individualidades literárias (Francisco Rodrigues Lobo, Frei Luís de Sousa, D. Francisco Manuel de Melo, Pd. Antonio Vieira, Pd. Manuel Bernardes), quer no que respeita às suas virtudes estéticas, ao seu índice editorial, à sua difusão, ao interesse ou ao público que conquistou e interessou. As provas destes fatos se acolhem até certo ponto facilmente e não vejo como discutir a sua significação, a não ser que estabeleçamos um critério de avaliação, que está também no meu espírito, e pelo qual o que importa não é o acabamento formal da obra literária (evidente nos citados escritores seiscentistas), o crescimento e a difusão da produção literária, mas o conjunto da vida, o complexo cultural e espiritual propício ao aparecimento de uma obra como *Os Lusíadas*, de perenes belezas, de perenes verdades. Neste sentido não houve, evidentemente, após a morte de Camões, enriquecimento literário, houve antes, voltemos ao lugar-comum, decadência literária. A conclusão está certa — mas convenhamos em que a propalada decadência das energias vitais, altamente criadoras, não colide, de modo nenhum, com a idéia do enriquecimento literário, como se definiu, a que se aduzem, facilmente, como disse, provas de indiscutível validade e como compreenderam os escritores da época, por exemplo, Pires de Almeida, que justificando alguns “erros” de Camões na concepção de certos passos do poema imortal, e na feitura de alguns versos, lembra que o poeta vivera em tempo “nem tam polido, nem tam culto, como o presente”, isto é, como os meados do século XVII. E esta idéia, expressa de um ou outro modo, está no espírito de todos os escritores da primeira metade do século XVII, que procuram completar, acabar, desenvolver

(112) V. Hernânia Cidade, *A literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, s. d. /1948/.

a literatura da 1.^a Época Clássica; essa idéia pôs-se claramente no espírito dos críticos e comentadores seiscentistas, que foram “corrigindo”, apurando e explicando a obra de Camões, de Antônio Ferreira, de Sá de Miranda, de João de Barros. E daí, sobretudo, a necessidade de se pôr em evidência êsse aspecto do Seiscentismo nas suas primeiras décadas. Quando não o aceitássemos, pelo que a princípio nos choca a conciliação da idéia de “decadência” com a de “enriquecimento”, importa contudo estudá-lo detidamente, pois está na consciência dos escritores e críticos da época.

Intimamente ligada à idéia de que a literatura nacional se enriquecia, que se lhe desdobravam os impulsos, que se lhe ia dando acabamento a tentâmenes, está a consciência de que se continuava a construção de um patrimônio artístico, sugerido pelo Renascimento. Consciência que também importa referir e considerar, porque se traduz vivamente no campo da crítica, empenhada em definir os valores nacionais comparáveis, ou mesmo, em alguns casos, superiores a antigos e modernos; empenhada em difundir e em fazer compreender êsses valores, reproduzindo-os em edições mais completas, apuradas e comentadas (vejam-se as declaradas intenções dos comentadores de Camões, Manuel Correia e Faria e Sousa); empenhada num levantamento histórico que conservasse a memória de todos os nomes da cultura e da literatura nacional (vejam-se as obras de Soares de Brito e João Franco Barreto) (113); empenhada em compreender aquêles aspectos da criação literária que fugiam aos quadros dos gêneros clássicos, mas correspondiam e respondiam a um impositivo gosto nacional (vejam-se os ensaios de Pires de Almeida sobre o teatro popular e a novela de cavalaria); empenhada, finalmente, essa crítica, em reagir contra o uso e o abuso do mau gosto dos escritores “cultos”, “porq’ nam tem invençam nem guardam religiam”, no dizer de Pires de Almeida (114), cultivavam o gratuito decorativismo, segundo Vieira, no *Sermão da Sexagésima* (115) e se afastavam da lição dos melhores mestres nacionais. A consciência de um patrimônio literário que se constrói segundo os melhores modelos antigos e que é preciso definir, defender das más influências e enriquecer, orienta (e portanto explica) a atitude, o espírito e as obras dos críticos seiscentistas.

As influências estrangeiras sobre o Classicismo português, embora evidentes, não estão suficientemente estudadas. E no capítulo da crítica literária está ainda muito por fazer. E como sei das proporções do que está por estudar, não tenho a pretensão de compensar as deficiências que se alegam. Julgo, entretanto, ser-me possível colocar os termos do problema na medida em que fiquem claras as ligações entre Pires de Al-

(113) V. op. cit. in nota 1.

(114) Mss. 1096-A, fls. 147. V. atrás inventário da obra, n.º 5.

(115) *Sermoens do P. Antonio Vieira...*, 1.^a ed., 1679, I.

meida e o fecundo movimento crítico italiano e espanhol dos séculos XVI e XVII.

Embora Pires de Almeida, que foi dos críticos portugueses seiscentistas o de espírito mais aberto ao movimento geral das idéias no estrangeiro, refira, mais de uma vez, Ronsard, Montaigne, Chapelains, Théophile, Muret (o que poderia levar-nos a supor influências francesas sobre sua geração) — é a Itália e à Espanha que deve a crítica seiscentista portuguesa as vivas e fecundas influências.

O que foi a atividade crítica italiana e espanhola nos séculos XVI e XVII sabemos hoje, dados os trabalhos principalmente de Croce, (116) de Trabalza (117) e de Menendez y Pelayo (118).

A partir dos meados do século XVI, na Itália e na Espanha (na Itália naturalmente com mais recursos de trabalho), construiu-se, a par de uma literatura clássica de altos valores, todo um corpo de doutrinas estéticas e literárias destinadas, por um lado a definir, e ensinar e defender a arte clássica, sugerida pelos modelos antigos, sobrestimados pela Renascença; por outro lado destinadas a interpretar, a justificar e a defender também as *novidades* estéticas e literárias modernas. Os historiadores da matéria já puseram em evidência essas duas direções da crítica italo-espanhola e de certo modo lhe definiram os principais campos de atividade:

a) interpretação e divulgação da obra dos teóricos antigos da poética e da retórica, Aristóteles, Horácio, Cícero, Quintiliano — setor em que se impuseram principalmente Nebrija, Vives, Escaligero, Castelvetro;

b) elaboração de uma teoria literária, ainda clássica, mas concebida com independência em face da preceptiva antiga, e no sentido do alargamento da problemática estética e literária — setor em se sobressairam principalmente Pinciano, Cascales e Patrizio;

c) estudos e polémicas sobre as línguas e as literaturas nacionais, a partir da segunda metade do século XVI a competirem entre si, e principalmente com o alto prestígio das línguas e literaturas clássicas antigas — estudos e polémicas em que dominaram principalmente Castelvetro, Tasso, Patrizio, Piccolomini, Tassoni, Lope de Vega;

d) estudos e polémicas em torno do cultismo e do conceptismo, e em que avultaram sobretudo os nomes de Gongora, Quevedo, Jáuregui, Lope de Vega, Cascales, Baltasar Gracian, Pellegrini, Marini, Chapelain;

Faculdade de Filosofia
Ciências e Letras
Biblioteca Central

(116) B. Croce, *Estética...*, 1.ª ed., 1900.

(117) C. Trabalza, *La Critica Letteraria*, Milano, s.d. /1915/.

(118) Marcelino Menendez y Pelayo, *Historia de las Ideas Estéticas en España*, 2.ª ed., Buenos Aires, s.d. /1943-44/.

e) estudos e defesa dos gêneros literários modernos, como o teatro popular, a novela de cavalaria, o poema cavaleiresco, setor em que se distinguiram principalmente Lope de Vega e Tirso de Molina;

f) leitura, interpretação, crítica e apologia dos poetas antigos, e dos nacionais que se iam impondo como valores comparáveis se não superiores aos antigos, setor de trabalho em que se distinguiram, por exemplo, Francisco Sanches, o Brocense, e Herrera, comentarista da obra de Garcilaso.

Partindo, nos meados do século XVI, da interpretação e da divulgação dos teóricos antigos, os críticos italianos e espanhóis evoluíram em poucos anos para a elaboração de uma teoria da literatura, na medida do possível original, e para o estudo de suas literaturas, muito especialmente para a discussão das tendências novas que nelas se manifestavam, quer em gêneros fora dos quadros do Classicismo antigo, quer em concepções se não anti-clássicas, pelo menos contra a ortodoxia poética de Aristóteles e de Horácio. Marcando todo o seu labor interpretativo, reflexivo e crítico com o cunho da erudição humanística, com uma vibração intelectual própria de uma época em que se desvendavam ansiosamente novos horizontes de cultura, e com um tom polemístico, não menos próprios de uma época em que tendências espirituais e estéticas várias entravam em conflito — os críticos italianos e espanhóis construíram os fundamentos da teoria, da crítica e da estética literária modernas.

Apesar de não contar com idênticos recursos de trabalho, com idêntica atmosfera cultural, os críticos e teóricos portugueses acompanharam de perto a evolução da crítica ítalo-espanhola, recebendo não só a influência de sua agenda de problemas, mas até mesmos o tom polemístico que geralmente adquiriam as questões e as discussões. E se Portugal não ofereceu ao movimento crítico europeu obras originais, o que produziu não desdoura a cultura portuguesa, como é o caso de Pires de Almeida, de Faria e Sousa e de D. Francisco Manuel de Melo.

Finalmente, neste capítulo espinhoso da causalidade histórica, de que saio ainda com muitas e naturais perplexidades, importa considerar o papel da educação jesuítica na formação do movimento crítico de que Pires de Almeida foi figura de relêvo, infelizmente esquecida e quase ignorada, a partir da segunda metade do século XVII, pelo “desaparecimento” de sua obra.

Chamados a Portugal, por D. João III, em 1539, os jesuítas fundaram em Coimbra, em 2 de julho de 1542, o seu primeiro Colégio — o Colégio de Jesus. De então por diante, “pasmosa foi a rapidez — escreve o Pd. Francisco Radrigues (119) — com que a Companhia de

(119) Francisco Rodrigues, S.J., *A Formação Intellectual do Jesuíta*, Pôrto, 1917, pg. 155 e segs. Sobre o ensino jesuítico em Portugal há já uma ampla bibliografia, em grande parte inventariada por Francisco Rodrigues, *Historia da Companhia de Jesus na Assis-tencia de Portugal*, Pôrto, 1931-1950.

Jesus se ramificou e multiplicou seus colégios por todo Portugal, pelas ilhas, conquistas e missões de além-mar." Em 1551 funda-se o Colégio do Espírito Santo, em Évora, e em 1553 o de Santo Antão, em Lisboa. O de Évora, em 1553 "abria aulas públicas e logo em 1559 nos primeiros de novembro se transformava em Universidade" (120), a que se agregaram, mais tarde, outros colégios: Colégio de Porcionistas, criado pelo Cardeal D. Henrique, em 1563; Colégio da Purificação, "fundado pelo mesmo Cardeal para teólogos seculares" em 1553; "Colégio da Madre de Deus, instituído por Heitor Pina para formação principalmente de jovens de sua família", em 1608. Em 1555 D. João III entregou aos jesuítas o Colégio das Artes, da Universidade de Coimbra, a que se incorporou o Colégio de Porcionistas. Em 1560, o Arcebispo Frei Bartolomeu dos Mártires fundou para a Companhia, em Braga, o Colégio de São Paulo. De então por diante, nessa linha de ação, atendendo a constantes solicitações, e empenhados num apostulado educativo, único na história, mas nem sempre compreendido e por vezes injustamente combatido, os jesuítas foram semeando colégios por Portugal e pelo seu vasto império:

Colégio da Ascensão, em Angra, nos Açores, 1570; Colégio São João Evangelista, no Funchal, 1570; Colégio de Jesus, em Angola, 1575; Colégio de Todos os Santos, em Ponta Delgada, 1591; Colégio de São Sebastião, em Porto Alegre, 1605; Colégio de Santiago, em Faro, 1616; Colégio de São Lourenço, no Pôrto, fundado em 1560, mas em funcionamento só a partir do começo do século XVII; Colégio N.S. da Conceição, em Santarém 1621; Colégio de Santiago, em Elvas, 1644; Colégio de São Francisco Xavier, no Faial, 1652; Colégio de São Francisco Xavier, em Setubal, 1655; Colégio São Francisco Xavier, em Portimão, 1660; Colégio São Francisco Xavier, em Beja, 1693; Colégio São Francisco Xavier, na Alfama, Lisboa, 1677; Colégio de Gouveia, em Gouveia, 1739. (121)

Ajuntem-se a estes os colégios do Oriente (em número de 28) e os do Brasil (em número de 9), e não é difícil avaliar a extensão e a importância da obra educativa e pedagógica da Companhia de Jesus.

Mas, tanto ou mais que o número de Colégios fala o elevado número de frequência dos principais: no fim do século XVI, perto de dois mil alunos frequentavam o Colégio de Santo Antão; outro tanto o Colégio das Artes de Coimbra; mais ou menos mil e quinhentos, o Colégio de Évora, e uns mil, o Colégio de Braga.

Estes elementos, embora sucintos, são suficientes para dar a compreender que toda, se não quase toda a intelectualidade portuguesa da segunda metade do século XVI, do século XVII e ainda da primeira metade do século XVIII, saiu dos Colégios jesuíticos.

(120) Id. Ibid.

(121) Id. Ibid.

Mas para o problema que temos em vista, o da influência do ensino jesuítico na evolução da crítica portuguesa, ainda mais que o número dos Colégios da Companhia e seu elevado índice de frequência, importa considerar seu currículo e seus métodos de ensino.

Os jesuítas instalaram e desenvolveram em Portugal como alhures, um ensino completo, que ia “do alfabeto ao doutorado” (122). Embora não se dedicassem especialmente ao ensino primário, denominado Curso de Primeiras Letras ou “Curso de ler e escrever”, de certo modo com zelo se aplicaram ao primeiro nível do ensino e sobre ele organizaram o curso secundário; e este veio a ser, em que pesem as críticas dos adversários, a coroa de louros da Companhia na sua imensa e incansável obra educativa. Dividido em dois ciclos, principiava, o ensino secundário, pelo Curso de Letras e terminava pelo das Artes ou de Filosofia, e preparava o jovem estudante para os cursos universitários ou, mais diretamente, para o Curso de Teologia, que era o coroamento natural de um ensino onde se cuidava muito especialmente das vocações sacerdotais.

Apesar da obra dos jesuítas, no que respeita à formação universitária, que dominavam desde os tempos de D. João III, e muito especialmente na sua Universidade eborense, (123) ter sido sob muitos aspectos imensa do ponto de vista cultural, os adversários da Companhia são quase unânimes em reconhecer que sua melhor ação se exerceu no plano da formação secundária. Deixo de lado, por não interessar diretamente ao tema desta tese, a discussão do papel dos jesuítas, bom ou mau, no ensino superior, e entro no exame do seu curso de Letras e das Artes, donde saiu Pires de Almeida, formado, como sabemos, no Colégio do Espírito Santo de Évora.

Baseado nas Constituições de Santo Inácio, no *Ratio Studiorum* (1599) e em Estatutos próprios, o Curso de Letras, com duração de 5 a 7 anos, desenvolvia o seguinte currículo: Gramática (ínfima, média e suprema), Humanidades e Retórica. O Curso de Gramática ministrava o ensino completo do latim e até certo ponto do grego, e visava e lograva alcançar, pelos métodos aplicados e pela intensidade dos estudos, o completo domínio da língua latina (escrita e falada). O Curso de Humanidades continuava com o ensino do latim e do grego, mas agora estudados, não em função da Gramática, e sim da leitura e do comentário dos escritores (Cícero, César, Salústio, Tito Lívio, Horácio, Virgílio, Platão, Aristóteles, os Santos Padres) e pelos comentários se ministrava o conhecimento das Humanidades. O Curso de Retórica, com o estudo minucioso dos preceitos retóricos e poéticos, principalmente de:

(122) M. A. Ferreira Deusdado, *Educadores Portugueses*, Coimbra, 1909, pg. 53.

(123) Sobre o domínio do ensino superior português pelos jesuítas, nos séculos XVI, VII e XVIII, há já uma boa bibliografia, de que destaco: Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1892-1902; Francisco Rodrigues, *Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal*, Porto, 1931-1950. V. ainda, a propósito, obras citadas in notas 95, 97 e 98.

Aristóteles, e com os exercícios constantes de composição e de oratória — preparava o futuro escritor, e muito particularmente o orador.

Mestres inegáveis em matéria de métodos didáticos e educacionais, os jesuítas estabeleceram, cuidadosamente e com pertinácia, não apenas um currículo, segundo um plano em que todos os problemas da educação e da instrução, exigidos pela época, estavam previstos, meditados e, pelo menos para os fins que a Companhia tinha em vista, solucionados; com o mesmo cuidado, com a mesma energia (a invulgar energia moral que em parte explica a força que todos lhes reconheceram e nós ainda lhes reconhecemos, aplicaram-se aos métodos docentes, Uma aula respeitava sempre a um plano que lhes permitia o máximo rendimento, os melhores resultados: partia o professor dos *preceitos*, que, uma vez explicados, eram fixados pelos alunos; entrava depois na *preleção*, que constava da *leitura* do texto, da *explicação* de seu sentido geral, depois da *tradução* e por fim dos *comentários* em função da natureza do curso (Gramática, Humanidades, Retórica), e tanto mais amplos e profundos, êsses comentários, quanto mais avançados os estudos; por fim aplicavam-se os alunos aos trabalhos de *composição*, exigentes e constantes, e também em função da natureza do curso em que estavam.

Desenvolvendo-se o Curso de Letras dentro dêste currículo e dêsse sistema de trabalho, a que se deve acrescentar o típico método jesuítico das *disputas*, (inegavelmente uma das origens das academias seiscentistas) (124) era natural que saíssem dos Colégios da Companhia moços com uma especial vibração intelectual, preparados para “enxugar” com comentários um texto latino, grego e vernáculo, e com invulgar ímpeto para as *disputas* e com sólida preparação no que respeita à cultura humanística.

Do Curso de Letras saíam os alunos preparados para o Curso de Filosofia ou das Artes, de 3 a 4 anos, e que segundo Francisco Rodrigues, em quem sobretudo se apoiam estas considerações, visava à “formação científica da inteligência” (125), e prepara para os cursos universitários. No Curso de Filosofia ou das Artes estudava-se a Lógica, a Física (que compreendia as ciências da natureza), a Metafísica e a Ética.

Empenhados em colaborar ativamente na linha de ação da Contra-Reforma, confinaram-se os jesuítas, neste curso, nas filosofias de Aristóteles e Santo Tomás. Não é agora a oportunidade de discutir as razões ou as sem-razões dessa posição, as grandezas e misérias do aristotelismo e do tomismo, o obsoleto da física de Aristóteles, numa época em que recentes e deslumbradoras descobertas da natureza sugeriam e assentavam as bases das ciências modernas; (126) o que importa é

(124) V. nota 3.

(125) Francisco Rodrigues, *A formação Intellectual do Jesuita*, Pôrto, 1917, pg. 56.

(126) V. bibliografia própria citada in nota 98.

lembrar que êsse curso levou algumas gerações a um conhecimento profundo da Antiguidade, principalmente da latinidade, quer do ponto de vista de suas línguas, quer no que respeita aos seus escritores, às suas doutrinas estéticas, realizadas por poetas e prosadores, e refletidas e sistematizadas por teóricos — tudo agora examinado e discutido a minúcia; levou algumas gerações ao estudo sistemático da Gramática, da Retórica e da Poética; ao domínio de uma vasta erudição humanística; às intimidades de tãda a obra de Aristóteles; e por fim ao exame, com os mesmos métodos, o mesmo rigor sistemático, a mesma argúcia, da língua e da cultura literária nacional.

Não vou ao ponto de afirmar que se deve quase que só à influência do ensino jesuítico o caráter mais sistemático, arguto e erudito da crítica literária seiscentista; volto a recordar o que tem de precária tãda e qualquer discussão sãbre causalidade em história, e ainda que é necessário não esquecer outras causas — a evolução natural da cultura clássica portuguesa e as influências do movimento crítico estrangeiro. Mas se não há uma influência quase exclusiva do ensino jesuítico neste movimento crítico de que ativamente participou Pires de Almeida, há sãbre o mesmo inegáveis influências da cultura, do espírito, dos métodos de trabalho, das doutrinas que informavam o mesmo ensino. Se sã evidentes e ponderáveis as influências da crítica italiana, desde o século XVI a revolver a doutrinação estética dos clássicos, a discutí-la e a vulgarizá-la, a comentar os modernos à luz dessa mesma doutrinação — não é menos evidente que foi nas classes dos Colégios jesuíticos que Pires de Almeida e seus contemporâneos aprenderam, em longo tirocínio, os métodos de *leitura* e *comentário*, adquiriram o gôsto e o domínio da dialética das *disputas* (transferidas para as academias literária, como a Academia dos Ambientes), entraram na intimidade da cultura humanística; enfim, prepararam-se para participar de um movimento crítico, típico dos séculos clássicos e pujante na Itália. A influência do ensino jesuítico, parece-me evidente, foi ponderável na preparação dos críticos portugueses seiscentistas.

Disse que coube ao século XVII, na superação do empirismo crítico do século XVI, esmiuçar e discutir com agudeza os princípios da estética clássica, investigar suas realizações nas literaturas antigas e modernas, sistematizá-los em corpos de doutrina.

De fato: esmiuçar e discutir com agudeza os princípios da estética clássica fá-lo Manuel Severim de Faria na *Vida de Luiz de Camões, com hum particular juizo sobre as partes, que ha de ter o Poema heroico, e como o Poeta as guardou todas nos seus Lusíadas*, (127) ; fá-lo com mais arguta penetração, com mais inflamado espírito de disputa, Manuel Pires de Almeida na resposta que dá ao Chantre da Sé da Évora: *Exa-*

(127) In *Discursos Varios Politicos*, Évora, 1624; 2.^a ed. *Varios Discursos Politicos*, Lisboa, 1791.

me de M.P. d'A. sobre o particular juízo, que fes M.S. de F. das partes, que ha de ter a epopeia, e de como Luís de Camões as guardou nos seus *Lusiadas*; fá-lo ainda Pires de Almeida nos seus vários ensaios poéticos e no comentário à *Poética* de Aristóteles; fá-lo finalmente o mesmo Pires de Almeida e seus contendores na célebre polémica sobre o episódio camoniano do *Sonho de D. Manuel*. (128)

Ir aos autores antigos, vir aos modernos, indagar em que sentido realizaram os princípios da estética clássica; cotejar êsses autores, no sentido de estabelecer uma escala de valores para os “modêlos” a seguir — fizeram-no todos os comentaristas camonianos, Manuel Correia, Faria e Sousa, Pires de Almeida, João Franco Barreto.

Tentar a sistematização dos princípios clássicos em um corpo de doutrinas, fê-lo Pires de Almeida na sua *Arte poética*. (129)

Só isto, que não é pouco, seria suficiente para fundamentar a alegação de que o labor crítico do século XVII superou de muito o empirismo da geração de Sá de Miranda e de Antônio Ferreira. Mas não basta fundamentar a afirmação dessa superação, francamente evidente; é necessário examinar-lhe totalmente o conteúdo, definir-lhe o espírito, apurar-lhe os valores.

No que respeita a aspectos, quase diria a especialidades, a atividade crítica do século XVII tomou três rumos bem definidos:

a) estudo e publicação de autores nacionais, em edições que se desejam mais completas, cujo texto se apura e se “borda” de comentários lingüísticos, estilísticos, de doutrina poética, históricos, até certo ponto filosóficos e científicos; enfim, comentários de toda ordem, que cada comentador, movido sempre por evidente sentimento de emulação, deseja mais eruditos, mais “doutos”, como então se dizia, mais suficientes à compreensão do autor estudado. É o que se deu muito especialmente com as obras de Camões, e de certo modo com as de Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Jorge Ferreira de Vasconcelos;

b) discussão dos princípios por que se devia nortear a literatura moderna, se quisesse alcançar a dignidade das literaturas clássicas antigas, consagradas pela Renascença, e nesse sentido, exame rigoroso dos autores modernos, a ver até que ponto poder-se-iam considerar também modelos a serem imitados;

c) levantamento da história literária nacional, não ainda, naturalmente, em forma de estudos de conjunto à maneira dos séculos XIX e XX, mas em forma de estudos biográficos e de compactos inventários bibliográficos, campo em que se produziram trabalhos como os de Francisco Galvão, Soares de Brito e João Franco Barreto. (130)

(128) V. inventario da obra de Pires de Almeida.

(129) V. nota 23.

(130) Sobre as obras de Soares de Brito e João Franco Barreto, V. nota 1. Referência sobre obras semelhantes do Pd. Francisco Galvão e do Pd. Francisco da Cruz encontra-se in *Collecção dos Documentos, Estatutos e Memórias da Academia da Historia Portuguesa*, XXI, pg. 4. in Fidélio de Figueiredo, *Aristarchos*, 2.ª ed., Rio 1941.

Examinada perfunctòriamente a atividade crítica seiscentista, voltada para êsses campos de trabalho, pode parecer despicienda, ou de valor apenas relativo em face de tudo o que o século XVIII e principalmente os séculos XIX e XX realizaram em matéria de edições comentadas, de teoria da arte literária e de história da literatura.

Vou a mais: empenhados na glorificação dos valores nacionais, êsses primeiros recompiladores e apuradores de textos não escrupulizaram em juntar ao acervo da produção comentada muita matéria alheia, e muitas vêzes em alterar os mesmos textos com “correções” arbitrárias; (131) nos comentários cometem erros de interpretação textual, de “erudição”, de avaliação, erros que chocam o leitor moderno. (132) Na discussão e na sistematização dos princípios da arte literária, por vêzes se prendem excessivamente à doutrina aristotélica, muitas vêzes levam a discussão para o campo da habilidade dialética, da habilidade na “disputa”, como é o caso da *querela dos camoístas*. Nos estudos biográficos, bibliográficos e críticos, abusam do direito da apologia, do direito de impor a idéia de que o valor de uma literatura está no elevado número de seus autores, para os quais nunca falta a adjetivação encomiástica: *insigne latinista, exímio poeta, homem eruditíssimo*, etc., etc.

Tudo isto facilmente se reconhece como deficiências da geração crítica de Pires de Almeida. Mas também reconhecemos, sem forçar os fatos e cair na idolatria, que a par dessas deficiências, naturais pelo espírito que dominava a época, e quando é verdade que se iniciava a crítica portuguesa em novos campos de trabalho, que muitos merecimentos sobram a essa geração de autênticos patriarcas da crítica portuguesa, geração empapada de latinidade, arguta e exigente no exame das teorias clássicas sobre a arte literária, sistematicamente preparada para os comentários textuais e para a erudição:

Deve-se-lhes, pelos trabalhos biográficos e bibliográficos, o primeiro movimento no sentido da formação da consciência de uma literatura nacional, que se deseja ombrear com a literatura clássica antiga e com as literaturas modernas, e literatura nacional cujos direitos de inovação se reconhecem e defendem, como faz Pires de Almeida; (133)

Deve-se-lhes o primeiro movimento no sentido da definição e da glorificação dos valores nacionais, Camões, Sá de Miranda, Antônio Ferreira, João de Barros, valores que se procura consagrar como “mode-

(131) Para se avaliar o que foi, nos séculos XVI e XVII, a falta de critério na organização da obra de Camões, vejam-se os estudos modernos sobre o cânone da lírica do poeta: José Maria Rodrigues e Afonso Lopes Vieira, Prefácio da *Lírica de Camões*, Coimbra, 1932; Álvaro J. da Costa Pimpão, *A Lírica camoniana no século XVII*, in *Broteria* XXXV, 1, julho de 1942; Luís de Camões, *Rimas, Autos e Cartas*, ed. crítica de A. J. da Costa Pimpão, Editôra do Minho, 1944. *Luís de Camões, Rimas*, Coimbra, 1953, Cap. I, Hernani Cidade, *Luís de Camões, I, O Lírico*, 2.^a ed. Lisboa, 1952, Cap. II; *Luís de Camões, Obras completas*, 2.^a ed. 1954. I vol., Prefácio

(132) Vejam-se como exemplos os comentários dos *Lusiadas* feitos por Manuel Correia e Faria e Sousa.

(133) V. inventário das obras de Pires de Almeida, n.º 7.

los”, com a autoridade dos modelos tradicionais gregos e latinos, e dos modelos que as idolatrias nacionais iam impondo na Itália, na Espanha, na França;

Deve-se-lhes o empenho no sentido da divulgação dos tais valores nacionais, em edições cujos comentários conduzam os leitores à melhor compreensão da altitude dêsses valores; (134))

Deve-se-lhes a discussão e ilustração de uma doutrina literária clássica que reputam ortodoxa e em cuja defesa e imposição não transigem, “para que se não apague este fogo” (da verdadeira doutrina) “e se não levante outra nova religião de hereticos poetas, já que anda” (a arte) “em câpo dos Cultos”, no dizer de Pires de Almeida; (135)

Deve-se-lhe, finalmente, aos críticos seiscenstistas, a criação de um espírito crítico que, se por um lado exagerou a sobreposição da doutrina à arte, por outro elevou o ofício da crítica à categoria de uma “ciência”, até certo ponto bem definida pelo objeto, pelos métodos e pelas disciplinas ancilares.

(134) Vejam-se os comentários da obra de Camões feitos por Manuel Correia, Faria e Sousa e Pires de Almeida.

(135) V. Apêndice, fls. 173.

II PARTE

**O “DISCURSO” DE SEVERIM DE FARIA
E O “EXAME” DE PIRES DE ALMEIDA**

O Chantre Manuel Severim de Faria.

**Síntese das opiniões do Chantre do
Licenciado.**

CAPÍTULO III

O CHANTRE MANUEL SEVERIM DE FARIA

O conhecido Chantre Manuel Severim de Faria (136) nasceu em Lisboa, em 1582 ou 83. Por influência do tio, Pd. Baltazar de Faria, Cônego e Chantre da Sé de Évora, ingressou na vida religiosa, e pela renúncia do mesmo tio, ganhou a conezia e o chantrado da referida Sé, em 1608 ou 1609. Em 1633 renunciou a conezia em seu sobrinho Manuel de Faria Severim (nascido em 1609), e em 1642 renunciou, no mesmo sobrinho, o chantrado. Morreu em 1655.

Em Évora Severim de Faria passou a maior parte de sua vida, dedicado à investigação histórica e à elaboração de suas obras (muitas delas ainda hoje inéditas), e a reunir uma preciosa biblioteca, de impressos e manuscritos, biblioteca que passou à posse do Conde de Vimieiro, e no século XVIII dispersou-se (137).

Estimado como erudito, bibliófilo e antiquário, exerceu um verdadeiro magistério intelectual entre os contemporâneos.

Em 1624 publicou os *Discursos vários políticos* (138), em que se contém, a par de quatro discursos, três biografias: de João de Barros, de Diogo do Couto e de Camões.

No estudo sobre a vida de Camões, depois de tecer a biografia do poeta, onde é louvável o empenho de esclarecer muitos pontos obscuros da mesma, entra na "excellencia de seu engenho, e doutrina, que nos Varoens doutos he o que principalmente se considera" (139).

O que está no espírito de Severim de Faria, ao entrar no exame das "excellencias" do engenho do poeta, é glorificar-lhe o nome, pois "Para poder explicar as perfeições dêste poema (*Os Lusíadas*) são necessários mais livros que os que gastou Macrobio em apontar as das *Eneidas*. Porque este genero de poema, assim como tem o principal lugar na poesia, assi he tão dificultoso na composição, se se houverem de guardar perfeitamente todos os preceitos da arte, que des do principio do Mundo ate o tempo do nosso Poeta não houve mais que quatro a quem

(136) Sobre a biografia e as obras de Severim de Faria, V.: José Barbosa, in Severim de Faria, *Noticias de Portugal*, 1740; Diogo Barbosa Machado, *Bib. Lus.*, III, pg. 368; Cunha Rivara, in *Revista Litteraria*, Porto, III, pg. 353; Inocêncio, *Dic. Bibl.*, VI, pg. 106; J. Leite de Vasconcelos, *Severim de Faria*, in *Boletim da Segunda Classe da Ac. das Ciências de Lisboa*, VIII, /1915/ pgs. 235-266, XI, pgs. 359-371, 1918.

(137) Sobre a genealogia de Severim de Faria, sobre sua biblioteca e sobre o que resta de seus manuscritos, V. J. Leite de Vasconcelos, op. cit. in nota anterior.

(138) 1.^a ed., Évora, 1624; 2.^a ed., Lisboa, 1791.

(139) 2.^a ed., pg. 304.

se pudesse dar este louvor. Estes forão Homero entre os Gregos, Virgílio nos Latinos, Torquato Tasso entre os Italianos, e o nosso Poeta em Hespanha. Com tudo entre estes, merece Luis de Camões particular louvor, porque ainda que não excedeo em tudo a todos, ao menos se aventejou a cada hum em alguma parte, como logo veremos" (140).

Com declarado intuito apologético, característico da maioria dos críticos da época, passa Severim de Faria, como se pode ver do texto reproduzido em apêndice, a considerações sôbre os princípios fundamentais da doutrina clássica sôbre o poema épico e à demonstração do modo como Camões respeitou êsses princípios e se avantajou aos três maiores épicos, se não em tudo "ao menos a cada hum em alguma parte".

Uma síntese das alegações apologéticas do Chantre e do "exame" crítico de Pires de Almeida, feito em 1638, é necessária às conclusões que pretendo tirar, no sentido de definir o espírito, a atitude e o pensamento crítico de cada um.

(140) 2.^a ed., pgs. 304-305.

CAPÍTULO IV

SÍNTESE DAS OPINIÕES DO CHANTRE E DO LICENCIADO

Severim de Faria: Partes essenciais do poema heróico. Preceito fundamental. uma só ação.

“O Poema heroico, a que os Gregos chamam Epico, tem cinco partes essenciais (a que parece se reduzem todas as mais) que são: ser imitação de hua acção heroica, honesta, util, & deleitosa. O imitar uma só ação é essencial ao poema épico; nisto está a diferença entre o poeta heróico e o historiador. O poeta heróico escolhe uma só ação de um herói, concebe-a, não como foi, mas como convinha ser, e orna a narração com vários episódios que persuadem leitores ou ouvintes. É a doutrina de Aristóteles e de Horácio nas suas artes poéticas.

Pires de Almeida: Epopéia ou poema épico, melhor que poema heróico. Quais as partes essenciais da epopéia. O preceito: uma só ação; papel dos episódios.

O termo *epopéia* é melhor que as expressões *poema épico* (de origem grega) e *poema heróico* (imprópria em nosso caso por não termos heróis no sentido exato da palavra). *Epopéia*, palavra muito bem construída, como tôdas as palavras gregas, deriva de: *epos*, verso hexâmetro, mais *pico*, que significa, faço. Sendo nosso verso hendecassílabo semelhante ao hexâmetro, conclui-se ser mais próprio em nossa língua o termo *epopéia*.

Não é certo dizer que *epopéia* deve ser a imitação de uma ação heróica, honesta, útil e deleitosa. Se a *epopéia* imita uma ação heróica, essa ação tem de ser por força honesta; e o ser a ação útil e deleitosa, não é característica exclusiva da *epopéia*: utilidade e deleite são próprios de qualquer poema.

Aristóteles está mal interpretado pelo Chantre. O que o filósofo diz na *Poética*, é que as partes da tragédia são *fábula*, *costume*, *sentença* e *linguagem*; ainda: que a tragédia deve ter *princípio*, *meio* e *fim*, e que as propriedades da fábula trágica são: “ser toda”, isto é, ter unidade, ter conveniente grandeza, “ser uma”, isto é, ter uma só ação, ser possível, não ser episódica, ser admirável, ser composta e não simples, ser

patética. A fábula epopéica tem tôdas essas qualidades e mais as seguintes: ser dramática, ser vária, ser alegre. O que Severim de Faria refere como *partes* essenciais da epopéia, são na realidade condições e propriedades da fábula. O que disse com impropriedade e imprecisamente, a propósito de *partes* (devia ter dito qualidades) da fábula epopéica, ficaria perfeito se dissesse: a epopéia deve imitar uma ação *admirável*.

Sobre dever conter a epopéia *uma só ação*, encontra-se na *Poética* de Aristóteles uma passagem própria. Mas o Chantre, ao invés de citar essa passagem, citou a que se refere à tragédia. Segundo Aristóteles a epopéia é imitação *uma ação*, que seja *tôda* e com que “se não parecem as historias”. Quando a ação imitada contém características necessárias à fábula epopéica, o poeta pode narrar “puntualmente”; quando não, deve alterar a ação. Não é, pois, necessário alterar sempre a ação. Os episódios não têm por finalidade “persuadir com suavidade”, mas enriquecer a fábula. Portanto, a passagem citada por Severim de Faria não serve ao intento e está mal interpretada.

Severim de Faria: Ovídio, Sílvio Itálico, Lucano e Ariosto não são poetas heróicos, pois não respeitaram o preceito fundamental do poema heróico: *uma só ação*.

Por faltarem no essencial fundamento do poema heróico — ser *uma só ação* — não se têm por poetas heróicos Ovídio, Sílvio Itálico e Lucano. Entre os modernos caiu também neste defeito Ariosto, que propôs e seguiu multiplicadas ações, e por ter tomado por ação principal um fato indigno, como os amores de Angélica, não deve ser imitado. Perdem assim os engenhos faltos de arte, por não “sogeitarem a fertilidade do engenho aos preceitos” da arte.

Pires de Almeida: não é qualidade essencial da epopéia ser fábula de uma ação, de uma pessoa. Refuta-se a crítica aos quatro poetas.

Severim de Faria nega sejam epopéicos os quatro poetas citados. Quanto a Ovídio está certo; no que respeita a Sílvio Itálico e Lucano, sua afirmação é duvidosa; no que toca a Ariosto, é falsa. O ser a epopéia *uma só ação*, segundo Aristóteles, não é qualidade essencial da mesma epopéia (como o é da tragédia e da comédia), embora seja qualidade apreciável. Uma epopéia pode conter:

- a) fábula de uma ação de uma pessoa (sempre preferível);
- b) fábula de muitas ações de uma pessoa (que é o caso dos poemas homéricos e da *Eneida*, de Virgílio);
- c) fábula de muitas ações de muitas pessoas.

Virgílio, apesar de colocar em seu poema duas ações de uma pessoa (Enéias), é modelar como poeta epopéico. Refutam-se as considerações do Chantre sobre Ovídio, Sílio Itálico e Lucano: colocar Ovídio fora da categoria dos epopéicos é excusado, pois nunca foi considerado como tal; Sílio Itálico e Lucano podem ter defeitos, e por isso não serem considerados modelos perfeitos; mas têm unidade de ação, como se prova pelo exame de seus poemas e pelos argumentos dos comentadores. Ariosto é famoso poeta epopéico; sua proposição foi mal interpretada pelo Chantre, bem como seu poema, pois sua fábula tem uma só ação (a guerra de Agramonte contra Carlos); e mesmo que seu tema principal fôsse a “fúria do amor”, seria digna de ser imitada, pois “as cousas convenientes a Epopéia são as fermosíssimas, e Amor he fermosíssimo”.

Severim de Faria: Camões foi excelente
no respeito do preceito: uma só ação de
um só.

Camões guardou excelentemente o preceito: uma só ação: seu poema é o descobrimento da Índia por Vasco da Gama, com seus soldados. Na proposição e no título seguiu a Apolônio Ródio, que intitulou seu poema — *Dos Argonautas* — e na proposição não cita o herói Jasão, mas “a todos os que cometeram aquella empreza”.

Pires de Almeida: Camões não elegeu
uma só ação de um só, e sua proposição
não é inculpável.

A ação dos *Lusíadas* nem é “materia alta à Epopeia, nem é uma só e de um”, para gozar seu autor dos privilégios de Homero. Camões in-e correu nos defeitos de outros poetas de “argonauticas”, censurados por vários críticos porque puseram em seus poemas uma ação de muitas pessoas. Em segundo lugar errou Camões na proposição, erro em que incorreu também Apolônio, pois o épico português não satisfaz as três condições da perfeita proposição: não dizer cousa supérflua; propor com modo poético, mas claro; representar de tal modo toda a ação, que proposição e ação se equivalham. Ainda, a proposição não deve conter episódios, mas em síntese a ação principal e as ações secundárias substanciais. Nos *Lusíadas* a fala do Gama refere episódios da história de Portugal, que cortam a ação principal e estão enunciados na proposição. A proposição dos *Lusíadas* é, portanto, defeituosa.

Severim de Faria: segunda condição do
poema heróico — ação honesta. Camões
neste ponto superou Estácio e Claudiano.

A segunda condição do poema heróico é conter ação honesta e digna de imitar, porque o fim da poesia, principalmente heróica, é ensinar, incitar e mover deleitando. Neste aspecto Camões excedeu muito a Estácio, na *Tebaida*, e a Claudiano, na *Rapto de Proserpina*, pois êstes poemas, embora respeitem o princípio de uma só ação, não têm matéria digna de imitar: num, o ódio entre dois irmãos; noutro, o roubo de Proserpina.

Pires de Almeida: o objetivo da epopéia é a utilidade; o deleite é consequência. A crítica a Estácio e Claudiano não está certa.

O objetivo da epopéia é contar a ação de um príncipe legítimo que trabalhe por libertar e felicitar seus vassalos, deferenciando-se assim do tirano. Escusado é dizer que a condição do poema epopéico é ser ação honesta. Não é suficiente que a ação seja de pessoas ilustres, é necessário que essa ação respeite o decôro. O fim universal da poesia é: para uns, deleitar; para outros, aproveitar; para outros, aproveitar e deleitar — e êsses objetivos se alcançam com diferentes matérias ou tipos de poema. O fim da epopéia não é ensinar, incitar e mover deleitando; é antes, mover admiração e inflamar os ouvintes ao amor e ao desejo de imitar emprêsas genuínas de pessoas ilustres. O fim da epopéia é, portanto, o útil; o deleite é consequência dêsse fim.

Severim de Faria: o argumento do poema heróico dever ser honesto e admirável. Neste ponto Camões superou Homero, Virgílio e todos os poetas antigos e modernos.

O argumento do poema heróico deve ser honesto para se imitar e admirável para mover. Neste ponto Homero e Virgílio são dignos de louvor, mas em ambos há ainda o que censurar; a *Odisséia* termina com a morte dos pretendentes de Penélope, estando êstes desarmados; na *Eneida*, a guerra que se trava à chegada de Enéias à Itália, foi motivada por fato pouco admirável — um cervo ferido por Ascânio. O argumento dos *Lusíadas* supera o dêstes poemas, bem como o dos poemas modernos: heróica descoberta do caminho marítimo para as Índias, revelação de um novo mundo e a aspiração da Fé.

Pires de Almeida: refuta-se a crítica a Homero e Virgílio. O argumento dos *Lusíadas* não é tão admirável.

O argumento da *Odisséia* é por todos os motivos admirável, e o poema não termina com uma ação injusta e triste, como diz o Chantre; antes

justa e alegre, como se prova pela análise do poema, pois os pretendentes não estavam desarmados, e Ulisses, auxiliado pelos familiares, teve de lutar muito para vencer os rivais, e conquistar a felicidade do lar. O argumento da *Eneida* é, por voto de todos os críticos, também admirável, e é conveniente a êsse argumento o episódio da morte do cervo doméstico de Tirreno. A ação da epopéia deve ser de feitos honestos e gloriosos (senão a epopéia não atinge o seu objetivo ético). O fim da epopéia deve ser alegre, com a vitória do herói. O argumento dos *Lusíadas* não é superior ao de todos os poemas antigos e modernos, pois refere dificuldades de uma empresa comum a tôdas as navegações; além disso a notícia que dá de novas terras, novas gentes e novas cousas, já estava nas crônicas, e as novidades que Vasco da Gama introduziu no Oriente não têm a importância que Camões lhe dá.

Severim de Faria: o fabuloso. Responde-se à censura feita a Camões pela invocação das musas.

Camões, contrariamente ao que dizem alguns, não contrariou o princípio da grandeza e da honestidade da ação invocando as musas e fingindo um concílio de deuses, pois a poesia é *fábula*, e neste ponto Camões imitou os épicos que invocam a Calíope, e guardou o estilo do poema heróico latino, que consiste em invocar as musas depois de propor a ação. As musas já para os antigos eram deidades fabulosas. Exemplos de invocação das musas têm muitos poetas católicos, como Sannazzaro, o Bispo Jerônimo Vida, Batista Mantuano, Joviano Pontano, Angelo Poliziano, Miguel Marulo, etc.

Pires de Almeida: não se justifica a invocação feita por Camões.

Sou contra o maravilhoso pagão em poemas modernos. Começando pelo que toca à Invocação nos *Lusíadas*, sou de opinião que Camões andou "desacertando". O poeta católico tem obrigação de fugir de todos os termos pagãos, e neste ponto estou com Castelvetro, Escalígero, Pontano e Teófilo. A invocação não é parte essencial à epopéia, pelo menos segundo Aristóteles. As musas — prova-se — são deidades gentílicas; não entidades fabulosas e portanto pura ficção poética, como querem alguns. Os poetas modernos que invocaram as musas (Sannazzaro e outros) não devem ser tomados, neste aspecto, como autoridades. Seguindo tais exemplos Camões mostrou-se "supersticioso, sismático, e escandaloso".

Severim de Faria: ainda o fabuloso.
Louva-se Camões por não introduzir anjos e santos nas fábulas que fingiu e lançar mão do fabuloso pagão.

Camões é mais digno de louvor que de repreensão por não introduzir anjos e santos nas fábulas que fingiu, pois é “indecência grandíssima” usar dos nomes dos Santos para fábulas profanas. Neste ponto Ariosto e Tasso são “muito de caluniar”. Se usar de milagres verdadeiros é censurável, não menos censurável é usar de milagres fabulosos, o que leva os leitores a cair em erro, pois acabam por não saber em que milagres devem crer. Camões procurou evitar êstes inconvenientes: respeitou a religião, pondo em evidência a piedade católica de Vasco da Gama e usou do maravilhoso pagão quando precisou de fingimentos poéticos. Claudiano, que foi católico, usou de invocações e concílios de deuses com mais liberdade que Camões.

Pires de Almeida: não concordo com a opinião segundo a qual o poeta, lançando mão de anjos e santos, desrespeita a religião.

Os poetas antigos, para causar admiração, fingiram, em seus poemas, concílios de deuses, que favorecem e impedem a ação dos heróis. Nossa epopéia, com o mesmo objetivo, e com a mesma licença poética, mas respeitando a lei sagrada que professamos, constam de deidades celestes e infernais, que do mesmo modo ajudam ou impedem a ação dos heróis. As interferências de anjos, em Tasso, merecem “immortal louvor” por sua verossimilhança, pela necessidade e pela conveniência, como se prova. A introdução de São João Evangelista em Ariosto “nam he tam fora de caminho, que seguramente a nam salve a Allegoria”. Usar dos santos para manifestar a grandeza das emprêsas e a soberania das ações humanas é decência e é reverência. Misturar figuras sagradas com profanas, é vício quando as profanas e sagradas são de pouca estofa. E mais: nas farsas e nas comédias tal mistura é irreverência, o que não se dá no caso da epopéia, que é poema “doutrinal, e mysterio”. Numa epopéia, fundada em história sumariamente conhecida, não há mal em se conceberem milagres que não sejam verdadeiros. Numa epopéia não deve haver, assim, milagres verdadeiros (que são os aprovados pelo Ordinário e são históricos), mas ações fabulosas de nossas deidades, ações que são Admirações, Máquinas, Aparências. E ninguém interpreta mal essas ficções poéticas, porque toda gente sabe distinguir milagres verdadeiros, de ficções poéticas. O mesmo não acontece com as ficções mitológicas, sementes de idolatria. E se essas ficções não são cridas, resultam em concepção estéril, e portanto poeticamente errada. Imitar os antigos no fabuloso não é copiá-los. Homero e Virgílio causam deleite e utilidade porque os pomos em seu tempo; mas a sua religião é hoje apócrifa, e a credibilidade que traz consigo é jocosa. O útil que dessa religião se tira é idolatria.

Severim de Faria: ainda o fabuloso.
Camões não fêz as ficções dos deuses
ao acaso, senão com muita consideração,
concebendo as fábulas com excelente
alegoria.

Camões concebeu o fabuloso fundado na alegoria. Assim entendeu, debaixo de Júpiter e deuses, a divina providência e os espíritos angélicos, que governam o mundo. Esse sentido alegórico das deidades pagãs reconheceram alguns filósofos antigos, que com isso, e pela falta do lume da fé, deram com essas fábulas causa a idolatrias. Mas hoje não há esse perigo, e o próprio Camões, imitando o fim do Canto VI da *Eneida*, deixou claro o sentido alegórico do seu fabuloso (veja-se a passagem em que Tetis explica ao Gama o “Ceu Impirio”). Camões está assim livre de tôda calúnia no que respeita ao fabuloso.

Pires de Almeida: justificar-se-ia a alegoria de Camões se Camões fôsse um poeta gentio.

Sou também de parecer que os deuses gentílicos têm sentido alegórico; mas essas alegorias perderam, entre nós, contrariamente ao que diz Ronsard, a força e o sentido, embora entre os antigos tenham sido doudas ou doutíssimas. E se tiverem sentido constituem perigo de idolatrias. Se Camões, no seu poema, declara a falsidade dos deuses ou seu sentido alegórico, nem por isso andou o poeta acertado, porque poeticamente não devia fazê-lo, como não fez Virgílio (erradamente alegado pelo Chantre). E mais: nos *Lusíadas* a alegoria não foi concebida com “muita consideração”, porque a explicação dos deuses não devia ser feita por Tetis, deusa dos mares, mas por Urânia, deusa das Matemáticas, ou Mercúrio, correio de Júpiter. Além disso não é verossímil que Tetis fale mal de si e dos demais deuses. Tratando-se de poeta católico é cegueira cuidar que deidades pagãs podem servir de deleite e suavidade na poesia; deleite e suavidade só podem dar à poesia, a piedade cristã. Além disso, diz Tetis que Vasco da Gama e os seus, com engenho deram os nomes das deidades às estrelas, o que não é certo, pois tal foi obra da idolatria dos gregos. Por essas razões fica Camões, nesta parte, com pouco nome.

Severim de Faria: ainda o fabuloso. A honestidade do episódio da Ilha de Santa Helena.

Acusaram Camões de pouca honestidade no episódio da Ilha de Santa Helena. A censura não tem fundamento, porque os poemas heróicos devem ter episódios alegres, como o da referida ilha, o que se verifica

em Homero, Virgílio, Apolônio Ródio, Valério Flaco e em Tasso. Neste aspecto Camões superou êsses poetas, pois se nestes não há alegoria, em Camões o episódio da Ilha de Santa Helena é todo alegórico: debaixo do nome das ninfas, como diz claramente o texto, Camões quis entender a glória, a fama, a memória, enfim, tôdas as preeminências, prêmio dos varões ilustres e esforçados.

Pires de Almeida: o episódio Ilha fingida é honesto: mas o que diz o Chantre da alegoria não está certo.

O Chantre responde aos que censuram o poeta pela lascividade das cenas amorosas da Ilha fingida. Concordo com as razões do Chantre: quem censurou o referido episódio ignora as leis poéticas que regulam semelhantes concepções, encontradas em Homero e Virgílio. Camões usou da mesma honestidade dêstes poetas. Severim de Faria acertou nas razões com que defende Camões, mas errou em alguns pormenores: chama "episódio" aos amores de Calipso com Ulisses, quando se trata de parte essencial da ação; não especifica os episódios amatórios de Tasso, na *Jerusalém*; diz que só Camões põe alegoria na Ilha dos amores, o que não está certo, pois em Homero há excelente alegoria no episódio dos amores de Venus e Vulcano, como se prova; louva Camões por manifestar a alegoria, quando pelas leis da poética o poeta não devia fazê-lo.

Severim de Faria: o útil. Louva-se o poema pela sua utilidade. O respeito da verdade histórica.

Não se pode explicar em poucas palavras a utilidade que se alcança, moralmente, da leitura do poema: sua leitura inflama o desejo de empregar a vida em feitos ilustres, de aventurá-la pela fé, pelo rei, pela pátria; no poema vê-se a experiência què há de ser conselheira, o zêlo com que os ministros devem entender o bem público e o prêmio que se deve dar aos que trabalham. Vasco da Gama é modelo de excelente capitão; os reis, modelos de excelentes príncipes. Se alguns reis não o são é porque o poeta não podia (como se deu com Homero e Virgílio) deformar a história.

Pires de Almeida: êrro de disposição praticado pelo Chantre. No que respeita à utilidade Camões não é tão perfeito quanto alega o Chantre.

O Chantre erra na disposição do discurso: perde-se numa digressão sôbre o fabuloso; não toca na segunda condição da epopéia; chama

segunda condição, a que era terceira pelo enunciado inicial; introduz considerações sobre a utilidade sem indicar-lhes a ordem no discurso.

A utilidade não é “parte” da epopéia, mas fim de toda poesia, como ocorre com o deleite, segundo ensina a *Poética* de Horácio. O herói deve dar a idéia de um verdadeiro príncipe ou capitão. Não é certo praticar como Camões, que com Vasco da Gama dá idéia de um verdadeiro capitão, e com os reis, de verdadeiros príncipes. Na epopéia, dada a sua finalidade — o útil — não se devem referir feitos indignos, como ocorre nos *Lusíadas* a propósito de alguns reis e algumas rainhas. Na epopéia não se deve alterar a essência da história, mas se podem e se devem alterar as circunstâncias, como se vê em Homero e Virgílio. Nos *Lusíadas* o essencial é o descobrimento da Índia; a história dos reis e das rainhas é circunstância. Na história não se podem alterar os fatos, mas na poesia é necessário fazê-lo, pois a poesia olha a verdade em universal, enquanto a história olha a verdade em particular; a história conta os fatos fundada na verdade; a epopéia, fundada na moralidade. Na epopéia podem-se “inventar, reformar e aperfeiçoar as cousas com larguíssima liberdade”.

Severim de Faria; o estilo deleitoso —
primeira causa: o estilo. Neste aspecto
Camões superou todos os antigos e dificilmente encontra quem o iguale.

Em toda a antiguidade não há poeta que supere Camões no estilo deleitoso e dificilmente encontramos um que o iguale. Homero e Virgílio têm muitas dissonâncias. Nos lugares patéticos Camões move os afetos, com singular força, e tem em todas as partes do poema admirável suavidade; a todos os poetas se avanteja nas comparações e descrições.

Pires de Almeida: não se pode negar
aos *Lusíadas* estilo deleitoso; mas bem
examinado o poema tem defeitos.

O estilo deleitoso, como quer o Chantre, ou melhor, o deleite, se alcança pelo estilo, pela erudição, pela novidade dos episódios, pela mistura dos estilos, pela “licenciosa” linguagem e pela boa proporção do poema. No que respeita ao estilo não nego que haja nos *Lusíadas* motivos de deleite; mas bem examinado o poema tem prosa rimada (como no canto III, estância 5), e versos dissonantes, acabados em ar, er, ir, or, al, il, ão, ao; rimas como “molhados e executado”. Em seus versos há mais dissonâncias que nos de Homero e Virgílio; e tendo Camões revisito o seu poema na impressão, não devia ter deixado essas dissonâncias.

Nas comparações e nas descrições é o melhor que temos em Portugal, se bem que muitas descrições do poeta se devem a João de Barros.

Severim de Faria: o estilo deleitoso —
segunda causa: a erudição. Os *Lusíadas*
sobrêlevam-se a todos os poemas pela
erudição e pelo equilíbrio no seu uso.

É notória a erudição com que Camões ilustrou o seu poema: toda estância tem doutrina, ou conceito, ou pensamento peregrino; e pelo poema se acham muitos passos doutos, de fábula, antiguidades, história, matemática e outras ciências. E mais se admira essa erudição quando se sabe que é a parte mais difícil em poesia, pois é preciso não impedir com a erudição o intuito de “mover affectos do animo”. Camões soube usar da erudição na justa medida, o que não é comum.

Pires de Almeida: em Camões o uso da
erudição não é conveniente nem pro-
porcionado.

Em Camões por vêzes há erudição demais, por vêzes clareza “humilde e desprozada”. Não há assim no poeta equilíbrio no uso da erudição. Camões abusou da erudição em matéria de fábula, história, matemáticas, etc. Homero e Virgílio são modelos de equilíbrio no uso da erudição. No que respeita à erudição importam mais as boas sentenças ou os bons pensamentos, que ciência, história e fábula. Pôr erudição num poema é fácil; difícil é pôr beleza poética (“fermosura”, “bizarria”) e “invenção”. E num poema importa mais a “invenção” que mesmo a beleza dos versos, pois rimas, cadência e acentos imitam-se facilmente. A erudição quando é excessiva só alcançam os doutos (o que ocorre nos *Lusíadas*) — e um poema deve ser para deleite de todos. Além disso a erudição não chega a mover paixões e afetos do ânimo; move-os mais a singeleza das palavras; e para o perfeito movimento dos afetos do ânimo bastam: gravidade, grandeza, novidade, decôro e clareza. Aristóteles, alegado nesta parte, foi mal intepretado. A crítica a Fernando (o Chantre escreve erradamente Francisco) de Herrera não tem fundamento, porque sua erudição está em poemas líricos, o que é permitido pelos preceitos de Aristóteles e de todos os mestres de arte poética.

Severim de Faria: o estilo deleitoso —
terceira causa: novidade e excelência dos
episódios; quarta causa: variedade de
estilos. Nestes aspectos quase nenhum
poeta se compara a Camões.

No que respeita à excelência e à novidade dos episódios quase nenhum poeta pode comparar-se a Camões. A maior parte dos episódios de Virgílio são imitados de Homero. Tasso não é melhor do que Camões: seus encantamentos e seus cavaleiros andantes são possíveis, mas têm muito de impossível, o que é contra o preceito de Aristóteles, preceito que nosso poeta respeitou. Camões imitou Virgílio fazendo a ação composta e não simples, e com a fala do Gama e do Monçaide, com o concílio dos deuses, com a Ilha de Santa Helena, enriqueceu o poema com muita novidade, exposta essa novidade com pensamentos peregrinos e com graça, o que ensina, deleita e admira. Além disso nosso poeta varia o estilo, pois o poema heróico é, segundo Aristóteles, um meio entre o trágico e o cômico; e essa mistura de estilos se encontra em Homero e Virgílio. Donde se conclui que também nesta parte Camões se mostrou excelente.

Pires de Almeida: não há nos episódios dos *Lusíadas* a alegada excelência e novidade. Erros de doutrina do Chantre.

É natural e é permitido aos poetas imitar episódios de outros poetas: Ronsard, na *Franciada*, imitou Homero (na viagem ao inferno), e Lope, na *Circe*, imitou Virgílio (no mesmo episódio). O que é necessário é haver novidade na imitação, e neste sentido a imitação pode ser melhor que o modelo, como acontece com Virgílio em relação a Homero no que se refere à viagem de Enéias ao inferno (em Homero a viagem se faz por magia; em Virgílio, por via natural). Já Camões, cujo poema tem ação simples e não composta, não se comportou como devia, pois imitando em parte Virgílio, com a fala do Gama, pôs, no relato deste, fatos que não ligam diretamente com a ação principal. Neste passo faltou, ainda, a duas qualidades essenciais ao deleite dos episódios: novidade e excelência, o que não acontece com Virgílio em relação a Homero. Nos episódios de Tasso há novidade e excelência, e tais episódios são superiores aos de Camões, pois cavaleiros andantes e encantamentos são novidade e excelência para nós que já não podemos admitir o fabuloso das deidades gentílicas. Nos episódios fabulosos, e não nos episódios históricos, (o que o Chantre não entendeu, pois aplica o princípio à fala do Gama) importa mais, segundo Aristóteles, o *impossível provável* que o *provável impossível*. Nem a *Eneida* nem *Os Lusíadas* têm ação composta. Examinados os episódios históricos e fabulosos dos *Lusíadas*, prova-se que lhes faltam a novidade e a excelência alegada pelo Chantre. Vejamos: a descrição da Europa: nem novidade nem excelência; descrição de terras novas e de ritos do Oriente: sem novidade, pois já aparecem em João de Barros; fala do Velho do Restêlo: devia ser feita por um sábio; falta-lhe excelência; o Adamastor: tem excelência mas

não tem novidade; concílio dos deuses: nem verossimilhança nem novidade; reino de Cupido, Ilha de Santa Helena, banquete: nem novidade, nem excelência; descrição dos globos celestes; tem viciosa erudição; sonho de D. Manuel: é furto. Nos *Lusíadas* os episódios estão mal ligados à ação principal, e dos episódios históricos só o de Inês de Castro daria uma tragédia, quando todos, segundo Aristóteles, deviam ser de matéria trágica. O melhor episódio do poema é ainda o Adamastor. O Chantre louva ainda o que não é louvável em Camões: a variedade de estilos (outra causa do deleite). Na epopéia admitem-se os estilos florido e grave, não o jocoso. Não é certo dizer que a epopéia é o meio termo entre a tragédia e a comédia, e dizer que Aristóteles faz tal afirmação. A epopéia admite cenas cômicas (o que um censor de Lisboa e e muitas pessoas não entenderam), mas isto não significa que permita o estilo jocoso. Nem Virgílio nem Homero usaram de tal estilo: apenas do grave e do florido. Em conclusão: Não sei como dizer que nestas partes Camões se mostrou excelente poeta.

Severim de Faria: o estilo deleitoso —
quinta causa: liberdade de linguagem.
Com os *Lusíadas* ficou enriquecida a língua portuguesa.

Com *Os Lusíadas* ficou enriquecida a língua portuguesa. Alguns escrupulosos censuraram em Camões o uso de palavras alatinadas. Mas dessa censura absolvem-no com facilidade os que têm notícia das leis poéticas, que dão aos poetas liberdade ou licença para fingir e derivar novas palavras, pois têm obrigação de falar ornadamente, fugir do estilo humilde e dar majestade à oração. Tal ensinam Aristóteles, Isócrates, Horácio e Cícero. Desta licença usou Virgílio (com relação a helenismos e a termos antigos) e Tasso (com relação a latinismos e ao antigo toscano).

Pires de Almeida: Camões abusou da liberdade de linguagem no que se refere aos latinismos.

A principal virtude no que se refere à linguagem é não desamparar a clareza e não baixar à humildade do falar comum. Evita-se a humildade do falar comum usando-se palavras estrangeiras transferidas, palavras alongadas, palavras antigas e novas. Tudo isto está certo, mas não se devem exagerar tais processos, uma vez que se prejudica a clareza, o fácil entendimento. Em português os princípios que regulam a liberdade de linguagem são os mesmos de outras línguas: no que respeita a palavras transferidas o aconselhável, quando necessário, (suprir faltas,

obter rima e ritmo, representar uma antiguidade) é lançar mão de palavras latinas simples (não compostas) e de fácil entendimento; de palavras castelhanas, italianas, francesas, tão fáceis para nós quanto era o grego para os latinos. O que se não deve é praticar êsse processo gratuitamente, sobretudo desenterrar palavras latinas, o que resulta em enterrar a poesia. A necessidade e a moderação constituem os princípios fundamentais da liberdade de linguagem. Camões não respeitou êsses princípios e abusou das palavras latinas, muitas delas compostas (aurífero, odorífero, lanífero, flavo, etc.) que são enigmas para o comum das pessoas, o que se não se verifica em Homero, Virgílio e Tasso, como se prova. Camões está mesmo a pedir um glossário de latinismos, latinismos êsses que tornam difícil a leitura do poema.

Severim de Faria: o estilo deleitoso —
sexta causa: a boa proporção do poema.
Neste aspecto Camões é notório.

Para um poema ser perfeito deve-se fundar nos seguintes princípios da proporção: basear-se em história verdadeira e admirável de algum varão insigne no valor e na virtude; basear-se em história não larga, porque se lhe devem acrescentar episódios que são indispensáveis para o poema não ficar sêco, isto é, sem ornamentos que deleitem; basear-se em história não muito antiga (fora da memória dos homens), nem presente (no que se refere á ação principal, pois as profecias podem alcançar o presente); não narrar sucessivamente (começar a narração no meio da história e alcançar o princípio por súbito conhecimento). Camões guardou êstes e os mais princípios da arte, com notoriedade. Se Aristóteles o conhecesse não gastara tantas palavras em louvar Homero.

Pires de Almeida: Camões não respeitou os princípios da boa proporção.

A boa proporção do poema nada tem com o estilo deleitoso, mas com a admiração; um romance com a boa proporção que pede uma epopéia pode deleitar. A epopéia pode fundar-se em matéria verdadeira ou fabulosa, e essa matéria não deve ser sumariamente conhecida e breve, pois se assim fôr será sabida de todos e carecerá de justa grandeza. Os episódios não devem afogar a ação principal, e esta deve ter princípio, meio e fim. A história contada por Camões é parte da história, não a história tôda, com princípio, meio e fim. Camões estaria certo se acomodasse a sua matéria aos princípios da epopéia, fazendo o poema de uma só pessoa primária, e dando com esta a idéia de príncipe perfeito. Os episódios são ornamento, e não são só os episódios que delei-

tam: também a boa invenção, a disposição, a boa medida dos versos e muitas outras qualidades do poema. Numa epopéia não se deve tratar de cousas presentes, nem nos prognósticos (o Chantre diz erradamente profecias), para se evitarem erros, como se deu com Camões no que respeita a D. Sebastião. A história deve ser contada sucessivamente e sobre ela incidam os episódios na melhor ordem. Alcançar notícia do precedente por súbito conhecimento, não é norma, pois é impossível praticar tal princípio na fábula simples; possível só na fábula composta, pela “agnição” e pela “peripécia”. Os *Lusíadas* são fábula simples, portanto tal princípio não se lhe pode aplicar. Camões não respeitou, portanto, as normas da boa proporção, como alega o Chantre.

Termina aqui o exame das considerações do Chantre sobre as “partes” que há de ter a epopéia e sobre o modo como Camões as guardou nos *Lusíadas*. Mas como o mesmo Chantre, ao tratar da biografia do poeta defende-o de se louvar a si mesmo, respondo também a esse passo. Falta modéstia em Camões. O Chantre poderia tentar justificar a atitude do poeta, com Virgílio (*Eneida*, IX, episódio da morte de Naso), a quem imitou Estácio, e não com os passos e autores que citou; poderia ainda tentar essa defesa com Homero; mas veja-se que tais autores gabam sempre os seus versos indiretamente, não diretamente e com a imodéstia de Camões.

III PARTE

APOLOGISTAS E CENSORES DE CAMÕES

Apologistas e censores de Camões.
Severim de Faria, apologista de Camões.
Pires de Almeida, censor... do apologista.

CAPÍTULO V

APOLOGISTAS E CENSORES DE CAMÕES

Frei Bartolomeu Ferreira, Censor inquisitorial da 1.^a edição dos *Lusíadas* (1572), celebrizou-se, ou pelo menos veio a tomar uma posição relêvo, na história da crítica camoniana, o que significava que também na história da crítica portuguesa, pelo modo como julgou o poema. Não nos deu uma análise minuciosa do poema, análise que sem dúvida teria feito para chegar, com toda a sua responsabilidade, a um juízo seguro quanto ao respeito do poeta pela ortodoxia católica, já então intransigentemente defendida em Portugal pelo Tribunal da Inquisição. Não nos deu uma análise minuciosa do poema, talvez porque não estivesse nos hábitos da censura fazê-lo, mas definiu, em meia página, o seu juízo crítico, onde, a par da indicação do tema central da epopéia camoniana, (em que desde então não se entendem os críticos) e a par do elogio, comedido mas suficientemente franco, do “engenho” do poeta e da sua “muita erudição nas sciencias humanas” (ponto também em que os críticos, desde então, nem sempre se entendem) — já se insinua, se não uma censura, pelo menos um reparo ao poema (outro ponto ainda em que os críticos, principalmente os clássicos, não se entendem); reparo quanto ao uso do *fabuloso gentílico*, que o censor de ânimo largo justifica introduzido na tecitura heróica para “encarecer a dificuldade da navegação & entrada dos Portugueses na India”, mas em que não se deve crer, adianta o censor, a fim de que fique “sempre salva a verdade de nossa sancta fe, que todos os Deoses dos Gentios sam Demonios” (141).

A partir do parecer de Frei Bartolomeu Ferreira, cuja amizade pelo poeta, cuja compreensão de seu valor, cuja grandeza de ânimo têm sido louvadas com justiça, e cujo parecer sobre o poema é já uma tentativa de formulação de juízos críticos, interpretativos e judicativos; a partir do parecer de Bartolomeu Ferreira, dizia, lentamente, à proporção que o poema se divulgava, à proporção que de seu significado se ia tomando consciência, à proporção que um labor crítico se desenvolvia movido de causas já referidas — definiu-se, em volta do poema, a acompanhá-lo a carreira histórica, um movimento crítico que caminhou no sen-

(141) V. 1.^a edição dos *Lusíadas*, Lisboa, 1572. Sobre Bartolomeu Ferreira V. Sousa Viterbo, *Frei Bartolomeu Ferreira, o primeiro Censor dos Lusíadas*, Lisboa, 1891. Sobre a provável interferência do censor no texto do poema, V. Aquilino Ribeiro, *Luis de Camões, Fabuloso-Verdadeiro*, Lisboa, s.d. /1950/.

tido da análise e da interpretação do mesmo, lançando com isto as bases da sua exegese, mas ao mesmo tempo um movimento crítico no sentido de definir duas posições antagônicas, e por vêzes irreconciliáveis, em face de um problema muito complexo e de difícil solução: o valor do poeta à luz dos cânones clássicos e dos modelos consagrados. Problema típico do Classicismo, cuja formulação e cujas tentativas de solução não podemos hoje entender sem a compreensão da cultura e do espírito da época que os propôs.

Levantado o referido problema e em consequência definido o referido antagonismo, de então até o começo do século XIX, cada vez mais acirrados, cada dia mais agitados de paixão, de um lado se puseram os *apologistas* do poeta, empenhados na sua elevação à categoria de glória nacional, e universal, e doutro se puseram os *censores*, empenhados em defender, contra os desvarios da idolatria, verdades críticas que se criam absolutas e universais, e perante as quais o poeta nacional tinha de ser posto num plano em que a crítica se exercesse com liberdade, e o justo valor dos *Lusíadas* fôsse encontrado e definido.

Claro está que se eram legítimas as posições tomadas, quando é verdade que o poema e as circunstâncias históricas as sugeriam, e até mais, as impunham, nem sempre foi legítimo o comportamento crítico adotado na defesa dessas posições. Se por um lado os *apologistas* iam realizando uma obra de reconhecida justiça, que era colocar o poeta no quadro dos valores universais, por outro lado, tomados dos desconcertos da idolatria (como prova suficientemente o caso de nosso Severim de Faria, e à farta o laborioso Faria e Sousa) empenharam-se cegamente na defesa do poeta perante tôda e qualquer censura, e lutaram por consagrá-lo como o maior épico de todos os tempos. Os *censores*, sem deixar de reconhecer méritos muito especiais no poeta cuja presença espiritual e artística se ia impondo, agarraram-se a pormenores destituídos de importância, quando postos ao lado do que nos *Lusíadas* eram valores positivos e reconhecidos.

Visto à distância, êsse conflito, tão característico da primeira fase da crítica camoniana, e mais tarde não menos característico da crítica neo-clássica, com José Agostinho de Macedo à frente, pode parecer, se não infundado de razões, pelo menos ridículo em face daquilo que hoje compreendemos até certo ponto bem — o valor do poeta, incontestável e acima de nugas e questiúnculas críticas. Pode parecer, mas na realidade não o é. A definição de um antagonismo, já na primeira fase da crítica camoniana, era natural, e no caso também legítima. Natural e legítima porque dois valores, inegáveis, se chocaram desde o momento em que *Os Lusíadas* iniciou a sua carreira literária: de um lado a estética clássica, definida em seus ideais por teóricos com a autoridade de Aristóteles e de Horácio, e realizada por escritores gregos e latinos que se conseguiram como modelos a serem seguidos e imitados; de outro lado

o poema, fruto de um poeta genial, sabidamente mais levado pela liberdade criadora, pela forças naturais de sua ispiração, que pelo respeito cego e subserviente a uma preceptiva cujas minuciosas exigências, ademais, só se conheceram em Portugal a partir dos primeiros críticos do mesmo poeta. Está-se a ver ou a reconhecer, portanto, que o conflito entre apologistas e censores de Camões não é uma ociosa e vã disputa, travada mediocrementemente à sombra de um alto valor, mas, na essência, um choque de valores, natural e legítimo, de valores cuja consciência só abona esta fase da crítica portuguesa. Se os caminhos percorridos por essa mesma crítica não foram os melhores, e quando bons nem sempre suficientemente palmilhados, não vamos concluir (o que, se assim fôsse, seria evidente leviandade) que os primeiros críticos camonianos tenham ficado fora, ou muito aquém dos mais altos temas estéticos suscitados pelo imortal poema.

Não deixo de reconhecer que nesta primeira fase da crítica camonianiana não é só este conflito ou essa “querela de camoistas” que tem importância para o historiador da crítica portuguesa; tanto, se não em alguns aspectos mais importância, tem a evolução e a definição de métodos de trabalho crítico, quer no setor dos comentários, de que Faria e Sousa, no seu gênero era (e disso tinha ele próprio consciência) mestre incontestável, quer no setor das biografias, dos dicionários bio-bibliográficos e das teorias literárias. Mas se é evidente a importância desses aspectos da crítica, e plenamente se justifica o seu estudo, não menos evidente é o fato de que para o estudo das peças que tenho em vista, e para o estudo da obra e da posição histórica de Pires de Almeida, importa mais considerar o conflito entre apologistas e censores de Camões do que, na mesma época, a evolução da atividade crítica.

O desaparecimento de muitos documentos (142), de que temos hoje apenas indiretas informações, não nos permite reconstruir totalmente a evolução da atitude, do espírito e da doutrina dos censores dos *Lusiadas*, nesta primeira fase da crítica camonianiana. Mas se nem tudo, infelizmente, é possível reconstruir, muito ainda se pode compreender, examinando as considerações dos “vedores” das primeiras edições do poema, as incidentais considerações de Manuel de Gallegos no seu *Discurso poético* (143), muito especialmente a obra de Pires de Almeida, que frontal e corajosamente analisou os “desacertos” do poeta, e por outro lado deduzindo, das defesas de Manuel Correia (144), de Seve-

(142) Uma idéia do número de estudos críticos e comentários escritos no século XVII, e infelizmente desaparecidos, oferece Juromenha, op. cit., I, pgs. 305-352; Soares de Brito, João Franco Barreto e Diogo Barbosa Machado, op. cit. in nota 1; D. Francisco Manuel de Melo, *Hospital das Letras*, in *Apologos Dialogaes*, ed. Rio, 1920, pgs. 304-308; e Pires de Almeida, em mais de uma alusão a censuras feitas a Camões.

(143) Manuel de Gallegos, *Discurso Poetico*, in *Ulysses ou Lisboa Edificada*, 1.ª ed., Lisboa, 1636.

(144) Manuel Correia, *Os Lusiadas do Grande Luis de Camoens...*, Lisboa, 1613.

rim de Faria (145), do Pd. D. Marcos de São Lourenço (146), de Faria e Sousa (147), de João Soares de Brito (148) e de João Franco Barreto (149), as razões de seus opositores.

A partir do reparo de Frei Bartolomeu Ferreira até meados do século XVII, ponto de chegada da primeira geração de críticos camonianos, definiram-se como pontos vulneráveis dos *Lusiadas*:

a) — a eleição dos temas: temas muito recentes, prognósticos fálicos, episódios indignos de imitação, e fabuloso mitológico;

b) — a composição do poema: referirem-se, na proposição, episódios, quando se devia referir apenas a ação principal; não ser respeitado o princípio de *uma só ação*; iniciar-se a narração no meio da fábula, quando se devia fazê-lo do começo;

c) — a imitação: nem sempre foi fiel aos modelos, e nem sempre superior aos mesmos pela novidade e pela força poética;

d) — a verossimilhança: nem sempre foram respeitados os seus princípios;

e) — o estilo: apontavam-se no poema os defeitos de estilo, quanto à versificação, quanto à linguagem e quanto ao uso da erudição.

Não é difícil sentir e compreender que os censores do poeta cujo valor se ia impondo com força invulgar, colocaram-se, perante os contemporâneos, e porque não dizer também perante nós, numa posição muito delicada e muito difícil porque em princípio antipática. Mas se já não podemos mudar os sentimentos que tais censores provocaram, podemos, num ato de serena justiça, reconhecer ou pelo menos admitir que não lhes faltava o direito de livremente discutir as qualidades e os defeitos do poema, que suas razões se legitimavam por uma doutrina literária em moda, e que censurando este ou aquele pormenor do poema, nenhuma vez deixaram de reconhecer o excepcional valor do épico nacional.

Contra os censores, num clima que resultou em ser malquerenças e de intransigências, levantaram-se com violência os apologistas do poeta, Manuel Correia, Pedro Mariz, Severim de Faria, Faria e Sousa, Soares de Brito e João Franco Barreto, para referir apenas aqueles cujas obras nos chegaram. E da parte destes o empenho constante foi, por um lado destruir uma a uma as censuras levantadas, o que nem sempre se fez, já não digo com serenidade, mas com razões bem fundadas; e por outro lado, como já disse, colocar o épico nacional na categoria de um valor universal absoluto e sem competidores.

(145) Manuel Severim de Faria, *Vida de Luís de Camões*, in *Discursos Varios Politicos*, 1.^a ed., Évora, 1624.

(146) Juromenha, op. cit., I, 323-328.

(147) Faria e Sousa, *Lusiadas de Luís de Camoens...*, Madrid, 1639.

(148) João Soares de Brito, *Apologia...*, Lisboa, 1641. V. nota 78.

(149) João Franco Barreto, *Discurso Apologético...*, escrito em 1639, pub. em 1881 e numa melhor edição em 1895. V. Bibliografia.

Juromenha (150) e mais tarde Teófilo Braga (151) referem a existência, na primeira metade do século XVII, de um conflito entre *tassistas* e *camoistas*. Fidelino de Figueiredo já fez ver que tal conflito jamais existiu: “o que houve, — afirma o principal historiador da crítica portuguesa — indiscutivelmente, foi uma controvérsia sobre o episódio do sonho de D. Manuel, no canto IV, estâncias 67a. a 76a.” (152). Juromenha e Teófilo cometeram o engano evidente de generalizar e pôr em termos de uma inexistente polémica entre *tassistas* e *camoistas* o que foi um pormenor ou um dos argumentos lançados na disputa entre os apologistas e os censores de Camões. Fidelino de Figueiredo, mais exigente na apuração dos documentos, e contando com mais recursos de trabalho, pôde ser muito mais exato na definição dos fatos. Se bem virmos, a polémica em torno do episódio do Sonho de D. Manuel, suficientemente documentada nos manuscritos de Pires de Almeida, é um episódio de toda uma complexa polémica em torno do valor do poeta épico perante o valor dos princípios da estética clássica; complexa polémica, de indiscutível interesse para a história da crítica portuguesa; de indiscutível interesse para a história da crítica camoniana, quando é verdade que marcou avincadamente o primeiro “ambiente” dos leitores dos *Lusiadas*.

À luz dessa polémica entre censores e apologistas de Camões, e só à sua luz poderemos compreender a obra dos primeiros críticos do poeta, e em nosso caso particular o ensaio biográfico e crítico de Severim de Faria (*Vida de Luís de Camões*), publicado nos *Discursos vários políticos*, em 1624, e a exigente análise, do mesmo ensaio, escrita por Pires de Almeida, em 1638: *Exame de M.P. d'A. sobre o particular juízo, que fez M.S. de F. das partes, que ha de ter a epopeia, e de como Luis de Camões as guardou nos seus Lusiadas* (153).

(150) Juromenha, op. cit., I, 334.

(151) Teófilo Braga, *Hist. Litt. Port.*, III, *Os Seiscentistas*, Porto, 1916, pg. 494.

(152) Fidelino de Figueiredo, *Historia da Critica Litteraria*, Lisboa, 1916, pgs. 25-26.

(153) V. Apêndice.

CAPÍTULO VI

SEVERIM DE FARIA, APOLOGISTA DE CAMÕES

Apreciando os *Discursos vários políticos*, escreve, a certa altura, Jorge Cabral, seu primeiro censor: "... não tem cousa, que encontre nossa Santa Fee, ou costumes, antes he obra em que muito resplandece o excelente juizo, & estilo do autor, & não menos a gratidão, & zelo com que devem ser honrados os que honrarão sua patria. E pois as naçoens estrangeiras com estatuas, & escriptos, celebraõ tão Insignes Varrões, por cuja pena voou por todo o mundo a illustre fama do nome Português, nascida de suas victorias mais que humanas, justo he que da mesma patria surja pena semelhante que de a conhecer ao mundo os que nelle a fizerão tam famosa..." (154).

Muito bem o reconheceu o Censor da Casa de São Roque: dois sentimentos dominaram o espírito do distinto erudito e historiador ao se lançar o mesmo à empresa de escrever as biografias de três insignes escritores nacionais (Camões, João de Barros, Diogo do Couto) — "gratidão, & zelo com que devem ser honrados os que honrarão sua patria".

Movido por sentimentos tão generosos, Severim de Faria, depois de tecer uma biografia do poeta, que o põe diante dos leitores, vítima das injustiças da sorte e dos contemporâneos, passa a considerar a maior obra do insigne poeta, com o intento declarado de deomonstrar, em resposta a censuras que faziam aos *Lusiadas*, que seu illustre autor respeitara rigorosamente os princípios fundamentais da épica clássica.

- a) imitou uma só ação;
- b) imitou uma ação horóica;
- c) imitou uma ação honesta;
- d) imitou uma ação útil;
- e) expressou-se em estilo deleitoso.

E sôbre ter respeitado fielmente tais princípios, cuja validade Severim de Faria acata sem sombra de dúvida, (o que, veremos, tem bastante importância para a definição de sua obra crítica e de sua posição perante Pires de Almeida) Camões, para o seu apaixonado biógrafo, "merece . . . particular louvor, porque ainda que não excedeo em tudo a todos, ao menos se avantajou a cada hum em algúa parte ..." (155).

(154) V. 1.^a ed., 1624, fl. 1.

(155) Ibidem, fl. 106.

Se o intento do erudito Chantre era e é legítimo, pelo muito que merece Camões, a verdade é que à legitimidade de tal intento nem sempre correspondeu a validade das razões apresentadas e defendidas. Se não vejamos.

Primeiramente, o apologista, na obsessão do respeito das doutrinas impostas ao poema épico, por Aristóteles, por Horácio, e por seus intérpretes, esforça-se por mostrar que Camões seguiu ortodoxamente essas doutrinas: imitou uma só ação, heróica, honesta e útil, e se expressou em estilo deleitoso, isto é, logrou produzir no leitor o deleite, tanto pelo estilo, como pela erudição, pela novidade dos episódios, pela mistura dos estilos, pelas licenças de linguagem e pela proporção do poema. E ainda neste intento procura justificar, em resposta aos censores do poeta, os passos em que o mesmo parecia contrariar a referida ortodoxia clássica:

a) a ação dos *Lusíadas* era sem dúvida uma só — a viagem de Vasco da Gama — embora na proposição mais ações se enunciassem, ações que na verdade eram episódios, e segundo Homero e Virgílio episódios podiam ser enunciados na proposição;

b) a ação dos *Lusíadas* era sem dúvida honesta, em que pesasse “dizerem algus que, profanou o Poeta esta honestidade, & grandeza da acção com não guardar á Religião o decoro devido, invocando Musas, & fingindo Concilios de Deoses indecentes á Poeta Catholico, e que como tal devia antes invocar os Santos, & usar das ficções de milagres & aparecimentos de Anjos, como algus modernos fizerão”. (156);

c) a ação dos *Lusíadas* é útil, em que pese Camões não ter louvado “a todos os que reynarão neste Reyno” (157);

d) finalmente, *Os Lusíadas* são um modelo de estilo deleitoso, apesar de tôdas as censuras que lhe fazem.

Em segundo lugar, empenha-se o apologista, através de todo o seu discurso, em demonstrar que no gênero épico, “tão difficultoso na composição, se se houverem de guardar perfeitamente todos os preceitos da arte . . . merece Luis de Camões particular louvor, porque ainda que não excedeo em tudo a todos, ao menos se avantajou a cada hum em algúa parte” (158). Assim:

a) no que respeita à honestidade da ação excedeu a “Estacio na sua *Thebaida*, & e a Claudiano no seu *Rapto de Proserpina*” (159) e, em certo ponto, a Homero e Virgílio, pois o fim da *Odisséia*, bem como o motivo da guerra vencida por Enéias logo à sua chegada à Itália, contém “acções em q’ ha pouco de grande, e admiravel” (160); neste aspecto Camões excedeu ainda a Ariosto e Tasso, por preferir o fabuloso mitológico ao cristão, “porque he indecencia grandissima usar dos nomes dos

(156) Ibidem, fl. 109V.

(157) Ibidem, fl. 115.

(158) Ibidem, fl. 106.

(159) Ibidem, fl. 108V.

(160) Ibidem, fl. 109.

Santos para fabulas profanas, com a mesma facilidade com que os Gentios o fazião. . .” (161);

b) no que respeita ao estilo deleitoso, o poeta “não reconhece em toda a antiguidade superior, & difficultosamente lhe poderemos dar semelhante” (162). Quanto à erudição “ não se achará poema nenhum onde em tão breve escritura se tocassem tantos, & tão doutos passos de lição varia” (163). Quanto à novidade e excelência dos episódios, “quasi nenhum outro poeta se lhe póde igualar” (164). Fianlmente, quanto à boa proporção das partes do poema e os demais preceitos da arte, Camões os respeitou de tal modo “que se Aristoteles o alcançara não gastara tantas palavras em louvar os (poemas) de Homero” (165).

(161) Ibidem, fl. 110V.

(162) Ibidem, fls. 114-114V.

(163) Ibidem, fl. 115.

(164) Ibidem, fl. 115V

(165) Ibidem, fl. 119.

CAPÍTULO VII

PIRES DE ALMEIDA, CENSOR... DO APOLOGISTA

Não é difícil perceber que o erudito historiador e crítico, ainda em vida tão louvado e prestigiado pelo seu saber e pela sua obra, meteu-se numa empresa por todos os motivos benemerita e justa, mas sem muitos recursos (como veio a demonstrar Pires de Almeida) e — o que já está evidente — sem um rumo seguro. Se lhe não faltasse uma verdadeira intuição crítica (qualidade que há de salvar Pires de Almeida do esquecimento em que tem estado, e da antipatia dos que incidentalmente o têm considerado), teria levado a defesa do poeta, cujas glórias nenhum contemporâneo contestou, por outro caminho: nem se agarrar à validade absoluta; o que quer dizer, universal, de todos os princípios sugeridos ao poeta épico, por Aristóteles, por Horácio e por seus intérpretes e continuadores, o que era uma tese impossível de defender, a não ser que (e é bem o caso de Severim de Faria) se desconhecêssem o valor relativo de muitos preceitos contidos na *Poética* de Aristóteles, e o sentido e a validade da evolução da arte (idéias muito claras no espírito de Pires de Almeida); nem querer demonstrar o que era indemonstrável: a superioridade de Camões em face de todos os valores antigos, consagrados pelos séculos e muito especialmente pelo Renascimento, e alguns valores modernos que se iam consagrando, como Ariosto e Tasso; tese possível apenas no mundo do sentimento, da simpatia, da idolatria, onde valem argumentos do gosto, das predileções e das afeições pessoais, mas não os argumentos de ordem objetiva, e racionais (com os quais esgrime talentosamente Pires de Almeida).

Vendo em primeiro plano, não a obra de Camões, (e isto é fundamental para a compreensão e para o julgamento do espírito e da obra de Pires de Almeida, cuja fama chegou-nos bastante maltratada pelos contemporâneos) mas uma atitude, um objetivo, uma doutrina e um método crítico, o Licenciado e modesto Tesoureiro da Igreja de São João de Beja, há alguns anos a formar boa bagagem de erudição literária e sobretudo boa orientação crítica, em grande parte adquirida na Itália. importante foco de fermentação de idéias críticas, — entra em campo. com bastante lisura, com muitas precauções, mas também com muita segurança, a fim de demonstrar ao “douto escritor da vida de Camões” (166) e aos seus entusiastas leitores, que muito havia que reparar,

(166) V. apêndice, fls. 172V.

censurar, e modificar no referido discurso, para que se apurassem “verdades sem gênero de competência” (167).

“Assi como as obras divinas se devem admirar com reverencia, e humildade, — escreve na introdução do seu *Exame* — assi as humanas tem (sic) sempre alguma imperfeição, e por isso no julgallas convem primeiro apurar sua qualidade. O entronizar-se tanto que se nam contradiga a algum escritor, por grande que seja, e dizer como os discipulos de Pitagoras, *ipse dixit*, he sinal certo de pobreza de entendimento. Platam nam somte. se oppós a grande numero de filosofos, mas a Homero, de quem aprendeu muitas cousas. Aristoteles, nem como invejo, nem ingrato, mas como verdadeiro filosofo, contrariou seus mestres, a Platã, e Socrates, ensinãdo a verdade, e refutando as opiniões, que em si a nam tinham, e sendolhe estranhando (sic) / estranhado/ respondeu, *Amicus Plato, amicus Socrates, magis amica veritas*. E certo quem dissesse que o contrariar em abonação da verdade nam conviesse aos estudiosos de todas as artes, seria menos que de juizo limitado. Nam se me tenha por temeridade, e maledicencia opporme ao douto escritor da vida de Camões, com quem aqui o havemos, porque o fim deste presente estudo livremente tira a arguir duvidas, discutir materias, para se virem a apurar verdades sem genero de competencia; se por minha insufficiencia não acertar em merce peço perdam, e em justiça evidencia de meu erro. Mas se com exemplos, authoridades, e razões, sayr com meu intento, purificando suas escrituras, parece merecer galardam, e louvor, e nam nome de temerario, nem de maldizente. O diferensar sobre as sciencias he franqueza universal, o dizer verdade he obrigação de todos, o errar he de homens; e assi nam fallo com soberba, nem com emolação, invejo a gloria dos senhores, que deram motivo a tirar a limpo este papel (conheça o mundo a fraqueza de meu engenho, e no mesmo tempo a integridade de meu animo, e a singeleza de meu intento) e assi havendo quem me mostre melhor caminho retratarmehei seguindo as opiniões maes seguras. E deixando defensões, e vindo ao proposito sentidissimo me acho, vendo espalharse por toda espanha (sic) em materia de Poesia se me não engamno huma doutrina tão pouco certa, e diretamente contra Aristoteles, e que aja quam della faça caso, o que pode ainda ser de infinito damno aos engenhos espanhoes, que tem (sic) pouca noticia da Poetica e ja pode ser tenha damnificado a alguns. a cujas mãos chagarem estes Commentarios, este particular juizo das partes, que ha de ter a epopeia, e como Luis de Camões as guardou todas nos seus *Lusíadas*, e para que se apague este fogo, e se nam levante outra nova religiam de hereticos poetas, ja que anda em campo dos Cultos, nos obrigou a tomar a penna na mão, e escrever com ella o mesmo discurso, a quem nos oppomos e juntamente com elle nosso parecer” (168).

(167) Ibidem, fls. 172V.

(168) Ibidem, fls. 172-173V.

“A causa — continua Pires de Almeida — de ser (Camões) tam decantado he escrever em tempo nam tam polido, nem tam culto. como o presente, e occupar muito d’antemam (o que he de grande momento em todas as cousas) o primeiro lugar, e celebrar os grandes feitos, e as estremadas empresas dos Portugueses, e imitar custumes com introdução de homens, e deoses, e ser sem comparaçam muito maes excellente que todos os que antes delle poetaram em Portugal, o que não tira encorrer em todos os defeitos que em Homero, e em Virgílio se notaram, carecendo de arte, e de industria, valer-se no tecer a fabula de Virgílio, e nam formar idea de perfeito principe, nam guardar decoro (e não ser sua vea bem limada, verisimil, e iudicioza, mas estranha, licencioza, e ordinariamente popular, e humilde) e cousas semelhantes. Confessamos em Camões grande natural, e grande engenho, mediocre doutrina, e deve-se lhe louvar por imitar com imitação pr.^o que seus naturaes, e espalhar em seu poema lumes, e cores de rhetorica, e deve-se lhe escusar por culpa da idade, e do uso” (169).

Contrariamente ao que afirmava Severim de Faria, Pires de Almeida procura demonstrar, mais seguramente apoiado em “exemplos, em authoridades, e razões”, que Camões nem sempre guardou os preceitos clássicos da epopéia, e que seu apologista, ao expor uma teoria da epopéia, comete erros de composição, de terminologia, de doutrina e de interpretação das fontes literárias e teóricas.

Em primeiro lugar: Camões não guardou rigorosamente os preceitos clássicos da epopéia:

a) não elegeu para o poema *uma só ação*, nem é inculpável a *proposição* do mesmo poema;

b) o argumento dos *Lusíadas* não é tão *admirável* quanto afirma o seu apologista; dêste modo Camões não superou Homero e Virgílio;

c) quanto ao *fabuloso*, não se justifica ou não se pode defender, nos *Lusíadas*, nem a invocação da Musas nem os episódios pagãos, o que não impede reconhecer, nesses episódios, honestidade;

d) no que respeita ao princípio da *utilidade* Camões não é perfeito, pois coloca em seu poema ações indignas de príncipes;

e) embora não se possa negar aos *Lusíadas* *estilo deleitoso*, há no poema, quanto a êste aspecto, inegáveis defeitos: linguagem poética por vêzes prosa versificada, por vêzes com dissonância; abuso da erudição; episódios nem sempre com novidade e excelência; emprêgo do estilo jocoso, quando se deviam empregar no poema apenas os estilos grave e florido; abuso das licenças de linguagem, no que se refere aos latinismos; desrespeito do princípio da boa proporção das partes do poema;

f) há, da parte do poeta, falta de modéstia, uma vez que abona e louva seus próprios versos.

(169) Ibidem, fl. 171V.

Em segundo lugar: no *Discurso* de Severim de Faria, a par de um ou outro ponto acertado, (a honestidade dos episódios fabulosos, mesmo o da Ilha fingida; o sentido alegórico e o caráter douto das fábulas mitológicas; alguns aspectos do estilo deleitoso dos *Lusíadas*; admitirem-se nos *Lusíadas* episódios jocosos) há erros que não abonam o crítico e principalmente a sua doutrina:

a) Severim de Faria, dominado pela idolatria, exagera o valor de Camões como poeta épico, e pratica injustiças e erros na avaliação de outros épicos antigos e modernos;

b) Severim de Faria comete erros de doutrina:

- 1 — não interpreta corretamente o passo da *Poética* de Aristóteles em que se expõe a doutrina sobre a ação na tragédia (fls. 176-177 v);
- 2 — não trata suficientemente do princípio da unidade de ação no poema épico (fls. 184 — 184 v);
- 3 — não conhece ou não alega os verdadeiros preceitos sobre a *proposição* no poema épico (fls. 184 v — 186 v);
- 4 — não sabe exatamente o que seja *episódio* no poema épico (fl. 186);
- 5 — os fins da epopéia não são: ensinar, incitar e mover deleitando; mas, mover admiração e inflamar os ouvintes ao desejo de imitar as empresas gloriosas de pessoas ilustres (fl. 187 v);
- 6 — erra na definição de poesia (fl. 195);
- 7 — erra, considerando a *invocação* parte essencial da poesia (fls. 194 v — 195);
- 8 — alega, erradamente, que se deve manifestar a alegoria do episódio (fls. 203 v — 209);
- 9 — diz que a *utilidade* e o *deleite* são *partes* essenciais da epopéia, quando são *fins* de toda poesia (fl. 210);
- 10 — diz que não é lícito à poesia contrariar as verdades da história, quando é sabido que a poesia olha a verdade em universal e não em particular (fl. 212);
- 11 — alega erradamente que a *erudição* é a parte mais dificultosa da poesia, quando na verdade é a *invenção* (fl. 215); alega que a *erudição* move os afectos, quando a verdade é que são a singeleza das palavras, a gravidade, a grandeza, a novidade, que movem as paixões e os afectos (fls. 215 v — 216);
- 12 — não entendeu a doutrina de Aristóteles sobre a preferência, nos episódios fabulosos, dos impossíveis prováveis, pelos possíveis improváveis (fls. 220A v — 221);

13 — não sabe o que sejam ação simples e ação composta na epopéia; por isso alega erradamente que a ação dos *Lusiádas* é composta (fls 221 — 221A);

14 — desconhece a doutrina sobre os episódios no poema épico (fl. 222 v);

15 — alega erradamente que a epopéia é meio termo entre a tragédia e a comédia, e que o estilo jocoso deve ser usado na epopéia (fls. 222 v — 224 v);

16 — não entendeu a doutrina sobre a invenção de palavras, direito que se concede aos poetas (fls 226 — 229);

17 — dá a boa proporção do poema como causa de deleite, quando é causa apenas de admiração, e pode haver em qualquer gênero poético, e não apenas na epopéia; não compreendeu o princípio a boa proporção no poema épico (fls. 229 v — 231 v);

18 — diz erradamente que os episódios deleitam, quando, na verdade, muitos e outros são os motivos de deleite na epopéia (fls. 231 — e 231 v);

19 — não explica claramente que matéria histórica, em relação a seu tempo, deve o poeta épico escolher (fls. 231 v 232 v);

20 — quer *peripécia* e *agnição* em poema de ação simples, quando só são possíveis em poema de ação composta (fls. 233 v).

c) Severim de Faria cometê ainda vários erros na interpretação das fontes doutrinárias e literárias, indispensáveis ao estudo de um poema épico:

1 — quando trata das partes essenciais da fábula na epopéia, alega um passo impróprio da *Poética* de Aristóteles (fls. 175 — 175 v);

2 — tratando de uma das propriedades da epopéia, uma só ação, alega um passo da *Poética* de Aristóteles que se refere à tragédia, quando devia alegar o passo que se refere à epopéia (fls. 176 — 176 v);

3 — exclui da categoria dos épicos quatro poetas (Ovídio, Sílio Itálico, Lucano e Ariosto), sem um exame suficiente de suas obras (fls. 178 — 183);

4 — não conhece suficientemente os poetas das “argonauticas” (fls. 184 — 184 v);

5 — não interpretou corretamente a proposição da *Ilíada* e da *Odisséia* (fls. 185 v — 186);

6 — não interpretou corretamente a *Tebaida*, de Estácio, e o *Rapto de Proserpina*, de Claudiano (fls. 187 v — 188);

- 7 — não interpretou corretamente o fim da *Odisséia*, e o passo da *Eneida* que refere a guerra travada à chegada de Enéias ao Lácio; por isso considera as duas passagens indignas e diminutas (fls. 189 — 193);
- 8 — não interpreta com exatidão a novidade do assunto dos *Lusíadas* (fls. 193 — 193 v);
- 9 — diz erradamente que os antigos não acreditavam nas Musas e não as adoravam (fls. 195 — 196 v);
- 10 — quer justificar o fabuloso gentílico em Camões, com poetas que não são épicos (fls. 196 v — 197);
- 11 — não compreendeu a verossimilhança do fabuloso em Tasso e em Ariosto (fls. 198 — 199 e 219 — 220A v);
- 12 — não compreendeu o sentido do fabuloso cristão nos poemas modernos (fls. 198 — 201);
- 13 — não interpretou bem o fim do VI Livro da *Eneida* (fls. 204 — 204 v);
- 14 — desconhece os episódios amorosos de Tasso, por isso não alcançou o seu sentido, bem como o sentido dos de Homero (fls. 208 v);
- 15 — não interpretou bem o passo da *Poética* de Aristóteles que trata da *erudição* como vício na tragédia e na epopéia (fls. 216 — 216 v);
- 16 — considera a Ilha dos Amores, Ilha de Santa Helena, quando se trata de Ilha fingida (fl. 217);
- 17 — não interpretou bem o caso de Júpiter e Juno, na *Odisséia* (fl. 217 v);
- 18 — não alcançou a novidade do episódio virgiliano, a Jornada de Enéias ao Inferno (fls. 218 — 218 v);
- 19 — não apurou convenientemente a novidade e a excelência dos episódios dos *Lusíadas* (fls. 221A — 222 v);
- 20 — diz erradamente que Virgílio usou na epopéia de estilo jocoso (fl. 224 v);
- 21 — não entendeu o que dizem Aristóteles, Horácio e Macrobio sobre a novidade dos termos em Homero (fls. 227 — 228);
- 22 — não entendeu a razão e o sentido do vocabulário que a Academia da Crusca fez para a *Jerusalém*, de Tasso (fls. 228 v — 229);
- 23 — não alegou em defesa da imodéstia de Camões, que louva seus próprios versos, fontes convenientes (fls. 234 — 235).

d) comete finalmente Severim de Faria erros de terminologia e até na composição do seu discurso:

- 1 — usa a expressão *poema heróico*, quando devia usar a palavra *epopéia* ou a expressão *poema épico* ou *epopéico* (fls. 174 — 174 v);
- 2 — diz que o poema “heróico” tem cinco “partes” essenciais; ser imitação de uma ação heróica, honesta, útil e deleitosa. Há aqui três erros: fala em cinco “partes” e refere apenas quarto; se se diz que a ação é *heróica*, excusa de dizer que é *honesta*; a palavra “partes” está empregada imprópriamente: o autor devia falar em *propriedades* e *condições* da fábula (fls. 175 — 175 v e 187);
- 3 — considerada erradamente Ovídio poeta *heróico* (fl. 178 v);
- 3 — diz que o poema épico tem três finalidades: ensinar, incitar e mover, esquecendo-se de que incitar e mover são sinônimos (fl. 186 v);
- 5 — denomina *episódio* os amores de Ulisses e Calípso, quando se trata do início da ação principal (fl. 208 v);
- 6 — confunde *partes essenciais* da *epopéia* com *finalidades* da poesia;
- 7 — denomina profecia a Fala do Velho do Restêlo, quando na verdade se trata de um juízo nascido da experiência (fl. 217);
- 8 — diz *profecia*, quando devia dizer, *prognóstico* (fl. 232 v);
- 9 — no que respeita à composição de seu discurso, perde o fio da exposição (fl. 209 v) e não segue o plano enunciado na introdução (fls. 209 v — 210).

Ao publicar seu ensaio sobre Camões, em 1624, Severim de Faria, já então acatado erudito, movido de contagiantes sugestões do movimento de glorificação do poeta nacional, estava infinitamente longe de supor que dentro de poucos anos, em 1638, lhe sairia pela frente, vindo do quase anonimato, um censor, inegavelmente respeitoso, mas também inegavelmente exigente e categórico, a lhe demonstrar que a crítica exige uma atitude definida, que tem princípios, métodos e objetivos que se devem respeitar, sob pena de atestar, seu inadvertido cultor, “pobreza de entendimento” e “juízo limitado”. A crítica deve partir do princípio de que as obras humanas nunca têm a perfeição absoluta, própria das obras divinas; por isso não podemos “entronizar” as obras humanas, e em nada as contradizer; como obras humanas, as obras de arte têm de se submeter ao exame do crítico, que antes de julgá-las deve apurar-lhes as qualidades. O exercício da crítica implica, assim, numa atitude definida, na aceitação de princípios fundamentais, no emprego de um método definido; importa na coragem de contradizer em “abonação da verdade”; importa em “arguir dúvidas, discutir matérias para

se virem a apurar verdades sem gênero de competência”, verdades de doutrina, verdades de erudição e por fim verdades de apreciação ou julgamento: a crítica importa, finalmente, numa atitude de modéstia, que permite o reconhecimento dos próprios erros e o acatamento das devidas censuras.

Longe estava sem dúvida o autorizado erudito de supor que um modesto licenciado, (em 1629 seu companheiro nas reuniões da Academia dos Ambientes, em Évora) viria arguí-lo dos erros, dos destemperos e das perigosas conseqüências da idolatria, quando é verdade que Pires de Almeida conseguiria demonstrar que o reconhecer o mérito de Camões, como poeta épico, não devia implicar em defender doutrinas que, ou estavam erradas, ou não tinham fundamento nas autoridades, nem na razão crítica; não devia implicar em sobrepor a apologia de um poeta a verdades literárias, e sobrepor de tal modo que se esqueciam os perigos em que resvalava a arte, entregue nas mãos dos cultos, cada dia mais a dominar, alheios à melhor doutrina estética.

Finalmente, bem longe esta Severim de Faria de imaginar que um exigente censor lhe apontaria um impressionante rol de erros de doutrina, de interpretação de fontes, de terminologia, e até êrros de composição.

A atitude assumida por Pires de Almeida, ainda no início da sua carreira de crítico, reflete, incontestavelmente, sob uma explícita preocupação de modéstia, e ainda de respeito pelo “douto escritor da vida de Camões”, uma inegável coragem de defender a crítica literária, seus ideais de verdade e seus direitos de liberdade, contra uma onda, já então volumosa, de sentimentos de entusiasmo pelo poeta Camões, que se começava a ver como vítima da cega fortuna, da incompreensão e da injustiça dos contemporâneos, donde desejar-se, empenhada e apaixonadamente, que se compensasse o poeta com o reconhecimento e as honras dos pósteros; poeta que dera expressão e projetara no plano da consciência nacional e estrangeira, tôdas as glórias da pátria, donde justo e necessário que fôsse elevado á altura dessas mesmas glórias.

Houve incontestavelmente muita coragem a mover a atitude de Pires de Almeida; e a par dessa coragem temos de reconhecer também incontestável segurança na doutrina que defendia, na análise a que submetia o discurso do destemperado apologista do poeta. E está claro que o precípua objetivo de Pires de Almeida não era a obra de Camões, cujos valores reconhece, mas os desmandos e os desacertos de uma crítica o seu tanto diletante.

Mas nesta ordem de idéias não está menos claro que do seu rigoroso exame saiu fundamente atingida a autoridade crítica de Severim e inevitavelmente ferida a reputação dos *Lusíadas*, que se ia definindo, pela pena dos apologistas, como modelo absoluto de poema épico, pela sua alegada perfeição absoluta.

Se tudo isto parece evidente e inegável, resta-nos agora colocar êsse corajoso, erudito, arguto e exigente censor dos apologistas de Camões (em última análise também do próprio Camões) perante nós, no século XX, detentores de uma experiência crítica que o século XVII e mesmo o século XVIII estiveram longe de conquistar; perante nós que estamos na ponta de uma longa, complexa e fecunda evolução da crítica camomiana; colocá-lo perante nós, e verificar em que medida a sua crítica, fundada em definidos princípios, conduzida segundo um método, tendo em vista uma filosofia de valores, apoiada em sólida erudição, reflexo de uma atitude exigente de justiça e de verdades — o credencia como valor positivo na história da crítica portuguesa; e mais, verificar em que medida, apondo alguns reparos aos *Lusíadas* chegou a lhe compreender os valores, que os apologistas contemporâneos nem sempre souberam definir e evidenciar, e que hoje melhor compreendemos.

I V P A R T E

O CRÍTICO PIRES DE ALMEIDA

**Defesa e ilustração da crítica literária.
Empós de uma nova crítica camoniana.**

CAPÍTULO VIII

DEFESA E ILUSTRAÇÃO DA CRÍTICA LITERÁRIA

Respondendo, em 1639, (portanto na altura do ensaio que aqui se estuda) ao *Juizo critico* de Pires de Almeida sôbre o episódio do sonho de D. Manuel (170), diz João Soares de Brito (171), procurando definir e fazer sentir ao próprio Pires de Almeida os sentimentos ou as intenções que lhe conduziam a pena no exame dos apologistas de Camões: “Eu verdadeiramente os tenho (meus argumentos) por tam efficazes, e a Vm. por tam docil, que nam duvido ver a Vm. desta vez persuadido a Vm. mormte. *nam sendo attençam de Vm. neste discurso. (que me enviou) como imagino, outra que de querer ostentar engenho, e erudiçam que vulgarmente applaudem maes na contradiçam da verdade*”. “Poderá com tudo Vm. reparar que foi tambem ouvido sempre aquelle conselho de Pythagoras: *Adversus solem ne loquitur*, que ainda quem por zombaria se atrevesse fallar contra elle seria julgado por indigno de sua luz, maes para escarmento da cegueira que por castigo do arraamento. *E neste particular da Poesia* (com licença de Vm.) *se parece, como quem mto., o nosso Camões como Sol*, nam só na galanteria de ter um só olho, mas porque assi como o *resplendor do Sol se nam entende com louvores, nem se mancha com vituperios, assi Luis de Camões está tam sobre paixões vulgares, que nem gabos o encarecem, nem notas algúas diminuem o valor, e preço de sua poesia.*” (172).

Embora Pires de Almeida responda à altura a crítica de Soares de Brito, e lhe prove à saciedade faltar-lhe, para abono de sua réplica, conhecimento do essencial em matéria de erudição e de doutrina crítica, (173) nós, hoje, não podemos deixar de dar ao mesmo Soares de Brito alguma razão.

- (170) É o primeiro ensaio de Pires de Almeida sôbre o episódio do Sonho de D. Manuel, escrito em Évora, como já se disse, e lido na Acaçémia dos Ambientes: *Juizo Critico sobre a Visam do Indo, e Gangés, rios da India, a el Rey Dom Manoel, representada nos Lusíadas de Luis de Camões em o canto quarto*. Mss. 1096-B, fls. 215-232 V. Nota 15.
- (171) Ver João Soares de Brito, *Resposta ao Juizo Critico do Ldo. Mel. Piz' d'Almeida sobre visam do Indo, e Gangés, representada nos Lusíadas de Luis de Camões, Canto 4. da est. 67 até 75*. Cf. nota 15.
- (172) Op. cit. in nota anterior, fl. 241-241 V. O grifo é meu. Em sua resposta (V. nota seguinte) Pires de Almeida mostra a Soares de Brito que não é de diferente parecer: “Camões he e ha de ser grande contra a proluxidade dos tempos, defendelo em cousas que nam tem desculpa, as quaes posto que lhe nam afeyam sua fermusura com excesso, valera maes nam tellas, he querer çar seguito ao descuido, e desprezar o cuidado...” (Mss. 1096-B, fl. 233 V.).
- (173) Ver, Pires de Almeida, *Resposta ao intuito de Apologista*, Mss. 1096-B, fls. 265-333 V.; *Replica Apologetica à resposta do Licenciado Joam Soares de Britto do livro da Visam do Indo, e Gangés escrita com a penna do author do mesmo juizo*, Mss. 1096-B, fls. 340-537 V. Cf. nota 15.

Camões, pelo seu gênio poético, se pôs tão alto, e tão superior a paixões vulgares, que nem gabos o encarecem, nem críticas lhe diminuem o valor. E é bem verdade que as primeiras gerações de seus críticos estiveram muito aquém da compreensão exata de tão singular altitude de valor; e é bem verdade que se a estes primeiros críticos não se pode tirar o mérito de terem iniciado o estudo da obra do poeta, estudo que a partir de então percorrerá séculos de lenta elaboração, bem vistos, suas apologias estão longe do significado artístico e humano dos *Lusíadas* (é o caso de Severim de Faria); apologias exaltadas por uma paixão que se traduz em gabos exagerados, e formuladas sem as bases sólidas dos fatos cuidadosamente procurados e examinados, e conduzidas sem uma estrutura rija de argumentação; e longe do significado artístico e humano dos *Lusíadas*, estão também muitas críticas dos censores, agarrados a razões de uma razão, que não eram absolutas, e por isso com tempo se superam. E', convenhamos, num ou noutro aspecto, o caso de Pires de Almeida.

Por outro lado Soares de Brito não está muito distante da verdade, quando lembra a Pires de Almeida que na oposição sistemática aos fautores da glória de Camões (Manuel Correia, Severim e Faria e Sousa) não tinha o mesmo Pires de Almeida, segundo parecia, outra preocupação que não a de "querer ostentar engenho e erudição". Realmente, preocupação de uma engenhosa e rigorosa dialética disputadora tem Pires de Almeida; tem-na e reconhece que por esse ponto fraquejam seus antagonistas, como claramente se vê do exame que fez do *Discurso* de Severim de Faria, e se poderá ver das respostas que deu a Manuel de Gallegos (174) e a Soares de Brito, a quem considera mais *alogista*, que apologista de Camões (175). Preocupação de ostentar erudição de fontes literárias, históricas, doutrinárias se evidencia em todos os seus escritos, recheados de citações, verdade é que sempre oportunas; evidencia-se nas centenas de páginas que nos deixou de extractos, recompilações, de traduções de teóricos antigos e modernos; e finalmente se evidencia no cuidado que tem, constantemente, de apontar em seus antagonistas o desconhecimento ou a má interpretação das fontes.

Em parte tem assim razão Soares de Brito, não só no que respeita à posição dos críticos perante Camões, como no que se refere a Pires de Almeida, a cuja erudição, ademais, não deixou, alguns anos depois, de fazer justiça (176). Em parte é bem a expressão, porque se muito elevado era inegavelmente o valor de Camões, não era, nem é, de se admitir que ficasse o poeta "entronizado" e que fôsse possível reconhecer-lhe as excelências sem o submeter às exigências de uma crítica e de uma filosofia de

(174) Ver, Pires de Almeida, *Exame sobre o Discurso Poetico de Manoel de Gallegos à Ulysses, ou Lisboa edificada, Poema heroico do Doutor Gabriel Pereyra de Castro. Exercício Poetico de...*, em Lisboa, anno 1638. Mss. 1096-A, fls. 296-310.

(175) Ver nota 173.

(176) Ver, Joanne Soares de Britto, *Theatrum Lusitanae Litterarium sive Bibliotheca Scriptorum omnium Lusitanorum*, 1655, Mss. B.N.L., F.G., 6915, Azul, fls. 367-368.

valores estéticos. *Em parte*, é bem a expressão, porque se acertou ao afirmar que Camões estava acima de nugas e de gabos exagerados, e que Pires de Almeida refinava na engenhosidade dialética, no culto da erudição e no arrojamento, errou quando apontou na atitude do crítico a preocupação de buscar aplausos pela contradição da verdade; errou quando apontou no espírito do crítico uma cegueira, contra a qual, devemos reconhecer, lutou o mesmo crítico; errou, igualmente, (no que nós hoje, vendo o Licenciado à distância e lhe desconhecendo a obra, só agora a sair à luz, muito naturalmente erraríamos) não alcançando os objetivos que o mesmo tinha em mente, ou mais precisamente, os objetivos de seus estudos e de sua exigente e penetrante análise da obra dos apologistas de Camões, e do próprio Camões; objetivos mais de uma vez alegados e arrojadamente defendidos — elevar o ofício da crítica à categoria do do ofício do filósofo, apoiá-lo “em exemplos, em autoridade, e em razões”, e contrariar tôdas as vêzes que fôsse necessário fazê-lo “em abonação da verdade”.

Com tais objetivos Pires de Almeida analisou minuciosamente o *Discurso* de Severim de Faria, (177) o apologético prefácio de Manuel de Galhegos à *Ulisséia*, (178) alguns pontos essenciais dos *Comentários* de Faria e Sousa, (179) e as razões do mesmo Faria e Sousa e de Soares de Brito sobre a novidade e a excelência do episódio do Sonho de D. Manuel. (180) E se em seus estudos, ou para usar de uma expressão sua, em seus “exercícios poéticos”, uma ou outra vez se fechou, com intransigência, no círculo de uma opinião pessoal, e alegou em seu abono autoridades tão autorizadas como as que davam fôrça aos argumentos do antagonista (é o caso, na peça que se estuda, da crítica ao fabuloso mitológico); se por vêzes requinta nas exigências críticas, para não dar ganho de causa ao seu opositor (é o caso, ainda no ensaio que estudo, das causas do deleite no *Lusíadas*) — de modo geral se nem sempre chega a convencer, na realidade consegue vencer os antagonistas pela validade da maioria dos argumentos e pela fôrça dialética.

Contrariamente aos seus opositores e no fim de contas contrariamente a todos os críticos de sua época, a maioria empenhada na defesa

(177) Peça estudada neste trabalho. V. Apêndice.

(178) Ver nota 174.

(179) Ver, Manuel Pires de Almeida, *Resposta a Manoel de Faria, e Sousa ett. defendendo a Luis de Camões de alguns descuidos, que lhe imputamos, no sonho, que teve el Rey D. Manoel, apparecendolhe o Indo, e o Ganges, Exercício Poético do...* Mss. 1096-B, fls. 233-240 V. *Resposta ao Juizo ordinario do Poema dos Lusíadas de Luis de Camões, em q' se mostra nam ter as perfeições, que lhe atribue, e ter outras conformes a sua Invençam, e a sua Materia. Exercício Poético do...*, Mss. 1096-A, fls. 314-338V. Os *Comentário* de Faria e Sousa aos *Lusíadas*, embora publicados em Madrid em 1639, já em 1636 estavam prontos, e pouco depois foram entregues à censura. Pires de Almeida deve ter lido a obra nesta fase de exame, pois em 1638, com D. Agostinho Manuel de Melo, denunciou a obra ao Tribunal do Santo Officio de Lisboa. Na Biblioteca da Ajuda conserva-se o manuscrito da obra de Faria e Sousa, datado de 1636. As duas respostas de Pires de Almeida a Faria e Sousa são de Lisboa, de 1639. Sobre a denúncia de Pires de Almeida e D. Agostinho Manuel de Melo, contra Faria e Sousa, V. Juromenha, op. cit., I, 331-334.

(180) V. Nota 173.

e glorificação de Camões, e uma minoria empenhada em fazer reparos ao poeta, o que tem em mente Pires de Almeida não é, neste ensaio, confinar-se no campo das discussões sobre as qualidades ou os defeitos dos *Lusiadas*, o que fará poucos meses depois (181); mas metódicamente, assentar os fundamentos teóricos da crítica, antes de passar a prática. E assim, por outro lado, explicitamente, definir e defender uma doutrina sobre o poema épico, gênero em moda e alvoroçadamente cultivado, (182) desde o momento em que *Os Lusíadas* começaram a impor-se, não só aos leitores, como a mais alta criação da literatura portuguesa, mas também aos poetas, como um modelo a imitar, e, por sentimento emulativo, a superar; por outro lado, não menos explicitamente, se bem que menos sistemática e detidamente, definir uma atitude, um espírito, um método, ou doutrina crítica, cada dia mais necessária, quando é verdade que as idolatrias conduziam a apreciação dos valores literários pelos caminhos dos arbítrios dos sentimentos exaltados, e o *cultismo* ia generalizando um gosto em tudo contrário aos princípios de uma estética consagrada pelos séculos.

No ensaio em causa, sobre o *Discurso* de Severim de Faria, Pires de Almeida é suficientemente claro, no que respeita ao seu empenho em definir uma teoria e uma doutrina sobre o poema épico, que a seu ver não é “entretimento, (sic) he poema doutrinal, he mysterio, e por isso difficil-tosissimo” (183). Sendo assim, o fim de seu estudo, di-lo na introdução

— “livremente tira a arguir duvidas, discutir materias, para se virem a apurar verdades sem genero de competencia”, verdades que julga oportuno e necessário definir, quando vê “espalhar-se por toda espanha (o autor refere-se à Península Ibérica) em materia de Poesia se me nam engano hua doutrina tão pouco certa, e diretamente contra Aristoteles, e que aja quem della faça caso, o que pode ainda ser de infinito damno aos engenhos espanhoes (isto é, ibéricos) que tem pouca noticia da Poetica, e ja pode ser tenha damnificado a algus, a cujas mãos chegarem estes Commentarios...” (184). E não menos claro quanto aos seus propósitos preceptísticos, é nos demais ensaios sobre a poesia épica, na sua arte poética e na tradução comentada da *Poética* de Aristoteles. (185)

(181) Refiro-me a todos os trabalhos do Autor sobre *Os Lusíadas*: resposta a Faria e Sousa (V. nota 179); polémica com Soares de Brito (V. nota 15); comentários dos cinco primeiros cantos dos *Lusiadas* (Mss. 1096-C, fls. 1-572) e de parte da lírica (Mss. 1096-D, fls. 1-118); *Discurso Apologetico...* (Mss. 1096-A, fls. 237-279).

(182) Não é demais chamar a atenção para o elenco de poemas épicos publicados em Portugal desde *Os Lusíadas* até o século XIX; V. inventário feito por Fidelino de Figueiredo, *A Epica Portuguesa no Seculo XVI*, São Paulo, Boletins da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, LETRAS 6, 1950, pgs. 24-30.

(183) V. Apêndice, Exame, fl. 198 V.

(184) V. Apêndice, Exame, fl. 173.

(185) Ver, *Poetica de Aristoteles. Traduzida, e illustrada por o Licenciado Manoel Pires d'Almeida*, Mss. 1096-A, fls. 546-616. V. nota 59.

No *exame* do *Discurso* de Severim de Faria evidencia-se, na tecitura crítica, tôda a urdidura de uma teoria sôbre a epopéia:

- 1 — sua denominação: epopéia ou poema épico, ao invés de poema heróico;
- 2 — caracterização da epopéia em face de outros gêneros poéticos e em face da história e da filosofia;
- 3 — objecto da imitação épica: a ação heróica;
- 4 — definição dos elementos essenciais da epopéia: fábula, costumes, sentença e linguagem;
- 5 — condições ou propriedades da fábula epopéica: ter unidade de ação, ter conveniente grandeza, ser possível, ser composta ou simples, ser admirável;
- 6 — escolha da ação para a epopéia: a ação deve ser admirável; não deve ser presente; pode ser: uma só ação de uma pessoa (preferível); muitas ações de uma pessoa (tipo seguido por Homero e por Vergílio); muitas ações, de muitas pessoas (desaconselhável);
- 7 — tratamento da ação epopéica: tomada uma só ação, com princípio, meio e fim, narrá-la a partir do comêço; narrá-la poeticamente, e não como faz o historiador; objetivar a verdade em universal e não em particular;
- 8 — os episódios: sua finalidade — enriquecer a fábula; devem ligar-se intimamente com a ação principal; não devem desequilibrar o poema; tipos de episódio: substanciais; históricos e fabulosos; deve-se preferir o fabuloso cristão ao mitológico; nos episódios fabulosos é preferível o impossível provável, ao provável impossível; não se deve confessar o sentido alegórico do fabuloso;
- 9 — objectivo da epopéia: a utilidade; o deleite é consequência, e não objectivo;
- 10 — causas do deleite: estilo, erudição, novidade e excelência dos episódios, mistura de estilos, licenças de linguagem, boa proporção dos elementos do poema; como entender e praticar cada uma destas causas do deleite;
- 11 — o poeta em face de seu poema: necessidade de modéstia.

Não é difícil perceber o que tem esta teoria, com que Pires de Almeida chama à responsabilidade o “douto escritor da vida de Camões”, de fielmente apoiada na *Poética* de Aristoteles, que alguns anos depois o mesmo Pires de Almeida traduziu com bons comentários. (186) O arguto crítico acompanha passo a passo o Perípato:

(186) V. Nota 185.

procura definir uma doutrina poética muito clara, muito precisa, rigorosamente racional e cuidadosamente apoiada na autoridade de modelos cuja excelência, perante a mesma doutrina, era incontestável;

apoiado nessa doutrina defende uma atitude crítica intransigente no que respeita ao direito e à liberdade de julgamento;

à luz dos princípios da poética geral, define uma teoria sobre o poema épico, onde tudo é cuidadosamente tratado: o rigor da terminologia ou da nomenclatura; a caracterização da epopéia como gênero literário; sua individualização em face de outros gêneros, em face da história e da filosofia, e sua posição na hierarquia dos gêneros; os elementos fundamentais e os secundários do gênero épico; a fábula: tipos, qualidades que exige (unidade, grandeza, verossimilhança, verdade e excelência); outros elementos: caráter ou costume, sentença e elocução (qualidades que exigem); finalidade da epopéia: o útil;

com base nos princípios gerais e particulares da teoria sobre o poema épico põe em marcha um método crítico que aprofunda a análise da obra epopéica, verificando, para que se possa apurar sua qualidade, o que tem de impossível, de irracional, de imortal, de contraditório e de contrário às regras da arte;

definição do princípio: só o *excelente* resiste ao rigoroso exame crítico. E como se prova que Homero é *excelente*, temos de tomá-lo como permanente termo de referência para o crítico e como modelo para os poetas épicos.

Excusado levar a extremos a demonstração da fidelidade de Pires de Almeida ao texto da *Poética* — é evidente; e portanto desnecessária a colação. Também, por facilmente compreensível, é desnecessário levar a extremos a explicação do aristotelismo do Licenciado. Filho espiritual do Colégio de Évora, Pires de Almeida filiou-se, muito naturalmente, no movimento aristotélico—tomista dos conimbricenses, (187) E enquanto Francisco Suárez, Pedro da Fonseca, Manuel de Góis, Sebastião do Couto, Baltazar Teles, Antonio Cordeiro (para só falar dos contemporâneos mais importantes) levaram a extremas consequências os comentários da obra filosófica do Perípatos, o Licenciado, sem, evidentemente, a autoridade da cátedra, mas para nós com a autoridade da erudição e da agudeza crítica, entra pela *Poética*, e denominando todo o seu conteúdo e toda a extensão dos seus comentadores, procura construir e impor em seu país uma completa teoria e uma exigente crítica da poesia épica, a dar, depois de Camões, abundante, mas não excelentes frutos.

Não tudo, mas já muito se tem dito, desde o século XVIII, pró e contra os conimbricenses. (188) E de certo modo ao espírito, à preparação e à atitude de Pires de Almeida podem-se aplicar elogios e críticas

(187) Para o estudo dos Conimbricenses apoiem-se na bibliografia citada in notas 97 e 98.

(188) V. bibliografia citada in notas 97 e 98.

feitas aos seus mestres e companheiros, empenhados na defesa e na imposição da filosofia e da cultura escolástico—aristotélica. Que Pires de Almeida dominou completamente a *Poética*, não apenas o texto, mas todo o alcance de sua filosofia da arte, é fato que se verifica facilmente da leitura de sua obra, e não se pode contestar. Entretanto, também é fato verificável e fora de dúvida que o Licenciado, se procurou ser fiel à autoridade de Aristóteles e à linha de ação dos conimbricenses, não se fechou intransigentemente à aceitação de novidades artísticas que contrariassem alguma norma da *Poética* — do que resultou, como mostrarei, vir a alcançar, a legitimar e a louvar, nos *Lusíadas*, o que se opunha aos modelos e a algumas teorias, mesmo aristotélicas, consagrados pelos antigos.

Militando ativamente no movimento conimbricense, Pires de Almeida, posto em face do que tem de renovação a cultura quinhentista e seiscentista, tem de estar sujeito a críticas e restrições que se façam à atitude e à ação dos mesmos conimbricenses. Mas a definição do lugar, que espero venha a ocupar na história da crítica portuguesa, não se estabeleceu suficientemente, se o vimos apenas como um conimbricense: é necessário ir mais longe, e vê-lo em face dos críticos coetâneos.

Nesta segunda época da crítica portuguesa, cujos limites e características gerais estabeleceu Fidelino de Figueiredo (189), não creio se possam apontar, com exigência, mais de três valores, em meio a um número relativamente grande de interessados no campo dos trabalhos críticos: Faria e Sousa, que apesar de erros e de exageros apologéticos chegou a definir, segundo a cultura e o estilo mental de seu tempo, um tipo “modelar” de edição comentada (190); D. Francisco Manuel de Melo, que aliou a uma invulgar capacidade de escritor e a uma excelente cultura literária, um agudo senso dos valores do espírito e dos valores da literatura; e por fim Pires de Almeida, cujo ineditismo e cuja incompatibilidade com os contemporâneos não lhe tiraram o mérito de ser, na época, o melhor teórico da literatura e o espírito mais consciente dos fundamentos, dos métodos e do alcance da crítica literária.

Sem exagerar pode-se afirmar que a Pires de Almeida se devem, no Seiscentismo português, a defesa, a ilustração e a primeira tentativa de definição da crítica literária. Defesa evidente no seu constante policiamento da atividade crítica contemporânea, onde procurou apontar os erros de doutrina, de erudição e de interpretação; defesa evidente quando o crítico reclama para a crítica liberdade perante a obra literária, mesmo que se tratasse da obra de um Camões, cuja superioridade nenhuma vez deixou de reconhecer; e liberdade que permitisse à crítica chegar a “verdades sem gênero de competência”; ilustração da crítica, não

(189) V. Fidelino de Figueiredo, *Hist. da Crit. Litt. em Portugal*, 2.^a ed., Lisboa, 1916, pg. 23.

(190) Faria e Sousa na Introdução das *Lusíadas Comentadas*, expôs suas idéias sobre as normas, que considerava perfeitas, em matéria de edição comentada.

menos evidente na constante preocupação de fundar a análise e o julgamento de uma obra em bases doutrinárias rigorosas, e em autoridades indiscutíveis; definição evidente, quando é verdade que o exigente crítico reclama para a sua atividade um método de trabalho e definidos objetivos.

Creio esteja definida a posição de Pires de Almeida no plano da teoria literária e crítica: um aristotélico, dono de uma erudição que temos de reconhecer respeitável, convencido de umas tantas verdades estéticas e críticas: convencido de que a arte deve visar a alcançar um ideal de perfeição, e que no caso do poema épico êsse ideal pode ser conquistado, desde que o talento natural e o engenho do poeta se submetam a uma doutrina, que pode ser perfeitamente definida (o que, ademais procura fazer ao longo do seu exame do *Discurso* de Severim de Faria); convencido de que o crítico tem grave responsabilidade perante as verdades absolutas da doutrina artística, verdades que têm de ser incansavelmente buscadas e rigorosamente apuradas, e não menos responsabilidade perante os escritores, cujo valor tem o crítico de apurar, e por cuja perfeita orientação tem de zelar; finalmente, convencido de que a investigação e a perquirição no campo das verdades da poética e da crítica são uma conquista constante, onde temos de pôr, a par da liberdade de exame e julgamento, perante toda e qualquer obra humana, mesmo as consagradas, a certeza de que podemos errar, e daí o dever de nos corrigirmos, de mudar de opinião e de evoluir; convicção que expõe nestas palavras, que na sua pena estão muito longe de ser falsa atitude de modéstia: “se por minha insuficiência não acertar em merce peço perdão, e em justiça evidência de meu erro. [...] Conheça o mundo a fraqueza de meu engenho, e no mesmo tempo a integridade de meu animo, e a singeleza de meu intento, e assi havendo quem me mostre melhor caminho retratarmehei seguindo as opiniões maes seguras.” (191)

No *Exame* do *Discurso* de Severim de Faria não poderia estar mais clara a posição de Pires de Almeida no plano da teoria literária e crítica. Mas quem é do ofício compreende facilmente que chegar a definir tal posição e evidenciar a superioridade do crítico eborense em face do reputado Severim de Faria, é alguma cousa de positivo para a história da crítica literária portuguesa, mas não é tudo o que o tema em questão sugere. E não é tudo, porque a teoria poética e crítica de Pires de Almeida não é uma “ciência” dinâmica apenas no seu campo específico de problemas e verdades; é dinâmica também no sentido da história literária, isto é, não se confina no teorismo. Pelo contrário, dirige-se para os fatos históricos, para a análise e para o julgamento da obra literária realizada; no caso presente, dirige-se para a obra de Camões. E disto resulta que Pires de Almeida se põe diante de nós, como se pôs diante dos contemporâneos, não apenas como um teórico da poe-

tica e da crítica; também como um crítico camoniano, e a levar em conta o conjunto de sua obra, como um crítico da *Ulisséia*, de Pereira de Castro, das novelas de cavalaria e da poesia cultista.

E' evidente, para quem lhe conhece tôda a obra, que as intenções do *Exame do Discurso* de Severim de Faria não eram, precípua e fundamentalmente, se não a crítica dos erros do Chantre e a busca de verdades críticas e poéticas "sem gênero de competência". Mas também não menos evidente que em segundo plano o crítico tem bem presente *Os Lusíadas*, e no sentido dêsse plano dirige o seu espírito e as suas considerações, de tal modo que, se não era sua principal intenção fazer uma crítica da obra do poeta nacional, deixou suficientemente clara a sua posição em face de Camões, posição completamente definida noutros estudos, (192) e posição que é uma busca de nova direção para a crítica camoniana, tão desacertada considera o crítico a orientação que se generalizava, e no fim de contas se ia impondo, com a obra dos apologistas.

CAPÍTULO IX

EMPÓS DE UMA NOVA CRÍTICA CAMONIANA

É sabido ser impossível o exercício da crítica literária sem que se parta de um princípio ou de um sistema de princípios, não importa que claramente definidos ou vagas direções de comportamento mental. No caso de Pires de Almeida é fácil perceber que ao se lançar à análise e à avaliação dos *Lusiadas*, partiu de um princípio, muito claro em seu espírito, e sobre o mesmo construiu todos os seus trabalhos: há, pensa Pires de Almeida, no que respeita ao poema épico (como no que respeita a outros gêneros literários) um ideal de perfeição, e esse ideal tem o poeta o dever de acatar e procurar conquistar. No que respeita ao poema épico clássico (estou ainda na linha do pensamento de Pires de Almeida) esse ideal de perfeição está suficientemente caracterizado e sua conquista suficientemente norteada na *Poética* de Aristóteles, e da realização desse ideal de perfeição oferecem Homero e Virgílio, sobretudo Homero, modelos exemplares.

Não me parece razoável, ainda nesta altura de considerações, concluir do valor negativo de Pires de Almeida, como crítico de Camões, tão só pelo fato de se prender (o que, no fim de contas, ocorreu apenas no início de sua carreira crítica) a um tão rígido princípio de apreciação literária. E não me parece razoável porque é sabido que o poema camoniano se concebeu, até certo ponto, (mostrou-o mais tarde Pires de Almeida) no sentido desse ideal de perfeição, claramente definido e ensinado por Aristóteles, e quase imperiosamente sugerido aos escritores pela moda clássica imperante. Assim, do mesmo modo que Camões, à sua maneira, respeitou e realizou as sugestões de um ideal literário consagrado já em seu século, o seu crítico, com o mesmo direito, embora com espírito diverso, defendeu esse ideal e à sua luz definiu uma crítica e procurou ensinar uma poética.

Se quisermos ir mais longe, no sentido de melhor compreender a posição de Pires de Almeida, no ensaio ora em estudo, e a medida do seu valor na história da crítica camoniana, podemos, a este propósito, sem forçar as relações de aproximação, não digo temporais, mas espirituais e mentais — avocar o caso, tantas vezes referido, mas ainda mal estudado, de José Agostinho de Macedo. O irrequieto e agressivo agostiniano, de quem sempre nos recordamos com sentimentos, se não de repulsa, pelo menos de antipatia, porque não conseguimos de pronto separar de seu talento polemista e da sua erudição a pecha de vai-

doso e pretensioso e por vêzes medíocre êmulo de Camões, também chegou a reservas quanto ao valor dos *Lusíadas*, colocando o poema à luz de um ideal de perfeição e submetendo-o a uma rigosa colação com os princípios literários e estéticos segeridos e coerentemente impostos por êsse ideal.

A atitude e o comportamento dos dois críticos de Camões, um na primeira metade do século XVII, outro nos princípios do século XIX, são semelhantes. A diferença está (não importam no momento considerações sobre a personalidade, o caráter e os sentimentos de cada um) em que Pires de Almeida defendeu um ideal de perfeição e uma teoria épica de base aristotélica, e Agostinho de Macedo, sendo um neoclássico, um ideal de perfeição e uma teoria poética de base horaciana.

José Agostinho de Macedo, partindo do princípio de que numa obra literária se devem considerar, no caso de um exame crítico, os três momentos da criação artística — “invenção da fábula, disposição das suas partes integrantes, e elocução” (193) — e de que se deve exigir, da invenção, originalidade; da disposição, simetria e harmonia; da elocução, um estilo verdadeiramente poético e igualmente bom em todo o discurso do poema — partindo dêstes princípios e examinando com todo o rigor *Os Lusíadas*, chega à conclusão de que o poema camoniano vinha sendo injusta e erradamente elevado à categoria de obra-prima.

Deixemos de lado a consequência a que o turbulento crítico levou o seu empenho de defender um ideal de perfeição e uma teoria do poema épico, tipicamente neoclássicos, até mesmo com seu condimento pré-romântico, evidente na apologia da fôrça poética da inspiração bíblica. Deixemos de lado a consequência, que é o poema *O Oriente*, (194) inegavelmente perfeito em face da poética defendida pelo autor, se bem que morto à nascença, e morto por motivos que não interessa agora referir. A consequência não tem neste momento importância; o que importa é verificar que em dois pontos tem, o discutido crítico, plena razão: primeiro, na teoria poética que defende, certa enquanto caminho para uma determinada concepção de perfeição artística; segundo, na conclusão a que chega, com farta exemplificação, de que *Os Lusíadas* contrariam essa teoria. Mas se Agostinho de Macedo tem razão em dois pontos, num terceiro, muito mais importante para quem deseja julgar a sua obra crítica — é um malôgro completo: não alcançou todo o sentido do poema camoniano e a intimidade de sua natureza artística, onde encontramos razões mais do que suficientes para compreender a fôrça, a originalidade, enfim o valor do imortal poema; fôrça, originalidade e valor que não podiam limitar-se pela exigências das teorias antigas, aristotélicas ou, no caso, horacianas, estreitamente interpretadas.

(193) Ver, José Agostinho de Macedo, *O Oriente*, Lisboa, Imprensa Regia, 1814, *Discurso Preliminar*, pg. 52.

(194) Op. cit. in nota anterior.

Guardadas as evidentes diferenças, o mesmo se dera, em princípio, com Pires de Almeida.

O crítico eborense parte do princípio de que há, para a obra literária, no caso em questão, para o poema épico, um ideal de perfeição formal e temática, e que os caminhos da conquista desse ideal podem ser indicados pela teoria e pela crítica literária.

Submetido *Os Lusíadas* ao exame de uma crítica fundada nestas convicções, não foi difícil, ao mesmo Pires de Almeida, apontar-lhe alguns defeitos e algumas deficiências, e ainda evidenciar a sua incompreensão por parte de Severim de Faria, cujo espírito não estava fecundado de suficiente erudição literária e teórica, não estava apoiado nos melhores princípios doutrinários, nem dirigido no melhor sentido crítico. Assim, aponta como deficiências e defeitos dos *Lusíadas*:

1 — não eleger o poeta, para matéria de seu poema, uma só ação de uma só pessoa, o que seria preferível; mas uma ação de muitas pessoas, o que merece a censura feita a outros poetas de “argonáuticas”;

2 — nesta ordem de idéias a proposição do poema é defeituosa, pois refere episódios que cortam a ação principal, e êsses episódios não são substanciais à mesma ação principal;

3 — admitindo-se como ação principal do poema a viagem de Vasco da Gama, pecou mais uma vez o poeta, pois tal ação não contém a novidade nem o admirável que se exigem da ação fundamental de um poema épico;

4 — admitindo-se como ação principal do poema a viagem de Vasco da Gama, temos de concordar em que as falas de Vasco da Gama, de Paulo da Gama e de Fernão Veloso trazem episódios que não se ligam substancialmente com a ação principal;

5 — o poema não devia conter referências a fatos presentes de sentido ainda incerto, como são os prognósticos do poeta no que respeita a reinado de D. Sebastião;

6 — os episódios fabulosos, se são *alegoria*, e incontestavelmente honestos, têm como inconveniente ser impróprios ao poema, obra de um poeta católico;

7 — nem todos os passos do poema alcançam a *utilidade*, objetivo primordial da poesia, sobretudo da poesia épica;

8 — no que respeita aos motivos de deleite (estilo, erudição, novidade e excelência dos episódios, licenças de linguagem, boa proporção dos elementos que compõem o poema) o poeta apresenta também algumas deficiências:

a) no que respeita ao estilo, há no poema passagens de prosa rimada e alguns versos dissonantes, defeitos que o poeta devia ter evitado;

b) no que respeita à erudição, veja-se que nem sempre o poeta usou-a com conveniência, com equilíbrio;

c) no que toca à novidade e à excelência exigidas dos episódios, demonstra-se que muitos episódios do poema, bem examinados, não têm essas qualidades; no que toca à necessidade de terem caráter trágico, verifica-se que só o de Inês de Castro satisfaz a essa exigência;

d) quanto à liberdade de linguagem, de que deve socorrer-se o poeta, em face de suas necessidades de expressão e de seu dever de enriquecer a língua, prova-se que Camões abusou de latinismos, sobretudo compostos, com o que obscureceu a sua linguagem;

e) finalmente, quanto à boa proporção que se exige dos elementos que compõem o poema, prova-se que Camões, não seguindo o melhor princípio epopéico, que é eleger uma só ação de uma só pessoa que dê idéia de verdadeiro príncipe, tomou como tema principal uma parte da história de Portugal (a viagem de Vasco da Gama) e mais de uma vez interrompeu a narração da ação principal, narrando episódios que a ela não se ligam substancialmente, desequilibrando, dêste modo, a composição do poema.

9 — finalmente, faltou ao poeta a necessária modéstia, pois louva seus próprios versos.

Convenhamos em que, se tivesse Pires de Almeida ficado, no que respeita ao poema, (pois não interessa agora voltar ao que evidenciou dos erros de Severim de Faria) somente neste rol de deficiências e defeitos, teria realizado já alguma cousa; alguma cousa digo, porque se estava, então, a iniciar a crítica camoniana, e com acertos ou desacertos, tudo era esforço no sentido de compreender e julgar a epopéia nacional. Teria realizado já alguma cousa; mas sua fé do ofício, seu exigente espírito crítico e seu sincero camonianismo exigiam-lhe muito mais. E muito mais conquistou a sua crítica:

discute as causas e o significado das deficiências e dos defeitos do poeta;

põe em evidência as qualidades do poema, procurando definir as de caráter relativo e as de caráter absoluto.

As deficiências e os defeitos do poema, evidentes para o crítico não apenas no que respeita à sua concepção, como no que toca à sua feitura, não decorreram di-lo claramente, da falta de talento do poeta, pois é incontestável, “em Camões grande natural, e grande engenho” (195) e é incontestável que soube “espalhar em seu poema lumes, e cores de rhetorica” (196). Suas falhas não resultam assim de falta de talento, mas de “mediocre doutrina”, compreensível se considerar-

(195) V. Apêndice, *Exame*, fl. 171 V.

(196) Id. Ib.

mos que viveu “em tempo nam tam polido, nem tam culto, como o presente” (197).

Esta idéia de que as deficiências e os defeitos dos *Lusíadas* corriam “por culpa da idade, e do uso” (198), é um primeiro dado, e importante, para a definição do que poderíamos denominar a direção crítica de Pires de Almeida em face de Camões. Se seu espírito, formado pelos conimbricenses, era insaciável de penetração no mundo das verdades da razão, e se com essas verdades fortificava um ideal de perfeição estética, não se imobilizou na pura cogitação teórica. Essa busca insatisfeita de verdades e êsse ideal procurou associar à realidade vivida, no caso presente, à realidade histórica. Assim diligencia por compreender a literatura como um produto da história, em cuja evolução acredita (199), e cuja evolução deseja se processe no acatamento da teoria que sua razão aceitava como verdadeira, e no sentido de um ideal de perfeição que seu espírito concebia em decorrência dessa teoria.

Não vejo que nesta ordem de idéias esteja Pires de Almeida muito distanciado de nós. Evidentemente não professamos, há muito, a sua teoria e o seu ideal de perfeição literária (conquanto os consideremos legítimos, estética e historicamente), mas continuamos a admitir, e até com mais clareza compreendemos, que da elaboração dos *Lusíadas*, no terceiro quartel do século XVI, ao segundo quartel do século XVII, houve acentuada evolução da cultura clássica portuguesa, da expressão literária, da crítica e da teoria poética. E foi essa evolução que permitiu a Pires de Almeida ver claramente as faltas do poeta, cujo talento não apenas reconhece, mas exalta, e naturalmente não permitira, ao mesmo poeta, por mais qualidades naturais e engenho que possuísse, avançar tanto sobre sua época, a ponto de lhe não sofrer algumas limitações literárias.

Se é verdade que deu Pires de Almeida um passo seguro na crítica do poema, no que respeita ao seu julgamento, chamando a atenção para suas faltas e procurando justificá-las ou pelo menos fazer compreendê-las à luz da evolução da cultura literária portuguesa; e mais importante, fazendo sentir que acima dessas faltas era necessário pôr, fora de qualquer dúvida e acima de termos comuns de comparação, o talento natural e o engenho do poeta — não se contentou, ainda, com êsse alcance de sua crítica. Foi mais longe: entrou no capítulo das qualidades do poeta, e fez sentir que essas qualidades eram, algumas de caráter relativo, outras, de caráter absoluto.

Para uma crítica exigente de valores absolutos era inegável que Camões se impunha como “grande natural, e grande engenho”; impu-

(197) Id. Ib.

(198) Id. Ib.

(199) V. a propósito o que escreveu Pires de Almeida no *Discurso Apologético...* (Mss. 1096-A, fls. 237-279) e no *Juízo Ordinario do Poema dos Lusíadas de Luis de Camões* (Mss. 1096-A, fls. 314-338 V.).

nha-se “por espalhar em seu poema lumes, e cores de rhetorica”; por tomar para tema de seu poema “os grandes feitos, e as estremadas empresas dos Portugueses”. Do ponto de vista de qualidades relativas, era fácil reconhecer que Camões elevava-se muito acima de seu tempo, “nam tam polido, nem tal culto, como o presente”, isto é, como a época do crítico, e se antecipara a todos os épicos nacionais, vindo a ser “sem comparaçam muito maes excellente que todos os que antes delle poetaram em Portugal” (200).

Até aqui, tudo o que se pode evidenciar, estou convencido, da atitude, do espírito e das opiniões críticas de Pires de Almeida, perante Camões, manifestados no *Exame do Discurso* de Severim de Faria. É, evidentemente, ainda pouco como crítica camoniana. Mas compreendamos que o *Exame* (já o disse) não visava propriamente ao julgamento do poeta, mas assentar as bases de uma doutrina poética, particularmente de uma doutrina sobre a epopéia, e até certo ponto definir um determinado comportamento crítico. É pouco o que tem o *Exame* de conclusões críticas sobre *Os Lusíadas*; mas devemos reconhecer que é suficiente como definição de uma orientação crítica em face de Camões, muito diversa, e nova, em relação à orientação que definiam e impunham os apologistas incondicionais do poeta, Manuel Correia e principalmente Severim de Faria. Uma nova orientação crítica, que temos de reconhecer legítima pelos seus objetivos: definir o valor dos *Lusíadas* no plano dos valores épicos universais, e em termos de “verdades sem gênero de competência”; legítima pelas exigências de erudição teórica e literária; e louvável pelo que confessa de modesta e de aberta ao franco debate e a novas verdades.

Para concluirmos da alegada legitimidade, de objetivos e exigências, da nova orientação crítica de Pires de Almeida, em face de Camões, é mais do que suficiente a peça que estudo. Mas para compreendermos a sinceridade do crítico, ao alegar a sua modéstia, e ainda o alcance de sua honestidade intelectual — é necessária a leitura dos seus restantes estudos camonianos, onde se surpreende de pronto uma constante evolução de espírito e de conclusões críticas, uma decidida coragem de se negar a si mesmo, quando convencido de seu erros; uma permanente preocupação de achar “verdades de seu gênero de competência”.

Os limites impostos a esta tese não permitem ir a fundo nas considerações sobre os demais estudos camonianos do crítico eborense; limito-me, portanto, ao essencial indispensável à compreensão do que lhe aponte de qualidades éticas e intelectuais.

No *Discurso Apologético* (201), escrito imediatamente depois do *Exame*, isto é, no começo de 1639, expondo a tese de que o tema funda-

(200) V. Apêndice, *Exame*, fl. 171 V.

(201) V. nota 42.

mental dos *Lusíadas* não era a viagem de Vasco da Gama, como se supunha, e êle mesmo até então supusera, mas as “acções que os Reys, Príncipes, Capitães, e Illustres Varões Portugueses obraram em Europa, Africa, e Asia” — estuda a novidade do poema nacional em face de uma tradição poética de que conscientemente se libertara o poeta; a sua novidade em face daquilo que na *Poética* de Aristóteles tinha naturalmente de ser superado, pois dizia respeito apenas a poemas então conhecidos pelo filósofo. Na *Resposta ao Juizo ordinario do Poema* (202), escrito na mesma altura do discurso anterior e em resposta a alguns tópicos dos *Comentários* de Faria e Sousa, recém-aparecidos, reexamina sete pontos essenciais do poema (a época de sua matéria em face da época do poeta; o carácter heróico da ação; a unidade da ação; o ponto de partida da narração em face da matéria histórica narrada; os episódios, as figuras, a imitação e outros adornos; a elegância e sublimidade do estilo; a vivificação da personalidade dos protagonistas pela personalidade do poeta) e conclui que o mesmo poema se distingue relevantemente por sete perfeições, a seu ver ainda não compreendidas pela crítica contemporânea, sobretudo por Faria e Sousa, então a ser considerado a máxima autoridade em Camões e o mais vigoroso obreiro de sua glorificação. Em meados de 1639, voltando a considerações feitas há uns dez anos, na Academia dos Ambientes, sobre o episódio do Sonho do D. Manuel (203), agora criticadas por Faria e Sousa, nos *Comentários*, responde ao mesmo Faria e Sousa, (204) e pouco depois, em longa disputa, ao seu defensor, João Soares de Brito (205). É a célebre “querela dos camoistas”, que tão má impressão deixou no espírito de D. Francisco Manuel de Melo. Não é agora a ocasião estudar essa polémica; o que importa é chamar a atenção para a contribuição de Pires de Almeida, nessa altura, no sentido de uma análise mais exigente do episódio, onde aponta, a par de qualidades, no que respeita aos princípios universais da poética, alguns defeitos de carácter particular. Finalmente, alguns anos mais tarde, por volta de 1648, lança-se ao exaustivo trabalho de comentar toda a obra de Camões, épica e lírica, trabalho que deixou incompleto (206), mas onde se patenteia o esforço do crítico no sentido de apurar as tais “verdades sem género de competência” sobre o valor do poeta nacional.

Deixando no *Exame do Discurso* de Severim de Faria uma definida orientação crítica em face de Camões, Pires de Almeida, com os trabalhos que acabo de referir, infelizmente muito sumariamente, penetra num setor de considerações da mais alta importância para quem deseja definir-lhe a posição na história da crítica camoniana. Tendo sempre

(202) V. nota 179.

(203) V. nota 72.

(204) V. nota 179

(205) V. nota 15.

(206) V. nota 82.

presente a fragilidade de fundamentos (teóricos e eruditos) e os arbítrios da crítica contemporânea, — sem grande esforço demonstra que julgar Camões pelas normas da *Poética* de Aristóteles, sem distinguir as normas universais, válidas perenemente, das normas particulares, relativas exclusivamente aos poemas que o filósofo tinha no espírito, se não mesmo debaixo dos olhos, era conduzir a crítica do poeta a duas condenáveis consequências: ou se desvirtuavam os fatos, para provar que Camões respeitou rigorosamente tôdas as normas prescrita na *Poética* (êrro em que incidiam Severim de Faria, Faria e Sousa e João Soares de Brito); ou se atribuíam ao poeta defeitos e deficiências que à luz de uma crítica aristotélica esclarecida, nem eram defeitos, nem eram deficiências, se não que, paradoxalmente, qualidades e excelências do poeta. Era portanto necessário, di-lo Pires de Almeida, examinar *Os Lusíadas*, não que respeitava às suas naturais faltas, à luz do que de absoluto e de essencial havia na *Poética* e nos modelos antigos consagrados, nunca à luz do que aí se colhia de particular, e portanto de relativo valor enquanto preceptiva. E a êste propósito não poderia ser mais claro: “Sam dignos de compaixam nam pequena muitos espiritos, excellentes no maes, que com infinito estudo se cansaram em reduzir debaixo de algũa das tres especies da Poetica de Aristoteles, o Poema de Dante, como Mazonio, e o do Ariosto, como foi Benio, parecendolhes que se nam possa chamar Poema, sem ser sogeito a Poetica do Estagirita, como se elle tivesse pensamento de abraçar, e apertar todo o negocio Poetico, somente nas especies, que elle numera, sendo so verdade que puramente faz mençam das que em seu tempo se usaram. A mesma Fortuna correo entre nos o Poema dos Lusíadas de Camões, pois forçosamente (sendo invençam propria do nosso poeta, ha engenhos nam inferiores ao de Mazonio, nem ao de Benio, como he o de Manuel Severim de Faria, e o de Manuel de Faria, e Sousa, e o de Joam Soares de Brito) querem ajustar as regras da Poetica do Filosofo a novidade, com que Camões maes se enobreceo, e eternizou, do que se seguira as pisadas de Homero, e de Virgilio. ” (207)

Estou convencido de que aqui já se evidencia o alcance do espírito crítico de Pires de Almeida, diante dos *Lusíadas*; e de que não se pode exigir muito mais de um crítico da primeira metade do século XVII, de um crítico cuja erudição e cuja preocupação de defesa e ilustração da crítica estão fora de dúvida, e cuja posição independente e esclarecida dentro do aristotelismo fica posta em termos, se não completos, (pois que muito ainda se poderia dizer, verdade é que noutra ordem de idéias) pelo menos em termos que creio satisfatoriamente claros.

(207) V. *Discurso Apologetico...*, Ms. 1096-A, fls. 244-244V.

Mas não precipitemos conclusões. Convenhamos em que, se Pires de Almeida se tivesse confinado exclusivamente nas considerações sobre as causas e sobre o critério de apuração das deficiências e dos defeitos do poeta, quer dizer, no capítulo dos valores negativos dos *Lusíadas*, não evitaria nossas conclusões sobre as limitações e o parcialismo de sua atitude perante Camões, o que não impediria lhe reconhecessemos outras qualidades, como as já apontadas. Mas o crítico não era um Zoilo; antes, como desejou, um Aristarco; por isso colocou, como mais alto objetivo de seus trabalhos camonianos, apurar e definir as qualidades supremas do poeta. E aqui mesmo que evitemos exageros, é preciso reconhecer que se conduziu com esplêndida segurança, quer nas precauções metodológicas, quer na busca de verdades ainda hoje válidas.

Parte, o crítico seiscentista, do princípio de que era necessário reconhecer que Camões, como ademais Homero, Virgílio, Ariosto, Tasso, e outros épicos, não são impecáveis, e portanto não são intocáveis. Sobre todos a crítica tinha-se pronunciado e devia pronunciar-se livremente, pois o seu papel não era tecer encômios e insuflar idolatrias, mas apurar “verdades sem gênero de competência”. Apontar em Camões faltas, de caráter particular e de caráter universal no que respeita à poética, era trabalho natural, quando é verdade que se lhe reconheciam, de pronto e sem dúvida, qualidades invulgaes; e essas qualidades, tanto quanto as faltas, tinham de ser apuradas ao extremo, à luz dos preceitos universais (não particulares) da Poética de Aristóteles, a fim de que se chegasse a um juízo sobre o seu coeficiente de valor, afim de se chegasse à conclusão de que nos *Lusíadas* as qualidades absolutas se sobrelevavam ponderavelmente a algumas faltas naturais, o que nos havia de conduzir a uma idéia clara do valor do poema nacional. No encalço, finalmente, das qualidades absolutas do poeta, chega o crítico a duas conclusões absolutamente certas, e que se podem considerar a sua coroa de louros: a *novidade* dos *Lusíadas* em face de todos os poemas épicos antigos e modernos, e a *legitimidade da liberdade* do talento e do engenho criador do poeta perante a tradição epopéica. Duas grandes qualidades do poeta, que o crítico evidencia sem grande esforço, e mostra poderem compreender-se e louvar à luz do aristotelismo, do verdadeiro aristotelismo, muito diferente do servil aristotelismo dos seus antagonistas. E como definição de sua atitude, de seu espírito e de suas idéias críticas perante *Os Lusíadas* podem-se pôr estas suas palavras: Camões “composhum poema, que nem he Romanço, escrito como os Orlandos, ou Amadis, nem he poema heroico ajustado a *Odyssea*, e *Iliada* de Homero, ou *Eneida* de Virgílio, mas participa de ambos, e entre ambos esta posto na Livraria de Apollo, e Camões sentado no Parnaso, tendo a mão direita Homero, e Virgílio, e a esquerda Ariosto, e Bernardo Tasso; e com razam, porque o seu Poema dos *Lusíadas* he bellicoso como a *Iliada*, moral como a *Odyssea*, abraçando infinitas guerras, e infinitas moralidades: piedoso, e prudente como a *Eneida*: tem maes

Heroes, que os Orlandos Furioso, e Namorado, que tambem se dizem Poemas heroicos pellos muitos Capitães, e guerreiros valerosos, de que costam: tem façanhas tanto maiores quanto maes verdadeiras: merece maes louvor em nam ter huã só acçam, poes usa de muitas por cõveniencia, e por se fazer maes deleitoso, desprezou em parte os preceitos de Aristoteles, os quaes como alguns querem sam observações das fermosuras dos Poemas, que se liam em seu tempo, e sam huãs exhortações aos Poetas futuros para que as imitem. Segue na alteza das materias, a Homero, e a Virgilio, em que tudo sam erros, guerras, duellos, e outras acções heroicas, que incitam os homens a illustres empresas: despreza ao Ariosto, e a Bernardo Tasso na lascivia, isca de maldades, e inflama os animos a feitos de honra. Fez Camões huã nova, e peregrina tea, sua orridura foi a navegacão de Vasco da Gama, e sua tecidura as cavalleiroas acções da illustre nacão Portuguesa, e a sua volta entreteceo algumas nascidas de vicio, e muitas de virtudes, paraque se imitasse o bem, e se fugisse do mal levando sempre os olhos no descubrimento dos mares do Oriente. Nesta tea, feita de varios fios, ou para melhor dizer, neste rico panno de Raz, sendo muitas as acções, fez hum lavor uniforme em triumpho dos Portugueses, e vese nelle o que Justo Lipsio disse in pref. Polit. Ut phrygiones e varii coloris filo unum aliquod formant: sic scriptores é mille aliquot particulis inhaerens opus. Ordenou Camões hum painel de viva, deleitosa historia de tudo o que os Portugueses fizeram em Europa, Africa, e Asia, em que o mundo folga de pôr os olhos em gloria de Deos, e honra de Portugal: tem nelle avantajado lugar Vasco da Gama, cercado de Reys, Principes, Capitães, e Varões illustres: tem por perigos, Mares, jardins, ilhas, Longes, e pertos (sic) de climas, com Nimphas, Monstros, Deidades, e muita, e agradável geographia. E assi formou huã nova idea de Poema heroico, o qual nam se ajusta as regras, e observações do Filosofo em tudo, nem de todo se serve das do Romanço (208), mas participa (como dissemos) de ambos, mostrando em seus extremos grande excellencia de hum mixto de novo Poema, que nam conheceo Aristoteles.” (209)

CONCLUSÃO

De tudo o que disse, parece-me ter ficado evidenciado que os apolo-gistas de Camões, tomando perante o poeta uma attitude de raizes mais afetivas que intellectuais, não souberam refrear os impulsos da idolatria. E se se empenharam na valorização do poeta, logrando em grande parte o seu objetivo, não chegaram, em que pese o muito que conquistaram de achados críticos, a alcançar o que de novidade e de renova-

(208) Sôbre o romance de cavalaria escreveu Pires de Almeida um pequeno ensaio, *Do Romanço, ou Livro de Batalha, e dos Livros de Cavalaria*, Mss. 1096-A, fls. 524-529.

(209) *V. Discurso Apologetico...*, Mss. 1096-A, 241-242.

ção, conscientemente, opusera Camões à lição dos Antigos. Assim sendo, a ação dos apologistas de Camões, na história da crítica de sua obra, e na história da crítica portuguesa, vale mais pelo que contribuiu para a formação da consciência de que Camões era um alto valor a reconhecer, a defender e a glorificar, que pelo que trouxe de verdades críticas sobre o valor do poema, não só do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista estético. Temos de reconhecer que se empenharam numa empresa legítima por todos os motivos, mas nem por isso conseguiram legitimar todos os princípios em que se fundaram, todos os processos críticos de que lançaram mão e tôdas as conclusões a que chegaram.

Posto contra tais apologistas, Pires de Almeida, com o seu racionalismo, com sua erudição, com sua constante preocupação de policiamento da crítica, com uma posição muito liberal dentro do aristotelismo - colocou a interpretação e a avaliação de Camões e dos *Lusíadas* em termos realmente seguros e para a época incontestavelmente avançados.

É mais do que evidente que as direções críticas que procurou assentar levam a conseqüências para nós hoje ainda muito mais transcendentes, quer do ponto de vista da problemática poética, quer no que toca ao valor de Camões. Mas concordemos em que mais não se pode exigir de um crítico que caminhava com os primeiros passos da crítica portuguesa, particularmente da crítica camoniana, há mais de três séculos a progredir, a acumular achados e... a deixar sempre diante de si horizontes a conquistar.

Infelizmente as circunstâncias não permitiram que a obra de Pires de Almeida se imprimisse e percorresse, ao lado das de Severim de Faria, de Faria de Sousa, de Soares de Brito, de João Franco Barreto, a sua via influenciadora. Mas embora só agora a sair do olvido, não creio seja possível, daqui por diante, fazer uma história da crítica camoniana sem que se leve em consideração especial todo o trabalho e as conclusões desse incompreendido crítico, empenhado na glorificação de seu poeta, mas glorificação à luz de uma crítica imparcial, erudita e exigente de "verdades sem gênero de competência".

APÊNDICE

/fl. 170/ EXAME DE M. P. d'A.
SOBRE O PARTICULAR JUÍZO,
QUE FES M. S. de F. das PAR-
TES, QUE HA DE TER A EPOPEIA, E
DE COMO LUIS DE CAMÕES AS GUARDAVA
NOS SEUS LUSIADAS. (1)

/fl. 170 v./ MISCELLANEA (2)

Razões porque foi
Homero tam celebre,
Virgilio tam decã
tado, e Camões tã
tido em tanta estima.

Ser homero tam celebre em Grecia foi cantar as emprezas dos Gregos; por escrever em tempos rudes, por imitar presentando costumes, e variando estilo, cõ a novidade da introduçam dos Deoses com os homens a modo humano, se bem se considera homens de alto engenho o censuraram, como foram, deixando os Zoilos, e os Aristarcos, Parmenides, Protagoras, Xenofanes, Tolomeo Eupolo, Filostrato, Diam Chrisostomo na hist., Eratostenes na geografia, Iustino na theologia, e outros muitos, e se Aristoteles na Poetica lhe concedeo a palma, foi por se mostrar contrario em parecer a seu mestre Platam, ou por deixar levar do aplauso vulgar, e favorecer á gloria dos gregos, ou porque realmente, no pertencente a imitaçam que elle totalmente teve por propria do Poeta, e nas muitas galas, fermosuras poeticas, nam ter igoal atee aquelle seculo porque no tratar de cobrir, e deminuir seus erros mostrou claramente nã o ter em tudo por perfeito, pois peca /fl. 171/ talvez contra o Verisimil, e em particular cantasse

(1) Na transcrição do manuscrito adotei as seguintes normas: indicar com... palavras ilegíveis; pôr entre [] o que julgo poder acrescentar para clareza do texto, bem como a numeração das fôlhas, feita recentemente pelo Pd. Carlos da Silva Tarouca, S. J., um dos últimos conservadores da biblioteca da Casa de Cadaval, em Muge; indicar com (?) palavras cuja leitura julgo duvidosa; pôr entre () passagens, no início das fôlhas, que repetem o que está no fim da fôlha anterior; (sic) para erros ou grafias fora do comum, que correm por conta do autor. Incorporei ao texto tôdas as notas marginaes cuja incorporação indica o Autor. Passei para rodapé, com a indicação N. A., as notas marginaes que se não ligam logicamente ao texto. Respeitei a ortografia, a pontuação e as abreviaturas do Autor. Transcrevi passagens riscadas tôdas as vêzes que me pareceu não estarem totalmente anuladas, mas assinaladas para ulterior modificação, e que me pareceram importantes para o estudo da evolução das idéias do Autor. Indiquei a numeração actual, feita pelo Pd. Carlos da Silva Tarouca, mas lembro que está clara no Mss. a numeração feita pelo Autor, de fls. 1 a 69. Para identificação de todos os autores citados por Pires de Almeida, no texto e nas notas, V. *Índice de Autores e Obras*. Impossibilidades tipográficas obrigaram-me às seguintes alterações: quando aparece "q" e "n" com til, reproduzo-os com apóstrofo, sinal de abreviatura também usado pelo A. No caso de "u" e "e" com til represento a nasalização com "m" ou "n", ou nasalo quando possível, a vogal que está ao lado.

(2) Esta parte contém apontamentos a título de Introdução.

algũas cousas de Achilles, e muitos dos mesmos Deoses incrediveis, e es-
teris (sic) de honestidade, e decoro.

Causa porque Virgi-
lio foi tam estimado

Quasi levou o mesmo caminho Virgilio, porque adquirio, e alcançou
aplauso, assi por cantar as grãdezas dos Romanos, que se originará de
Eneas, como por vencer com sua musa a Livio, Andronico, Ennio, Lu-
crecio, Catullo, e todos os maes que floreceram, e frutificarã em poesia
epopeiã.

Nam careceo porem de censores, porque huns disserã que carecia de
engenho, e de invençam, e que furtura a Fabula de Homero, Lisandro,
e Apollonio, e que chegara a mendigar de Ennio, e de Lucrecio os con-
ceitos, e as palavras; e que nam guardara em todo o decoro aos Deoses,
canta de Venus, de Juppiter, de Eolo, de Juno, e de Jugurta acções indig-
nas. Outros que nam observou arte, nem industria no tecer a fabula, ou
acçam de seu poema, por unir em hum corpo duas fabulas principaes,
por que (sic) os erros, e longas viagens (sic) de Eneas pediam hum
poema, pois representava hum novo Ulisses, e outro po /fl. 171v./ (e ou-
tro po) emã as guerras, pois nella (sic) se imitavam os feitos de Aquilles,
e dos gregos no cerco de Troya.

Motivos de Camões
ser tam gabado

O mesmo se pode dizer do nosso Camões, porque os mesmos passos
seguio a gloria de seu nome, e assi a causa de ser tam decantado he es-
crever em tempo nam tam polido, nem tam culto, como o presente, e
occupar muito d'antemam (o q' he de grande momento em todas as cou-
sas) o primeiro lugar, e celebrar os grandes feitos, e as estremadas em-
presas dos Portugueses, e imitar costumes com introduçam de homens,
e deoses, e ser sem comparaçam muito maes excellente que todos os que
antes d'elle poetaram em Portugal, o que nã tira encorrer em todos os
defeitos que em Homero, e em Virgilio se notaram, carecendo de arte,
e de industria, valerse no tecer a fabula de Virgilio, e nam formar idea
de perfeito principe, nam guardar decoro e nã ser sua vea bem limada,
verisimil, e iudicioza, mas estranha, licencioza, e ordinariamente popu-
lar, e humilde, e cousas semelhantes. Confessamos em Camões grande
natural, e grande engenho, mediocre doutrina, e devesse lhe louvar por
imitar com imitaçam pr.^o que seus naturaes, e espalhar em seu poema lu-
mes, e cores de rhetorica, e deveselhe escusar por culpa da idade, e do
uso. atee qui Paulo Benio na Introd. a *Jerusalem* de Tasso f. 1. ate
78 (3).

(3) Terminam aqui as considerações introdutórias do A., em parte apoiadas em Paulo Beni,
Introdução à *Jerusalém Libertada*, de Tasso. A nota final do A., trechos riscados e
certas características materiais do Ms. deixam claro que se trata de um borrão de tra-
balho que não chegou a ter redação definitiva.

*/fl. 172/ OPPOSIÇAM AO DISCURSO DA
VIDA DE LUIS DE CAMÕES TOCANTE
AO JUIZO DAS PARTES
DA EPOPEYA, E DA OBSERVAÇÃ
D'ELLAS NO MESMO CAMÕES.*

Assi como as obras divinas se devem admirar com reverencia, e humildade, assi as humanas tem (sic) sempre alguma imperfeição, e por isso no julgallas convem primeiro apurar sua qualidade. O entronizarse tanto que se nam contradiga a algum escritor, por grande que seja, e dizer como os discipulos de Pitagoras, ipse dixit, he sinal certo de pobreza de entendimento. Platam nam somte. se oppós a grande numero de filosofos, mas a Homero, de quem aprendeu muitas cousas. Aristoteles, nam como inwejozo, nem ingrato, mas como verdadeiro filosofo, contrariou a seus mestres, Platã e Socrates, ensinãdo a verdade, e refutando as opiniões, que em si a nam tinham, e sendolhe estranhado respondeu, Amicus Plato, amicus Socrates magis (4) /fl. 172v./ (magis) amica veritas. E certo quem dissesse que o contrariar em abonaçã da verdade nam conviesse aos studiosos (sic) de todas as artes, seria menos que de juizo limitado. Nam se me tenha por temeridade, e maledicencia opporme ao douto escritor da vida de Camões, com quem aqui o havemos, porque o fim deste presente estudo livremente tira a arguir duvidas, discutir materias, para se virem a apurar verdades sem genero de competencia; se por minha insufficiencia nã acertar em merce peço perdam, e em justiça evidencia de meu erro. Mas se com exemplos, authoridades, e razões, sayr com meu intento, purificando suas escrituras, parece merecer galardam, e louvor, e nam nome de temerario, nem de maldizente. O discursar sobre as sciencias he franqueza universal, o dizer verdade he obrigaçam de todos, o errar he de homens; e assi nam fallo com soberba, nem com emolaçam, invejo a gloria dos senhores, que deram motivo a tirar a limpo este papel /fl. 173/ (este papel) (conheça o mundo a fraqueza de meu engenho, e no mesmo tempo a integridade de meu animo, e a singeleza de meu intento) e assi havendo quem me mostre melhor caminho retratarmehei seguindo as opiniões maes seguras (5). E deixando de-

(4) Um entre muitos outros trechos riscados pelo A.; e este trecho foi anulado porque aproveitado noutro trabalho, escrito em seguida: *Discurso Apologetico* (1096-A, fls. 237-261). Neste trabalho Pires de Almeida modifica mais de uma idéia exposta na presente peça; V. a propósito nota 21.

(5) Outro trecho riscado pelo A.

fensões, e vindo ao proposito, sentidissimo me acho, vendo espalhar-se por toda espanha (sic) em materia de Poesia se me nã engamno huma doutrina tã pouco certa, e directamente contra Aristoteles, e que aja (sic) quem della faça caso, o que pode vir a ser de infinito damno aos engenhos espanhoes, que tem (sic) pouca noticia da Poetica, e ja pode ser tenha damnificado a alguns, a cujas mãos chegarem estes Commentarios, este particular juizo das partes, que ha de ter a epopeia, e como Luis de Camões as guardou todas nos seus Lusiadas, e para que se apague este fogo, e se nam levante outra religiam de hereticos poetas, (6) ja que anda em câpo dos Cultos, nos obrigou a tomar a penna na mão, e escrever /fl. 173v./ com ella o mesmo discurso, a quem nos oppomos e juntamente com elle nosso parecer.

Fol. 106. Discurso (7)

O poema heroico, a que os gregos chamam Epico, tem sinco (sic) parte essenciaes (o que parece se reduzem todas as maes) que sam ser imitaçam de huma aççam ,heroica, honesta, Util, e deleitoza. O ser huma só aççam he cousa tam importante, que no poema Epico se tem por sua sustancia, como se vee de toda a arte Poetica /,/ quem dis Poetica, dis Arte Poetica de Aristoteles, e fundase este preceito na razam natural da imitaçam e pintura, que mostra nam se poderem imitar duas acções juntamente, e esta he a differença que ha entre o Poeta heroico, e o historiador, porq'o historiador escreve a narraçam das cousas, como aconteceram succesivamente, mas o Poeta escolhe huma só aççam de hum Heroe, e essa refere nam puntualmente como foi, mas como convinha ser, orquando a narraçam com varios episodios, que sam digressões de fabulas, acõtecimentos, e enredos com que com suavidade persuada aos que o lerem, e ouvirem, Oportet, igitur, dis Aristoteles, quemamodum in aliis /fl. 174/ (in aliis) imitaticibus, una imitatio unius est, sic, et Fabulan, quia actionis imitatio, est uniusq esse, et huius totius. E noutra parte, Fabula quidem est una, non quamadmodum nonnulli arbitrantur, si circa unum fuerit; multa enim, et infinita genere contingunt, ex quibus nonnullis nihil est unum: sic autem, et actiones unius multae sunt, ex quibus una multa sit actio; quare omnes videntur peccare quicumque Poetarum Heracleidem, et Theseidem, et huiuscemodi poema fecerunt, putant enim, quia unus erat Hercules, unam et Fabulam esse aportere. Homerus autem quemadmodum et caeteris rebus antecellit, et hoc videtur pulchre vidisse, sive propter artem, sive propter naturam; Odysseam enim faciens non complexus est carmine illo omnia quaecumque illi contingere etc. Verum circa unam actionem, qualem dicimus Odisseam māsit, eodem pacto et Iliadem. O mesmo resolve Horacio na Poetica dizendo

Denique sit quod vis simplex duntaxat et unum.

(6) Outro trecho riscado pelo A.

(7) Pires de Almeida indica (quase escusava lembrar) a paginação e transcreve o texto da 1.ª edição dos *Discursos Varios Políticos*, Évora, 1624. Titubeou entre designar o texto de Severim de Faria *Discurso* ou *Texto*; optou pela primeira forma.

Exame (8)

O Poema heroico, a que os gregos chamam Epico.

Os Gregos foram felicissimos no formar palavras, e tu /fl. 174v/ (e tudo) o que podiam dizer com huma o faziam por escusar circumfrasis, e assim nam disseram Poema Epico, mas Epopeia, ou Epopeya, ou Epopea: formaram a (sic) de Epos e Pico, Pico, I, [isto é] faço Epos, I, verso exámetro (sic), Epopeia composiçam de versos exámetros, I, de versos formados de sinco (sic) pees dactilos, e de hum espondeo ou Trocheo. Patr°. decad. disp. L. 1. f. 96 (9)

Muitos na exposiçam da Poetica de Aristoteles dizem Poema Epico, mas fallam como latinos, e nam como gregos, e quando os latinos fallam, a usança grega, dizem Epopeia. Não andaram de todo mal os latinos em dizer Poema Heroico por em seu tempo terem aos homens famosos por Heroes, I, /i.e./ por filhos de alguma sua deidade; nos (sic) porem que nam temos Heroes, nam demos ainda o nome do Poema, que trata narrativamente da gente illustre; chamemos lhe logo, Epopeia, e nam poema Epico, nem Heroico, visto o nosso endecassilabo ter semelhança com o exámetro, e celebramos nelle acções nobres; e ja Lopo da Veiga deu noticia, e pós (sic) em practica o nome Epopeya no titulo da sua Hierusalem.

/fl. 175/ O Poema heroico tem sinco partes essenciaes etc. (10). Nam he nada segura semelhante anomeaçã das partes, porque quem dis aççam heroica, I, aççã de pessoas illustres, dis aççam grande, affamada, notavel, cavalheirosa, e consecutivamente honesta. Dizer que a Epopeia tem por parte ser Util, e deleitoza, nam mostra nada de novo (11), porque a Utilidade, ou o Deleite, ou o Deleite, e Utilidade juntamente he proprio em comum de todo o poema seja Lyrico, Comico, Tragico, ou Epopeico, e assi nam incluem taes partes em si differença alguma, a qual era necessaria de per si em cada huma dellas. Aristoteles na sua Poetica quando ensina que partes deve ter a Fabula, (falla da Fabula da Tragedia) I, a Constituiçam das cousas, dis que as partes de essencia no poema sam Fabula, Costume, Sentença, e Lingoagem, estas ficam debaixo do Noo, e da Soltura ou por outro modo debaixo do Principio, Meyo, e Fim, ou tambem da Narraçã, que abraça tudo, e nestas partes se enclue a essencia do Poema, e nã em outras. Dis maes que as essenciaes, ou qualitativas sam Fabula, Costume, Sentença, e lingoagem. E quando trata da Epopeya remette esta divisam sobredita da Narrativa etc. De Narrativa autem, et in metro imitatione opor /fl. 175v./ (opor) tet fabulas constituere quemadmodum Dramaticus, in Tragediis, et circa unam actionem totam, et perfectam,

(8) Pires de Almeida titubeou entre designar suas respostas *Opposiçam* ou *Exame*; optou pela segunda forma.

(9) De "I" em diante, trecho assinalado por um risco à margem, possivelmente para ulterior exame.

(10) o Essencial de todo o Poema he ser verdadeira imitaçam. (N. A.)

(11) do fim adiante f. 18 vers. e f 42. (N. A.) Entenda-se: Do fim, ou sôbre o fim da epopéia, veja-se adiante, fl. 18 e fl. 42 (respectivamente 187V e 210 da numeração atual).

habentem principium, et medium, et finem etc. E deste lugar a meu ver havia de tirar o escritor da vida de Camões a doutrina, que intentou ensinar, e consecutivamente fazer mençam do que contem a Discussã da Fabula Tragica, como fes no mesmo proposito Aristoteles. As cousas que chama partes essenciaes, se foram justas, e verdadeiras teriam nome de propiedades, e condições da Fabula: mas Condições, e propiedades, por dizer de Aristoteles sam na Fabula Tragica, ser toda; ter conveniente grandeza, ser huma, ser possivel, nam ser episodica, ser admiravel, ser composta, e nam simples, e ultimamente ser Pathetica, I, alteradora, ou perturbadora, e na Fabula Epopeica sam alem d'estas ser Dramatica, I, representativa, ser varia, ser alegre, e se isto se advertira na particula Admiravel se virã incluidas todas as partes, a que chama essenciaes sendo só condições da Fabula.

O ser huma só acçam etc. A doutrina /fl. 176/ (A doutrina) de Aristoteles, de que neste lugar se usa, he puramente da Tragedia, devendo o ser do proprio discurso da Epopeia do mesmo Aristoteles, em que dis que a Epopeia he imitação narrativa em verso, de huma acçam, que seja toda, e com quem se nam parecem as historias, Nec similes esse historias consuetas, in quibus necesse est non unius actionis efficere expositionem, sed unius temporis quaecumque in eo evenerunt, circa unum, vel plures, quorum unumquodque ut sors tulit, alterum respicit. Quemadmodum enim secundum eadem tempora et in Salamine facta est navalis pugna, et in Sicilia Cartaginensium pugna, nequaquam ad eundem tendentes finem. Sic et in temporibus consequentibus aliquando fit alterum cum altero, ex quibus non est unus finis; ac ferme id faciunt poetarum multi. Quam obrem ut jam dicebamus, et in hac parte divinus apparere Homerus praeter caeteros potest, et quia neque bellum, quanvis habens principium, et finem, aggressus est versibus totum describere: valde enim magnum, et quod non facile conspici po /fl. 176v./ (po) terat, evasurum erat; vel magnitudine se ... habens inter textum vanitate: nunc autem cum abstulisset unam partem, episodiis usus est ipsorum multis, ut navium catalogo, et aliis episodiis, quibus distinguit poesim. Alii vero circa unum canunt, et circa unum tempus, et unam actionem multarum partium, ut qui Cyprica fecit, et parvam Iliadem. Se assi o fizera o nosso author escusava nos destas regras. Nam obstante dizerse que Aristoteles no lugar reprovado exemplifica com a Odyssea, que he epopeia grega, e que assi foi acerto, porque o filosofo trata alli ex professo da Tragedia, e em seu discurso usa tambem algumas vezes de exemplos lyricos; o que foi por exemplificar com o que maes lhe vinha a penna ou para melhor, com o que era maes fermoso: fas nos asaber que a unica acçã, que o Poeta escolhe, a refere nã puntualmente como foi, maes como convinha ser. O que se deve entender quando careça das circunstancia /s/ necessarias p^a. perfeitam^{te}. formar fabula, porque succedendo tellas, não convem usar de alteraçam. O mudar, ou contar de outro modo a acçam, I, alguma sua circunstancia, he p^a. maes admiraçã, e p^a. maior verisemelhança: mas se appropriã acçam tem

estas duas cousas, de que serve nam a narrar puntualmte. O officio dos episodios nam he persuadir com suavidade, como no discurso se da a entender, mas he variar, enriquecer, fazer corpulenta a Fabula, e cousas semelhâtes. E de maes d'isto no lugar sobredito cometeo Aristoteles (perdoe tam grãde varam, e valha sempre a verdade) por voto de Castelvetro hum erro de memoria, dizendo no exemplo do nosso escritor, despoes das palavras, que ja apontamos, *Odyseam enim faciens non descripsit omnia, quaecumque ipsi /fl. 177/ (ipsi) contigerunt, Ut eum accepisse vulnus in Parnasso*: (12) sendo assi que Homero no Livro 19 da *Odysea* conta de que maneira caçando Ulisses no monte Parnasso o ferira hum javali, de que lhe ficou o sinal, por donde o reconheceo a velha Euriclea, sua ama: e alem d'isto nos livros seguintes faz mençam com maes brevidade da mesma ferida. Noto que quando exemplificou a doutrina da epopeia o fes com a *Iliada*, e porque no exemplo da Tragedia tinha tocado brevissimamente o mesmo dizendo, *Eodem pacto et Iliadem*, aqui acrescenta lembrandose do ja dito, *Ut jam dicebamus*, porem nam ouve (sic) aqui erro de memoria, porque ensinando que o escritor de Epopeia nam devia nunca de contar todas as cousas, que succederam a hum varam, dis que Homero foi neste particular, divino na *Iliada*, porque Neque /fl. 177v./ (neque) *bellum, quamvis habens, principium, et finem, aggressus est versibus totum describere: valde enim etc.* e nam se quis lembrar da *Odysea*. Do que parece ficar claro nam ser de proveito o exemplo da *Odysea* em doutrina Tragica, nem no nosso escritor exemplo de doutrina Tragica em material Epopeica, e que se Aristoteles cometeo erro de memoria, nam o devia ter quem tantos annos, despoes d'elle escreveo, sendolhe ja notado o tal defeito. (14).

Fol. 107. Discurso.

Por faltarem neste essencial fundamento de huma só acçam Ovidio, Silio Italico, e Lucano, se nam tem (sic) por poetas heroicos, e entre os modernos cahio tambem neste defeito Ludovico Ariosto, que no seu Orlando (15) seguiu, e propoz tam multiplicadas acções cousa tanto contra os preceitos da Arte, o que verdadeiramente he muito de sentir em tam florido, e ornado Poema, como o de Ariosto, hum dos mais engenhozos, e abundantes entendimentos que atee seu tempo ouve (sic),

(12) Pires de Almeida cita a *Poetica* de Aristóteles ora na tradução latina de Castelvetro, ora na de Riccobono (V. fl. 199v.), ora na de Heinsio (V. fl. 227); só uns dez anos mais tarde traduzirá e comentará a mesma *Poética*, servindo-se da tradução de Heinsio. Sobre as citadas traduções V. Índice de Autores e Obras.

(13) Sim conta, mas he por boca do Poeta, e fica sendo fora da acçam, e por isso Riccobono disse que era *Per accidens* na citada *Poetica*, e o mesmo Castelvetro escusa a Aristoteles no mesmo lugar q' he fl. (N. A.) P. A. deixou de fazer a citação do número da fl. da tradução comentada de Castelvetro; mais uma prova, entre muitas, de que o trabalho ficou no primeiro borrão.

(14) Do fim da fl. 176 V: e de maes d'isto ..., até aqui, outro trecho assinalado com traço marginal.

(15) Sam heroicos mas defeituozos (N.A.).

porque por errar nesta acçã, nam tomou a palma a muitos dos antigos, e modernos, e se propuzera, e seguira perfeitamente o furor de Orlando, que elle fes acçã secundaria, ainda que tivera desculpa, mas propondo tantas acções, como sam, Le donne.

/fl. 178/ Le donne, i cavalier, l'arme, gli amori,
Le cortesie, l'audaci imprese io canto etc.

Errou muito, assim em as multiplicar, como em as propor primeiras; e se o que disse por acçã secundaria de Orlando

Diró d'Orlando in un medesimo tratto
Cosa no detta in prosa, mai ne in rima,
Che per amor venne in furore, et matto
Huomo che si saggio era stimatto prima. etc.

o propuzera por primeira, podera defenderse, e foram entam menos, e maes curtos os episodios, que por razam das acções multiplicadas accumulou, com que o Poema ficara maes proporcionado, e fermozo: ainda que sempre lhe faltara o principal, que he a qualidade da acçã, pois por ser furia nascida de causa tam indigna, como os amores de Angelica, nam deve ser imitada. Tanto perdem ainda os engenhos faltos de arte, havendo, como disse Horacio, de sogeitar a fertilidade do engenho aos preceitos d'ella.

Ego nec studium sine divite vena,
Nec rude quid prosit video ingenium: alterius sic
Altera poscit opem res, et conjurat amice, etc. (16)

Exame.

Refuta o nosso escritor a quatro Poe /fl. 178v./ (Poe)tas, tres latinos, e hum italiano, querendo que nenhum delles acertasse com a unidade de acçã, e que como taes nam mereçam ter logar entre os Epopeicos. Quanto aos latinos nam corrobora seu dito com authoridade alguma, nem mesmo com razam; e quanto ao italiano intenta largamente provar nam merecer estar na lista dos Epopeicos: pezemos seu parecer, o qual temos por seguro no pertinente a Ovidio, duvidozo no tocante a Silio Italico, e Lucano, e falso em quanto ao Ariosto, e antes que venhamos a sua de-

(16) Camões incorreo na falta da arte, Ariosto teve arte, e natureza. De Necessitate artis. Pont. [Pontano] inst. Poet. cap. 3. Arte perfeita val maes pa. poetar bem que a nã perfeita, o maes que pode, e a razam Castelvetro na Poet. f. 69. e a arte nã he differente de irã. Castel. uta' [ut supra] f. 69. Tasso poetou maes por arte, que por irã. Poly. f. 26. Arist. parece duvidar se Homero poetou maes por arte, que por irã, ou as vexas. Castel. [Castelvetro] verbo Homero Divino nat. o de Camões e o de Gabriel Pereira. Arte nenhuma se acha em ambos. (N. A.)

fensã he de saber que nam he o fundamento essencial da epopeia o ser de huma só acçam, se bem se considera o filosofo; a Fabula da Tragedia, e da Comedia de necessidade deve ter huma acçam de huma pessoa, ou dependendo huma da outra: a fabula da Epopeia deve ter huma acçam de huma pessoa, nam de necessidade, mas por demostraçam de excellencia de engenho: da qual havendo quem a nam tenha em conta, ou quem nam tenha para si poder chegarlhe, medindo justam^{te}. /fl. 179/ (justamente) o cabedal de suas forças podera constituir a Fabula de muitas acções de huma pessoa, ou muitas acções de muitas pessoas, mas contentarseha tambem de menor louvor, deixando a singularidade da gloria, aquem sabe com a singularidade de huma acçam de huma pessoa singular ordenar huma fabula perfeita. Logo em todo o rigor nam he fundamento essencial da epopeia constar de huma só acçam. Homero assi na Iliada, como na Odyssea, de persi tem somente por argumento huma singular acçam, e por isso sem controversia foi principe dos epopeicos gregos. Virgilio tem na sua Eneada duas acções e nem por isso deixa de ser divino entre os criticos latinos: mal se colhe logo em rigor que o essencial fundamento da epopeia seja a singularidade da acçã. Mas porque o nosso escritor me nam venha com objençam dizendo que levanto falso testemunho a Virgilio attribuindo á sua Eneada duas acções, mostrallas hei na Scena do mundo. Homero em duas Epopeias pos distintamente guerras, e infortunios; Virgilio incluiu ambas estas cousas em huma, como ja em seu tempo mostrou hum poeta.

Maeonium quisquis Romanus nescit Homerum,
/fl. 179v./ Me legat, et lectum credat utrumque sibi
Illius immensos miratur Graecia campos,
At minor est nobis, sed bene cultus ager.

Usemos de maes clareza: Virgilio na sua Eneada imitou a Odyssea, representando os errores de Eneas, e a Iliada ajuntando a guerra, e a batalha, com que desbaratou a Turno. E na verdade da proposiçam do mesmo poeta se tira claramente serem duas acções, nam obstante propor Virgilio cantar nam só as armas, com que Eneas a imitaçam de Aquilles alcançou grandes vitorias, mas a graves calamidades, que, a modo de Ulisses, padeceo Eneas perigrinando muitos annos. Despoes de Virgilio ter invocado a musa a que lhe mostre as causas dos trabalhos, e fadigas do seu Eneas, e declarando nos primeiros seis livros os seus trabalhos, e tendoo finalmente posto nas prayas do Lacio logo no setimo livro com nova proposiçam, e invocaçam se prepara a cantar as armas dizendo

Nunc age qui reges Erato, quae tempora rerum,
Quae (sic) Latio antiquo fuerit status, advena classem
Cum primum Ausoniis exercitus appulit oris,
Expeditam, et primo memorabo exordia pugnae,

/fl. 180/ Tu vatem, tu Diva mone, dicam horrida bella,
Dicam acies, actosq' animis in funera Reges
Tyrrenamq'manum, Totamq'sub arma coactam
Hesperiam: maior rerum mihi nascitur ordo:
Maius opus moveo.

Donde mostra claramente propór cantar nova acçam: de modo que nos seis ultimos livros imita a Iliada, e nos primeiros seis a Odyssea. Nam tiram a estas cousas ser a Eneada rainha das Epopeias latinas; defeito he logo em rigor affirmar que o fundamento essencial da Epopeia he constar de unica acçam. Passemos ao juizo dos poetas citados. (17)

Ovidio nam ha para que o lançar fora do numero dos escritores de Epopeia, porque nunca se escreveu em suas lista (sic) (posto que o verso, e parte das acções o mereçam). O livro de suas transformações he humma massa de diferentes materias, de que resultam diferentes acções, feitas por diversas pessoas, em muito diferentes lugares, e em muy diferentes tempos, dirigidas á variedades de fins, e o que Parthenio, Theodoro, Callisthenes, poetas gregos comprehenderam em muitos tomos, abraçou elle em hum só, e assi nam tem quasi apparencia de Epopeia, mas he hist. fabuloza, como tem Viperano /:/ Quod si qui nobis obiciant Ovidii exemplum, qui librum, quem Metamorphoseon inscripsit, a mundi origine inceptit, rerum ac temporum ordinem historicorum more secutus, Sciant eo in opere Ovidium inter epicos non haberi: sed mea sententia debere inter historicos fabulosos annumerari. Viperano L. 2. Poet. c. 6.

Silio Italico tem unidade de acçam, e assi nam devia ser regeitado; e se /fl. 180v./ (e se) he da opiniam, dos que tem para si comprehender muitas acções de varios capitães dos Romanos como apparentemente mostram estes seus versos

Muneris hic vestri labor est, modo dannia /Daunia/ regna,
Aeneadum, modo Sicanios (sic) accedere portus,
Aut Macedum (sic) lustrare domos, et Achaica rura,
Aut vaga Sardoo vestigia cingere (sic) fluctu,
Vel Tyriae quondam regnata mapalia genti,
Extremunque diem, et terrarum invisere metas.
Sic poscit sparsus (sic) Mavors agitatus in oris.

Em cuja exposiçam dis Pedro Marto (?), Enumerat ea, circa quae Musa debuit jam versari, ut possit canere, scilicet bellum Siculum, Appulum, Macedonicum, Sardorum, Achaicum, Hispanum, et postremo Lybicum. Saiba, que ainda que este poeta narra varias guerra, que se fizeram em diferentes lugares, parece com tudo, que todos recebam a unidade da Se-

(17) Do meio da fl. 179: *Mas porque o nosso escritor...*, até aqui, trecho assinalado com traço marginal.

gunda Guerra Cartaginense. E (como doutamente escreve o Infarinato da Crusca) a variedade dos lugares só nam tem força de variar as acções, porque dis elle, Começase em Ithaca a Odyssea, vai vagando por todo o mundo, no fim tornase á Ithaca: o que maes he otram se em diversos lugares por diversas pessoas diversas cousas em hum tempo. Começamse em Sicilia as acções da Enea /fl. 181/ (da Enea) da, acaba vezinha ao lugar, donde despoes se edificou Roma: e sam epopeia a Odyssea de huma acçam, a Eneada de duas. Negamos logo que Silio Italico deixa de ser escritor de epopeia, antes affirmamos que o seja: e que nam falta no fundamento de ter huma so acçã.

Lucano acertou no essencial da materia, que he historia, e na unidade da acçam, pois he huma guerra, e assi injustamente se lança fora dos epopeicos, pella razam dada. Escaligero lib. 4 (?) Poet. c. 2. duvidando se era Lucano Poeta, se responde affirmativamente, e zomba dos gramaticos que o nam tem por tal; An Lucanus sit poeta; sane est. Nugantur enim more suo grammatici, cum obiiciunt illum historiam conscripsisse. Principio, fac historiam moram; oportet eum a Livio differre, differt autem versu, hoc veró poeta est: Deinde quis nescit ex omnibus epicis poetis historiam esse pro argumento (sic) quam illi aut adumbratam, au illustratam, certe alia facie cum ostendunt, ex historia conficiunt poema. Nam quid aliud Homerus? quid Tragicis ipsis faciemus? Sic multa /fl. 181v./ (multa) Lucano ficta: Patriae imago, quae sese offerat Caesari: exutam ab inferis animam: atque alia Falia. E no livro terceiro C.CXVI. c. 96 o louva tambem de principiar seu poema justamente, por que ensinando que se há de começar a Epopeia de cousa illustre, propria, e chegada a acçam, ajunta logo, Quod a Lucano observatum fuit, qui bellum civile scriptores statim apponit Cesarem ad Rubiconis transitum, unde hostis a Senatu judicatur, bellum facere coactus fuerit. E nam se me contradiga com dizer que Lucano nam tem unidade de acçam, por que o mesmo Escaligero o dis, tacitamente, dizendo no primeiro lugar, Historiam, e no Segundo, Bellum civile, no numero singular. Nam se diga logo que nam teve singularidade de acçam, pois lhe dá tam grande Critico, nam perdoando a tantos, sinal he que achou nelle virtudes pa. isso. Contra nos temos a Tasso. Disc. her. f. 62. Nota a Nores Disc. f. Repl. 39. ate 40. (18). Vicios ha em Silio Italico, e em Lucano por onde deixam de ser perfeitos escritores de Epopeia, mas nam sam o faltarem no fundamento de /fl. 182/ (de) huma só acçam, dizemos isto porque se nam tomem por idea de perfeita epopeia.

Ariosto he famoso poeta Epopeico, e como tal o defende a Academia da Crusca em Italia. E nam obsta dizerse que na proposiçam tem acções

(18) Michel de Montaigne em Les Essais L. 2. c. 10. f. 311 tambem amo (sic) a Lucano e o leo, cõ boa vontade, nem tanto por seu estilo, quanto por seu valor proprio, e pella verdade de suas opiniões, e juizos. (N.A.) Verei Cascales nas cartas Philologicas fl. 152. em que mostra nam ser Luccano Poeta. Modera isto Carlos Sigonio Verei Polyant. f. 23. e prova serem Silio, e Lucano Poetas mas nã excellentes lirico (sic). (N. A.)

multiplicadas, porque usou da figura que descreve o todo com o numero das partes, e quis dizer

Le donne, i cavallier, l'armi, gli amori
Le cortesie, l'audaci imprese io canto etc.

Eu canto as armas, que succederam na tal acçam, e porque as cousas se sabem, e as obras cavalleirosas acompanham principalmente as' armas, e a Amor, por isso começou de tal modo, e assi he pouco seguro dizer que propoem maes de huma acçam, e esta nam he nascida da furia dos amores de Angelica, porque nasce sem controversia de feito cavalleirozo, pois he a guerra (de quando os Mouros passaram de Africa a França) de Agramante contra Carlos, e na proposiçam se vee claramente, pois nella se rascunha o tempo, e o lugar da tal guerra, a que se ajuntavam os amores, as cortesias, e as emprezas atrevidas; e se a isto se advertira, nam se tomarã as cousas as vessas (sic), fazendo acçam primaria /fl. 182v./ (acçam primaria) Damas, armas, Amor etc, e segundaria (sic) a furia de Amor de Orlando, nam tocando no principal que era a guerra, mas só no acessorio que sam os episodios; que a guerra seja a acçam desta Epopeia se colhe de sua execuçam, e nella se vee cantada de proposito, e com tal apparato, e arte, que a leva ao cabo por meynos devidos, livrando a Paris, e desbaratando os inimigos, e de maes d'isto as mesmas armas, os amores, as cortesias, e as emprezas atrevidas parecem no progresso derivaremse da tal guerra, e quasi todos os mesmos cavalleiros, com parte tambem das damas, sairem de algum dos dous Campos. No pro., e no segundo canto esta Carlos cercado em Paris pella rota recebida de Agramante, e o mesmo Carlos manda Reinaldo a pedir socorro a Bretanha: no oitavo ajunta suas gentes: no decimo fas mostra: no decimo sexto chega a Paris, e desbarata o inimigo: no vigesimo setimo rompesse o exercito de Carlos, e retirase a Paris segunda vez: no trigessimio primo he desbaratado, e vencido Agra- /fl. 183/ (Agra) mante: no trigesimo setimo Agramãte se retira a Africa: no quadragesimo primo despoes da destruiçam de Biserta, e do reyno, he morto. E dado caso, e nam concedido, que a materia de Orlando Furioso fosse da furia do Amor nam era por isso indigna de ser imitada, porque as cousas convenientes a Epopeia sam as fermosissimas, e Amor he fermosissimo, de opiniam de Phaedro em Platam, e he paixam propria de Heroes, I, de senhores de alto sangue. Aquilles na Iliada bem (19) mostra o amor de Briseida, e de Criseida; e a Iliada nasceo do amor de Helena: a Eneida bem se illustra com o amor de Dido: bem se concede logo que possa ser a materia da Epopeia de Amor, como he o amor de Leandro, e Hero, cantado por Museo: e de Jasam, e Medea por Apollonio: o de Alexandre, e Helena, por Collaso Thebano; o de Theagenes, e Cariclea, por Heliodoro: o de Leucipe, e Clitofonte, por Aquilles Tacio; o de Pyramo, e

(19) Materia de Amor. (N. A.)

Tisbe, por Bernardo Tasso, o de Adonis, e Venus por Marino: o de Persiles, e Segismundo por Cervantes; o de Argenis, e Poliarco, por Barclaio.

Discurso. f. 103.

Este preceito de seguir huma só acçã guardou excellentemente o nosso Poeta propondo o descobrimento da India, o qual fez Don Vasco da Gama com seus soldados, como se vee do Discurso do /fl. 183v./ (do Discurso do) Poema, que começa navegando Vasco da Gama junto a Moçambique, e acaba quando o mesmo Capitã entrou em Lisboa. Porem na proposiçã, e titulo (como esta obra era de outros segundos Argonautas) seguiu a Apollonio Rhodio, a quem se dá o primiero lugar entre os gregos, despoes de Homero, o qual intitidou o seu poema, dos Argonautas, e na proposiçã nam nomeou a Jasã Capitã da Jornada se nam a todos os que cometeram aquela empreza, e assim começa

A te principium ó Phoebe, priscorum laudes virorum

Memorabo, qui Ponti per os, et petras

Cyaneas, regis mandato Peliae,

Aureum ad vellus probre instructam transtris impulerunt Argo.

Despoes desta primeira acçã tocou tambem Luis de Camões alguns dos principaes episodios do poema, o que por ser despoes da principal acçã proposta, nam he defeito, segundo se vee em Homero, e Virgilio, que tambem propuseram estas acções secundarias, como julgará facilmente quem bem os considerar. (20)

Exame.

Defende o nosso Author a Camões, e quer-que fizesse excellentissima eleiçã para formar huma Epopeia perfeita de huma só acçã, e que tal seja a dos Lusiadas /;/ quer tambem que sua proposiçã seja inculpavel, e exemplifi- /fl. 184/ (exemplifi) case com a proposiçã de Apollonio, a quem venera por grande poeta, e ultimamente quer que a mesma proposiçã de Camões comprenda acções secundarias, e que isto seja imitaçã Homericã e Virgiliana, mas para que tudo fique notorio ao mundo, examinemos cada cousa per si.

(20) De Despoes desta ..., até aqui, o trecho foi riscado por P. A. mas se conservou a seguinte nota marginal: Vae dito adiante /V. fl. 231/. Homero, nem Virgilio nã propuserã acções secundarias; seus episodios, q' devem quiça na opiniã do escritor ser as acções secundarias, sam ou de cousas presentes, como as exequias, ou de passadas como a narraçã de Troya a Dido, mas fora só ... ou de futuras, e vem por Profecia, como no P. (?) e no escudo. Nã ha isto em Camões. (N. A.)

Primeiramente (21) nem Camões elegeo materia alta á Epopeia, nem sua acçã he só huma, pa. gozar dos privelegios de Homero. Nenhum descubrimento maritimo (maritimo), por maes admiravel que seja, dara sogeito a Epopeia, por lhe convir acçã que leve por alvo formar idea, e exemplo de principe, e capitam para publico governo, e publica felicidade; e que tenha nam huma só, e simples acçã, qual he huma navegaçã, mas variedade de nobres acções, (derigidas com bem ordenada proporçã a hum fim) e de proporcionados episodios, com mudança de fortuna de huma, e outra parte, a saber com alegria da parte amiga, e com tristeza da parte contraria. Benio Comp. Disc. 2. f. 66.

Por doutrina do filosofo a fabula da epopeia deve (para pefeita) ser Huma só, e de Hum; e d'aqui se segue poderem neste particular fallar os poetas de três modos, o prº. narrando muitas acções de huma pessoa; o segundo contando huma acçã de muitas pessoas: o terceiro escrevendo muitas acções de muitas pessoas: o segundo he 'o que faz a nosso intento: e nesta falta caíram todos os poetas que compuzeram a Argonautica, na qual intervieram muitos heroés /fl. 184v./ (Heroés), sendo huma só acçã; Taes foram Orfeo, assi o Thracio, como o Crotoniato, Epiminedes Grotius, Cleon, Curieo, Apollonio, Varro, Atacino, como nota douutamente Maçonio na defensa de Dante lib. 3. c. 60. fs. 651 e Gallucio in vind. (?) Virg. lib. aen. 12 loco tert. f. 206. Alios posterioris ordinis recenseamus: ac primo quidem eos, qui unam multorum actionem expresserunt. Hoc nimirum in errore versatur Argonauticorum scriptores plurimi, Orpheus, Epiminedes, Grossius, Apollonis, Varro, Atacinus, Camões he escirtor de segundos Argonautas, sua acçã he huma, mas nam de hum: e nam forma idea de Principe, para governo publico, nam tem mudança de fortuna, he huma maes que simples: Se a antiguidade nam izentou de erro aos poetas que tiveram por argumento a mesma sorte de materia que teve Camões, porque ha de Camões ficar izento delle. Aristoteles, Maçonio, Benio, e Gallucio nam conhesceram (sic) a Camões, e assi nam os podia mover odio algum, fallaram sem paixam: nam se dee logo por idea, e exemplo de Epopeia ao nosso Camões, pois esta sogeito a censura de seus antecessores, e errou como elles em fazer tal eleiçã.

Secundariamente a proposiçã de Camões he mui defeituozã. Tres considerações deve ter todo o epopeico em sua proposiçã, Nam dizer coisa superflua; propor com modo poetico, mas claro, Re /fl. 185/ (Re) presentar de tal modo toda acçã, que esta corresponda á aquella, e

(21) Daqui até o fim do presente Exame, fl. 186 V, Pires de Almeida riscou as suas considerações, deixando claro, com a expressão marginal, "nam servio", que deviam ser refundidas, como de fato o foram no *Discurso Apologético* (Mss. 1096-A, fls. 237-261), escrito, como já disse, em seguida ao presente ensaio, e onde expõe opinião bem diferente sobre o tema fundamental e a proposição de *Os Lusíadas*. A esse propósito disse eu, na altura própria, e repito: um dos traços importantes da atitude crítica de Pires de Almeida foi a coragem de se desdizer quando convencido de que errara, e a convicção de que a busca da verdade implica muita vez na alteração das opiniões, o que significa, na evolução das idéias.

aquella esta. Nenhuma dellas ha na de Camões, e se elle começara propondo com estes versos da terceira estança

Que eu canto o peito illustre lusitano
A quem Neptuno, e Marte obdeceram

nam padecera tanto sua Proposiçam. Na proposiçam ha de estar sempre clara, ou occultamente o nome da pessoa cantada; tudo se vee na Iliada, e na Odysea. Dizer que foi imitaçam de Apollonio que na proposiçam da sua Argonautica nam nomeou a Jasam; capitam da jornada, passe; mas que por isso fizesse boa imitaçam artificioza, negamos, porque se a fizera imitara a Homero, e Virgilio. De maes d'isto Apollonio nam he o melhor escritor de Argonautica, porque Orfeo, que foi muito primeiro que elle, que tambem escreveo a Viagem da nao Argo á conquista do vello d'ouro, foi excellente, e tanto que se disse delle que levou apos si nam só os homens, e as feras, mas os bosques, e os montes, e que fazia parar os rios, e que sua lyra fora colocada no Ceo entre as estrellas; e na proposiçam observou a Arte; e com tudo ninguem, que eu me lembre disse, que se seguia a Homero; o maes que em sua vida chegou a dizer Patricio foi, allegando a Pau /fl. 185v./ (a Pau) sanias, serem sumamente breves seus hymnos, e que em serem cultos eram os primeiros apos os de Homero, mas de maior religiam, e santimonia. Nam sei logo que fundamento possa haver para se lhe dar lugar despoes de Homero; e sobre isto ja Maçonio, e Gallucio deram ao mesmo Apollonio por epopeico defeituoso, e seu defeito nasceo da proposiçam, pois contem muitos, que acompanharã a hum só. Nam seja logo idea de proposiçam a de Apollonio, nem a de Camões.

Terceira é ultimamte. a Proposiçam nam abraça episodios. A proposiçam contem nam partes accidentaes, mas essenciaes, e se talvez he apertada, e breve, ahi em virtude compreende toda a sustancia da Fabula bem como a flor, ou a semente abraça o fruto. Tudo o que se nam entenda debaixo da proposiçã he episódio; e para se conhecer (sic) o Episodio nam há melhor regra que ver se de algum modo o abraça a Proposiçam, porque em o abraçando toca ao essencial, por elle ser a modo de Norte, ou agulha de marear, que governa, e guia ao fim da jornada. Nem Virgilio, nem Homero, propuzeram acções /fl. 186/ (acções) secundarias, porque a Proposiçam da Eneada sam viagens (sic) por mar, e guerras por terra, e a da Odysea vem quasi com alguma apparencia a ser o mesmo, e tudo o que se nam liga a tal proposiçam, que he semente da acçam primaria, he episodio, e nam acçam, ou acções secundarias. As cousas passadas, e as futuras na Epopeia sam Episodios, e ainda que ajudam, e levem ao cabo a acçam nem por isso deixam de ser episodios, verdade he que o sam melhores, por encaminhar a acçam a seu fim. Os episodios, a meu ver, huns sam substanciaes, outros accidentaes. Episodio substancial he na Eneida a narraçam da destruiçam de Troya,

e na *Odyseea* a narraçã dos trabalhos de Ulisses, porque ainda que totalmte. nam se unem á açã, sam parte de melhor se deixar entender, e encaminham ao fim a mesma açã; e estas, e semelhantes acções, que tem (sic) lugar de episodios, quer o nosso escritor que sejam acções secundarias, que se tocam na proposiçam; o que de nenhuma maneira passa, se me nã engamno, na /fl. 186v./ (na) verdade; e apertando com Camões. Homero e Virgilio na narraçam que fazem na pessoa de Ulisses a Alcinoos, e na de Eneas a Dido, nam contam maes que cousas que lhe aconteceram, e viram, porem na narraçam que Vasco da Gama fas ao Rey de Melinde conta cousas muitas (sic) atrasadas, como sam as do principio de Portugal a el rey Dom Manuel, as quaes nam servem de cousa alguma á açã, antes lhe impedem seu curso.

f. 108 vers. Discurso.

A segunda condiçam do Poema heroico he ser açã honesta, e digna de se imitar, por quanto o fim da poesia, e principalmente heroica, he ensinar, incitar, e mover deleitanto. (22) Nesta parte excedeo muito Luis de Camões a Estacio na sua *Thebaida*, e Claudiano no seu rapto de Proserpina, porque ainda que estes poetas accertaram maes que os outros em escolher huma só açã, com tudo faltaram na qualidade della: porque as suas acções nam sam verdadeiramente dignas de se emitir, que he o fim e o intento de toda a Poesia, pois o argumento de Estacio foi o odio dos dous irmãos Eteocles, e Polinices, açã indigna de ser sabida, quanto /fl. 187/ (quanto) maes imitada, e a de Claudiano o roubo de Proserpina, tanto maes abominavel, quanto mais foi o roubador della.

Exame.

A Epopeia digna de fama ha de contar huma açã de hum principe legitimo, que trabalhe por libertar, e felicitar a seus vassallos, e companheiros, deferenciandose do Tyrano que pello interesse os distroe, e consome, ha de louvar, e exaltar os bons, e punir e castigar aos maos; tendo isto de sua essencia nam ha para que dizer que ha de ser açã honesta: Verdade he que nam basta, como disse o Academico da Crusca, na *Replica do Pelleg.* f. 127. abaixo da *Replica* 61 /,/ que a açã seja de pessoas illustres, porque se poderiã introduzir nas Epopeyas reyes, que jogassem aos arriozes, e aos carouços, ou como disse Patricio no *Trimerone* ... por tomar huma açã só do Imperador Caligula, o qual sentado o exercito na praya do Oceano, e posto em ordem, mandou ...

(22) Sem dúvida me parece que se tomou motivo pa. dar tal fim a Epopeia de Cicero que no *L. de Opt. orat.* [*Liber de Optimo Oratore*] contando as tres razões de dizer que unidamte. deve ter o orador excellente, diz *Optimus est enim Orator, qui dicendo animus audientium, et docet, et delectat, et permovet. Docere debitum est, delectare honorarium. permovere necessarium.* Vejase a Viperano sobre o tal lugar de *Opt. Orat.* f. 22. A nosso escritor faltou o deleitar, e disse ensinar, incitar, e mover q' sam só duas cousas. (N. A.)

tocar a arma, e pregoar, que se recolhessem todas as conchas e buzios, que havia na tal praya, de Domiciano, quãto mandou tomar as moscas, e encarcerallas em prisã de papel. E nam val responder, que seria isto contra o decoro, porque o decoro nam he necessario no Ser, mas no bem ser do poema. Verdade he que pessoas illustres podem fazer acções pouco decentes, pouco honestas, e dignas de odio, mas estas nam entram na Epopeia, em que se forma Principe perfeito, dotado de todas as excellencias, e virtudes, e se entrassem ficaria a Epopeia indigna de nome e o Principe em lugar de louvado, abatido, e assi podera escusarse dizer que era condiçam /fl 187v./ (condiçam) do poema heroico ser acçam honesta.

O fim universal da Poesia por voto de huns he deleitar, pollo de outros he aproveitar, e por de outros he deleitar, e aproveitar juntamente como já tocamos. Porem cada poema obra isto com diferentes materias, e com diferentes fins, e de tudo nasce ter cada hum seu fim particular, (23) e neste fim ou o deleite, ou a utilidade, e o deleite juntamente. O fim da Epopeia nam he insinar, (sic) incitar, e mover deleitando, he mover admiraçã, he inflamar aos ouvintes ao amor, e ao desejo de imitar as empresas gloriosas de pessoas illustres, e de bons, e legitimos principes, de quem ella he verdadeira imitaçam, e apos este fim util sae logo o do deleite.

Nã he a Thebaida (24) de Estacio de acçã malvada, e indigna de se imitar, e porque leva por alvo um fim tam desastrado aterrorisar cobizozos, e ensinar lhes a ter meyo no desejar imperios do mundo, Estacio quis fosse huma Tragedia narrativa com fim triste, e de sua materia fes mto. antes Euripides huma Tragedia, a quem por ventura Estacio levou por guia /,/ e nesta conformidade he Epopeia Tragica. Tragica com muita (sic) maes razã que a Jerusalem de Lopo da Veiga. Ser ella acçam de hum só negamos, porque sete foram os Reys que se armaram contra Tebas /fl. 188/

Claudio nam acabou o seu poema do roubo de Proserpina, (25) gozamos só hum fragamento, como notou Monsieur Capellano sobre o Adonis de Marino, assi nam podemos julgar com justiça o que elle determinou fazer, porque ja pode ser, que lhe desse tal fim que o fizesse digno de imitaçam, e querer penetrar pensamentos a ninguem descobertos e que nunca se conversou, e de que há tantos annos que deixou vida, he tirar a acertar. Nam faltou quem se atrevesse a murmurar da Franciada de Ronsardo, a qual nã tem maes mal que nã ser acabada, dizendo.

(23) de hoc optime Tass. disc. her. f. 11. 12. vee ou nã. Do fim atras f. 6 e adiante f. 42. (N. A.) Entenda-se: Sôbre o fim da epopéia veja-se atrás, fl. 6 (175 da numeração atual) e adiante, fl. 42 (210 da numeração atual).

(24) Daqui até o fim do Exame, P. A. riscou as suas considerações.

(25) porei o nome do tradutor de Claudio. (N. A.) Pires de Almeida não chegou a cumprir sua promessa.

/:/ Dum invenis Ronsardus ovans praeclara canebat,
Concepta rapuit computa (?) Franciada.
Parturiit, Centaurus adest vel inepta Chymera,
Qualiacumque ea sine cau...da, caput... latet

Como tem Claudio Beneto em sua vida. f. 166.

f. 109. Discurso.

O Argumento do Poema heroico ha de ser honesto para se imitar, e admiravel para mover, e deleitar, no que Homero he digno de louvor, em quanto contra os trabalhos, que Ulisses padeceo atee tornar a sua patria, mas nam na conclusam do Poema, com as mortes, q' deu privadamente aos pretensores de Penelope desarmados. A esta materia se avanta pouco a chegada de Eneas á Italia, e guerras, sobre o Cervo, que andando a caça ferio Ascanio, (26) acções, em que há pouco do grande, e do admi /fl. 188v. / (e do admi) ravel. E assi fica muito superior a todas ellas, o argumento do nosso poeta, que trata do descobrimento da India, em que Vasco da Gama rodeou a maior parte da terra, vencendo com singular valor as forças dos elementos, as traições, e armas dos inimigos, fomes, sedes, estranheza de climas, injurias dos tempos, e mostrou ao mundo o verdadeiro conhescimento (sic) de si mesmo, em que desde seu principio ate entam estivera ignorante, achando novas estrellas, e novos mares, communicando o Oriente com o Occidente, de que se seguio dar aos povos da Europa a noticia de tantas drogas, fructos, e pedras, em que a natureza se mostrou maravilhosa, e benigna para cõ os mortaes, e aos moradores da Asia o conhescimento das artes, policia, sciencias de Europa, e sobre tudo do verdadeiro Deos, de que os maes delles estavam totalmente ignorantes. Por onde na qualidade da açam heroica fica o nosso Poeta superior a todos os antigos, e modernos. (27)

Exame.

Louva em parte o nosso escritor a Homero(e em parte o censura: louvao em quanto canta os er /fl. 189/ (canta os er) rores de Ulisses,

(26) esta opiniam he de Gustavino apontado adiante fl. 24 (N. A.). (fl. 193 da numeração actual).

(27) Se Camões cantara trabalhos quaes os de Ulisses, ficará os seus Lusíadas cõ bem mais vantagem mas o maes que fes o Gama foi seguindo o caminho já principiado, achar novas estrellas, e novos mares, e padecer em seu descobrimento o rigor dos elementos, as falsidades de gente imiga, fomes, etc. Não sã cousas, admiraveis, antes ordinarias aos q' navegam em mares estranhos: bom Homero cõ o seu Ulisses, em que nã ha cousa que careça de admiração. Episodia Homerica, Miracula Speciosa, Jacobus Falcã f. 108. Começa Ulisses com seus companheiros sua pergrinação, ou navegação de Troya, passa com elles aos Canios, logo aos Lotofagos, despoes aos Ciclopes, destes a Eolia, e de Eolia aos Lastigoes, onde percebe grãde parte de seus companheiros, dos Lastigões foi ter cõ Circe, e ao In.erno, e delle tornou a Circe, e passou as Sireas Scylla, e Carides, aonde se lhe diminuiu o no. dos companhos. [dos companheiros]. Deu a costa em Oggia, aonde viveo sete annos com Calipso, e finalmente d'alli com menos de 30 dias se passou aos Phaeacis, e destes em poucos dias, ou horas a Itaca sua patria. Compa. Penio 73. (Nota marginal do A., riscada).

censura o por acabar com as mortes provadamente dadas aos pretendentes de Penelope desarmados. Dous defeitos, acabar com mortes, e as mortes dadas a homens despercebidos: mas (28) na verdade que se he louvar em Homero cantar as calamidades de Ulisses, muito mayor he cantar o castigo que deu aos destruidores de sua fazenda, infamadores de sua casa, em cujas acções nam padece a Epopeia damno algum, nem seu Principe fica com o decoro perdido: porque o fim de Epopeia he cantar victoria, e esta nam se alcança entre inimigo sem mortes, e este nam matou aos pretendentes de sua mulher se nam armados, e sendo em numero infinito, como varam valerozo. Provemos nossa excusa: o fim da Tragedia deve ser triste, lastimoso, e com mortes, o fim da Epopeia deve ser alegre, gozoso, e vitoriozo. Em Italia acabam os Romanços do Morgante, e da Leandra em tristeza. O Morgante tem no fim a morte do mesmo Morgante, e dos Paladinos. A Leandra acaba com a morte da mesma Leandra, que se mata pello amor, que tinha a Reynaldo; mas Romanço nam he Epopeia, Epopeia he em Italia a do Pulcio, e começando das festas de Carlos, e dos Paladinos, acaba com a /fl. 189v./ (com a) lastimosa rota de Carlos Magno. Bem censura logo o nosso escritor a Homero por acabar a Odyssea com mortes. Especulemos porem isto com muito maes agudeza. O ser a Epopeia alegre convem somente ao fim, e he quando o Principe alcança felicemente o que propos por fructo de sua acçam: O fim da Odyssea he descañar sem competencia Ulisses em sua casa com sua mulher, e gozar de sua fazenda pacificamente; elle he o heroe, nam podia haver semelhante cousa sem a morte dos competidores; alegre he logo seu fim, e as mortes nã causã tristeza, pois sam castigo de grandes erros. Parecesse a Epopeia com a Comedia no fim, huma e outra deve acabar com alegria: causa na Comedia alegria o ver que o namorado com trabalho e industria guarda (?) a dama; que o servo astuto que maliciosamente rouba o senhor, e no mesmo nã causa tristeza mas a [á] dama engamnada, porque ella cuidando q'engamnava mereceu seu damno, e o avarento pello mal que se trata e pello mal que usa de seus bens merece ser roubado: causa na Epopeia /fl. 190/ (na Epopeia) alegria ver que hum varam illustre caminhando por muitos trabalhos, sofrendo mtas. perseguições, chega a ter felicidade em sua patria, e causa na mesma alegria ver os perseguidores, e contrarios vencidos, desbaratados e mortos, quando cuidavam triunfar a vida; alegre he logo o fim da Odyssea com a morte dos importunos amadores de Penelope. Alegre he o fim da Eneada, e morre nelle Turno; alegre o fim da Iliada, e morre nelle Heitor. Mortes nam viciam o fim da Epopeia, quando o heroe fica salvo, e vitoriozo. O fim do poema de Pulcio e de outros semelhantes, he reprovado por as mortes necessariamente pertencerem a pessoas primarias da Tragedia. Vejamos se matou Ulisses a seus inimigos privadamente estando desarmados. Narra

(28) Daqui até, "varam valerozo", riscado pelo A.

o caso Homero etc. (29). /fl. 191./ Narra o caso Homero (30) no livro vigésimo secundo de sua *Odyssea*, e he que despoes de Ulisses ser reconhecido por Eumeo porqueiro, por Philecio vaqueiro, por Telemaco seu filho, por Euriclea sua ama, e por Penelope sua muher, pos em ordem libertar sua casa, matando os Procos, Pretendentes, que o nam conhesciam, (sic) e fazendo experiencia todos no armar de hum arco, que Penelope apresentou, oferecendose por mulher a quem o armasse, só Ulisses o armou, e pôdese a (sic) porta da sala cõ hua seta nelle passa a garganta a Antinoo, fidalgo principal; alvoroçamse todos, solicitam armas. Vendo presente a Ulisses pede Antimaco paz, e promete em no /fl. 191v./ (em no) me de todos satisfaçam aos damnos, que á sua fazenda lhe tinham causado: Ulisses lhe responde que nam tem mais remedio que defenderse. Delibrase Antimaco, e anima aos companheiros que metam mão as espadas, e façam trincheiras das mesas a que começam; pretende com a espada matar Antimaco a Ulisses, mas elle lhe passa o peito com hum (sic) seta. Amphinomo quer fugir da sala, mas Telemaco o atravessa com huma lança. Ardem de ira todos. Telemaco ficou sem arma, Philecio, e Eumeo estão desarmados, Ulisses vamselhe acabando as setas, os contrarios todos tem (sic) suas espadas nuas. Sobee Telemaco a hum aposento, em que tinha escondido as armas, tras quatro capacetes, quatro escudos, e oito lanças, armase com Philecio, e Eumeo, e despoes de Ulisses gastar todas as setas, lançou ao hombro o escudo, pôs (sic) o capacete, e tomou duas lanças; e Eumeo tem conta, que lhe nam fujam os inimigos por huma janella. Pelejá valerosamente, como varões esforçados, os Procos, de cuja parte estava Melanthio, cabreiro de Ulisses, o qual vendo trazer armas a Telemaco, vae pellos mesmos passos, e achando, o apozenço aberto, toma doze escudos com doze /fl. 192/ (com doze) lanças, e doze capacetes; armamse os Procos, guerream como leões, sobee segunda vez Melanthio, e tras maes armas, e como ainda ficavam muitos Procos desarmados, subio terveira vez, e desta nam teve lugar para decer (sic) com maes armas, porque Eumeo, e Philecio o prenderam; Ulisses velho, cortado de trabalhos, Telemaco moço, sem experiencia, brigam sempre: Eumeo, e Philecio, homens rusticos, com interrompção, [interrupção] cada qual delles tem lança, capacete, e escudo. Os Procos na primeira occasiam, por ordem de Melanthio, se armam doze, na segunda sê armariã outros doze, por ventura maes, e sam-vinte e quatro, e por ficarem muitos sem armas, subio por ellas terceira vez Melanthio; mas armas sam espadas, que tinham todos. Ha nesta briga de huma parte quatro que fazem dous, e de outra vinte e quatro; ehuns e outros cõ as mesmas armas; e de maes d'isso muitos com espadas contra os dous, Ulisses, e Telemaco, que venceram a todos. Como se dis logo que nam he digno de louvor Homero na conclusam

(29) Segue-se página e meia com umas dez linhas de apontamentos apagados, o que faz crer deixou o A. espaço para completar as considerações d'este Exame, na realidade incompleto.

(30) Daqui ao fim da fl. 192, riscado pelo A.

do Poema com as mortes, que deu privadamente aos pretendores de Penelope desarmados.

/fl. 192v./ Calymnia a Virgilio dizendo que a materia de sua Eneada he diminuta, e tem pouco do grande e do admiravel, assi na chegada de Eneas a Italia, como no motivo, que ouve (sic) do Cervo para as guerras, mas tem contra si a Torcato Tasso, Francisco Cortes (31), e a Ludovico Castelvetro tratando da mesma materia. Tasso lib. 2. do Poem her. dis que na eleiçam da materia da epopeia se ha, maes que tudo, de respeitar a nobreza, e a excellencia, e que por isso se deve escolher açam, em que a nobreza esteja em summo grao, como na guerra de Troya, e nos erros de Ulisses, na guerra de Thebas, e meninice de Aquiles, de Estacio; na guerra civil, e na segunda Africana de Lucano, Silio Italico, e Petrarca (32), (aqui so comprova serem bons poetas, e o escritor os reprovou atras) mas sobre todos he nobilissima açam a chegada de Eneas a Italia, por o argumento ser por si grande, e illustre, antes grandissimo, e illustrissimo, tendo respeito ao imperio romano, que teve origem della, como o Poeta toca no principio.

Tantae molis erat Romanam condere gentem

Castelvetro (33) expando a Poetica de Aristoteles, e tratando de quaes devem ser os episodios, assen /fl. 193/ (assen) ta (34) serem estremados, os que para boa collocaçam sam convenientes ás pessoas, e que tal he na Eneada a dos filhos de Thyrrreno, maior al dos gados reaes, pões era conveniente que elles tivessem um cervo domestico, que fosse, e viesse do campo sem pastor, e que caçando o ferissem, e que d'aqui se levantasse a dissensam entre os lavradores, e os Troyanos. Dizer que nam tem este motivo nada de grande, e de admiravel; se considere que maior admiraçam possa haver que de huma cousa pequena nascer huma tam grande; de huma veneraçam breve, hum longo trabalho; de huma caçada, huma guerra: que mayor grandeza que pella ferida de hum cervo, viir a perder hum reyno; de guerrearem os rusticos, guerrearem os nobres. A caça he imagem da guerra (34a), huma e outra he exercitada de gente illustre: tal he a grandeza da guerra, qual a da caça: tantas admirações tem a caça, quantas a guerra. Bem sei eu que Julio Guestavino nas annot. do cant. 4. do Gofredo f. 92. tem, de voto de alguns, por causa mto. /muito/

(31) Francisco Cortes ajuizãdo a Veneza, Epopeia de Julio Stroça, dis assi. A materia da Eneida por comum juizo he tida pela mais heroica que todas as q' atee agora se escreveram, só por se cantar nella a vinda de Eneas a Italia; genus unde latinum /Albaniq' patres, atque altae/ (sic) maenia Romae. (N. A.)

(32) Noto na authoridade de Tasso, que fas a ma. [materia] dos Argonautas mto. menos nobre que a da Eneada; o nosso escritor semelha a ma. [matéria] dos Lusíadas a dos Argonautas, e quer que tenha superioridade á da Eneada senão por voto de Tasso a ma. da Eneada maes nobre, e pelo consequente fica sendo mais nobre a Eneada q' os Lusíadas. (N. A.)

(33) Castelvetro f. 381. regra 20.

(34) Daqui até: "... tantas admirações tem a caça, quantas a guerra.", riscado pelo A.

(34a) Verei Salzedo sobre Gong. f. 318 vers. Pellicer em Gong. f. 261.

leve, e assas frivola pa. /para/ tã grande impresa fingir Virg. /Virgilio/ q'os Cães de Ascanio em quanto se entretinha caçando, feriram, o veado del Rey latino, e que tomada d'aqui ocasiam os ganhões vieram a brigar cõ os Companheiros de Ascanio. Mas tambem sei (35) que ferirem os cães e cervo foi obra da furia, que lhe pos diante dos olhos, e que por seu meyo, como Deidade infernal acelera e move os peitos de hunos e outros, e assi nã vem a ser menos que motivo grande e admiravel (36).

No tocante aos navegantes dos Lusíadas ja fica respondido nam ser materia acomodada a (sic) Epopeia: No pertencente a (sic) noticia das drogas, fructos, e pedras, tudo tinhamos em Europa, posto que nã em tanta abundancia, antes de Vasco da Gama descobrir a India, por via de Venezianos, Genoveses, e Catalães, como /fl. 193v./ (como) tem Joam de Barros Decad. 1. L. 8 c. 1 f. 147 (37). Em quanto as artes, sciencias, e policia, que dis ser causa Vasco da Gama de passar á Asia, foi em parte, e nam em tudo; e assi foi tambem o conhescimento de nossa fee catholica, porque grande numero de annos antes de passarmos a India, tinha nella pregado a Fee seu Apostolo Santo Thome, como escrevem todos os nossos historiadores; mas na verdade estava a Fee de Xpó /Cristo/ tam borrada da memoria daquelles barbaros, que podemos dizer que nos lha ensinamos, e por isso dis o nosso escritor. E sobretudo do verdrº /verdadeiro/ Ds /Deus/ de que os maes delles estavã totalme. ignorantes. Conformese com Garpar Barreiro na sua Chronographia. fl. 41 tratando do Tejo.

f. 109 vers. Discurso (38).

Nam obsta contra isto dizerem alguns que profanou o Poeta esta honestidade, e grandeza da açam com nam guardar á (sic) Religiam o decoro devido, invocando Musas, e fingindo Concilios de Deoses, indecentes a Poeta Catholico, e que como tal devia antes invocar os Santos, e usar nas ficções de milagres, e apparecimentos de Anjos, como alguns modernos fizeram (39): Porque a isto se responde que notorio he nam ser a poesia outra cousa se nam huma imitação, ou Fabula, a qual /fl. 194/ (a qual) sempre tras consigo, como parte essencial a Invocaçam das Musas do Parnaso, segundo a divisam dos Poemas, em que a Caliope coube

(35) Daqui até: "...grande e admiravel", riscado pelo A.

(36) Eliano de var. hist. L. 12. Tit. de maximorum bellorum initiis, et causis. Me vero nom clam est, maximorum saepe bellorum tenuissima, contemptissimaque principia visa fuisse. Persicum enim ex Meandri (?) Samii cum Atheniensibus dissidio ortum duxisse perhibent. Peloponnesium vero etc. em que muitos exemplos. (N. A. riscada). Xenofonte na Economica, Assi pa. a guerra, como pa. a lavoura ha necessidade de homens, e hua destas artes ajuda a outra, e sam entre si muy semelhantes. (N. A.)

(37) Vee Diogo do Couto decaç. 4. L. 7 c. 9. f. 137 e vers. (N. A.)

(38) Todo este discurso presente contem a Resposta da pra. /primeira/ Censura que se fez em Lxa. /Lisboa/ a Camões e delle o tomou o Sr' M. S. /Sr. Manuel Severim/. (N. A.) Pires de Almeida refere-se, quero crer, à censura feita por Bartolomeu Ferreira, primeiro censor dos Lusíadas.

(39) Verei adiante f. 68 vers. (N. A.) (fl. 235 V da numeração atual).

o heroico, e por isso he invocada nos poemas epicos, e esta fabula pertence somente a (sic) poesia, e so pellos poetas foi inventada. De maneira que atee os antigos, que adoravam aos deoses gentilicos, por verdadeiros, tinhã as Musas por fingidas (40), porque bem sabiam, que nunca no Parnasso ouvera taes deosas, nem por essas eram tidas, nem adoradas das republicas: sendo poe isso assi claro fica, que nam usou Luis de Camões de termo algum supersticiozo pedindo ajuda a divindades gentilicas (poe estas foram sempre conhescidas de todos por fabulosas) mas que guardou o estilo do poema heroico, segundo os latinos, que he invocar as Musas despoes de propór a acçam, e assi continuou a poesia com os termos atee entam costumados de Poetas catholicos, e gravissimos, como foram Sannazaro de Partu Virginis, o bispo Jeronimo Vida em quasi todos as poesias maiores, Bautista Mantuano religiozo Carmelita nas suas vidas dos Santos, Joviano Pontano, Angelo Policiano, Miguel Marullo, e outros que seria largo referir.

Exame (41).

Defendese aqui a Invocaçã, e a introduçam de Deidades gentilicas, eu como sou /fl. 194v./ (eu, como sou) de differente parêcer, começando das Invocações digo que Camões andou desacertado porque o Poeta Catholico tem obrigaçam em consciencia fugir de todos os termos do paganismo, como nota Castelvetro explicando hum lugar de Petrarca. Ouçamos a Escaligero L. 6. c. 4. Bembus cum Dominum Jesum, Heroa vocat, valde me commovit; sane vox impia, et utroque indigna, ne argutetur quispiam Heroen: c' semideum, ex altero semise hominem, non possunt nostrorum figmenta vero deo nostro convenire. Nam qui ei magnanimum quoque adjecit Epitectum aut Aristotelem, aut ipsum Jesum ludere conatur. Sam Jeronimo escrevendo a S. Damaso, Absit ut de ore Christiano sonet Juppiter omnipotens, et me horacule, me Castor (42), et coetera magis portenta, quam verba: Possevino bibl. Select. L. 12. c. 4. Deve invocar os Santos como ensina Pontano Poet. inst. Lib. 2. c. 4. (43) Nobis autem Christianis (praesertim cum argumenta pia, sacra, divina, suscipimus) pulchrum est á Deo Optimo, ab ejus Filio Jesu Christo,

(40) Benio no disc. [discurso] 7 da Comp. [Comparatione...] f. 271 Nel chi egli brama va ettc. dis que andou melhor o Ariosto em invocar huma Dama q' as Musas que sem Larve, e fantasme, ettc. (N.A.).

(41) Pos se na Academia dos Ambientes, em Evora, patria minha, por objeçam a Camões, que nam guardara Religiam: invocando, nem fazendo congregações de deicades, o nosso escritor, que foi dos Academicos, devia (conforme sospeito) tomar a seu cargo defender a Camões seu, e nosso Poeta do modo que aqui vemos. (Introdução, riscada pelo A.) Mais de uma vez refere-se Pires de Almeida às discussões havidas na Academia dos Ambientes em tôrno de Camões. Delas participou Severim de Faria, bem como Pires de Almeida; veja-se a propósito o seu Juízo Critico..., ponto de partida, em 1639, da polémica com Soares de Brito, João Franco Barreto e Faria e Sousa.

(42) Castelvetro tem o mesmo uts' [ut supra]. (N.A.)

(43) Daqui até: "...feliciter procedant.", riscando pelo A.

a Sacrosanto Spiritu, á Matre Domini, a reliquis immortalibus auxilium poscere, quorum omnium favor si nostra studia comitabitur nihil verendum erit, ne illa parum feliciter procedant. A Invocaçam das Musas dis Theophilo Journ. prem. c. 1. ao exemplo dos pagãos he para nos profana e ridicula; e maes adiante, he devaçam louvavel, e digna de huma alma pura invocar no prio. /principio/ da obra as potencias soberanas, mas os Christãos nam tem que fazer com Apollo, nem com as Musas. Para provar o nosso escritor nam ser defeito, mas virtude invocar as Musas, cae quatro vezes, salvo sempre o melhor juizo, a primeira na definição da poesia, a segunda chamando á invocaçam parte essencial da Poesia, a terceira negando a crença, e adoraçam da gentilidade ás /fl. 195/ (ás) Musas, e a quarta exemplificando com Poetas nam epopeicos. A Poesia, dis elle, nam he outra cousa se nam huma imitaçam; ou Fabula; e a difiniçam da Poesia he ser imitaçam feita em verso, acompanhado de numero, e de harmonia, ou sem elle, e ella: ou como tem outros, he imitaçam de cousas humanas, e divinas com lingoagem fingida em verso para purgar os animos dos affectos, e paixões nocivas, ou de outros he imitaçã de successos da vida. A poesia, dis o nosso escritor, tras sempre consigo como parte essencial a Invocaçam. Infinitos sam os poemas Lyricos, que nam tem invocaçam, e contados sã em Pindaro, em Horacio, e nos modernos, os q' constam della. Mas dirmeham o Discurso, que tendes entre mãos, he Epopeico, e nam lyrico, e assi pede de necessidade Invocaçam: respondo no principio da Epopeia, e todas as vezes que se ouver (sic) de narrar alguma cousa difficultoza, concedo: mas que a Invocaçam seja parte essencial da poesia epopeica nego: porque as partes essenciais sam aquellas. como ensina Aristoteles, que tiradas pervertem, e desordenam o poema, mas tirada a Invocaçam nam fica o Poema descomposto, nem damnificado, logo nam he parte essencial.

/fl.195v./ Juppiter (44), que foi a mayor Deidade, que tiveram os gentios, gerou em Nemosine as Musas, como tem Eraclides Pontico, e Apolodoro lib. Bibliot. (45) Querem Didimo e Fornuto que sejam filhas do Ceo, e da terra, que foram famozas Deidades no paganismo. Quando as Musas nam tiverem de si alguma divinidadade, e excellência, pela dos paes, haviam de ser adoradas do gentio. Que o fossem por sua excellencia, que he a memoria das cousas passadas, o mostram todas as invocações dos poetas de Grecia, e do Lacio, e despropositadas foram se nam as reconheceram por favorecedoras e poderozas a lhes socorrer nas cousas arduas, e a lhes descobrir os segredos de cousas escondidas, e a lhes ajuntar de novo alguma cousa as ja inventadas, e descubertas, Quare soli Poetae sibi Musarum tutelam vindicant, atque patrocinium, quarum spiritu, quae alios lateant, ab ipsis inveniantur: Escaligero, lib. 1. Poet. c.

(44) Daqui até: "...famozas Deidades no paganismo.", riscado pelo A.

(45) Verei a Gustavino no Ind. [Índice] das annot., Tass. verbo Musa. Nã serve aqui veer tal lugar. (N.A.)

2. Nam ha Poeta gentilico que lhe nam chame deosas, que Deosa ouve sem adoraçam? O fim (46) (como nota Tzezes nos commentarios de Hesiodo) que ouve para os Poetas porem nos principios de seus poemas a Invocaçam das Musas, foi para ficarem cridos, para se assegurarem de opposições, e para /fl. 196/ (e para) que com a religiam, e devoçam, que todos geralmente lhes tinham ficarem tidos por secretarios, e familiares seus, por cuja causa fossem tãbem estimados por sacerdotes, e santos (e assi lhe chama a gentilidade). Tiveram as Musas altar, e tiverã sacrificio. Ardalo, como escreve Pausanias, levantou altar ás Musas, e ao Somno, e no altar em que se sacrificava a Museo, se sacrificava tambem ás Musas, e ao Somno, Seorsum abhoc Museo ara est ab eodem Ardalo (ut aiunt) ducta Adeam aram Musis, et Somno sacra faciunt. Quid e'qd [Quid est quod] Herculi, ac Musis coem. [coemere] aram statuerint. An quod Hercules Evandrum litteras docuit (47). E foi entre os gentios tam ordinario que ate os Pastores lhe sacrificavam como refere Giraldo in Mus. contar Teocrito, Pastores etiam Musis operari, et rem sacram facere tradit Theocritus. Os Lacedemonios sacrificavam ás Musas entrando na batalha, afim que suas façanhas fossem dignamente escritas; tendo para si ser favor divino que as acções famozas achassem testas. /testemunhas/ que lhes soubessem dar vida, e memoria. Michel de Montaig L. 2. c. 16. f. 594. Musis in Helicone rem primum divinã fecerunt Othus, et Ephialtes: Teator. p. l. tit. Musae f. 239. Ovidio L. 2. de Pont. conta terem os Poetas entre si sacrificios comuns, posto que cada hum use delles diversamente, Sunt tamen inter se communia sacra poetis diversum quamvis quisque sequamur iter. Tinham os lyricos huma novilha, conforme Horacio, Pascitur in vestrum reditum votiva juvenca. Os Bucolicos huma vitella, como nota Persio, Menimo, ut repente suporeta prodirem. Como se podera, hum touro, os Tragicos hum bode. Victimis q'erã premio. O Parnasso foi tam santificádo da gentilidade, que teve para si, nam so serem seus loureiros, suas fontes, seus valles sagrados, e bastarem suas folhas, suas agoas, e suas flores a produzirem poetas, ma atee o sonhar dormindo nelle, como nota Persio, Menimo, ut repente suporeta prodirem. Como se podera se isto assi he, fazer crer que as Musas foram fabulozas, nunca veneradas, e que andou bem Camões em se deixar levar desta mentira. [196v.] Certo he que Sanazaro, Jeronimo Vida, Bautista Mantuano, Joviano Pontano, Angelo Policiano, com outros muitos (que doutamente nota Maçonio L. 3. c. 48.) poetas christãos semearam seus poemas de fabulas de gentios, mas tambem he certo que perderam muito da sua authoridade, e Sannazaro, Pontano, e Mantuano, foram tachados por Erasmo, o qual

(46) Daqui até o começo da fl. 196 V, onde diz: "... poetas Christãos semearam seus poemas de fabulas de gentios,..." riscado pelo autor, inclusive nota marginal referida a seguir.

(47) Plutarco f. 95. D. nos Problem. Quid e' qd. [Quid est quod] Herculi. (N.A.)

louvãdo a Sanazaro, e avantajando a Pontano dis assi. Hoc nomine preferendus est Pontano, quod rem sacram tractare non piguit, quod nec dormitanter eam, nec inamae ne (?) tractavit. Sed meo quidem suffragio plus laudis erat laturus, si materiam sacram tractasset aliquando sacratius: qua quidem in re levius peccavit Baptista Mantuanus, quamquam et alias, in hujuscemodi argumentis (sic) uberior. Nusce (?) quantum atinebat hic toties invocare Musas, et Phaebum (?) quid quod Virginem fingit intentam praecipue sibilinis versibus, quod non apte Proteum inducit de Christo vaticinantem, quod Nympharum, Amadriadum ac Nereidum plena facit omnia: ate aqui Erasmo Rhotederano, Dial. Ciceroniano. Introducere denique Protheum ad Christi nativitatem /fl. 197/ (nativitatem) et vitam praedicandam (quod fecit Sannazarius) ecquid dignitatis afferre poterit! Possevino 1. p. bibl. select. L. 1. c. 25. e o mesmo Possevino L. 17. c. 17. bibl. select. dis ser Sannazaro famoso, paucissimis demptis, quae voces (?) illas (?) ethnicorum poetarum sapiunt como he invocar e chamar a Christo, Heroe. Não he logo louvavel em Camões seguir taes pisadas pois se mostrou supersticioso, scismatico, e escandaloso.

F. 110 vers. Discurso. (48)

Porem em nam introduzir Luis de Camões Anjos, e Santos nas fabulas que fingio, mais parece digno de louvor que de reprehensão, porque he indecencia grandissima usar dos nomes dos Santos para fabulas profanas com a mesma facilidade (49) com que os gentios o faziam, e assi he muito de calumniar, que nos poemas de Torcato e Ariosto andem os Anjos, e Santos fallando com os cavalleiros andantes, e trazendolhe recados do Ceo, e que Sam Joam Evangelista leve a Astolfo sobre o globo da Lua a mostrarlhe o siso de Roldam, que estava metido em huma redoma de vidro (50). Nam se ham os Santos de tomar na boca, nem na historia para materia de entretenimento, mas ha se de escrever delles com toda a reverencia, e decencia devida, (51) que nam se compadece misturar (52) as cousas sagradas com as profanas. Alem de ser inconveniente grande em hum livro, que trata de argumento verdadeiro, e em que se ham de referir verdadeiros milagres, e escreveremse /fl. 179v./ (escreveremse) milagres fabulosos, sem differençarem huns dos outros, com

(48) Tambem esta parte de discurso he da resposta que em Lxa. se fes á pra. [primeira] Censura de Camões. (N.A.)

(49) Wsase maes nã com tanta facilidade; parece que o admira facilmente o nosso escritor. (N.A.)

(50) Disculpase Guilhelmo Salustio de alterar em parte a sua Semana dizendo: Bref je ne presente point ny une confession de foy, ains un poeme que je pare, autant qu'il le peut porter, deplus exquis joyaux, que je butine sur tutes sciences, et professions. et de vray et. §3. (N. A., riscada).

(51) adiante f. 31 (N. A.) V. fl. 200 da numeração atual.

(52) La veritã poetica, non é quella dell'Evangelio ne anche quella del filosofo. Bonami. dis. del Verisimile f. 89 (N. A., riscada). Verei no Monserrate na Carta vers. de fronte no riscado. (N. A. riscada) Defronte dessa nota marginal está a seguinte nota, também riscada, a que se refere o A: Sendo (?) articulo ce fee la hista. [historia]en que se enxeren (?) Non... Quella dell'Evangelio, quasi o mesmo. (N.A., riscada).

Não é fácil a leitura das notas acima: além de riscadas, com letra miuda, e numa altura da fôlha em que há um rompimento do papel.

que os leyttores ignorâtes podem cair em erro de nam conhescerem, quaes devem ser criados. Portanto querendo o Poeta evitar tam grandes inconvenientes usou dos nomes gentilicos por materia comua, e notoria de fingimentos poeticos com que ninguem se podia enganar, mas nas cousas verdadeiras, guardando inteiramente o decoro á Religiam, introduzio sempre a Vasco da Gama fallando com toda a piedade catholica, de maneira que os milagres verdadeiros, e cousas santas, as trata com a decencia, e gravidade devida, e as fições ficam conhescidas de todos vendose que sam fabulas notorias (53). Este mesmo estilo guardaram os poetas acima nomeados, a quem podemos acrescentar Claudiano, que segundo a melhor opiniam, e maes universal, foi catholico, e usou destas invocações, e concilios de Deoses com a maior liberdade, que vemos nos *Lusiadas*.

Exame

Temos entre mãos a parte pertencente aos Concilios dos Deoses, e digo que assi como os gentios fingiram em suas epopeias por causar admiraçam congregações de deidades, parte das quaes favorecesse, e ajudasse, e parte a impedisse, e estorvasse a acçam, /fl. 198/ como veremos na *Iliada*, e na *Odyssea* de Homero, e na *Eneada* de Virgilio, assi nas nossas epopeias a *Crux Conquistada*, a *Heracleida*, a *Malaca Conquistada* constam de Deidades, celestes, e infernaes, humas ajudam e outras impedem a acção, por causa da mesma admiraçam, gozam da mesma licença, esta porem ha de ser conforme a ley sagrada, que professamos, em que temos hum só Deos, a Virgem Santissima, Anjos, varões virtuosos, Magicos, Demonios. Notando que as ajudas de Deos introdusam com conveniencia ou decoro, porq' para vencer as saladas, e enredos do Diabo nam bastam as forças humanas, introduzemse os Demonios com engamnos, astucias, para manifestar como sempre as acções famozas sam por elle impedidas, introduzemse os socorros de Deos para môstrar que quem recorre a elle, nunca he desamparado.

Os apparecimentos, ou introduções de Anjos, por mandado de Ds', no Tasso merecem immortal louvor por sua verisemelhança, necessidade, e conveniencia. Que cousa maes conveniente, necessaria, e verisimil, que apparecer por mandado de Ds' /Deus/, Gabriel (54) a Gofredo, principe soldado, quê havia de recuperar a casa Santa, e ser rey nella. Se me puzera por objeiçam que he falso mandar Ds' a Gabriel com embai-

(53) Fabula, I, [isto é] imitaçã de acçã humana, e nã cousa sem fundamto [fundamento]. (N.A.)

(54) Gabriel, I, fortitudo Dei S. Greg. homil. 34 in Evang. [S. Gregório, Homília 34, in Evangelio] Et quoties mirae virtutis aliquid agitur, Michael mitti perhibetur: ut ex ipso dictu, et nomine detur (?) intelligo, qa. [quia] nullus pot. [potest] facere, quod facere praevallet Deus, e maes abaixo, Ad Mariam quoq' Gabriel mittitur qui Dei fortitudo nominatur Illum (?) quippe nuntiare veniebat qui ad debellandas a... res potestates humile (?) apparere dignatus est. (N.A.)

xada a Gofredo, porq' nam he historia, nem tradiçam, que tal authenticque, respondo que para tão Santa Empresa se nam fes eleiçam de Gofredo sem disposiçam celeste, e sem divina vôtade, e que alem d'isto, que fingir eleger Ds' por Capitam a Gofredo foi pa. o poema se mostrar maes admiravel e a tal eleiçam ficar maes verdadeira, e constâte, e assi nam ha contradizer historia, porque o Poeta Epopeico, nam tanto deve seguilla, quanto dispor a seu alvedrio os sucessos, e as ocasiões, assi por reduzir a formosa Ida, a aççam emprendida, quanto por adquirir maes admiraçam, e maior crença, e assi o pede seu officio, o qual lhe concede poder mudar a hista. /historia/, que se propoem, como seja para melhoramento da forma do poema (55). Pello que semelhantes introduções, e apparecimentos se admitem na Epopeia. E se de novo me vierem com outra objeiçam, dizendo que nã convem tal a Ds' nem aos Anjos, porque nã fallam, nem tem corpo, respondo que semelhantes obras humanas se fingem só pa. intelligencia nossa, e nam porque assi passe. Ds' falla, e manda, nam declara praticando sua vontade, como nos fazemos, mas revela seu entendimento, e seu querer á mente do Anjo, ou do Santo, com quem falla, e manda, Loquitur Deus ad Angelos Sanctos eo ipso, quae eorum cordibus occulta sua invisibilia ostendit, ut quidquid agere debeant, in ipsa contemplatione veritatis legant, ut velatae (?) quaedam praecepta vocis sint gaudia contemplationis, quasi enim audientibus dicitur, quod videntibus inspiratur: Sam Gregorio Magno. O Anjo, ou Santo quando falla da parte de Ds' a alguma pessoa humana, nam usa de verdadeiros instrumentos, como de verdadeiras vozes humanas, mas tomando corpo aerio, ou de ar, usa de vozes imitadas, e artificiozas. E deste modo manda Ds' a Gabriel e Gabriel da a embaixada ao Gofredo no Tasso, e se nelle vemos practica, he formada só pa. nossa intelligencia, e para melhoria do poema. E por este modo se admitem semelhantes apparecimentos. Que veresemelhança, ou que conveniencia faltam no mandar Deos pello Arcanjo Sã Miguel a enfrear os mōstros infernaes para q' nã perturbem a guerra sacra, e pa. que deixem o cuidado della aos Christãos: ou que falta virem os Anjos e os martyres ajudar o exercito Christão. O que tudo alem de se dever admitir sam imitações de Virgilio, porque o mandar Deos ao Anjo Gabriel a Gofredo he em Virgilio mandar Jupiter Mercurio a Eneas. O Archanjo S. Miguel, ministro de muitos bens, he Aleto ministro de mtos. males. Os Anjos, e os martyres q' ajudã a tomar Jerusalem, sã alguns Deoses q' desfazem Trōya (56).

/fl. 198v./ Que cousa maes verisimil, conveniente, e necessaria, que padecendo o exercito Christão de sede pella grande seca, que havia, se encomendasse Gofredo a Deus, e milagrozamente fosse socorrido com

(55) Que cousa maes verosimil na Heracleida que ajudar hum Anjo a Oberto, e mostrarlhe sua descendencia, e outro na Cruz Conquistada mostrar a Betran sua geraçã. No Pinciã (?) o Pranto (?) de Anjo Uriel (?). (N. A.)

(56) Deixo de transcrever quatro linhas iniciais da fl. 198V e duas notas marginaes da mesma fl., porque o seu conteúdo foi substituído pelo que fica escrito até aqui.

abundante chuva, no que da Tasso a entender que o fiel q' em seus trabalhos recorre a Ds' cõ animo sincero, se lhe concede quanto pede. Isto nam he indecencia grande, nem pequena, antes he conjecturar piamente o que a justiça divina desporia em taes occasiões.

A introduçam de Sam Joam Evangelista no Ariosto nam he tam fora de caminho, que seguramente a nam salve a Allegoria, que em si tem, quando nam pareça, ser necessaria pella qualidade da pessoa de Orlando, por cuja necessidade he feita. Passe porem grande atrevimento. Tomar os Santos na boca para manifestar a grandeza de negocios, e a soberania da acções humanas, de que se formam as Epopeias, he decencia, e he reverencia. A Epopeia nam he poema de entretenimento (sic), he poema doutrinal, e mysterio, e por isso difficulosissimo. Misturar cousas sagradas com profanas he vicio, quando as profanas, as seculares sam de pouca estofa, mas /fl. 199/ (mas) quando vae nella a exaltaçam da Fee, o aumento da monarchia Christã, como he na guerra sacra, e na expulsam dos mouros, he virtude. Fazer introduções de Anjos, e Santos em poemas representativos, como Farças, Autos, e Comedias, em que tudo se sogeita a vista, he irreverencia: nos poemas narrativos, como Epopeyas, em que os olhos nam vem a falta das apparencias, he motivo de devaçam. Introduzir com pessoas comicas, e vis as Deidades, e illustres, he pouco acatamento, mas pôr entre pessoas nobilissimas a varões Santos, entre Reys, e Principes a Anjos, he mostrar o lugar, que merecem suas boas obras pa. cõ Ds'. Isto he por ventura misturar cousas sagradas com profanas?

Vem se com nova objeiçam, dizendo ser inconveniente em argumento verdadeiro, que ha de ter verdadeiros milagres, haver milagres fabulosos, pella confusã que huns, e outros causam na certeza da credibilidade. Nasce esta objeiçam, a meu ver, do pouco conhescimento das leys da Poetica, a qual manda, que a Epopeya, que se fundar em historia, seja historia summariamente. conhescida, como tem Castelvetro, para que nella se possa fingir o que maes convier á fermozura do corpo de tal poema: Demaes d'isto o Poeta que funda sua Epopeia em historia nam tem obrigaçam de seguir a verdade com puntualidade, antes a pode alterar [199v.] (alterar); e assi he cousa sabida que na eleiçam da Epopeia sedeve usar, nam o que fas o historiador mas o que fas o Filosofo, e entre o filosofo, e o Poeta nam ha maes differença que no modo, e ambos de dous sam mui differentes do historiador; o historiador descreve as gentes como sam; o poeta, e o filosofo como deviam ser quando de si não sejam quaes devem. O historiador dis que Cyro teve muitos defeitos, e que Eneas teve muitas faltas; Xenofante querendo propornos hum principe digno de imitaçam, nam descreve a Cyro, como foi, mas como devia ser. Virgilio callando as faltas de Eneas, canta delle somente as virtudes, que o formavã heroe. O officio do Poeta he misturar a verdade com a mentira, *Officium poetae in eo est, ut ea quae gesta sunt vere in aliquas species*

obliquis figurationibus cum decore aliquo cōversa traducantur. Lactancio Lib. 1. *Inst.* (57). e quem fizer o contrario he indigno de tal nome. Milagres sam os aprovados pelo Ordinario; as cousas, que na epopeya parecem passar o poder humano huns lhe chamam Admirações, e outros Machinas, ou apparencias. A Epopeya he indigna de milagres (fallemos assi) verdadeiros, porque para estes ha historia. Se a Epopeya carecer de Machinas ficara sem admiracão, que he huma das cousas que a emnobrecem. Os Milagres, as admiracões (fl. 200) (as admiracões) da Epopeya nam sam Evangelhos; todo (58) o ignorante conhesce que he estilo corrente da poesia fazer semelhantes fições: e que não se ha de crer firmemente maes que o que cree, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma. E dado caso, e nam concedido, que a Epopeya fosse capaz de milagres verdadeiros, e fabulosos, nunca semelhante mistuza poderia nos ignorantes causar damno, porque os verdadeiros tersehiam por taes concordando com as informações authenticas, e os fabulosos tersehiam por poesia a qual perderia seu nome se nam fabulasse sobre a historia. Podem se logo livremente em argumento verdadeiro fazer novas fições sem escrupulo de se cair em erro. Mal se pode logo tambem seguir desta verdade ser acerto usar dos nomes dos Deoses gentilicos por materia comuna, pois ha nelles infinito engamno.

Encher os poemas dos nomes Juppiter, Saturno, Venus, e Marte e attribuir lhe potencias celestaés (sic), as quaes nam tem, he semear idolatria, porque sam nomes sem sogeito, sam mas chaves, sam avejões, sã idolos que o demonio inventou para enganar o simples; e os poetas authorizando os, fazendo mençam delles, imprimem (fl. 200v.) (imprimem) nos entendimentos do vulgo semente pernicioza de falsa religiam. (59) E nam basta dizer que o fazem por fiçam, e fabula, e que como taes nam devem ser cridos, porque nam se deve dizer cousa steril de crença, e nam he licito fingir cousa que cause detrimento a (sic) Religiam; assi como no jogar as armas he licito o esgrimir, e nam ofender gravemente, e de nenhum modo agravar a vista, porque a primeira condiçam he salvalla; assi da mesma maneira os poetas na esgrima de suas fições devem lembrarse que se vae a salvar á (sic) religiam, a qual por ser delicadissima, qualquer pequena nodoa, e asadura lhe causa (sic) grave offensa. E assi representandose nas Epopeyas acções insanas, e loucas dos Deoses fabulosos, se vae totalmente contra a Religiam; e ficam inerediveis, (sic) e ridiculas; pelo que para semear admiracões em nossos poemas, nam havemos de usar de Venus, ou Marte, mas do verdadeiro Deos, dos Anjos, de seus Santos, e das almas bemaventuradas, d'onde só, e verisimilmente podem proceder, porque os

(57) Non esse poetae munus facta dicere, sed qualia fieri debent, et qui fieri possunt secundum verisimile, vel necessarium. Arist. in Poet. c. 10 na versã de Ricobono. (N.A.) V., a propósito das versões da Poética usadas por P. A., a nota 12.

(58) Daqui até: "... Santa Madre Igreja de Roma.", riscado pelo A., com a seguinte nota marginal, também riscada: Verei atras fl. a margem 28 [197 da numeração atual]. V. a propósito a nota 51.

(59) Quebedo no Sonho de Morte quer que os Poetas se descartem de Jupiter, Venus, Apollo, e maes Deoses, sob pena q' os terão por advogados na hora da morte. (N.A.)

Deoses, ou sam Demonios, ou nam sam nada. Atee aqui Francisco Braço-lino na sua *Talia Musa Baiona* no frôispicio do Scherno. He necessario (fl. 201) (He necessario) escrever ao uso moderno; Homero, e Virgilio nam escreveram em nossos tempos, e nós nam saberíamos escrever nos seus; seus poemas, quando elles os fizeram, eram novos, e nós fazemos cada dia poemas velhos. Hum prelado, varam virtuozo, causa imitaçam a todos; he necessario ser casto, charitativo, e prudente, como elle, mas hum fidalgo casado por imitar sua virtude, nam tem que fazer com seu modo de vida, nem com sua maneira de vestir; importa, como Homero, fazer bem huma descriçam, mas nam por seus termos, nem por seus epitetos; importa escrever, como elle escreveo, mas nam o que elle escreveo. Atee aqui Theophile prem. journ. Importa introduzir congregações, divinas em favor do genero humano, nam como gentio, mas como Catholico. Causa deleite, e utilidade a musa de Homero, e a de Virgilio, com os seus Concilios de Deoses, e com os mesmos causa credibilidade entre nós, porque a consideramos na conformidade do tempo, em que foi cantada, em que era deleitoso, util, e credivel, tudo o q' nella se contem, pella sua religiam, porem hoje que a temos por aprocrifa, e falsa, a credibilidade que tras consigo he jo-coza, o util, que della se tira he idolatria, e o deleite com (60)

Discurso f. 111v. (61).

/fl. 201 v/ Quanto mais que Luis de Camões não fez estas ficções dos Deoses a caso, senão com muita consideração, entroduzindo debaixo dessas fabulas huma excellente allegoria, (a que os poetas chamam alma da fabula) (62) e assi entedeo debaixo de Juppiter, e Deoses a divina providencia, e os espiritos angelicos, porque governa o mundo, dos quaes os bons nos ajudã e os maos nos empecem (63). E he tam antigo este pensamento que ate alguns dos primeiros filosofos, que estas deidades inventaram, nam quizeram entender outra cousa nellas, como se vee largamente de S. Agostinho na Cidade de Deos, e ainda da Canonica de S. Pedro, que por razam de tal intento (segundo Sam Jeronimo allegado neste lugar por o Padre Justiniano), chama a estas fabulas doutas; porem ,como estes filosofos pella falta do lume da fee caíram em muitos erros, e deram com estas fabulas causa a idolatria, foram condenados do apostolo no dito lugar dizendo, Non doctas fabulas secuti notam fecimus vobis Domini nostri

(60) Infelizmente ao fazer a fotografia do Mss. não me apercebi, bem como o autor da numeração atual, de que a fl. 201V e a seguinte (32 verso e 33 na numeração do A.) estavam grudadas. Apesar das diligências feitas, ainda não consegui fotografar o que me passou.

(61) Daqui até: "... com muita consideração, introduzindo", acrescentei, o necessário à compreensão do texto, socorrendo-me dos Discursos Varios Políticos, de Severim de Faria.

(62) huma cousa foi a allegoria dos Deoses Gentilicos, e outra deve ser a nossa. Verei dou-tissimamente a Escaligero L. 3 c. 16 f. 253. e no mesmo L. 3. c. 24. f. 291. e 293. em q' dis que se fingio Venus ser may de Eneas, Quod ejus heroici erat domina. Verei tudo. (N.A.)

(63) Se tal entende, como Vasco da Gama nã orava a Jupiter, ou a Venus? Devia continuar com a Allegoria. (N.A.)

Iesu Christi virtutem, et praesentiam, etc. Mas oje que nam ha este perigo com os exemplos, e razões ja allegadas, tem lugar a Allegoria, que o Poeta nellas entendeo como imitando Virgilio no fim do Sexto da Eneida, explicou nestas oitavas, em que introduz a Tetis explicando a esfera a D. Vasco da Gama, /fl. 202/ (da Gama), onde fallando do Ceo Impirio, diz assi:

Aqui só verdadeiros gloriosos
Divos estam, porque eu Saturno, e Jano,
Juppiter, Juno, somos fabulosos,
Fingidos do mortal, e cego engano.
So pa. fazer Versos deleitozos
Servimos, e se mais o trato humano
Nos póde dar, he só que o nome nosso
Nestas estrellas pôs o engenho vosso.

E tambem porque a Santa providencia,
Que em Juppiter aqui se representa,
Por espiritos mil, que tem prudencia,
Governa o Mundo todo, que sustenta.
Ensinalo a Profetica sciencia
Em muitos dos exemplos, que apresenta
Os que sam bons guiando favorecem ,
Os maós em quanto podem nos empecem.

Quer logo aqui a pintura, que varia,
Agora deleitando, ora ensinando,
Darlhe nomes que a antiga poesia,
A Semideoses ja dera fabulando
Que os Anjos da celeste companhia
Deoses o sacro verso esta chamando,
Nem nega que esse nome preeminente
Tambem aos maos se dá mas falsamente.

/fl. 202 v./ Portanto assi pellas razões, como pellos exemplos fica Luis de Camões nesta parte livre de toda a calumnia.

Exame

A presente prova intenta salvarse cõ a virtude da Allegoria; e nam era indigna de se receber, se o Poeta, o Poema, e o defensor fossem gentios; he a dizer que debaixo do nome de Juppiter, e deoses se entende a divina providencia, e os espiritos angelicos, corrobora este pensamento com Santo Agostinho, e com Sam Jeronimo, citado por o Padre Justiniano, que lhe chama fabulas doutas. Authoridades sam estas que nam admittem escusa. Nos temos o mesmo parecer, e entendemos o mesmo pensamento

com a mesma intençam dos Santos acima referidos, que he fallar de fabulas de gentios, nos quais os nomes de Juppiter, Venus, Marte, etc. foram significativos, e incluiam em si a Providencia, e espiritos angelicos (64); mas querer applicar isto ás fabulas de engenhos Christãos, e dizer que entre elles tem a mesma força, que tivera no paganismo, he cousa fora a meo ver de todo o caminho. Se acaso me respondessem que Ronsardo in l'Abbreg. de l'art Poetique f. 2, dis que emprendendose alguma obra grande, se mostrava o Poeta religioso, e temente a Deos, começando, por seu nome, ou por outro que represente algum effei /fl. 203/ (effei) to de sua magestade, como exemplo dos poetas gregos, e Romanos, porque as Musas, Apollo, Mercurio, Pellas, e semelhantes deidades nam nos representam outra cousa se nom as potencias de Deos, ao qual os primeiros homens attribuiram muitos nomes pellos diversos effeitos de sua incomprehensivel Magestade: E que isto era tambem por mostrar que nam pode haver cousa perfeita sem principiar por Deos. Dirlhehia aos taes que Ronsardo como Nota Theofilo journ. prem. c. 1. com o vigor de seu espirito, e com a nua imaginaçam em mil cousas se igualou á magnificencia dos gregos, e Romanos, tendo por excellente tudo o que nelles havia, e que alcançava gloria em os imitar; e que assi com este presupposto nam observou religiam, a qual lhe podera dar ainda mais nome.

As fabulas dos antigos, que tiveram a alma da Allegoria, fundada em seus Deoses, nam lhe chamam doutas, mas doutissimas (65): quarem porem que as fabulas dos modernos se ennobreçam na Allegoria dos mesmos Deoses, e que essa as faça doutas, sem fazer differença da verdade da religiam, he dizer que reyna hoje em dia Augusto Cesar. Se Sam Pedro na sua Canónica condemnou ja semelhantes fabulas, nam se lhe dando de suas Allegorias, por seus escritores, como faltos do lume da fee, cairem em muito er /fl 203v./ (er) ros, e darem causa a idolatria, porque nam ham de ser oje condemnados com o mesmo vigor, pois sam homens, e em quanto homens, quiza nam de tam bom entendimento, como os d'aquelle tempo, os que as lem. Dizer que hoje nam ha perigo de idolatria, nam tem, a meu parecer, bom fundamento porque ainda que em Europa nam ha idolatrias, na Asia, e na America, há infinitos, e a ambas estas partes do munda passam Livros de Portugal, e Castella, e nellas a maior parte dos nobres, e muitos, que o nam sam sabem a lingoa em que vam compostos. Tasso Dial. il Cateaneo tom. 5 Pros. f. 276, parece que fica em algumas palavras cheiro da gentilidade, e assi tal fim foi conveniente ao q' usa dos sonhos passados, mas nam quiza ao dos nossos tempos, a nossa religiam, nem ao nosso reyno de Catholico rey defensor da fee, e da piedade Christã, porque a

(64) Verei de força a Pinciano na Phia. Poet. f. 92. doutissimamente. (N. A.)

(65) Mariana in Epist. 2. Petri f. 1084. num. 16. Non enim doctas fabulas secuti, ... Regia Indoctas: Gothica Commenti ... a voz cõ q' na biblia grega se escreve significa fabulas doutas, e indoutas, signat goe. [graece] non ex fabulis docuisse Christi virtutem, seu majestatem et praesentiam, seu adventum, sed quod suis oculis vidit in transfiguratione. ate aqui Mariana. Paes in Cant. Moysis text. 1. annot. 1. Non enim doctas, et artificiose compositas esse docet. f. 5. col. 4. (N.A.)

opiniam que se tinha dos Deoses gentílicos deu através e perdeu o caminho da verdade em todos os povos, e todas as nações, e ainda que agora nam aja este perigo, com tudo das antigas fabulas podem perder cõ a gravidade, e com a reputaçã, também a fee, atee aqui Tasso uts'. [ut supra]. De maes d'isto a Allegoria só os doutos a conhescem; mas temse logo resposta na mão; Os Lusíadas de Camões nam padecem este defeito, porque em suas estanças se mostra ao olho sua Allegoria e a falsidade dos nomes dos deoses introduzidos, mas respondemos que a manifestaçã da Allegoria nam entra de nenhum modo na Epopeya, e que a falsidade dos nomes dos Deoses, envilece, e menoscaba este poema, por serem totalmente nascidos na Idolatria, como mostram varões, e exemplos ja allegados. Para o nosso escritor provar que fez Camões bem em declarar dentro do poema a Allegoria, e a fal /fl. 204/ (e a fal) sidade dos Deoses, dis que o fes como imitando a Virgilio no fim do sexto livro da Eneida: cuidei em mim, e lembreime que nunca Virgilio manifestava a falsidade de sua religiam (porque se o fizera, castigavam o por impio, e malvado) nem menos posera por letra em toda a Eneida allegoria alguma, olhei de novo o fim do sexto, e cahi no fundamento da prova. Nam imitou a Homero no livro 19. da Odyssea, mas tresladoo, Virgilio neste lugar, descrevendo as portas do Somno: Sunt geminae somni portae, quarum altera fertur

Cornea, quae veris facilis datur exitus umbris,

Altera candenti perfecta nitens Elephanto,

Sed falsa ad caelum mittunt insomnia manes.

His ubi tum natum Anchises unaque Sibyllam

Prosequitur dictis, portaq' emittit eburna.

Ille viam secatur ad navis etc.

Levou a Sibilla á Eneas ao inferno, e nos campos Elisios entre muitas pessoas, que vio foi seu Pay Anchises, o qual lhe mostrou o progresso de sua vida, e geraçã; e para Virgilio mostrar que este accidente, e successo era fingido, e traçado de seu engenho, disse aguda, e sutilmente que tinha o Somno no inferno duas portas, das quais huma era de corno, e outra de Marfim, e que pella de corno sabiam os sonhos verdadeiros, e pella de marfim os sonhos falsos, e que Anchises /fl. 204v./ (e que Anchises) lançava fora do inferno o seu filho Eneas, e pella porta de marfim: dando a entender ser fiçam quanto tinha dito da tal viaje infernal (66). Allegoria he dizer huma cousa, e entender outra que he

(66) Vee adiante f. 50 vers. (N.A.). Fl. 218V da numeração atual. Nan cum duas hic quoque ex Homero portas fecisset, corneam unam, quae vera: eburneam aliam, quae falsa somnia mitterentur; Aeneam, spectatis illis infernum portentis, porta eburneae egredientem fecit, (N. até aqui riscada pelo A.) Ut sagacibus lectoribus suspicandum relinqueret, totam illam. Talem esse: qualia somnia ex infernis eadem porta exire dixisset, e acrescenta maes que he isto parecer de Mureto, o qual nam se cõtentando, mas astuta, q' justamente argumenta assi, contra Virgilio, por se declarar, ainda q' tam engenhosamente, e tira de frecha contra Camões, Aliena quippe sunt hac alio officio poetarum, qui quaquam falsa saepe proponunt, n' [nec] tamen ut falsa, sed tamquam credibilia proferunt. N' igr' [Nec igitur] in sua . . . ja' sic praevaricari Virgilium credendum est, ut dedita opera velit ostendere, falsa esse, quae pro verissimilibus affere debuit. ate aqui Gallucio in G. L. aen. [Eneida] locus 9. (N.A.)

secreta ao ignorante, e manifesta só ao douto: Neste lugar de Virgilio só o que se dis se entende, e dis que he fingimento a jornada de Eneas ao inferno, se elle dissera o que quis significar por ella, entam era Allegoria, e ficava o nosso escritor com seu intendo provado; pelo que assi como em Virgilio nam ha manifestaçã na Eneada de sua Allegoria, assi tambem a nam devia de haver nos Lusiadas de Camões. E se de novo se arguir contra Virgilio diremos q' tãbem errou. Aliena quippe etc. A introduçam de Thetis declarando a esfera a Dom Vasco da Gama, he chea de faltas, porque Thetis he deosa maxima, tem dominio sobre as agoas, e nam sobre a sciencia da Mathematica; se nos Lusiadas consentissemos Deidades gentilicas faria este officio ou Urania que he Musa superintendente das Mathematicas, ou Mercurio, que como correo de Juppiter, sabe os Ceos, conhece as estrellas, e tem noticia dos planetas, pois he hum delles. De maes d'isto as sciencias, como Medicina, Astrologia etc. nam entram na Epopeia maes que por accidente, e neste se tocam com muita brevidade, como no /fl. 205/ (como no) ta doutamente Castelvetro na exposiçam da Poetica de Aristoteles, e ultimamente he grande incredibilidade sentir Thetis mal de si, e das maes Deidades. Ninguem dis mal de si, dizer mal toca a inimigos. Mas especulemos a pra. [primeira] estança de Camões, que proventura fira causa de tanta queda. Primeiramente contradiz se nellas o Poeta, e prejudica a seu Poema, porque dizendo em pessoa de Thetis que Saturno, Juno, Juppiter, e a mesma Thetis, sam deidades fabulosas, fingidas do mortal, e cego engamno, usa dellas para persuadir, e cega se com o mesmo engamno: Secundariamente he em poeta catholico cegueira do diabo cuidar que so semelhantes deidades, que elle na idolatria inventou, podem servir de deleite, suavidade, e doçura na poesia, porque muito maes gosto podem dar, e este juntamente com eterna utilidade, formando se as obras em piedade Christã, como doutamente notou Macario Musio Comerte Lib. de recta poeseos ratione dizendo, Nescio quo pravo errore, et impio non minus, quam perverso indicio usu venit, ut quae pie, ac religiose scribantur, minus dignitatis, et elegantice plerisque habere videantur; e o mesmo dis maes adiante que dos poetas gregos, e latinos se ham de [fl 205v.] (se ham de) tomar os ornamentos, e nam as fabulas, e que o nome de Christo tem maes suavidade que quantos o engenho humano inventou, e que nam ha para que deixar de ennobrecer com elle os poemas. Quid enim prohibet? quod retrahit? quae defficultas? (ut divorum nomina taceam) cur versus Christum non capit? cur non aequae sonat hoc nomen ut pleraque gentilium? equidem videre non videor quid dulcius in se habeat, vel magis consonum Anchisses, Priamus, Aeneas, vel litterarum natura, vel compositione, si elementarium sonum, et struturam perpendimus.

Terciariamente; A Astronomia foi mui sabida de Hebreos, Egipcios, e Caldeos, e delles as (sic) aprenderam os gregos, os que como foram tam curiosos de bem fallar, e se tiveram por tanto maes avantajados que

a todos os maes povos chamavam barbaros, deram a entender, apropriando a si as sciencias estrangeiras, serem seus inventores, e assi fizeram a Astronomia, da qual barraram os nomes, que os Hebreos, Egipcios, e Caldeos tinham dado aos corpos celestes, planetas, e estrellas, e em seu lugar escreverã outros de Varões illustres, e encheram tudo de fabulas profanas, para maes facilmente ensinarem sua idolatria (67), falsamente dis logo Thetis fallando com Vasco da Gama capitam Catholico, que ele, e os seus com seu engenho puseram os nomes das Deidades nas estrellas, pois /fl 206/ (poes) os taes nomes lhes deu a idolatria de Grecia, por cuja causa se nam devia fazer uso delles Poeta Christão. Por tanto assi pellas razões, como pellos exemplos fica Camões nesta parte (digno de toda a calumnia /riscado/) cõ pouco nome.

Texto

Com tudo nos resta ainda neste ponto a que responder, e he dizer se tambem que foi o nosso Poeta pouco honesto nos episodios de tam honesto poema, o que tem facil resposta, porque como o argumento dos Lusiadas era tam grave foi necessario variallo com alguns episodios alegres, para entreter os leytores, e para isto fingio a deleitoza ilha de Santa Helena, e os esponsorios, que nella celebraram Vasco da Gama, e seu soldados com as Nimphas do Oceano (68), imitando os poetas antigos, e modernos, que todos meteram nos seus poemas estes episodios amatorios, como se vee em Homero nos amores de Calipso, e de Venus, e Marte, e em Virgilio no da rainha Dido, e em Apollonio Rhodio, e Valerio Flacco nas damas de Lemnos com os Argonautas (69), e finalmte. nos maes de Torcato Tasso do seu Poema Heroico. Mas nesta parte levou ainda Luis de Camões grande vantagem aos referidos, porque quando elles nam pretenderam declarar algumas Allegorias debaixo destas /fl. 206v./ (destas) fabulas (que como dissemos he a alma do poema) antes se vee que nam tiveram nellas outra tençam, senam deleitarem aos leytores (posto q a Fabula de Calipso soffra maes allegoria que as outras) e o nosso poeta debaixo dos nomes daquelas Ninfas quis entender a gloria, fama, memoria, maravilha, e todas as maes preheminiencias, que participam os varões illustres, e esforçados por premio de suas obras, com os quaes seus nomes ficam perpetuamte. unidos na lembrança dos homens, como se ve nestes versos cant. 9. stan. 89.

(67) os Gregos, e os Latinos nomeavam os dias da semana com os nomes dos Planetas como nota Policiano nas Miscel. f. 522. Nós porem os lançamos de todo em esquecimento pello odio dos que os usará. (N.A.)

(68) o entretimto. foi cõ a fermosura, com danças, banquetes, caças, nadares. Sã mulheres, nã sam Ninfas. Ninfas he inverisimil. Divino episodio he na Heracleica cant. 15. o das Damas Fenicias em Sidon, as quaes entretem a Aumaro, rey Arabico, cõ amores, pa. tenha tempo Heraclio de vencer a ... em cujo ... hia Aumaro. ... (N.A.)

(69) o mesmo se colhe de Estacio na Thebaida L. 5. f. 213. Incipit et paulum. Conta Hipsipile que hospedaram, e regalarã aos Argonautas. A fiçam de Dido, e Eneas no 4. tem alta, e profunda allegoria, como entre outros, mostra Francisco Petrarca contra quem as negava escrevendo a Frederico Aretino epist. rerum senil. L. 4. f. 872. (N.A.)

Que as Ninfas do Oceano tam fermosas,
Thetis, e a ilha angelica pintada
Outra cousa nam he que as deleitosas
Honras, que a vida fazem sublimada:
Aquellas preeminencias gloriosas,
Os triumphos, a fronte coroadada
Da palma, e louro, a gloria, e maravilha
Estes sam os deleites desta ilha.

Como com estas palavras ficava a alegoria tam clara, nã se podem imputar por indecencia no Poeta os termos dos desposorios, com que a trata, porque esta participaçam da immortalidade da fama, significará sempre os antigos por casamentos com que fingiam todos os Heroes, ou casados, ou aparentados com as Deosas (70).

/fl. 207/ Exame

Defendeo o nosso escritor a Camões na castidade dos episodios (71), e com razam porque honestissimo he o da Ilha fingida de Santa Helena, e o dos desposorios nella celebrados, entre Thetis, e Vasco da Gama; e entre as Ninfas, e os soldados; e nisto nos conformamos com o nosso illustre escritor (72).

Em Lisboa, nam sei que douto, censurou a Camões (73) de pouco honesto nas estanças 31. 38, e 42. dizendo serem lascivas, e pouco convenientes á gravidade da Epopeia, por dellas se não tirar utilidade, mas damno (74). Nasceo, a meu ver, semelhante censura de se ignorarem as leys, com que semelhantes acções se representam, e de nam se saber que cousa seja particularizaçam; nem qual deva ser /fl. 207v./ (ser) a boa

-
- (70) Virgilio tem allegoria nos amores de Dido, como tem Castelvetro 219. Taes amores foi para significar o fundamento do odio que havia de haver entre Romanos, e Cortagineses. Proginasm. 1. p. 7. 33. Mas Castelvetro reprova id. e Proginas. 2. p. f. 56. Toto Aeneis ethico est docet enim quo vir fortis omnes casus ferre debeat: quid in omni fortuna sentiendum quid dicendum, quid ne tacendum. Baptista Mantuano no Apologetico. (N.A.)
- (71) na mesma Academia dos Ambientes o deviam nelles censurar de pouco casto (passagem riscada pelo A.; transcrevo-a porque esclarece as notas 38 e 41: Pires de Almeida, embora membro da Academia dos Ambientes, não assistiu a tôdas as suas sessões; dai dizer (in nota 41) que acreditava, supunha, suspeitava que Severim de Faria havia tomado a defesa do poeta com os argumentos já publicados em 1624 nos Discursos Varios Politicos)
- (72) Os amores nã peccam contra a honestidade. Nas historias sagradas se lem os amores de Tarbis fa. /filha/ del rey de Ethiopia cõ Moyses, de Bensaba com David, de Chosbi Madianita cõ Tambria, e os abraços de Salomam cõ tantas concubinas, e assi em hum poema secular se pode facilmente vedar alguma semelhante invençam. (N.A.). Nestas últimas palavras falta o advérbio "nã" entre "secular" e "se pode". O autor havia escrito, no lugar de "vedar", "tolerar"; mudou a palavra e se esqueceu do advérbio "nã".
- (73) cens. 3 /Censura 3/ (N.A.) Não me foi possível apurar a que censor e a que censura 3 se refere P. A.
- (74) Verei de força a Gallucio Defens. 7. f. 10. quando Virgilio nam duvidou dizer de Juppiter Oscula libavit natae. etc. insigne. (N. A.)

imitaçam; mas deixando as provas destas cousas, que seria longo referir meudamente saibase que he Poetico, que succedendo descreverse alguma açcam torpe, e pouco honesta se faça com tal tento, que nem nas palavras, nem na significaçam dellas se conheça, ou descubra alguma palavra de pouco decoro. Observou isto Homero, de quem conta Plutarco que escreveo sobriamente as affeições, e as practicas amorozas, como quando disse Juppiter

Nam numquam coepit mitem (?) mihi tanta libido e Helena.
Non equidem indignum est, quod talis foemina tantis
Aerumnis, tanto patitur iam tempore utrique (?) .

E Virgilio escrevendo o adulterio de Eneas com Dido o cobre com prudencia, e escreve nam com particularidade, mas como por Enima o acto impudico.

Prima [et] Tellus et pronuba Juno
Dant signum.

Que maior honestidade que fallando por boca de Dido dizer, Dulcem meum, donde notou Servio, tetigit rem inhonestam. O mesmo poeta descrevendo os abraços de Venus, e Vulcano brevemente, encobre modestamente toda a palavra, e todo o sentido que pode prejudicar aos bons costumes. Aene. 8.

Dixerat, et niveis hine atq' hine Diva lacertis /fl. 208/
Cunctantem amplexu molli foveat: ille repente
Accepit solitam flammam, otusq' medullas
Intravit calor, et labefacta per ossa cucurrit:
Non secus atque olim tonitru cum rupta corrusco
Ignea rima micans percurrit lumine nimbos.
[. , . . .]
[.] Ea verba loquutus
Optatos dedit amplexus placidumque petivit
Coniugis infusus gremio per membra soporem

engrandece esta modesta (que parece lascivia, e tanto que dis Miguel da Montanha nos essays L. 3. c. 5. que se nam pode pintar Venus nua mais fermosa, nem mais viva). Aulo Gellio L. 9. c. 10. Annianus poeta, et plerique cum eo eiusdem Musae viri, summis, esti assiduisque laudibus hos Virgilii versus ferebant, (sic) quibus Vulcanum, et Venerem Mixtos iure coniugii rem lege naturae operiendam, verecunda quadam translatione verborum, cum ostenderet, protexit; Nicolao Eritreo nas suas Postilhas, e o Padre La Cerda. A mesma honestidade, modestia, e traslaçam de palavras, e o mesmo lugar de Virgilio usou Camões no lugar que o censuram, e se Homero foi lido das donzellas de Grecia, e Virgilio das Vestaes

de Italia, por sua liçam ser chea de reverencia, e pejo, e nam ouve (sic) entre tantos cênsuradores quem lhe reprehendessê semelhantes lugares, porque se ha de tachar o mesmo em Camões. Mas tor /fl. 208v./ (mas tor) nemos a nossa Viaje. Nam nos parece seguro de nenhum modo chamar o nosso escritor Episodio em Homero aos Amores de Calipso com Ulisses, porque dam principio a acçam da Odyssea, e sam sua parte essencial, cousas que nunca podem convir a Episodio. Os episodios amatorios do Tasso sam o de Sofronia e Olindo; o de Erminia com Tancredo, e o de Tancredo com Clorinda; e o de Armida com Reynaldos; os maes nam sam amatorios, e sam maes que estes. Querer louvar a Camões dizendo que nos amores só elle teve allegoria, nam o consentirei, porque o lugar citado de Homero, que he Episodico, e contem os amores de Venus, e Vulcano, a quem o nosso escritor refuta, tem excellentissima allegoria, como escreve Plutarco de aud. Poet. Indicium de Venere adulterata solem detulisse aunt, hoc sensu, quod Veneris syderi sydus Martis congressum adulterio ... natiuitates reddat, sole autem elato, et dependente ea non lateant. Que o adultério de Venus, e de Marte significa que no ajuntamento do Sol com a estrella de Venus, Marte seja causa de geraçam adultera, a qual pella presença do Sol, e pella vezinhança nam pode ser oculta. Maes tençam teve logo Homero neste episodio que deleitar ao leytor (75)! /fl. 209/ Manifestar a Allegoria como fes Camões, he erro e de nenhum bom epopeico he imitado: o maes que me lembra ver nesta materia, he no Adonis do Marino q' no primeiro canto allegorizando toda a Fabula

Questo senso verace altri raccoglia,
Smoderato piacer termina in doglia.

Texto.

A utilidade, que deste poema se alcança nam se pode explicar em poucas palavras, porque nam ha ninguem, que o lea, que nã fique inflamado de hum admiravel desejo de gloria, e de empregar a vida em feitos illustres, aventurãdo a pella fee, pello rey, e pella patria. Aqui se vem as partes, e experiencias, que ham de ser os conselheiros, o zelo com que os ministros superiores devem entender no bem publico, e o premio, que se deve dar aos que bem trabalham. Na pessoa de Vasco da Gama se representa hum excellentissimo modello de prudente, e heroico capitam, e nas dos Reyes de Portugal, o exemplo de hum prudente principe. E se nam deu este louvor a todos os que reynaram neste reyno, foi porque o poema herico, quando se funda em historia verdadeira, que he maes perfeito, ainda que pode acrescentar a verdade do que passou, nam pode contrariar ao que passou na verdade, de maneira, que nem Virgilio pudera /fl. 209 v./ (pudera) dizer que Aquilles

(75) Fernando de Herrera sobre G. L. [Garcí Lasso] canc. 4. f. 256. en publico; moraliza a fabula de Venus, e Marte. velohei. Verei tambem a Mazonio L. 3. c. 38. f. 567. no fim. Iterum Mazonio na Introd. Num. 77. (N.A.)

fora morto por Heitor, nem Homero, que Aquilles matara a Paris, e assi referem ambos estes poetas muitos vicios dos seus principes, e rainhas, por nam ser licito a poesia encontrar nesta parte a verdade da historia, da qual guarda este e outros muitos preceitos. Pello que deste poema se podem tirar excellentes regras para a vida politica, e moral (76).

Exame.

Divertiose o nosso escritor da proposta, que fes no principio deste tratado, e fes huma digressam, em que a seu parecer intentou defender a Camões na materia de invocar Musas, fazer concilios de deoses, e ultimamente de ter episodios honestos, torna agora de novo a seu primeiro intento no qual, conforme a proposiçam do presente discurso, em que dividio a Epopeia em sinco (sic) partes (a q'chama essenciais) que sam, ser imitaçam de hum acçam Heroica, honesta, e destas tem ja tratado, a seu ver, segue-se lhe agora discorrer sobre a terceira, que he ser Util, e assi o faz, porem perdeo o caminho, porque seguindo elle numericamente, e propondo no primeiro lugar a primeira condiçam que he ser huma só acçam, saltou em claro a segunda, que era ser Heroica, e chamando segunda, a que era terceira; aqui que devia dizer, A terceira, ou quarta condiçam, pois tinha dito, A segunda condiçã /fl. 210/ (condiçam) do poema heroico, ate calla a ordem, e começa simplesmente, A Utilidade, que deste poema etc. e o mesmo erro de disposiçam, e ordem comete na quinta condiçam, que começa tambem simplesmente O estilo deleitozo. Mas deixemos isto, que nosso intento he examinar se fas boa idea de Epopeia, assi nas razões, que propoem, como nos exemplos, com que pretende declarar seu intento.

A Utilidade nam he parte da Epopeia, he fim de toda a poesia (77), como ja dissemos por duas vezes. E do mesmo modo o Deleite, he fim da mesma poesia, e nam parte, e cada cousa destas per si, ou ambas juntamente intentam os poetas em suas obras, como ensina na sua Poetica Horacio.

Aut prodesse volunt, aut delectare poetae,
Aut simul et iocunda, et idonea dicere vitae.

Mal se pode logo dizer que a Utilidade, e o Deleite sejam partes essenciaes da Epopeia.

(76) Não se pode mudar, nem alterar o principio, nem o fim da acçam, concedo e isto na pessoa primaria, mas alterar os meyoas, as circunstancias, e algum episodio fundado em historia. [historia] he cousa certa. Quanto maes que Tasso alterou o principio da sua Jerusalem, porq' em toda a historia da guerra sacra se não lee que se elegeisse a Gofredo por capitam geral, e assi parece q' em nome dos principes Xpaós [Cristãos] se faça a tal guerra. Cõsta porem q' ganhada a Santa cidade, fosse elle Gofredo levantado por Rey della; e cõ tudo Tasso canta a eleiçã de General, e não pecou, porque da doutrina de Arist. he pprio. [próprio] do poeta o emitir, e o cantar não a verdade, mas o verisimil. (N.A.)

(77) do fim atras f. 6. e f. 18 vers (N.A.) (fls. 175 e 187 V da numeração atual). Vem-se as notas 11 e 23.

Na Epopeya (78) se forma idea de hum verdadeiro principe, ou capitam, e assi vemos que Homero na Iliada representou hum forte, e valerozo capitam, e na Odyssea expressou hum fidalgo de singular sagacidade, e saber; e destas duas pessoas illustres, Aquilles, e Ulisses, fes Virgilio a idea do seu Heroe, do seu Eneas, dandolhe o valor de Aquilles, e a prudencia de Ulisses, logo mal fes Ca- /fl. 210 v./ (mal fes Ca) mões, em dividir a idea, representando na pessoa de Vasco da Gama hum excellente Capitã, e nos reyes de Portugal hum perfeito principe. Mas dirá alguem, isso he imitaçam de Homero, porque na Iliada Nestor he exemplo de prudencia, Aquilles de fortaleza, Diomedes de sufrimento, e outros de outras virtudes; mas respondemoslhe que na comprehensam de varias virtudes heroicas em varias pessoas nam se entende o formar Heroe, antes he violar suas leyes, e perverter sua natureza, e querer que seja o mesmo o uso da história, e o da poesia. Nam se deve logo aprovar a doutrina do escritor, nem o exemplo de Camões.

Desculpa o nosso escritor a Camões por nam louvar a todos os reys de Portugal; dos quaes, como ja em Lisboa notou outro censurador cens. 4. e cens. 5. (79) fallou Camões com muita indecencia, contando as fraquezas, e mau governo del rey D. Fernando, e del Rey D. Manoel, da rainha Dona Tereja, e da Dona Leanor. Prova sua opiniam dizendo que a Epopeia quando se funda em historia verdadeira, ainda que pode acrescentar a verdade do que passou, nam pode contrariar ao que passou na verdade, e que Homero, e Virgilio referem muitos vicios dos seus principes, e rainhas, por nam ser licito a poesia encontrar nesta parte a verdade da historia. Examinemos, ao grosso estas cousas. /fl. 211/ O poema de Camões, he epopeia feita para gloria, e triunfo da naçam portugueza; no panegyrico, e louvor; que se fas para exaltaçam dos Reys, Senhores, e povo de hum reyno, nunca se devem dizer palavras, que prejudiquem a nenhuma das pessoas celebradas, nem se deve fazer mençam de feito que dee sospeita de mau nome: nunca se ha de manchar a fama das pessoas, que se celebram; e todas estas cousas sam Maximas da Poetica. Quando Virgilio no sexto da Eneida ouve de fallar em hum principe bastardo que nam era de sangue, como Numa Pompilio fingio que o nã conhescia e o mesmo Virgilio no mesmo lugar havendo de fallar de hum infame, ou vilmente nascido, como Servio Tullio, passou o em silencio (80). Como acertou logo Camões em referir fraquezas de reyes, e de rainhas, a quem assi pello officio de Poeta, como por vassalo, e natural, tinha obrigaçam de exalçar.

Cousa sabida he que nunca a essencia da historia na Epopeia se deve alterar; alteraveis sam as circumstancias, como vemos em Homero, e em

(78) Daqui até: "... e perverter sua natureza, ...", riscado pelo A.

(79) Não me foi possível apurar a que censor e a que censuras se refere P. A. Veja-se nota 73.

(80) Verei Toscanella fol. 116. (N. A.)

Virgilio. Nos *Lusiadas* he a essencia da historia o descobrimento da India (81), o que se conta dos Reyes, e rainhas de Portugal sam circums-tancias, porque entram em lugar de Episodios, como he em Homero a nar-raçã de Ulisses a Alcinoõ rey de Corfú, e em Virgilio a de Eneas a Dido, Rainha de Cartago, logo eram alterações, logo pecou Camões em nam me-lhorar semelhantes males. As cousas da historia nam vam tam apertadas, como as da poesia, em que qualquer sinal parece mancha feissima, por respeito da obrigaçam perpetua que o Poeta tem de melhorar, e aperfeiçoar as cousas vulgares para bem dos cus /fl. 211 v./ (para bem dos cus) tu-mes; nam convinha logo a Camões dizer imperfeições de seus principes.

Dizer mal de pessoas illustres, que devem ser de summa bondade, he gerar, e ensinar ruins costumes, no poema. Quando na Epopeya se repre-senta hum principe mal acostumado, deve-se na mesma representar sua morte, a qual he premio, ou castigo de sua maa vida, mas cantar os de-feitos, e nam ver a satisfaçam delles, he cõ o obrar mal ensinar doutrina depravada, quando se lhe dá o castigo, ficase dando doutrina, porque cada hum, vendo tal castigo, foga de cometer maos feitos, taes sam Capaneo, e Mezencio com cujo exemplo ensina o Poeta as gentes a temer a justiça di-vina. Indignamente fes logo Camões fazendo o contrario.

Nem Homero, nem Virgilio referiram vicios de seus principes, e rai-nhas: deixando a Homero, de Virgilio sabemos, que tachando muitos historiadores a Eneas de traidor á patria elle lho encobrio, e se fora licito em epopeia, nam lhe ficara na penna; Se o mesmo Poeta conta os amores de Dido, que parecem vicio, foi para mostrar o odio dos Cartaginenses com os Romanos; aqui queria agradar e por agradar se dizem na Epopeia cousas, que nunca fo /fl. 212/ (que nunca fo) ram, e assi o pudera fazer lici-tamente Camões, pondo em lembrança bens, e em esquecimento males; refe-rindo virtudes, e nam fazendo caso de vicios havendo os, quanto maes que os que elle conta tem em contrario a fee de muitos nossos escritores, e quan-do ao Poeta se offerecem duas opiniões, fica em seu alvedrio seguir a que melhor lhe parece, e sempre a virtude he de melhor exemplo; e se por ventura Camões erasse (sic) teve em seu tempo maes que a opiniam q'se-guio, por vicioza a devia deixar, pois teve por empreza ensinar cantando acções.

Dizer que nam he licito á poesia encontrar neste ponto (que he con-tar defeitos) a verdade da hista. /historia/, he totalmente ignorar, alem do que dissemos, que a Poesia olha só a verdade, em universal, e nam em particular, como a hista., e n'isto differem. A Epopeia naturalmte. anda sobre o eixo da Admiraçam, e assi aformosenta as cousas feyas, pule as toscas, levanta as humildades, amplia as mediocres. a Epopeia nam a gover-na o Caso, mas o Decoro, e tudo o que conta por verdade a hista., deve a mesma Epopeia melhorar por moralidade. Proxim. Nisiel [Nisiely] 2. p.f.

(81) No Discurso Apologetico Pires de Almeida mudou de opinião, pois procura mostrar "ser assumpto dos *Lusiadas* de Luis de Camões as acções, que os Reys, Principes, Capitães, e Ilustres Varões Portuguezes obraram em Europa, Africa, e Asia." V. a propósito a nota 21.

44. 45. Prog. 15. e 16. Na epopeia se pode inventar, reformar, e perfeiçoar as cousas com larguissima liberdade, obrar o contrario tendo necessidade, he ignorancia. Prog. 2. p.f. 21. Prog. 5.

Texto.

O estilo deleitoso, com que estes preceitos vam acompanhados nam reconhece em toda a antiguidade superior, e difficultosamente lhe poderemos dar semelhante, porque deixando a dissonancia, que os antigos achavam nos versos de Homero, como refere Josefo lib. 1. contra Appianum, e os muitos que deixou Virgilio por acabar na sua Eneida, a facilidade, e consonancia deste nosso poema he tal, que nam parecem os versos compostos por artificio, mas ditados da mesma natureza (82).

E nos /fl. 212 v./ (e nos) lugares, que em a Poetica de Aristoteles se chama Pateticos, ou alteradores do animo, move os affectos com palavras tam proprias, e vehementes, que com summa efficacia fas força a quem os lee, de maneira que fica participante das paixões, que se contem encubertas debaixo d'aquellas palavras, imprimindo hum generoso alvoroço, quando trata da guerra, alegria nas festas, gravidade nas acções dos principes, compaixam na adversa fortuna, e finalmente huma admiravel suavidade em todas as partes do poema. Porem nas comparações, e discrições se vantagem tanto, que em certo modo se vença a si mesmo, porgue com tanta viveza as pinta, e exprime, que parece se representã á vista, e nam ao sentido interior.

Exame.

Nesta ultimamente parte trata do Deleite dos Lusiadas, ou para melhor, das causas ou partes do deleite, a primeira das quaes quer que seja o estilo, a segunda erudiçam, a terceira a novidade dos episodios, a quarta a mistura dos estilos, a quinta a licencioza lingoagem, e a ultima, e sexta a boa proposiçam do mesmo poema. de cada qual dellas trataremos com brevidade, e começando da primeira. Naõ negamos nos Lusiadas de Camões estilo deleitozo, mas tambem a volta /fl. 213/ (a volta) vemos nelle (sic) prosa rimada, quero dizer versos em prosa, que humilham, e abatem notavelmente o fio do poema (83), e fica parecendo vestido novo com remendo velho. Eix (sic) remendo cant. 3. st. 5.

(82) Peor he a dissonancia da falta de rima em Camões Lus. c. 10. st. 128 em q' liga cõ Molhados, e escapados, Executado, que quanto a malicia pode achar em Homero, e peores. Sam todos os seus versos agudos; podem louvarse pello tempo. Vee Herrera desculpando a Garcí Lasso 232. no Prologo de Saa tambem. (N.A., riscada, possivelmente porque mais adiante trata especificamente do assunto).

(83) vea popular, e baixa. (N. A.)

Alem disso o que a tudo em fim me obriga,
He nam poder mentir no que disser,
Porque defeitos taes, por maes que diga,
Maes me ha de ficar inda por dizer:
Mas porque nisto a ordem leve, e siga,
Segundo o que desejas de saber,
Primeiro tratarei da larga terra,
Despoes direi da sanguinoza guerra.

Eix logo vestido novo

Entre a zona, que o Cancro Senhorea,
Meta septentrional do sol lusente,
E aquella, que por feia se arrecea
Tanto, como a do meyo por ardente,
Jaz a soberba Europa a quem rodea
Pella parte do Arcturo, e do Occidente
Com suas falsas ondas o Oceano,
E pella Austral o mar mediterrano.

Vemos tambem muita maes dissonancia em seus versos, do que Josefo vio em Homero, porque todos os seus agudos, como sam os acabados em Ar, Er, ir, or, al, el, il, Aõ, Ao, e outros semelhantes, q' /fl. 213v./ (que) sam muitos carecem de consonancia, e de suavidade, e totalmente sam reprovados de todos, o que nam tem os de Homero, porque sam contados os Criticos, que lhe enxergaram especulativamente dissonancia (84). Virgilio nam emendou a sua Eneada, e por nella conhescer alguãs imperfeições mãdou em seu testamento, que a queimassem, e assi não fica culpado em a deixar com meynos veros; Camões porem emendou em vida, e em vida deu a impressam seu poema, e com tudo vemos nelle nam so versos dissonantes, mas estanças contra toda a ley da Versificatoria, qual he entre ellas no cant. 10. stan. 128.

Este recebera placido, e brando
No seu regno. etc.

em que dá por rima a Molhados, e Escapados, Executaão. No movimento dos affectos, que he doutrina de Aristoteles, part. 88. no Prol. e nas Comparações, e Discrições, he o melhor que temos em Portugal (85), nam obstante deveremse as discrições ao Barros.

(84) pode desculpar Camões dos versos agudos na conformidade que Herrera a Garcilasso fl. 232. e o Chantre na Introduçam das obras do Saá. (N. A.) Veja-se a propósito a nota 82. Pires de Almeida refere-se à seguinte edição das obras de Sá de Miranda: *As Obras do Doutor Francisco Saá de Miranda*. Agora de novo impressas com a Relação de sua calidade, & vida. Lisboa, 1614.

(85) parece avantajarselhe Gabriel Pa. /Pereira/. (N. A.)

Texto.

He tambem a erudiçam parte do estilo deleitozo, e a muita de que o nosso Poeta illustrou o seu poema he assas notoria, nam havendo delle estança, que nam tenha particular conceito, doutrina, ou pensamento peregrino, de maneira que nam se achara poema nenhum, onde em tam breve escritura se tocassem /fl. 214/ (tocassem) tantos, e tam doutos passós de liçam varia, como nos seus Lusiadas, porque quasi nam ha nas letras humanas lugar insigne de fabula, antiguidade, hista., Mathematica, e qualquer outra sciencia, que nelle se nam acham, e quanto isto he maes ordinario neste poema, tanto he maes de admirar nelle, sendo esta parte da Poesia a maes difficultosa de todas (86). Porque como o principal intento nella seja mover affectos do animo, nam se pode alcançar este effeito ornando com elocuçam, e erudiçam estes lugares, como ja notou excellentemente. Aristoteles nesta sentença: *Oportet laborare in ignavis partibus, et neque moratis, neque sententiarum acumine ornatis: occulit enim valde splendida locutio mores et sententias*. Isto tem acontecido a muitos em Espanha, que se fizeram duros, e asperos encubriendo a força dos pensamentos com os comentarios das palavras, de que he bom exemplo Francisco de Herrera (87). Porem Luis de Camões soube tomar tal meyo nesta difficultade, que nam ha versos, que maes movam o sentimento que os seus, nem onde juntamente se veja a oraçam maes erudita, e composta.

Exame.

A segunda parte do deleite he a erudiçam, esta he maes em Camões em partes, do que convem, porque todas as vezes que se introduzem /fl. 214v./ (introduzem) pessoas a fallar, e usam della [da fala] com excesso de ornato escurecem a oraçam, e confundem o pensamento, e se nam usam della, fica huma clareza humilde, e desprozada, e ambos estes modos se achã em Camões alguãs vezes, e he cair em extremo, e porque continuamente nam guardou teor conveniente, e proporcionado, facilmente se vee sua desigoaldade.

Louvase a Camões de comprehender em escritura tam breve tudo o melhor que tem a humanidade, na qual nam ha lugar famoso de fabula,

(86) *Vitanda igitur obscuritas e' [est], n' [non] in brevitate solum. sed. etc. Pontano instt. Poet. L. 2. c. 7. f. 87. de frecha contra o Chantre.*

(87) he Fernando de Herrera (N.A.). Um entre muitos outros enganos de Severim apontados por Pires de Almeida.

antiguidade, historia, mathematica, etc. que nelle se nam ache (88); nós lho tachamos, e temos por vicio, porque hase de semar com a mão, e nam com o sementeiro, hase de usar de semelhantes cousas com limitaçam, e nam com excesso; tudo o superfluo he vicioso; o poema fase [faz-se] para deleite, e utilidade, cousas incognatas, e pouco notorias nam agradam maes que aos doutos, e ainda estes se molestam com ellas, e nam sam de utilidade ao povo. Homero, e Virgilio comprehendem em seus poemas todas as artes, e todas as sciencias, porem estas estam dispostas com tanta brevidade que algumas vezes com huma palavra ou epitheto dizem tudo, e tem tanta clareza, que atee /fl. 215/ (ate) das donzellas foi cada hum facilmente entendido, o que nam tem Camões, que só os bons humanistas o entendem. Escusamos em Camões tanta fabula, tanta historia, tanta mathematica, bons pensamentos sam os que importam, e os que ornarn o poema, as maes cousas devemse dizer brevissimamente, e por accidente: tudo vemos no poeta grego, e latino. Nam ha em a Jerusalem de Tasso oitava, e quiza verso em que a locuçam, e estilo nam represente admiravel fermozura, e bizzaria: e d'isto o louva Benio no seu Commento f. 394. nam o louva de estar cheo de fabulas antigas, histas. etc. Veja a Jacobo Pontano nos Prodigmas sobre Virgilio c. 7. as cousas cõ q' Virg. ornou a sua Eneida doutante.

A Erudiçam nam he na poesia a parte maes difficultosa de todas, he a maes facil: a Invençam he a parte maes difficultoza de todas, achada esta, com facilidade vem a erudiçam: difficil he formar hum corpo, maes facil o vestillo. Pediose hum Comedia a Menandro, chegavase o dia da promessa, e elle nam lhe tinha posto mão, estranhouselhe, e elle respondeo ja esta feita, nam falta maes que vestilla. Tendo as cousas, e a materia disposta no animo, estimava em pouco o maes.

Atras louva o nosso escritor em Camões a consonancia, e facilidade dos versos; mas maes lhe quizeramos boa invençam: Homero, como nota Miguel Montanha L. 1. c. 25. dos Essais, nam se lhe dá que nos versos de hum poema se abrevie hum syllaba longa, nem alongue hum breve, mas quer que riam as invenções, e o espirito, e o juizo faça bem seu officio. As rimas, cadẽ /fl. 215v./ (canden)cias, e accentos imitamse facilmente, a invençam he a que tem difficultade, e assi quizeramos em Camões maes invençam, posto que fora menos a consonancia, e facilidade dos versos, ainda que entam lhe chamaram bom poeta, e ruim versificador, mas maes nobre he o Poeta, que o versificador, e assi estimaramos nelle que imitara no seu Gama a Homero nos errores de Ulisses, reduzindo sua invença a tempestades de mar, a contrastes, e machinas de demonios, a encontros de mostruos, a encantamentos de Magos, a impetos de

(88) louvando a Tasso, e calumniando a Dante Benio in Tass. f. 344 dis que nã pode em Tasso encontrarse oitava, e quasi verso, em q'a locuçam, e estilo nam represente admiravel fermozura, e bizzaria; nã o louva de estar cheo de fabulas antigas, histas., /histórias/ etc. (N. A., riscada, e transferida, com outras considerações para o texto da fl. seguinte).

gentes selvajes, e a discordias, e a rebelliões dos seus, que podiam em parte ser cousas verdadeiras (89).

Trata o nosso escritor da erudiçam, a qual fas parte do estilo deleitoso, e constituea nos lugares insignes da humanidade, Mathematica, e outras sciencias, e fas em consequencia que estes taes lugares obram (sic) o principal intento da Poesia, que he mover affectos, os quaes nam pode mover a muita erudiçã, e exemplificase com Aristoteles: mas consideremos tudo de passagem. Os lugares das letras humanas, e das sciencias, nam se lhe pode negar deleite, porem este alcançam o somente os Doutos, e os poemas fazemse para deleite de todos. Os lugares das letras humanas, e das sciencias nam movem os affectos do animo, antes o pervertem, e confundem, porque como sam cousas apartadas da vista, e que ordinaria /fl. 216/ (ordinaria) mente alcança só a especulaçam, e constam de materias pouco sabidas, nam effectuam o movimento das paixões. Movemse as paixões, e os affectos do animo com singeleza de palavras: para o perfeito movimento basta a gravidade, a grandeza, e a novidade, como aponta Utinense, Si res fuerint graves, magnae, novae, et quae varium per se ferant exitum, laetitiam, spem, misericordiam, et refertae sint moribus diversis, ac perturbationibus, per se satis ornatam reddunt orationem, etiam si simplici verborum cultu rectae proferantur. O que puramente causa deleite com erudiçã, he a Natureza, a arte, o Decoro, a gravidade, a magnificência, e a clareza, e todas estas cousas tambem com propriedade movem affectos. O exemplo de Aristoteles he de sua Poetica no discurso da Epopeia, tratando dos vicios, que a ella, e á Tragedia sam comuns, quer dizer. No que toca á locuçam, he necessario principalmente ter cuidado com ella, nas partes que sam maes ociosas, e que nam tem Custume, nem Sentença, porque a locuçam muito resplandescente, e muito clara escurece, e encobre cõ seu resplendor os costumes, e a sentença: vee aqui Aristoteles. Tinha obrigaçam o nosso escritor dizer nos quaes eram estes lugares, ou partes, que Aristoteles chama Ociosos, e com elles provar seu intento, mas ficoulhe no tinteiro. Partes ociozas sam na Epopeia as que ordinariamente ocupa o Poeta fallando em propria pessoa, nestas he necessario grande adorno de locuçam porque carecem de Custumes, e de Sentenças: as partes em que fallam as pessoas introduzidas, tem menos neces /fl. 216v./ (neces) sidade de ornato, porque constam de Sentenças, e

(89) Mençam fas Joam de Barros Decad. 1. L. 4. c. 9. de hum pronostico (do qual tambem se lembra Garzone na rua praça universal titul. dos hist. f. 352. o q' attribuiu maliciozante. seu tradutor Figueroa a castelhanos) que os Incios tinham antes de ser conquistados pellos Portugueses, e era que haviam de ser sojeitos ao império del rey de Portugal, verei de força a Garzone tãbem, e neste oraculo podera fazer Camões finzas. Barros f. 11. Dizendo q' o anno passado etc. q' a gente das naos faria total destruiçam dos mouros d'aquellas partes. E daqui podera fazer maravilhas. Camões sem emitir este lugar mas sim em 12 versos no cant. 1. st. 55 e 56. e no canto 8. st. 46. Sinal lhe mostra o Demo etc. (N. A.). Segundo João Franco Barreto e Barboza Machado, op. cit. 1.^a parte, n.º 1, Pires de Almeida teria traduzido três obras de Garzoni: a Piazza Universale (referida nesta nota), o Teatro de'Cervelli Mondani e Sinagoga del'ignoranti.

Costumes; O vicio, de que tacha a Fernando de Herrera, he virtude poetica, porque por doutrina de Aristoteles, quando o Poeta falla em propria pessoa, que he ocupar as partes ociozas, tem obrigaçam de usar de todo o lume rethorico. Fernando de Herrera falla em propria pessoa ordinariamente em seus Sonetos, Canções, Odas, e elegias, logo guarda o preceito do filosofo. De maes d'isto, Todos os mestres da arte concedem plenissimo privilegio ao Poeta de fallar eloquentissimamente em sua pessoa, ou na de outrem, todas as vezes que trata materia de amor, e assi iudiciozamente cantou Tasso cant. 2. st. 10. a incidencia amoroza de Sofronia, e Olindo com flores, regalos, e dilicias de palavras. De prudencia usou logo Fernando de Herrera, sabendo que por natureza, e por arte he propria dos namorados a eloquencia, em por em seus escritos amorozos em tanta abundancia os ornamentos poeticos.

Discurso.

Fazem assi mesmo por esta parte a novidade, e excellencia dos episodios, no quaes quasi nenhum outro poeta se lhe pode igoalar; porque os maes de Virgilio sam imitados de Homero, como o Banquete de Dido, a relação que alli fes Eneas da perda de Troya, seus trabalhos, e viagem, os jogos de Sicilia, a jornada do inferno /fl. 217/ (do inferno), e assi teve nelles pouco louvor. E Torcato Tasso nam se melhorou com as fabulas dos seus encantamentos, e cavalleiros andantes: porque ainda que elegio fabulas possiveis, tem muito do improvavel, o que he contra os preceitos de Aristoteles, que dis que nos episodios devemos escolher antes os impossiveis, *Eligere impossibilia et verisimilia potius, quam possibilia, et nullo modo probabilia*. Este preceito guardou Luis de Camões excellentemente, porque despoes de imitar a Virgilio em fazer a açam composta e nã simples, com referir Dom Vasco da Gama sua viagem a el Rey de Melinde, introduz o episodio da discriçã de Europa, e historia de Portugal, com as professias do velho (90), e Adamastor admiravelmente: Despoes na figura de Monçaide conta os ritos do Oriente, fes hum novo Concilio dos Deoses maritimos, e a discriçam do reyno de Cupido no monte Idalio. Nam he menos excellente a pintura da Ilha de Santa Helena (91), o banquete que nella deu Thetis a Dom Vasco da Gama, e seus companheiros, a musica de Serea (92), que cantou os capitães illustres portuguezes, que despoes haviam de conquistar a India, e finalmente a discriçam dos globos celestes, e geografia das provincias novamte. descubertas. Quasi

(90) o que dis o Velho no fim do 4. canto nã sã Profecias, he hum juizo nascido de experiencia, conforme a razã, e justo he huma reprehença contra os cobiçozos. (N.A.)

(91) A Ilha he fingida, e nã he ilha de Santa Helena (N.A.).

(92) a Cantora do 10 Canto chama Camões, hora Syrena, hora Nimpha, e hora Deosa. Seu Comentador Mel. /Manuel/ Correa assenta ser a mesma Thetis por mtas. vezes, e he falso, porem a Musica deuse /deu-se/ estandose comendo, e Thetis estava a cabeceira da mesa cõ o Gama, e comia, e nã era decoro cantar a Senhora às Criadas, e familia, etc. (N.A.).

Todos estes episodios foram pensamentos novos, e perigrinos, e tratados com tanta graça e /fl. 217v./ (graça, e) artifício que juntamente ensinam, admiram, e deleitam, porque nam ha na arte do bem dizer tropos, nem figuras, que aqui se nam vejam exercitadas: variando o estillo hora grave, grandiloco, e vehemente, hora florido, brando, e ainda jocoço, porque como o Poema Heroico he hum meyo entre o Tragico, e o Comico, assi participa, segundo Aristoteles da gravidade da Tragedia, como da graça da Comedia. Por onde Homero em muitas partes da Odyssea, e Iliada, introduz historias jocoças, como foi a da prisam de Venus, e Marte na rede de Vulcano, e outro caso quasi semelhante de Juppiter, e Juno, a peleja do pobre Hiro com seu competidor, em casa de Penelope, e outros muitos em que o mesmo Poeta refere o riso a que com elles se moveram atee os mesmos seus Deuses (93), e Virgilio tambem no seu quinto livro descrevendo os jogos, que Eneas fes a seu Pae Anquises, segue no estillo jocoço as regras, que neste particular se devem guardar na poesia heroica. De maneira que Luis de Camões, assi nesta parte, como nas maes se mostrou excellente poeta.

Exame.

Segueenos examinar a novidade, e excellencia dos episodios, e primeiramente /fl. 218/ vejamos se a tem o da Viagem de Eneas ao Inferno, e se Camões imitou a Virgilio como Virgilio a Homero, e se se melhorou o Tasso com os Episodios dos seus encantamentos, e se a acçam dos Lusíadas he Composta, e logo dividiremos os Episodios em Episodios derivados de historia, e inventados pello engenho do Poeta, e trataremos sobre a excellencia de cada hum por si, e ultimamente se a Epopeia he meyo entre a Tragedia, e a Comedia, e se nas acções deleitozas que usa, se serve de estillo jocoço; do que tudo colheremos a novidade, de que o nosso escritor louva, e engrandece os de Camões.

A jornada de Eneas ao Inferno, quer o author escritor, seja episodio imitado de Homero, e que carecia de novidade, e que porisso mereça nelle pouco louvor Virgilio. E respondemos que o ser imitação de Homero nam he materia de mta. duvida, quanto maes que se quisermos apertar o negocio diremos que assi como antes de Homero ouve Poetas, que cantaram a Viagem de Hercules, de Perithoo, e de Orfeo ao inferno, a quem Homero

(93) O caso de Juppiter, e Juno se canta na Iliad. L. 14. cuja narraçã he que Juno por favorecer a parte que defendia, que era adversa á Juppiter, pa. o adormecer se foi a casa do Somno; e cõ lhe prometer por esposa Pasitea, o obrigou a enfeitarse, e enganozamente pede emprestado a Venus o seu Cesto, ou Cinto, ou Relho, e com toda a formozura q' a irã, e arte em si tem, o rendeo a se deitar com ella, cobrindoos a ambos uma nuvem de ouro. Helicina (?) em sua Traduçã. f. 331. st. 47. L'herbe in terra... Porem a tudo isto o salva a Allegoria, e quando nã tivera maes q' a do Cesto esta bastava. Do Cesto se veja Hom. Il. [Iliada] 14 f. 327. Ronsard Franc. L. 3. f. 135. e Maçonio no Ind. [Indice] verbo Cesto, e Vbo. Torcato Tasso. O caso de Iro he na Odyssea L. 18. mas por mau nome se chama Iro, o proprio era Arneo, e se bem he jocoço tem o fim triste, pois sae Arneo lançado em lugar os dentes pela boca. (N.A.)

imitou, assi Virgilio podia imitar aos mesmos. Mas nam he nossa duvida no pertencente aser imitaçam de Homero, mas no tocante a novidade, e certamente que nam he pequena a de Virgilio, negada sem maes prova, porque Homero finge na Odyssea ver Ulisses o inferno, estando acordado, representãdoselhe sua especie neste mundo, a quem seguio Silio Italico no livro 13 de seu poema dizendo

Stat (sic) juvenis faciemque Herebo, quae surgit in omni
Exclamat vates, Patere: accedentia cerno
Tartara, et ante oculos assistere tertia regna.
/fl. 218v./ Ecce ruunt variae species, et quidquid ab imo
Natum hominum exstinctumque chaos est. (94)

Virgilio porem claramente da a entender que a Viajem de Eneas ao Inferno foi sonho, e nam viagem feita realmte., como consta dos versos, em que elle mostra tornar Eneas do inferno a este mundo, passando pella porta de marfim pella qual sahiam os sonhos,

Hic ubi tum natum Anchises, unaque Sibyllam
Prosequitur dictis, portaque emittit eburna;

e assi vemos que Homero usou de Magia, Virgilio de via natural; a Homero imita Ronsardo na Franciada, e a Virgilio Lope na sua Circe, mas com grandissima ousadia, a qual porventura nasceo de imaginar que Virgilio fingira ir Eneas ao inferno em pessoa; e demoslhe que assi seja, fes companhia de Ulisses a Perimedes, e Virgilio dá por companhia a Eneas a Sibilla, mas nam ha deste lugar semelhante controversia (95). Novidade teve logo o episodio de Virgilio, imitado de Homero, e que o tenham o do Banquete de Dido, e a narraçã feita da destruiçam de Troya por Eneas a Dido (96), e nisto fique superior a Homero, he tam certo, que affirma Udeno Nisielio 1. p. Prog. no pro. 26 f. 107. que Val piú l'episodio solo de Didone in Virgilio che tutte le novelle da Veggliia nell' Ulissex de Homero. E que o episodio dos jogos, feitos nas exequias de Anquises seja melhor que os que na Iliada se fizerã á morte de Patroclo, consta bem por exten /fl. 219/ (por exten) so dos Commentarios do excellente La Cerda que meudamẽte aponta as imitações; Novidade ha logo nos episodios de Virgilio, e avantajados ficam aos de Homero, e por elles merece Virgilio grande louvor. Quem nam merece louvor neste particular he Camões, que podendo melhorar a imitaçam feita, ja por Homero, e por Virgilio, e acrescentar novas circumstancias, novos brincos, e regalos no episodio da narraçam feita por Vasco da

(94) Vee atras fl. 36 vers. (N.A.) V. a fl. 204 V. da numeração atual. V. ainda a nota 66.

(95) Gabriel Pra. /Pereira/ dá para companhia a Ulisses na viaje do inferno a Circe. (N.A.)

(96) Castelvetro dá razã porq' Virgilio nam finge contar Eneas seus trabalhos a Acestes, mas a Evandro senã a Dido. Verbo Virgilio. (N.A.)

Gama ao Rey de Melinde, estendeose em cousas que nam tem nenhuma dependencia com a açcam primaria, como sam a discriçam de Europa, geraçam, e successos dos Reys de Portugal; Homero, e Virgilio puderam dizer em semelhante episodio o mesmo conformandose com as cousas passadas em Grecia, mas tiveram as por ociosas, e pouco coherentes ao primeiro assumpto, e assi fugiram, empregandose no tocante aos seus Heroés; e se Camões tratara só dos longos rodeyos, que o Gama fes no mar, q' era parte dependente da açcam, nam ficaria sogeito a esta censura. Bem se vee logo que Camões fez só o que faltou em novidade, e em excellencia, e que neste Episodio teve pouco louvor, e que se deve de justiça a Virgilio, e que melhor imitou Virgilio a Homero, que Camões a Virgilio.

Oppoemse ao Tasso ser defeituozo nos episodios fundados em encantamentos, e em cavalleiros andantes, e quere-se que sejam melhores os de Camões, derivados de Deidades gentilicas. A materia de religiam gentilica assas fica /fl. 219v./ (fica) reprovada: os encantamentos, e cavalleiros andantes do Tasso convem agora mostremos sua bondade, os quaes nam podem carecer della, poes pella maior' /maioria/ pensam originados do melhor grego, e do melhor latino que epopeicamente poetou, e tem consigo escusas que admitem os que cõ maes rigor sentenciam poemas, quando delles se quizessem valer. Encantamentos sam no Tasso a Nuvem, que fas invisiveis a Ismeno, e a Soleymam, e huma nuvem fas na Eneida invisiveis a Eneas, e a Acates, a morada subterranea do Sabio Mago, e he no quarto das Georgicas a habitaçam da Ninfa Cyrene, tambem sita debaixo da agoa (97), e quando a Virgilio salve a religiam que ouve em seus tempos, ao Tasso salva a Allegoria, ou para melhor haver tal casa, como ele escreve em huã sua carta, ser na Gotia, de authoridade de Olao Magno; tem juntamente lugar de encantamento no mesmo episodio a Vara, o Escudo, e o livro que o proprio Mago dá a Carlos, e a Ubaldo cavalleiros andantes que vam á (sic) buscar a Reynaldos, para se haver de tomar Jerusalem: e sam tudo cousas, que se salvam em virtude de Milagre com o qual se salva finalmente tudo; porque donde entra a potencia divina he tudo nam so possivel, mas facil, e na verdade, que quem deu aos dous cavalleiros tal vara, tal escudo, e tal livro, podia cõ a mesma virtude ter casa debaixo da agoa, e nella haver muitos ministros prontos ao serviço de taes cavalleiros com aquelle real appa /fl. 220/ (appa) rato, e fazer retirar as agoas, e sair dellas a pee enxuto: quanto maes que semelhante duvida pertence a arte, e quando a ella a não queiramos remetter sendo proprio das artes naturaes o congregar, e o desagregar, nam he para que duvidar que alguma virtude natural nam possa fazer este effeito (98). O Paço, e Jardim de Armida sam puramente obra de encantamento: no Ariosto temos hum

(97) Paço do Neptuno em Camões, em Gabriel Pereira dentro na agoa, Cova do Severo em Garcilasso f. 504. Adiante f. 587. Anel de Giges Moly de Homero. (N.A.)

(98) os Dragos, os Leões, as Serpentes, as delicias, as Ninfas, de tudo ha lembrança entre gregos, e latinos, que por brevidade deixamos, sã encantamentos. reprova o Zinano Dragos na f. 41. na 1 col. quasi no fim. (N.A.)

jardim de Alcina, feito na India, este de Armida se finge em cima de huma montanha asperissima, cingida de nuvem, e assi fica cõ maior admiraçam. O Bosque encantado he imitaçã de Lucano no terceiro livro da Farsalia, onde finge fontes em que ninguem se atrevia a tocar, ou cortar arvore, como nota longamente Gustavino nas Anotações do 13 canto da Jerusalem do Tasso f. 229. Estes sam os encantamentos reprovados, em que o Tasso se melhorou pouco de voto do nosso escritor. Entre os cavalleiros andantes, deixando a Argante, Olindo, Dridan, Tancredo, cavalleiros de mta. verisimilhança, e necessidade na Fabula contamos a Carlos, e Ubaldo, estes sam em tudo tam necessarios, e verisimeis, a jornada que fazem por mar as Fortunadas (99), guiados da Donzella incognita, he huma das cousas maes deleitosas, que eu saiba em poema algum, assi por respeito do gosto da Cosmografia, e da profissia, como do lugar, que per encantamento fes Armida: foi sumamente necessario fazerse tal jornada, por a pessoa de Reynaldos estar longe, e /fl. 229v./ (longe) do exercito, o que fas o Poeta por dar justa grandeza a seu poema, e introduzir com elle admiraçam, quero dizer por urdir as cousas de maneira, que nam podendo esperar a vitoria, sem aquelle cavalleiro, fosse necessario ir se burcar pois era ministro, e executou a tal tomada, como Aquilles na Iliada. Grande novidade, e grande excellencia tem em si logo os encantamentos, e cavalleiros andantes do Tasso, e muito se melhorou com huns, e outros a Camões, e nam digo a Homero, nem a Virgilio, por escreverem em differente religiam, a qual sem necessidade seguio no poema Camões. Duas especies principais ha de magia, huma tem commercio com os espiritos, e demonios tacita, ou expressamente, chamase Goetia, e he prohibida, sogeitamselhe a Negromancia, Idromancia, Geomancia, Ciromancia, e outras. Outra com maes propriedade se dis Magia, e he huma nobilissima parte da filosofia natural, com a qual applicando activa ... se produzem, e obram cousas que ao povo parecem milagres, e sam veros effeitos naturaes, qual he o da pedra cenar, que atrahe a si o ferro (100). Ambas estas especies de Magia tem o Tasso no seu Gofredo; para cõ ellas adquirir admiraçam: a pra. [primeira] usa no Magico Ismeno, a segunda no Sabio que enviou os cavalleiros andantes a chamar Reynaldo; e da pra. tomou só a Negromancia, /fl. 220A/ (101) (a Negromancia), que he a que por via de encantamento fas parecer que resurgem os mortos, de que temos exemplo em Lucano, no sexto da Farsalia, e em Eliodoro no sexto livro da Hist. de Ethiopia (102), Gustavino nas Annot. do Tass. cant. 2. f. 43. Se isto assi he, como he, que razam ha para se dizer que Tasso se nam melhorou com

(99) oje sã as Canareas, conforme Camões nos Lus. cant. st. Gustavino cita a Plinio que he de differente parecer. Vem nas Annot. Tass. no Index Verbo. Isole. (N. A.; incompleta na indicação do citado passo de Camões).

(100) Verei Fracastor della. (N.A.)

(101) Esta fôlha, como a 221A, escaparam à recente numeração do Mss.

(102) Sobre esta obra deixou Pires de Almeida um estudo: *Argumento de Heliodoro*. Para o juizo da hist. Ethiopica de Heliodoro, Mss. 1096-A, fls. 338 e seguintes.

os episodios de seus encantamentos, e cavalleiros andantes, pois os decorou (?) de magia natural, fazendoos da parte dos infieis, como dados a superstições, conformandose com o povo da religiam catholica, que tem por admirações semelhantes cousas, e por ridiculas as dos deoses da gentilidade, quaes sam os de Camões. Para o nosso escritor provar as faltas, que cometeo o Tasso nos seus encantamentos, e cavalleiros andantes, dis que ainda que elegeo fabulas possiveis tem muito do improvavel, o que he, a seu ver contra a doutrina do filosofo, que ensina deveremse nos episodios escolher antes os impossiveis provaveis, que nam os improvaveis possiveis. Italia he may da Poesia, e nella Florença tem o primeiro lugar, sua Academia, chamada a da Crusca, he fertil em engenhos, estes defenderam agudissimamente ao Ariosto no Orlando, e em seu favor calumniaram ao Gofredo do Tassô, e descobrindo talvez nelle, maliciosamente, alguns defeitos nunca com /f. 220A v./ (nunca com) toda a sua agudeza poderam enxergar falta nos cavalleiros andantes, e nem nos encantamentos. Os encantamentos, e cavallheiros do Tasso observam com perfeiçam as leys da Poetica, usando da impossibilidade provavel, e fugindo da possibilidade improvavel, com o que imprimio nos animos infinita admiraçam, cousas, que nam se vem em Camões, e se as ha, mostrem mas. Aristoteles nam dis que nos Episodios devemos escolher antes os impossiveis provaveis, que nam os improvaveis possiveis; quando dá tal doutrina he no particular tratado dos vicios comuns a Epopeia, e a Tragedia, e nam no dos Episodios. E este preceito abraça as partes essenciaes, e as accidentaes do Poema, quero dizer, os Episodios, e acçam primaria, e assi he falsa a prova com que quis derrubar aos cavalleiros, e por por terra encantamentos do Tasso, e o lugar de Aristoteles trazido sem noticia de sua força, donde nasce ser semelhante documento nocivo aos que poetando o seguirem. Intenta mostrar o nosso escritor seguir Camões em seu Lusiadas a impossibilidade possivel, e exemplificase com o Episodio da narraçam da viaje do Gama ao Rey de Melinde, em que entra a discriçam de Europa, e historia de Portugal, cousas que como erã verdadeiras, sabidas largamente das Decadas, e Cronicas nam havia nellas impossiveis provaveis, por succederem todas as claras, e estarem vivas na memoria dos homens. Provara /fl. 221/ (Provara) bem o seu intento os episodios de Adamastor; o do Concilio martimo, e o do Banquete de Thetis, tambem provará, se Camões escrevera no tempo dos Cesares; mas logo tornaremos a estes Episodios, e aos que por hora deixamos esquecidos. Assenta o nosso escritor imitar Camões a Viriglio em fazer a acçam composta, e nam simples, devendo saber por doutrina de Aristoteles, que nem a Eneada he epopeia, ou Fabula, ou acçã composta, nem os Lusiadas de Camões, porque a acçam de ambos estes poemās he simples. Fabula, ou acçam simples he a que nem tem Agniçam, nem Peripecia, quero dizer, a que carece de reconhecimento, e de mudança de estado, ou de huma destas cousas, mas segue hum perpetuo teor. E pello contrario, Acçam Composta, he a que

consta de reconhecimento, e da mudança de estado, ou de qualquer destas cousas (103). *Ac Fabularum alia simplices sunt, aliae implexa; etenim actiones, quarum incitationes fabulae sunt, ne aliud quaeramus, sunt tales. Apello simplicem actionem, quae facta, ut difinitum est, continua, et una, Transitus fit sine peripecia, vel Agnitione. Implexa est, ex qua cum agnitione, vel peripeciis, aut ambabus transitus fit.* atequi Arist. c. 13 na trad. de Riccobono. Agniçam he hum reconhecimento da cousa já conhescida. Peripecia he huma mudança de estado nam esperada, e repentina; ambas estas cousas, ou cada huma de per si se ha de achar no heroe da acçam, como em a *Odyssea*, que ha Peripecia matando Ulisses os Procos, sem de nenhum modo o imaginarem, e ha Agniçam, reconhecendo Euriclea, Telemaco, e Penelope a Ulisses. Ha semelha /fl. 221v./ (semelhantes) cousas no *Eneas* de Virgilio, ou no *Gama de Camões*? reconhece-se algum destes heroes, ha alguma mudança de seus estados, quando menos se espera? Nam por certo porque o curso de todas suas cousas corre por via ordinaria, com hum continuo teor, sem mudança repentina, e sem novidade inesperada; he logo a *Eneida*, e sam os *Lusiadas*, poema Simples, e nam Composto, nam teve logo acerto a conclusam, pois fuge das advertencias do mestre da Poetica: Se elle me dissera que a *Eneida*, e que os *Lusiadas* tinham acçam simples, e que a tal era melhor que a Composta, e se valera de Platam, q'assi o afirma, de voto dos que dizem que entre os motivos, que Platam teve para desterrar de sua republica a poesia comua, foi pella variedade, e que maes variedade tem a acçam, ou fabula Composta, que a Simples, Seria maes sufrivel pois se fundava em opiniã altercada, e com tudo lhe responderemos, defendendo nosso intento, que ainda que Platam vituperou a poesia comua pella variedade, nam entendeo a variedade da fabula, ou acçam, mas a variedade de costumes, como declarou gentilmente no principio de suas questões Poeticas Proclo, que Platã nam calumniou a Agniçam, nem a Peripecia; quero dizer o reconhecimento, nem os varios successos, que apos elle se seguem, mas só a variedade dos costumes. Logo de hum modo, e outro nam seguiremos o parecer do nosso /fl. 221 A/ (nosso) escritor, que tem os *Lusiadas*, e a *Eneida* por acçam Composta. Os episodios de *Camões* ou sam derivados de historia, ou inventados de seu engenho: Derivase de historia o que contem a discriminaçam de Europa, e historia de Portugal, e das professias do Velho, e dos ritos do Oriente: o da discriçã dos globos celestes, e terras de novo descubertas, como mostram nossos Chronistas, escritores; e se entre estes ha parte alguma, que pareça nam se derivar de historia he o vaticinio do Velho, contudo quem bem attentar a Joam de Barros na Decad. 1. L. 4. c. 2. (103 a) vera dizer, E começará de os encommendar a Deos, e lançar juizo segundo o que cada hum sentia daquella jornada etc., das quaes

(103) Sine Agnitione aut peripetia simplex erit, cuiusmodi est Ilias, et Aeneis. Viperano L. 2. Poet. c. 4. (N.A.)

(103A) Verei Barros lugar citado de força. (N.A.)

palavras tomou Camões motivo para formar as professias, que o Velho, disse aos que se partiam para a India. Inventouse do engenho o episodio de Adamastor, gigante transformado no cabo Tormentorio, que oje dizemos, Cabo de boa esperanza: o do Concilio dos Deoses maritimos; o da descriçam do reyno de Cupido: o da pintura da ilha fingida, o do banquete de Thetis, dado ao Gama: o da Musica da Serea. Estes sam os episodios de Camões. Vejamos agora se tem novidade, e excellencia. O episodio, que abraça a geografia de Europa, e successos de Portugal, nam tem novidade, nem excellencia; nam tem /fl. 221 A v./ (nam tem) novidade, porque sam cousas, que andam na boca de todos, nam tem excellencia, porque em parte sua lingoagem he muito humilde, e em parte contem defeitos dos Reys, que se deviam de se rever sem elles: o dos ritos do Oriente, e a descriçam dos estados, e reynos novamente achados, tem a mesma falta, por quasi serem tomados da primeira Decada de João de Barros, e do Padre Joam de Lucena; o das professias do velho tivera novidade, e admiraçam, quando fora feito por algum sabio, ao menos conhescido por fama, ou escrito com presuposto de virtude como são em Homero, e em Virg. Calcante, Cassandra, Heleno, e Sibylla, que sam no Tasso Ismeno, Pedro Mago hermillem. (?) Isto basta aos episodios derivados da historia. Nos fingidos do engenho de Camões tem excellencia, mas nam novidade, o da Congregaçam das Deidades maritimas, carece porem de verisimelhança, a qual nasce da falsidade da religiam, nam tem novidade, porque he imitaçam do Concilio celeste em Homero, e em Virgilio: o da descriçam do reyno de Cupido, Ilha Fingida, tem verisimelhança, excellencia, porem nã tem novidade, porque no tocante ao reyno de Cupido, temos exemplo, e nam quero citar gregos, nem latinos, em Antº Ferreira no Epitalamio ao Casamento da Sa. Dona Maria cõ o Snr. Alexandre Farnes, principe de Parma, f. 138. e no pertencente a Ilha fingida temos tambem na ilha de Calipso, monte de Circe, e jardins de Alcino, e de Armida (104): o do banquete nam tem verisimelhança, (causa de lhe perder a excellencia) nem novidade; tiralhe a novidade o gassalhado (sic) que deram as mulheres de Lemnos aos Argonautas; o da musica tem só novidade nascida nam da ma /fl. 222/ (nam da ma) teria, nem do modo, mas da pessoa: porem tal novidade vicia trata cõ novidade a Odyssea (105).

Examinemos porem este negocio maes meudamente, porque: Musicas, e bāquetes vemos em epopeias gregas, e latinas, ou so entre deidades, ou só entre mortaes, bem sei que a Epopeia se forma de Deidades e de pessoas nam he porem maes que para levarem ao fim a acçam, e ajudarem a parte

(104) em Claudiano fol. solta. do reyno de Cupido. Citar (?) Camões que trasladou Petrarca (N.A.)

(105) Serea Deidade, ou peixe de már; Lusíadas, que ouvem a Musica, navegantes, Thetis Deosa do mar. Serea em terra, cousa nova. Mostra maris Syrenes erant, quae voce canora / Quaslibet admissas detinuere yates. Ouvid. 3 de ... Eram tres: Partenope, Leucosia, Ligya. do mal que faziam aos Navegantes Marcial L. 3. Syrenas hilarem etc. (N.A.)

amiga, e impedir a contraria. Camões por novidade fes Banquete entre homens, e Deosas, e Musica de Serea, ou Ninfa, dada a homens, cousas, que alem de peccarem contra a religiam, nam sam verisimeis, e se tem excellencia he entre idiotas. O Episodio da discriçam dos Globos he ocioso por a mathematica, assi como as maes sciencias, nam ser sogeito de Poesia, antes pelo mesmo caso que hum poeta trata quasi (?) ex professo sciencia, ou arte perde o tal nome, porque nã imita, e fica com o de escritor de tal cousa. O episodio de Adamastor, tem novidade, e excella., e admiraçam, e o do Sonho, que el rey Dom Manoel teve do Indo, do Ganges, he furto, mas bem imitado, e cõ boa verisemelhãça (106). E se com estes o nosso escritor provara seu intento nam gastaramos estas poucas regras em examinar os outros. Tornemos de novo a ver se tem novidade, e excellencia, como em os de Homero, Virgilio, e /fl. 222 v./ (e) Tasso. Os Episodios destes tres Poetas sam ou Comicos, ou Tragicos, ou realmente Epopeicos, e os maes delles tem Nós, e Solturas, tal ha que donde começa acaba; e tal que seespalha por duas, e tres partes do poema; nenhum delles deixa de ajudar, ou de impedir a aççam; o tempo que cadaqual abraça he brevissimo em comparaçam da aççam primaria. Todas estas cousas deixou Camões em esquecimento, e seu defensor nam fes caso dellas. As causas que para isso podia haver, julgam os dicipulos do filosofo: bem se conclue logo a esterilidade de novidade, e de excellencia nos Episodios de Camões, e que aja falta destas duas cousas, pode ser prova novamente, ver que os Episodios dos bons poetas quasi sempre sam invençã propria, e que dos episodios de huma epopeia, conforme Aristoteles, se tiram duas, e talvez maes Tragedias. Os episodios de Camões sam pella mayor parte derivados de hista., e de tal historia nam ha nenhum, salvo a morte de Dona Ines de Castro, que possa dar materia a Tragedia. Claro está logo nelles a falta de novidade, e excellencia. Que graça, que artificio, que doutrina, que admiraçam, que deleite ha nestes episodios? Vejamos agora a nobreza dos estilos, com que os engrandece se he verdadeira, e a que pede a Arte. Quer o nosso escritor que Camões varie os estilos aproveitando-se do /fl. 223/ (do) grave, do florido, e do jocoso, que sam cõpetentes (como elle dá a entender) á Epopeia, á Tragedia, e á Comedia, e tem de ser a Epopeia hum meyo entre a Tragedia, e a Comedia, participando, conforme Aristoteles, da graça desta, e da gravidade d'aquella. Consideremos esta doutrina. O estilo grave he proprio da Tragedia, e quando chamemos estilo grave ao que forma a Epopeia, he com algumas differenças, que em outra escritura nossa deixamos provado (107); o estilo florido compete com particularidade á Poesia lyrica, e o jocoso, de necessidade só á Comedia. Talvez admitta a Epopeia o estilo

(106) Poucos meses depois do presente trabalho, Pires de Almeida voltaria ao tema do episódio do Sonho de D. Manuel, já tratado na Academia dos Ambientes (1629), e voltando ao assunto travaria com João Soares de Brito, e João Franco Barreto a polémica a que mais de uma vez me referi.

(107) Pires de Almeida refere-se ao seguinte trabalho: Discurso sobre o poema heroico, Ms. 1096-A, fls. 629-635V.

florido, e quase sempre grave, mas nunca o jocoso, e assi de nenhum modo abraça tres estilos, por lhe nam serem convinientes. (108) Ser a Epopeia meyo entre a Tragedia, e a Comedia, por doutrina de Aristoteles, he para mim causa nova, e assi peço que me aponte o texto. Bem sei eu que a Epopeia inclue em si Tragedia, e Comedia, que inclua Tragedia (sobre o que fica dito) ou pa. melhor Tragedias o prova Plutarco lib. de Homer. dizendo ex tant omnes apud Homerum ... Tragediae, actiones grandes, et a communi opinione alienae, Deum apparitiones, orationes ab elato animo profectae: e mais abaixo, Neq' tamen ... sunt nefariorum facinoriorum (?) commemorationes qualia sunt in /fl. 223 v./ (in) certae nuptiae, parentum, aut liberum caedes, atque alia portenta novae Tragaediae sunt inventa, quin etc. Que comprehende Comedias o affirma o mesmo Plutarco no mesmo livro, Nihilominus Comaedia (sic) ... coepit: invenias enim apud eum qui res maxime sublimes, atque grandes referat, quaedam esse etiam quae interim risus materiam praebent. E Lelio Brisciola L. 4. c. 22. se conforma em tudo com Plutarco, e despoes de provar ter a Epopeia em si Tragedias, vindo ás Comedias, dis Iam vero praeter hunc instrumenta voluptatis in epopeia, joci sales jocundae narrationes festivi sermones. Bem sei eu que a Epopeia introduz pessoas Tragicas, e comicas, operando cadaqual conforme sua qualidade, como reyes, e rainhas, pastores, e gente comuã, que ajudam a conduzir a seu fim a acçam. Mas que a Epopeia seja meyo entre a tragedia, e a Comedia nam o ouvi, como tambem ouvi dizer que goza, e participa do estilo jocoso, o que provo com a Iliada, e a Odyssea de Homero, e Eneada de Virgilio. Bem estou eu que na Iliada serve Vulcano manquejando aos Deoses de escenação, e que por isso Immensus coepit caelestia numina visus

e que Thersites o maes feyo, cobarde, maldizente, e arrogante soldado que ouve no Cercó de Troya, como o pinta o mesmo Homero.

Quo non ad Troyam venit vir turpior alter /fl. 224/
Lumine distortus, claudus pede, gibbus utroque,
Deformatum (sic) humero, etc. sendo de tam boas partes dotado, Ulissem concitans, ab eo verberatus omnibus risum movet: Plutarco lib. de Homero. Bem esta tambem nos exemplos da Ulissea que tras o nosso escritor, e nam como finge (?) fazer Homero semelhantes introduções por aliviar ao animo dos ouvintes, e para moderar os trabalhos da vida, e para variar a materia proposta. Diante dos olhos do entendimento

(108) Muitos dizem que na Epopeia ha de haver igoaldade de estilo, mas nam he seguro porque como ella em si cõtem varias materias, fica obrigada a conformar com ellas o estilo, com condiçam q' nunca admitta o comum, e jocoso. Vee, ou nã Repost. da Opp. 32. do Zinano. (N. A.)

tenho dar por tacha a Camões a Censura decima (?) quese lhes fes em Lisboa, sobre a estança 35 do canto. 5. (109) misturar huma graça escusada, referindo que ouve riso, contra a gravidade da Epopeia, e de sua arte; a qual censura procede injusta, e indevidamente, porque a Epopeia nam lança de todo fora o riso, nem a graça, ainda que tal graça, e tal riso he nella terrivel, e cheo de espanto, e medo, como he o do Cíclope Polifemo na Odyssea. (110) Em muitas maes cousas a esta materia pertencentes estou presente, mas dizerse que a Epopeia em taes historias, ou acções conste de estilo jocoso (que he o proprio da Comedia) ignoro o author de bom nome em que se ache, e a razam em q' se funde. Homero nas suas acções jocosas usou de estilo grande, e com a magnificencia das palavras moderou a humildade da sentença. Virgilio nos jogos, que Eneas fes nas exequias de seu pay An /fl. 224 v./ (An) quises nam tem historias jocosas, deleitosas sim; nem menos usa de estilo jocoso, como tambem nam usa Homero, porque o estilo que ambos com semelhantes partes trazem, he deleitoso, e as historias de ambos nam tem em si riso, porque o que propriamente chama o filosofo riso, he o que nasce das cousas fcyas sem dor. As palavras que poem diante dos olhos a feyaldade, podem provocar a riso, as quaes sendo quasi imagens das cousas feyas, sam feyas: as palavras fermosas cousam o gracioso deleite á Epopeia; e á Lyrodea(?) maes que a todos os poemas, he conveniente, e assi o riso, e o deleite gracioso nascem de causas contrarias, a saber, o riso de palavras feyas, e o deleite gracioso de palavras fermosas, e sam tam differentes, como Tersites, e Amor. Nam he logo seguro dizerse que Virgilio usou nos taes jogos de estilo jocoso, porque sem contraversar he o lyrico, que elle usou tambem nas Georgicas, estilo meão, florido, doce, e suave. Nam sei logo como se possa dizer que Camões assi nesta parte se mostrou excellente Poeta.

Texto.

Com esta sua obra ficou enriquecida a lingoa portuguesa, porque lhe deu muitos termos novos, e palavras bem achadas (111), que despoes ficaram perfeitamente introduzidas. Posto que nesta parte nam deixaram alguns scrupulosos de o condemnar /fl. 225/ condemnar) julgandolhe por defeito as palavras alatinadas que usou no seu poema. Porem desta censura o absolvera com facilidade quem tiver noticia das leys da Poesia, e da licença, que he concedida aos Poetas para fingir, e derivar novas palavras, porque como tem obrigação de fallar ornadamente (112), nam pode deixar de enriquecer seus versos com palavras ou desusadas, ou novas, ou transferidas, que sam as condições, que ensinam os Rhetoricos para a

(109) nam vi cousa maes fria; se Velloso subira depressa era ventajem, maes decer do alto he natural aos tombos q' se deitava (?) viera correndo (?). (N.A.). Também aqui não consegui apurar a que censor e a que censura se refere Pires de Almeida.

(110) o dito he de Cesar nos Comentarios. (N. A.)

(111) Nam inventou palavra alguma. (N.A.)

(112) tanto que quer Fracastor que seja seu fim. (N.A.)

oraçam ficar com magestade, e fora do estilo humilde, e vulgar; assi o aconselha Aristoteles na sua Poetica dizendo, Locutionem apertam, et non humilem esse: apertissima quidem igitur est ea, quae ex propriis nominibus, sed humilis: exemplum autem Cleofontis poesis, et Steneli (113). Grandis autem, et innutans vulgarem rationem, quae peregrinorum speciem habentibus utitur. Peregrinorum autem, similia dico, linguam, et translationem, et productionem, et omne quod praeter proprium, etc. Neste lugar discorre Aristoteles largamente sobre esta materia, e defende a novidade dos termos, que usou Homero, contra os que por esta razam o calumniaram. O mesmo affirma Isocrates, pay da eloquencia grega, dizendo na vida de Evagoras, Poetis multa dantur quibus ornare suum carmen possunt. His enim et Deorum cum hominibus congressus (114), tum disceptationes, et certamina quibus, cum volunt, fingere licet, et cum haec narrare voluerint, nom /f. 225v./ (non) eadem verborum lege, qua oratores astringuntur. Itaque non solum verbis usitatis, verum etiam novis, translatis, et perigrinis, et omni denique dicendi genere, suam poesim ornare possunt. Oratoribus autem nihil tale concessum est, etc. Esta licença concede maes largamente Horacio aos Poetas Latinos, porque nam só lhe permite, que usem dos vocabulos antigos que já nam estam em custume, mas que finjam de novo os que quizerem com tanto que se derivem da lingua grega, dis elle

Et nova, fictaque nuper habebunt verba fidem, si
Graeco fonte cadant, parte detorta; quid autem
Caecilio, Plautoque dabit Romanus, ademptum
Virgilio Varioque? Ego, cur, acquirere pouca
Si possum, invideor; Quum lingua Catonis, et Enni
Sermonem patrium ditaverit; et nova rerum
Nomina protulerit? Licuit semper que licebit
Signatum praesente nota, producere nomem etc.

Tambem Tullio, principe dos oradores, confirma este privilegio aos Poetas, dizendo no seu Orador: In utroque frequentiores sunt, et liberiores poetae, nam et transferunt verba cum crebrius, tum etiam audacius; et priscis libentius utuntur, et liberius novis.

Deste privilegio usou tanto Virgilio que alem de declinar muitos nomes latinos pellas terminações gregas, e fallar pellas frases d'aquella lingua,, escreveo por palavras tam fora do uso ordinario que Macrobio gaſta nam pouca leitura /fl. 226/ (leitura) em mostrar os fundamentos, que para isto Virgilio teve, dizendo que todas aquellas palavras traziã sua origem da antiguidade latina, e foram em seus principios usadas. Do mesmo

(113) O nosso Jeronimo Cortereal, Luis Pra. [Pereira]. (N.A.)

(114) Poema de Homens, e deoses, nã sei donde... da Epopeia f. 38. verei lugar de Petrarca (?) (N.A.)

modo se valeo Torcato, e tanto se valeo do antigo Toscano, e da lingua latina, que destas palavras novas lhe notaram hum particular Vocabulario. Com estes exemplos fica bem livre o nosso Poeta da Calumnia que lhe impoem das palavras alatinadas, as quaes sam tam proprias, e naturaes a nossa lingua, que se escusam os vocabularios de Torcato, e Virgilio, e se entendem de todos igoalmente com o romance portuguez (115).

Exame.

Intenta agora o nosso escritor izentar a Camões das palavras alatinadas, de que ordinariamente se serve, de que muitos o tacham, e para isso prova com Aristoteles, Isocrates, Horacio, e Cicero, que os poetas tem licença para se valerem de palavras estrangeiras, transferidas, alongadas, velhas, e novas; e podera acrescentar as Metaforicas, as ornadas, as encurtadas, e outras, que tem lugar na Epopeia, as quaes todas fazem a lingoagem da poesia epopeica livre de humildade, e de vileza. A virtude, e a excellencia da lingoagem da poesia consiste em nã desamparar a clareza, e em se nam abaixar á humildade do fallar comum: sam de interesse á clareza as palavras proprias, e usadas, mas estas /fl. 226v / (mas estas) por sua muita noticia causam humildade, e baixeza; e pello contrario as palavras estrangeiras transferidas, alongadas etc. sam accommodadissimas a tirar a lingoagem fora do uso comum, e a darlhe grandeza, porem com esta bondade periga a clareza, e entra o fallar escuro, e assi convem tomar hum meyo, fazendo huã mescra das palavras proprias, e usadas com as estrangeiras transferidas, alongadas, etc. pa. q' cõ estas se fuja da baixeza, e com aquellas se ponha diante dos olhos a clareza; se isto usara Camões ficara fora de censura, mas bem considerado nam se vee nelle, para haver de fazer perfeita lingoagem de Epopeia, maes que palavras Metaforicas, Translaticias, e Proprias. Novas nam ha nenhuma, Velhas poucas: das maes nam se lembrou; lembrandose em seu lugar das alatinadas, como sam Aurifero, Odorifero, celeuma, cauda argentea, via lactea, lanigero, tremulo, crastino, altisono, salso, rabido, flavo, nitido, terror Punico, Avena, e infinitas outras desta estofa, as quaes nam sam domesticas, nem entendidas do povo, mas só de gente dada ás humanidades, que he a menos, sendo os poemas feitos para os maes; chama os Italianos a semelhante vicio Pedantaria, e he entre elles odiado grandemente. Aristoteles quando no tratado da lingoagem Poetica defende a Homero, nam o defende da novidade dos termos, que usou, como quer o

(115) O inventar palavras he proprio do Poeta, mas he ou por semelhança, ou por derivacã, ou por Conjunçam, ou por ficam do nome, como tem Viperano cõ exemplos L. 1. Poet. c. 17. Camões nem inventou palavra alguma, nem se inventara se duvida se guardara a doutrina de Viperano. Tunc autem sunt nova, cum primum excuduntur. Quorum quidem faciendorum semp. [semper] fuit in poetis maior licentia, quam in oratiribus. Quoniam poetae ad certam pedum necessitatem compulsi, et se moti a recta quasi via eloquendi, non quaedam modo verba mutare, sed etiam extendere corripere, convertere, dividere coguntur. Viperano uts'. Porem a medida dos nossos versos nã vae por pees. (N.A.)

/fl. 227/ (como) o nosso escritor, mas defendeo somente do allongar as palavras, contra Euclides que tinha para si ser Homero defeituoso, e andar mal em fazer longas as palavras breves, e que se tal licença se desse aos Poetas livremente, seria facil compor, e fazer versos: sam as palavras do texto as seguintes na traducam de Heinsio (116), quare non recte hoc vituperant, qui hunc sermonem reprehendunt, Homerum pers-tringunt; sicut ... Euclides, quasi facile esse scribere poema, modo concedatur extendere verba, ac inventare, ... quis voluaret; e se Homero cometera alguma falta nos termos novos, e nas palavras que novamente achou Aristoteles o acusara, ou o escusara, se o merecera, mas nisso como no maes andou sempre com muito tento. Se Camões allongara alguma palavra, que de seu fosse breve, como tinha licença para fazer se quisesa, ou soubera, vinha o lugar de Aristoteles a ponto. Nam sem muita consideraçã deu por documento Horacio que tinha campo fraco. O Poeta latino para de novo derivar palavras da lingoa grega, porque como ella era rica, e a latina pobre, convinha aproveitarse de seu tresouro; e alem d'isso por ventura era o povo latino, tam corrente na lingoa grega, como somos os portuguezes na lingoa castelhana, e assi lhe ficava facil sua intelligencia. E com tudo se bem attentara Horacio esta licença havia de dár; conformandose com Aristoteles, aos escritores de Epopeia, porque como he poema grande tem necessidade de taes ajudas. A mesma licença que dá Horacio aos latinos, temos nós para deri /fl. 227v./ (deri) var palavras em Epopeia das lingoas castelhana, franceza, e italiana, ajustandonos com a naçam da pessoa que representarmos; mas formar palavras da lingoa latina, que he ja morta, ou renovar as que tem bollor de esquecimento, he nam saber a lingoa, que no melhor de ... e querer resuscitar o que ha tantos annos jaz sepultado, sem q' delle se lembre vulgarmente. Usar de huma palavras latina em caso de necessidade (com tanto que seja simples, e nam composta, como sam quasi todas as de que se val Camões) quando na lingoa em que se escreve nam ha outra tam significativa; ou quando com ella se fas rima, por de outro modo padecer algum detrimento o verso; ou quando se quer representar alguma antiguidade, he justo; mas querer sem nenhuma destas causas usar della, he pouca noticia, a qual fas o poema enigmatico, confuso, e mal entendido, e nem por isso a lingoa fica maes rica, antes barbara. Tratar na lingoa viva de inventar palavras, e aproveitar se das lingoas, que temos dito, pa. exprimir tudo, he enriquecer a lingoa, desenterrar palavras mortas da lingoa latina, he enterrar a poesia. Nam se me diga que a authoridade de Camões fas ley, porque só a razam a forma. Muitas palavras usa Petrarca, que se nam aceitarã, e foi poeta doutissimo, e nenhuma della tem a disformidade, que se vee nas de Camões. O usar Virgilio de palavras originadas da antigui-

(116) É a tradução latina da Poética de Aristóteles, mais tarde, isto é, depois de 1640, traduzida e comentada por Pires de Almeida. V. na 1ª. parte deste trabalho a nota 59.

dade do Lacio, que pello pouco uso estavam esquecidas, /fl. 228/ (estavam esquecidas) nam foi usar de privilegio, antes foi fazer seu poema maes veneravel. As palavras velhas, de doutrina de Quintiliano, nam so fazem a lingoagem de estima, mas damlhe grandeza, e deleite, porque tem consigo a veneraçam da antiguidade, e por estarem desusadas, e esquecidas tem graça semelhante á novidade; mas com todas estas excellencias he necessario moderaçam em seu uso. Herrera sobre G. L. 1. 3. doutamente. O que tudo se proya (?) em Virgilio. Nam prova nada em favor de Camões o lugar de Macrobio fundado em Virgilio, porque nam usou de palavras velhas, serviose somente das que de presente andavam na boca da gente com que se criou, e para levantar o estilo se valeo das alatinadas, com que barbarizou nam só o Poema, mas a lingua. Tinha obrigaçam fazer o que fes Virgilio, como nota Macrobio, usando de palavras, que em seus principios tinham sido usadas: e se queria estenderse e fazer seu poema magestuoso com a elegancia da lingoagem, imitara a Homero, que de todas as quatro linguas que ouve em Grecia se aproveitou grandemente, servindose das perigrinas, velhas, e comuãs, e para isso correo todas suas provincias, como tem Plutarco lib. de Hom. Omnis graeci sermonis diversitatis notas operi suo intexuit, deliquet (?) eam universam Graeciam omnesq' eius nationes obivisse ;e maes abaixo, Manifestum autem est, eum, ut varietatem orationi conciliaret, omnes graecorum no /fl. 228 v./ (no) vas colligisse, (117) quippe cum omnibus loqueretur, omnes quoque Graeciae totius linguas in unam aliquam poeseos formam simul et contulit, et miscuit, e assi foi entendido, e agradavel a todos; e o mesmo fora Camões se os documentos de tal mestre observara, deixando as palavras alatinadas, de que o calumniamos. A Virgilio, e a Homero principalmente imitou o Tasso ajudandose das melhores palavras, que usa nam d'igo a Toscana, mas a Lombardia, o Piemonte, o reyno de Napoles, e as maes provincias de Italia, e se a doutrina de Homero, referida por Plutarco, e por Maximo Tyrio advertirá os Academicos da Crusca nam o censurarã com tanta liberdade, mas bastelhe por resposta o que o mesmo Tasso lhe dis 'na Apologia, que fes a sua Jerusalem, e a Replica de Camillo Pellegrino, e o Discurso sobre a mesma materia de Horacio Lombardello, e ultimamente o doutissimo Commento de Benio em que de proposito mostra a ignorancia aos da Crusca, manifestando a excellencia da lingoagem do Tasso. E se agora de novo considerara o mesmo o Cavalheiro Estilhano nam se soltara tanto contra o Adonis de Marino; mas tornemos as palavras alatinadas, de que foi maliciosamente tachado o Tasso, como tambem modernamente ao (sic) Zinano, das quaes refere /fl. 229/ (refere) o nosso escritor que lhe notaram hum particular vocabula-

(117) ac modo usum perigrinis, modo veteris, modo communibus, aut vulgatis. E Maximo Tyreo esta do mesmo parecer: Hanc ita proposuit (I, rationem) ut nec Jonicam, nec Doricam omnino esse vallet, aut Atticam, sed quae esset communis graeciae; (Trecho riscado pelo A.).

rio. O Vocabulario que fêz a Academia da Crusca nam foi das palavras do Tasso, mas foi de todas que ella aprovou por boas nos melhores escritores toscanos, pa. deste modo se conservar pureza no escrever; e pa. isso aprovar (?) lançaram fora muitas, que lhe pareceram asperas, e meterã nelle outras, que o erã como nota o Tassam, e assi não ficam muito judiciosos: as palavras que notara no Tasso por defeituosas os Academicos, andam postas na Grossa que fizeram ao Dialogo de Camilo Pellegrino, como se vee na Replica 148. e no Lombardello Errore 1. vemos que disserã os Academicos que seriam oitenta palavras pouco maes, ou menos, todas estas ou sam palavras desusadas, e esquecidas, e renovadas pelo Tasso, ou postas em escritura do historiador, ou do poeta, ou frequentadas no uso de algum povo; e defendendose o Tasso na sua Apologia confessa sinceramente que só Matutino pos sem exemplo de poeta, ou Romançador, ou historiador Italiano; pello que fica livre de calumnia o Tasso, pois imitou a Homero, e a Virgilio, o que nam se vee em Camões, pois ou nam soube, ou estimou em pouco semelhante imitaçã, e teve em muito as palavras alatinadas, que no uso commum, e ordinario sam enimas, e nam fora trabalho de pouca importancia fazer hum particular indice dellas, e imprimillo no fim dos Lusiadas, como fizeram muitos de palavras historicas, e fabulosas, e de enimas proprios.

*

/fl. 229v./ Texto.

Cae assi mesmo debaixo do estilo deleitoso a boa proporçam do mesmo Poema, o qual para ser perfeito ha de ser fundado sobre historia verdadeira, e admiravel, de algum varam insigne em Virtude, e valor: a historia nam ha de ser larga, porque havendoselhe de acrescentar os episodios sera o volume demasiado, e nam tendo episodios ficara o poema seco, e sem ornamentos que deleitem (118). Nem menos sera de cousas tam antigas, que já nam estejam na memoria dos homens, nem tam modernas que sejam vivos os de quem se escreve (o que todavia se entende, na aççam principal, e nam nos episodios, onde se introduzem profecias, que fallam dos presentes) (119). Nem se ha de contar a historia successivamente, mas começando no meyo dos succesos, alcançarseha depois noticia do precedente com subito conhecimento. Estes, e os mais preceitos da arte se vem tambem guardados neste poema, como a quem quer que o lee, he notoria. Pelo que podera bem ser, que se Aristoteles o alcançara nam gastara tantas palavras em louvar os de Homero.

(118) *Epopeia pluribus episodiis amplificanda est, ne si nullis digressionibus dilatatur Sterilis, et inornata sit omnis leporis, et venustatis expers; quam episodium (?) varietas maxima anffert. Viperano L. 2. Poet. c. ... 4 (N.A.)*

(119) *Episodios fingidos devem ser. Episodios verdadeiros ... a Belmonte na Introduçam da Aquileia Destruida. (N.A.)*

Exame.

Mostranos o nosso author ultimamente a materia da Epopeia com a grandeza da pessoa, em que se funda, dizendo que ha de ser historia verdadeira, nã larga, por causa dos Episodios, nem apartada, nem chegada a nossos tempos, que deve principiar do meyo: Pezemos todas estas cousas, porque algumas dellas tem apparencia de jus /fl. 230/ (de jus) tificadas, porem o fiel da balança mostrara a verdade. A boa proporçam da Epopeia fica a perfeiçam do corpo, que ha de ser unico, composto de varias partes entre si pendentes, necessarias, e verisimis, e nam se sogeita ao estilo deleitoso, antes a admiraçam, o qual pode estar em poema, que cõ varias acções de hum a só pessoa grande forme varios corpos, como os Romanços. O estilo deleitoso, ou lyrico pertence a materias amorosas, como já deixamos apontado (120).

O haver de ser a materia da Epopeia fundada em historia verdadeira, entre os coriosos, ou estudiosos da Poetica, he cousa maes que notoria, e ja sobre ella fizemos particular discurso (121), que em mão de alguns afeiçoados nossos anda, em que nam rejeitamos a Epopeia de fiçam derivada, porem damos a palma a originada de verdade, e assi nã gastamos aqui tempo, tinta, nem papel. Dizerse porem que nam ha a tal historia de ser larga, por respeito dos episodios, he dizer que deve ser ou summariamente conhescida, que he opiniam de Castelvetro, ou breve em si mesma; e qualquer destas que entenda, nos nam agrada, porque a conhescida summariamente nunca deve ser notavel, porque a que o he passa por beneficio de muitas penas a noticia de todo o mundo, e hum a escreve sua particulari /fl. 230v./ (particulari) dade, e fica sendo sabida de todos com todas suas circunstances: e a breve em si mesma, por pequena carece de justa grandeza, e ainda que Aristoteles diga que a Epopeia tenha muitos, e longos episodios, nunca ham de ser tantos que afoguem, e desluzam a materia essencial, porque assi como em hum anel deve ser maes o ouro que o esmalte, assi na Epopeia deve ser maes o principal, que o accessorio. A materia de Epopeia deve ser (ou) tirada de parte de historia real, de todos conhescida, parte porem que tenha principio, meyo, e fim. Homero nã cantou a guerra Troyana, mas os sucessos que nella aconteceram no decimo anno, procedidos da colera de Aquilles, e assi foi parte, que tinha principio, meyo, e fim, e tudo pendente de hum a pessoa, e nam foi historia inteira, ou deve fundarse em hista. inteira. (121 a) Patricio no Trimeram escreve que o Tasso no Gofredo, imitara a Homero, cantando parte, e nam toda a guerra Sacra; Verdade he que imitou a Homero, o qual por durar o cerco de Troya dez annos, cantou

(120) V. nota 107.

(121) Pires de Almeida deve referir-se à seguinte obra: *Definição de Epopeia, sua interpretação, e distincão de suas partes*, Mss. 1096-A, fls. 404-409, escrita possivelmente em Beja, em 1634.

(121 a) "ou deve fundarse em hista inteira." (N.A. que não liga bem com o texto).

os feitos do ultimo, ou quanto succedeeo por causa da Ira de Aquilles, mas o Tasso cantou a guerra Jerusolemitana inteira, sem deixar parte alguma, e assi sua Fabula, ou açam toda contem seu principio, meyo, e fim. /fl. 231/ E Patricio incorreo neste erro por nam advertir, que as empresas (?) seis annos antes levadas (?) pello exercito Christão nam tiveram por Cabo, e Capitam a Gofredo; nem menos pertenciam ao cerco, e conquista de Jerusalem, de quem só canta o Tasso. atequi Benio no Comment. sob. Tass. c. 1. st. 61. 67 (remete a Compar. disc. 1. e 2. e particularmente a folha 48. em que mostra que no Gofredo a açam tenha seu principio, meyo, e fim nam em huma parte da guerra Jerosolemitana, mas em toda, e que por isso esta guerra nam em parte, mas toda seja o argumento.) A historia que canto o nosso Camões por huma banda he parte, como a que cantou Homero, por outra he inteira, como a que escreveo o Tasso, e cada qual tem principio, meyo, e fim. He parte, porque antes que o Gama cometesse tal descobrimto. mtos. o começaram; as navegações feitas antes d'elle, se bem pertencem em certo modo a sua, como as cousas acontecidas nos nove annos do Cerco de Iliada, he hista. inteira como a do Tasso, porque della consta cõ principio, meyo, e fim da execuçam de tal navegaçam; e no particular de ou ser parte, ou ser toda fazia poema perfeito, se sua materia fora accommodada a Epopeia, como fica dito f. 15. (122) contra Camões, e se puramente fora de huma só pessoa primaria; e esta formasse idea de principe perfeito. Dizer que nã tendo o Poema episqdios, ficaria sem ornamentos, que deleitassem, he ensinar que só aos episodios se devem as cores retoricas, /f. 231v./ e que só ellas deleitam, sendo assi que em todo o corpo do poema se deve usar de lumes, e resplandores, conforme a qualidade do lugar, e que se seguiria que no essencial do poema se devia usar de huma lingoagem, e no accidental de outra. Deleitã nam só os ornamentos, mas a boa invençam; a disposiçã, a boa medida do verso, a observancia do decoro, e outras muitas cousas (123).

(122) Cf. fl. 184 da numeração atual.

(123) Segue-se o seguinte trecho riscado pelo A. : Justo he que a materia da Epopeia nam seja muito antiga nem muito moderna, porque como tem Aristóteles na Particula 18 dos Problemas no Problema 10 (?) nam nos deleitam as narrações das cousas muito velhas, nem muito novas, porque as muito velhas damos pouco credito, e nam deleitam as cousas, que nam cremos, e as cousas muito novas, porque as temos quasi diante dos olhos. A materia que canta Camões, foi no tal tempo muito nova, porque a India foi descuberta por Vasco da Gama anno de 1499. e Camões passou a ella, em que assistio desasseis annos, no de 1553, e nella compos, e imprimio os seus Lusíadas no de 1572. como tem o nosso escritor em sua vida, e assi neste reyno podia conhecer a Vasco da Gama, e quando elle o não /fl. 232/ (ele o nam) conhecesse, os maes dos senhores, e o maes do povo o deviam de conhecer, e na India havia de haver muitos soldados, que navegassem, e militassem assi com o Gama, como com o mesmo Camões, o que fas ser sua materia mas nova do necessario. Plutarco escreve de Homero que cantou a sua Iliada despoes de ser Troya destruida cento, e sincoenta annos: Ronsard disse no Pref. Franc. que haviam de passar pro. /primeiro/ 300 ou 400 annos, e no Abb. Poet. que bastavã passarem dozentos atee quinhentos annos, para a materia da Epopeia nam ser muito antiga, nem mto. moderna, e Tasso pro. /primeiro/ que catasse o seu Gofredo se passaram quinhentos annos. Deuse tanta largz. de tempo, para que se não achasse pessoa viva d'aquelle tempo, que podesse encontrar ao poeta, e notallo de falsario. Camões imprimio setenta, ou menos annos, despoes de se descubrir a India, e assi fica incorrendo contra Plutarco, Ronsard, e Tasso.

Limita o nosso escritor sua doutrina (124), dizendo que o haver de ser a hista. de cousas mto. antigas, nem muito modernas; se entende na acçam principal: nam nos episodios, em que por proficia se falla dos presentes. Pende isto de se nam saber a quantidade de tempo passado, que se depura, para /fl. 232v./ (para) a tal hista. ser materia competente da Epopeia, e quando se soubesse, e se quizesse salvar nas cousas accidentais por meyo da profecia, ou para melhor dizer, mediante o pronostico, he infallivel nunca cair bem tratar dos vivos, assi porq' o odio (se algum ha) nam faça seu effeito, nem a affeçam se engamne, vituperando, ou lisonjeando com excesso; quanto maes que no querer pronosticar cousas dos vivos, he arriscarse ao tempo mostrar o contrario, como vemos na dedicaçam de Camões dos seus Lusiadas, pronosticando larga vida, e imperio em Africa, a el rey D. Sebastiam, succedendo o que todos choramos, e assi os pronosticos da poesia devem fundarse sempre na certeza do passado, e como tem o Tasso tom. 5. Pros. no Dial. Catan. f. 245. he grande atrevimento nos poetas quererem predizer as cousas futuras, que podem succeder, e nam succeder, se se nam o fazem com aquella prudencia, que quasi vence a humana sagacidade, e olha de longe, quasi de parte alta os acontecimentos, e successos da fortuna: donde seria maes seguro conselho nam dizer cousa alguma, que o successo possa reprovar, como falso. E ainda que dos vivos se pronostique com verdade, conforme o que atee alli tem acontecido, podem no restante da vida desdourar, ou borrar tal pronostico. Em Italia se oppos ao Zinano cantar a conquista da Cruz por Heraclio, por despoes de tam nobre acçam, se fazer Monoelita. E quando o Poeta seja tam bem afortunado, que se /fl. 233/ (que se) cumpra sua promessa, como, ja pode ser, fosse Virgilio nos pronosticos, ou Visões do Sexto de sua Eneada, e na escultura do escudo, feito por Vulcano no oitavo, he cousa rara, e nam se deve nunca por em perigo de descredito, porque a boa reputaçam causa nobreza, e nome. Se nam succede na verdade o pronostico, fica a religiã em que se funda, sem força. Pello que deve a Epopeia nam admitir pronostico de homens vivos, e presentes.

A historia, que ouver de ser materia da Epopeia dis que ha de principiar do meyo. Opiniã he esta que tem enganados a muitos, de raro engenho, como em discurso proprio mostramos (125), mas a verdade, como delle consta, he sustentada em Aristoteles, e no uso dos bons Poetas, que bem como o historiador, começa do principio, e que guarda a ordem fundada no successo, e na acçam, e nam no tempo; e acrescentamos que por a Epopeia abraçar cousas passadas, presentes, e futuras, se ha de ter olho em sua disposiçã, só nas presentes, porque as taes formam essencialmente a acçam, e com estas se ha de continuar, tendo as maés por

(124) trata esta materia a reposta a ultima censura ulisbonense (N.A.). Pires de Almeida refere-se, como facilmente se depreende, a algumas censuras feitas em Lisboa, a Camões, e respondidas por Severim de Faria. V. a propósito as notas 38, 48, 73 e 79.

(125) V. nota 121.

episodios, que ornarn, engrandecem, ajudam, e aperfeiçoam o poema, e assi deve-se a historia contar successivamente.

Dis maes que começando a hista. do meyo /fl. 233v./ (do meyo) dos successos, se alcançara despoes noticia do precedente com subito conhecimento. Semelhante officio nam o fas principiar do meyo, porque ainda que a Fabula Simples começasse do meyo, (o que em todos se nega) nam pode effectuar tal cousa, por levar em seu curso hum perpetuo teor de causas, e succeder tudo, como se podia prometer: O alcançar noticia do precedente com subito conhecimento he proprio da Fabula Compоста, em virtude da Agniçam, e da Peripeçia, de que se forma. Os Lusiadas, como ja fica provado (126), por sua Fabula ser Simples, nam pode executar semelhante effeito, e assi ainda que começasse do meyo, ficava fora de tal excellencia. Como (127) se guardam logo em Camões estes, e os os maes preceitos da arte? quem ha que os lea, que seja corrente na do filosofo, que os tenha por verdadeiros? Se Aristoteles o alcançara, comparara a Stenelo, e a Cleofonte, chamaralhe humas vezes Dythyrambico, e outras comico, e dera aos seus Lusiadas o lugar que deu a Theseida.

Atee aqui chega o nosso parecer sobre o particular juizo das partes que ha de ter a Epopeia, e como Camões as guardou nos seus Lusiadas, mas porque as folhas 126 na vida do mesmo Poeta, o defende de /fl. 234/ (o defende de) louvar, e abonar seu engenho em muitas partes dos seus Lusiadas, e nos temos semelhante cousa por vicio na Epopeia, remataremos com seu exame. Louvar-se hum poeta epico em seu poema, he sair fora dos termos da modestia, e por isso Castelvetro na sua exposiçam a Poetica d'Arist. parte 2. particula 6. e Bulgarino contra Dante, tem nam serlhe licito encarecer o sogeito do poema, e especialmente na proposiçam. Camões nam observou tal preceito, pois logo no canto pr.^o estancia 11. 12. 13. gaba sua materia. Homero foi tam pouco jactancioso que em nenhum de seus poemas epopeicos disse cousa com que se pudesse gloriar, Cum ne ipse quidem de suis rebus quicquã dicere dignatus est: imo adeo se continuerit, ut ne nominis quidem sui ullam faceret mentionem: Plutarco Lib. de Hom. Os lugares com que o nosso escritor defende a Camões, e que lhe podem salvar os seus Lusiadas, he hum de Estacio, muitos de Virgilio, e o ultimo de Homero. Ao de Estacio no duodecimo da Thebaida respondemos que quando se gloriou, ou mostrou o muito que devia a Virgilio, foi ja despoes de rematar a sua Epopeia, e foi imitando a Apollonio, tambem no fim dos Argonautas, dizendo que os maes doces cantos serviram de consagrar a eternidade os feitos dos Argonautas, entendendo sem duvida seus versos, e assi nam contravieram contra a nossa advertencia. ao ... lugares de Virgilio, dizemos que nos aponte

(126) atras f. 53 (N.A.) Cf. fl. 221 da numeração atual.

(127) Daqui até: "... o lugar que deu a Theseida.", assinalado pelo A. com um risco marginal.

hum só que lho agradeceremos, ao /fl. 234 v./ (ao) de Homero em pessoa de Demodoco, dizemos que no livro oitavo da *Odyssea* canta Demodoco a Fabula de Marte em braços de Venus, e deste lugar nam se acha cousa, que resulte em abonaçam de tal poema; canta maes adiante o mesmo Demodoco o estratagema, que usará os gregos por meyo do cavallo de madeira, que se disse Troyano; aqui chama Homero ao cantor, e a seu canto, divino como tambem no livro 13. e em estes tres lugares dis, que era respeitado, e querido de todos: se deste modo se louva a si Homero, e atribue a si os gabos que dá a Demodoco, nam acho eu quem atee agora o diga: Plutarco huma, e muitas vezes devia de andar estes passos, e com tudo nunca vio nelles louvor, que Homero com elles se quizesse usurpar. Se o nosso escriptor quizesse salvar seu dito, podiase valer de Virgilio no nono, quando gabou o estilo do seu poema, perpetuando a morte de Niso, e Eurialo,

Fortunati ambo, si quid mea carmina possunt,
Nulla dies unquã memori nos eximet aevo,
Dum Domus Aeneae Capitoli immobile Saxum
Aceolat, imperiumq' pater Romanus habebit,

a quem imitou Estacio no livro decimo, eternizando tambem a morte dos dous mancebos, Etolo, e Arcas. Vos quoque sacрати /fl 235/

(Vos quoque sacрати), quamvis mea carmina surgant
Inferiore lyra, memores superabitis annos.
Forsitam, et comites non aspernabitur undas, (sic)
Eurialus, Phrygiq (sic) admittet gloria Nisi.

Podiase tambem valer de muitos lugares de Homero, e nunca do apontado, como notaram Aristarcos, Eustathio, e Cicero, porque no duodecimo da *Odyssea*, disse que o canto das sereas era tam doce, e suave, que adormecia a quantos o ouviam, no que igoalou a melodia de seus versos com o canto das sereas: e na *Iliada* disse que os versos ditos por Nestor para pacificar a Aquilles com Agamenon, eram muito maes doces que o mel, e se delles se vallerá, lhe dariamos em resposta que Virgilio, Estacio, e Homero, nam fizeram manifesta mençam dos louvores de seus poemas, mas que usaram de muito artificio, e de mta. industria, encobrando seu intento, por nam cobrarem nome de pouco modestos, ou de muito arrogantes, e que se nesta forma louvar, e abonar Camões seu engenho nos seus *Lusiadas*, ficara izento de censura, e nós, em gloria de seu nome, a haveremos por nulla, contentandonos com ficar por preceito poder gabar o Poeta a si, e a seu poema, com semelhante imitações (128).

(128) Seguem-se ao texto três páginas com as seguintes notas finais, para se inserirem nas alturas próprias ou para se aproveitarem, na substância, quero crer, quando o trabalho tivesse a redação final:

Pa. /para/ tras fol. 24. vers. /193 da numeração atual/: Os Deoses dos Gentios sã Demonios. os Demonios não tem lugar no governo do mundo; quem os introduz falla sem probabilidade, e erra contra a Religiam. A Introduçam dos Deoses entre os Gentios foi pera dar a entender que elles tinham cuiçado das coisas humanas, como tem Plutarco L. de Hom. e o mesmo tem Viperano L. 1. Poet. c. 17. Nec aliud probant tot Deorum de Graecis, et Trojanis apud Homerum concilia, quem Deos humana jurara. Atqui (?) tenenda semp. /semper/ c' veri quaedam similitudo. Nec quod cum q' volet, proscat tibi fabula credi. Nam tantis ... ista miramur dum recta ratione ficta cognovimus. Nec est quod his frigidis liberiolem tibi facultatem sumos, quoniam in Deorum cum (?), et numen cuncta traduces (?). Non enim admittitur excusatio, quae nullam probabilem causam habet. Est sane licentia vitrorum (?) mater: quae nullam neq' decori, neq' probabilitatis... habens plura quam oporteat, tibi vindicat; Delphinum sylvis ... fluctibus ... Viperano Ut. s'.

Contra os que fazem manjar das sciencias, e deixam o da aççã Vee a Benio sobre Arist. 399, e Escaligero f. 254. f.

Contra os que escrevem nam sendo doutos. Policeano L. 12. epist. f. 441. e vers. Verei tambem de força o mesmo Policiano L. epist. f. 89. 90.

Condições que ham de ter os oppositores, Guido Catoni, disc. de Impres. f. 319.

/fl. 236/ O doutor frey Antonio Brandão p. 3. da Monarchia Lusitana em seu Prologo, louvando ao Chantre, dis assi: Nam necessitam estas obras de Encomios, e particularmente as viças illustres, poes se abonam com as q' já publicou dos nossos dous insignes escritores Joam de Barros, e Luis de Camões nos seus discursos varios, em que quis dar huma construcã politica das partes, em que ham de ser doutrinados os mancebos da repub. conforme os preceitos do filosofo. O ppio. /próprio/ Chantre no Prologo dis q' seus discursos sam dignos de todo o homem politico. Gar. /Gaspar/ Alvaes Lusada no parecer que deu ao mesmo livro dis q' a vida de Camões he de hõra, e de proveito deste reyno.

O Poeta heroico poem exemplos em aççã, cuja virtude nos inflama, e cujo vicio nos atemoriza. Em Virgilio, o Ajax Oileo, que se nã ha de tentar a Deos; Eneas mostrou, alem de outras virtudes, a piedade que teve com seus pays, e cõ sua mulher, e o mesmo se mostra em Lauso. Em Dido, Acessis, e Evandro ensina a beneficencia, a hospitalidade. Turno nos aparta do atrevimento juvenil, e inconsiderado: Mezenzio nos retira da crueldade. Niso, e Eurialo dam advertencia de boa amizade. (Nota riscada; mantive-a, como ocorreu no corpo do ensaio, pelo interesse).

Petrarca contra Medicum L. 3. f. 1215. Illud primum quaero cum lingua illa temeraria etc. ructaveris in poetas, quasi' verae fidei adversos, vitandos q' fidelibus, et ab acta dei relegatos. Quid de Ambrosio, Augustino, et Hyeronimo, quid de Cypriano, Victorinoque martyre, quid de Lactantio, caeterisq' catholicis scriptoribus sentias? Apud quos nullum pene mansurum opus sine poetarum calce (?) construitur, cum contra fere nullus haereticorum poeticum aliquid opusculis suis insecuerit, seu ignorantia, seu quod ibi suis erroribus consonum nihil esset. Quavis enim Deorum nomina multa commemorent, quod temporum qualitatem, gentiumq' potius, quam suum iudicium secutos (?), credendum est; quod ipsum, et philosophi fecerunt, qui ut in Rhetoricis legamus Deos esse non arbitrantur, famen Poetarum clarissimi unum omnipotentem, omnia createm, omnia regentem opificem rerum in suis operibus sunt confessi.

/fl. 236 V/ Para a f. 38 /206 da numeração atual/ allegoria do episodio de Eneas, e Dido. Petrarca libro 4. rerum. senil. f. 872 em que Virgilio alterou o tempo com habilidade. Quaecunq' ergo fingendi causa Virgilio fuerit, Dido ipsa, quae constant regina, nom quidem regina, sed externa est, per quam humana potentia designatur, regni nomine: omnis ..., qua superbiunt homines, potestas adventitia est, cunctis aequae mortalibus, nudis in hanc lucem editis. Haec exul domo, convectis opibus, perigrino consedit in littore. Omnes enim exules sumus ac perigrini, non habentes hic manentem civitatem, in hoc tamen exilium venientes, opas varias argenti pondus et auri, hoc est eloquium intellectum, et naturalia bona detulimus, et illa quidem miro ingenio, aedificandae arci locum quaerit, atq' ampliat, et nos quanta arte quot fraudibus nostras angustias delatantes, hic aedificemus palam est, quod ad quaesita attinet illa convivium celebrat, quia regum ac potentum est subditos alere quos nunc tamen spoliant devorantque. In hoc sane convivio, seu convictu humano, cui reges praesident, tuã genera hominum dis umbrunt, ipsi reges primi hominum, tam sapientiae quem eloquentiae studiosi, hos signat Iopas, de secretis naturae rebus agens, quod philosophi est, atque ideo exinitus, adhibitis cantu, et cytara, quod proprium est poetae. Item cupidinaris ac voluptuosi, qui per haustum Bitiae exprimentur, pateramq' auream reginae perrectae (?) manu, fere enim voluptas, ut e' fonte..., a' regibus subjectos derivat. Ita rursus ad tres illas vitas sismos (?) rediit, quorum supra mentio est habisu, (?) in hoc strepens convivio, recubans Vir fortis, conscia rerum suarum pascitur, (?) et oratione magnifica delectat astantes, justus enim loqui, velut coaci... (?) incipiens, cissonis convivarum clamoribus finem facit; narrat autem facitis, atq' intentis, et quid putas, nisi fortunae insultus, dolosq' hominum, et vitae praesentis incendia, et haerentes parietibus animae passionum scalas. Tum in periculis ett. e allegoriza toda a narraçã que Eneas fes a Dido. (Cof. com a nota 69).

B I B L I O G R A F I A

I — AUTORES E OBRAS CITADOS POR PIRES DE
ALMEIDA

- Abrégé de l'Art poétique française.*
V. Ronsard. Fl. 220 v.;
Nota 123.
- Academia dos Ambientes. Notas:
41, 71.
- Academia della Crusca. Fls. 182,
220A.
- Academico da Crusca. V. Salviati,
Leonardo — Fl. 187.
- Academicos da Crusca (Citados
como os autores de *Difesa
dell'Orlando Furioso degli
Academici della Crusca, Sta-
cciata prima*, Florença, 1584.
Sabe-se que o principal se
não o único autor da obra é
Leonardo Salviati). V. Sal-
viati. Fls. 228 v., 229.
- Adonis*. V. Marino. Fls. 188, 209,
228 v.
- Africa*. (Citado com o título, *Se-
gunda Africana*). V. Petrar-
ca. Fl. 192 v.
- Agostinho, Santo — V. *Cidade
de Deus*. Fls. 201, v. 202 v.
- Antidiscorso* (Contra Dante).
V. Bulgarino, B. — Fl. 234.
- Apolodoro. V. *Bibliotheca*. Fl.
195 v.
- Apologetico*. V. Mantuano, Battis-
ta — Nota 70.
- Apologia*. V. Tasso, Torquato —
Fls. 228 v., 229.
- Apolônio de Rodes. V. *Argonau-
tas, Os* — Fls. 183, 183 v,
184, 184 v, 185, 185 v, 206,
234.
- Aquiléia Destruída*. (Cita-se a In-
trodução de Belmonte). V.
Belmonte Cagnoli. Nota
119.
- Aquileida*. V. Estácio. Fl. 192 v.
- Argonautas, Os* — V. Apolônio
de Rodes. Fls. 185, 234.
- Argonáutica*. V. Valério Flaco.
Fl. 206.
- Ariosto, Ludovico — V. *Orlando
Furioso*. Fls. 177v, 178 v,
182, 197, 198v, 220, 220A.
Nota 13.
- Aristarco. Fls. 170v, 235.
- Aristóteles. V. *Poética de* —
Fls. 170v, 172, 173, 173v,
174v, 175, 175v, 176, 176v,
177v, 195 205, 212v 213v,
215v, 216, 216v, 217, 217v,
220Av, 221, 221v, 223, 224,
226 226v, 227 230v, 233,
233v, Notas 16, 76, 123, 128.
- Arte (De) Poetica*. V. Viperano.
F. 179v. Notas 103, 115, 118,
128.
- Aud. Poet*. V. Plutroco; *Quomodo
Adolecens*... Fl. 208v.
- Aulo Gélíio. V. *Noites Áticas*. Fl.
208.
- Baiona. F. 200v.
- Barclay, John — (Barclaio). Fl.
183.
- Barreiros, Gaspar — V. *Chrono-*

- graphia*. Fl. 193v.
- Barros, João de —. V. *Décadas*. Fls. 193v, 221A, 221Av, Notas 89, 103a, 128.
- Beneto, Cláudio —. V. Ronsard, *Vida de* —. Fl. 188.
- Beni, Paulo —. (Benio) *Commentari di Gerusalemme Liberata; Comparatione di Torquato Tasso con Homero e Virgilio*. 171v, 184, 184v, 215, 228v, 231. Notas 27, 40, 88, 128.
- Biblioteca (Lib. Bibliot.)*. V. Apolodoro. Fl. 195v.
- Bibliotheca Selecta de Ratione Studiorum (Bib. Select.)*. V. Possevino. Fls. 194v, 197.
- Bonamico, Lazzaro —. (Bonami.) V. *Discorso del Verisimile*. Nota 52.
- Bracciolini, Francesco —. (Braccolino.) V. *Croce Racquistada; Scherno degli Dei; Tاليا Musa*. Fl. 200v.
- Brandão, Frei Antônio —. V. *Monarquia Lusitana*. Nota 128.
- Brandão, Luís Pereira —. Nota 113.
- Brisciola, Lelio —. Fl. 223v.
- Bulgarino, B. —. V. *Antidiscorso (contra Dante)*. Fl. 234.
- Calístenes. Fl. 179v.
- Camões, Luís de —. Fls. 170-235 passim.
- Canônica*. V. Pedro, São —. Fls. 201v, 203.
- Cant. Moysis (?)*. V. Paes. Nota 65.
- Carrafa (II) o vero dell'Epica poesia*. V. Diálogo; Pellegrino, Camillo —. Fl. 229.
- Carta a São Dâmaso (in Possevino, Bib. Select.)*. V. Jerônimo, São —. Fl. 194v.
- Cartas Philologicas*. V. Cascales, Francisco —. Nota 18.
- Cartas Pônticas (Pont.)*. V. Ovídio. Fl. 196.
- Cascales, Francisco —. V. *Cartas Philologicas*. Nota 18.
- Castelvetto, Ludovico —. V. *Commento alla Eneida; Commento alle Rime, de Petrarca; Poetica d'Aristotile...* Fls. 192v, 194v, 199, 205, 230, 234. Notas 13, 16, 33, 42, 70, 96.
- Castro, Gabriel Pereira de — (Gabriel Pra.). V. *Ulisséia*. Fl. 224.
- Catoni, Guido —. V. *Disc. de Impres. (?)*. Nota 128.
- Catulo. F. 171.
- Censuras aos Lusíadas, feitas em Lisboa por (?). Fls. 207, 210v, 224. Notas 38, 48, 73, 79, 124.
- Cervantes. Fl. 183.
- César, Caio Júlio —. Fl. 181v.
- Chapelain, J. —. (Monsieur Chapelain). V. *Discorso sull'Adone*. Fl. 188.
- Chronographia*. V. Barreiros, Gaspar —. Fl. 193v.
- Cicero. V. *Oratore, De* —. Fls. 225v, 226, 235. Nota 22.
- Cidade de Deus*. V. Agostinho, Santo —. Fl. 201v.
- Circe*. V. Lope de Vega. Fl. 218v.
- Claudiano. V. *Rapto de Proserpina*. Fls. 186v, 187, 188, 197v. Notas 25, 104.
- Cleofonte. Fls. 225, 233v.

- Cléon. Fl. 184v.
Colaso Thebano. Fl. 183.
Commentari di Gerusalemme Liberata. V. Beni, Paulo —. Fl. 228v.
Comentário do *De Optime Oratore*, de Cícero, por Viperano. V. Viperano. Nota 22.
Comentarios á las Bucolicas, Georgicas y á la Eneida de Virgilio, V. La Cerda, Juan Luis —. Fls. 208, 219.
Comerte, Macario Muzio —. *Libri Recta Poeseos Ratione*. Fl. 205.
Commento alla Eneida. V. Castelvetro, Ludovico —. Fl. 192v.
Castelvetro, Ludovico —. Fl. 192v. Notas 70, 96.
Commento alle Rime, de Petrarca. V. Castelvetro, Ludovico —. Fl. 194v.
Comparatione di Torquato Tasso con Homero e Virgilio 10 *Discorsi*. V. Beni, Paulo —. Fl. 184. Notas 27, 40, 88.
Contra Apianum. V. Josefo, Flávio —. Fl. 212.
Contra Medicum. V. *Invectivatum*...; Petrarca. Nota 128.
Correia, Manuel —. Nota 92.
Côrte Real, Jerônimo —. Nota 113.
Cortes, Francisco —. Fl. 192v. Nota 31.
Couto, Diogo do —. V. *Décadas*. Nota 37.
Crisóstomo, Dion — (*Diam Christostomo*). Fl. 170v.
Croce Racquistada (A Cruz Conquistada). V. Bacciolini, Francesco —. Fl. 198. Nota 55.
Crotoniato. Fl. 184v.
Cultos, Os —. Fl. 173.
Curieo (?). Fl. 184v.
Dante. Nota 88.
De Arte Poetica. V. Viperano; Poética de Viperano.
Deca (La) Disputata (decad. disp.). V. Patrizio, Francesco —. Fl. 174v.
Décadas. V. Barros, João —. Fls. 193v, 220Av, 221A, 221Av. Nota 89.
Décadas. V. Couto, Diogo do —. Nota 37.
Diálogo. V. *Carrafa (II) o vero dell'Epica Poesia*; Pellegrino, Camillo —. Fl. 229.
Diálogo Ciceroniano. V. Erasmo. F. 196v.
Dialoghi — Il Cataneo. V. Tasso, Torquato —. Fl. 203v.
Dídimo. Fl. 195v.
Difesa della Comedia di Dante (Defensa de Dante). V. Mazzoni, Jacopo —. Fls. 184v, 196v. Notas 75, 93.
Disc. de Impres. (?). V. Catoni, Guido —. N. 128.
Discorso del Verisimile. V. Bonamico, Lazzaro —. Nota 52.
Discorsi sul Poema Eroico (Disc. her.). V. Tasso, Torquato —. Fls. 181v, 192v. Nota 23.
Discorso sull'Adone (Sobre o Adonis). V. Chapelain. Fl. 188.
Divinarum Institutionum Libri VII (Inst.). V. Lactâncio. Fl. 199v.
Econômica. V. Xenofonte. Nota 36.
Eliano. V. *Varia Historia*. Nota 36.
Eliodoro. V. Heliodoro.

- Eneida* (*Eneada*; *Ae.*; *Aen.*; *Aene.*). V. Virgílio. Fls. 179, 179v, 180, 180v, 181, 183, 186, 190, 192v, 193, 198, 201v, 204, 204v, 207, 207v, 211, 212, 213, 215, 219v, 221, 221v, 221A, 223v, 233. Nota 31, 32, 69, 103, 128.
- Enio. Fl. 171.
- Éolo. Fl. 171.
- Epimênides. Fl. 184v.
- Epistulae*. V. Poliziano, Angelo —. Nota 128.
- Epistulae ex Ponto*. V. *Cartas Pônticas*; Ovídio. Fl. 196.
- Epistulae Senili* (*Epist. rerum senil.*). V. Petrarca. Notas 69, 128.
- Epitalâmio ao Casamento da Sra. Dona Maria com o Sr. Alexandre Farnes, Príncipe de Parma*. V. Ferreira, Antônio —. Fl. 221Av.
- Eracleide*. V. Zinano, Gabriele —. Fl. 198. Notas 55, 68.
- Eráclides Pôntico. V. Heráclides Pôntico.
- Erasmus (Erasmus Rhotederano). V. *Diálogo Ciceroniano*. Fl. 196v.
- Eratóstenes. Fl. 170v.
- Eritreo, Nicolau —. V. *Postilhas*. Fl. 208.
- Essais*. V. Montaigne. Fl. 196, 208, 215. Nota 18.
- Estácio. V. *Tebaida*; *Aquileida*. Fls. 186v, 187v, 192v, 234, 234v, 235. Nota 69.
- Estenelo. Fl. 225, 233v.
- Estilhana, Cavaleiro —. V. Stigliani.
- Euclides. Fl. 227.
- Eurípedes. Fl. 187v.
- Eustácio de Constantinopla. Fl. 235.
- Evágoras, Vida de* —. V. Isócrates. Fl. 225.
- Evangelhos*. Fl. 200.
- Falcão, Jacobus — (?). Nota 27.
- Faria, Manuel Severim de —. (M.S. de F.; o Chantre; o o douda escritor; o nosso escritor; o escritor da vida de Camões). Fls. 170-235 passim. V. Sá de Miranda, *Introdução das obras do* —.
- Farsalia*. (*Falia*; *Africana*). V. Lucano. Fls. 181v, 220, 220A.
- Fedro*. V. *Phaedro*.
- Ferreira, Antônio —. V. *Epitalâmio ao Casamento* ... Fl. 221Av.
- Figuerola, Francisco de —. (Tradutor da *Piazza Universale*, de Garzoni). V. Garzoni. Nota 89.
- Filóstrato. Fl. 195v.
- Fortunato (Fornuto). Fl. 195v.
- Fracastore, Girolamo —. V. *Nau-gerius sive de Poetica*. Nota 99, 112.
- Franciada*. V. Ronsard. Fls. 218v. Nota 123.
- Gallucci, T. —. (Gallucio; G.L. *Defensa de Virgílio; Aeneada*). Fls. 184v, 185v. Notas 66, 74.
- Garci Lasso de la Vega (G.L.). V. *Obras de* ...; Herrera, Fernando de —. Nota 97.
- Garzoni, Tommazo —. V. *Piazza Universale*; Figuerola, Francisco de —. Nota 89.
- Geórgicas*. V. Virgílio. Fls. 219v, 224v.
- Gerusaemme Liberata* (*Jerusalem*;

- Gofredo*). V. Tasso, Torquato —; *Gofredo*. Fls. 206, 215, 220A, 230v, 231. Notas 76, 123.
- Gerusalemme Liberata*, Anotações de G. Gustavino. (Annot. Tass.). Fls. 193, 195v, 220, 220A. Notas 26, 45, 99.
- Gerusalemme Liberata*, *Commentari di* —, Paulo Beni.)Introd. de Tasso; *Commento*). V. Beni, Paulo —. Fls. 171v, 215, 228v, 231.
- Giraldi, Lilio Gregorio — (*Giraldio*). V. *Musis (De) Synagma*. Fl. 196.
- Gofredo*. V. *Gerusalemme Liberata*; Gustavino; Tasso; Fls. 193, 220v, 220A, 230v, 231.
- Gongora. Nota 34a.
- Gongora, Comentários sobre —. V. Pellicer; Salcedo. Nota 34a.
- Gregório Magno, São —. V. *Homília*. Fl. 198. Nota 54.
- Grotius. Fl. 184v.
- Gualdo, Pietro Duranti —. V. *Leandra*.
- Guerra Civil*. V. *Farsália*; Lucano. Fl. 192v.
- Gustavino, Giulio —. V. *Gerusalemme Liberata*, Anotações de... Fls. 193, 195v, 220, 220A, Notas 26, 45, 99.
- Heinsius, Daniel —. V. *Poética* de Aristóteles. Fl. 227.
- Heliodoro. V. *História de Etiópia*. Fls. 183, 220A.
- Heracleida*. V. *Eracleide*; Zinano, Gabriele —.
- Heráclides Pôntico. Fl. 195.
- Hericina (*Helicina*). Nota 93.
- Hierusalem Conquistada (Jerusalem Conquistada)*. V. Lope de Vega. Fls. 174, 187v.
- Herrera, Fernando de — V. *Obras de Garci Lasso de la Vega, con anotaciones de...* Fls. 214, 216v, 228. Notas 75, 82, 84, 87.
- História da Etiópia*. V. Heliodoro. Fl. 220A.
- Homero. V. *Iliada*; *Odisseia*. Fls. 170v, 171, 171v, 172, 177, 179, 181, 183v, 184, 185, 185v, 186v, 188, 189, 189v, 191, 192, 198, 201, 206, 207v, 208, 208v, 210, 210v, 211, 211v, 212, 213, 213v, 214v, 215, 215v, 216v, 217v, 218, 218v, 219, 220v, 221Av, 222, 223v, 224, 224v, 225, 226v, 227, 228, 228v, 229, 230v, 231, 234, 234v, Notas 16, 20, 27, 66, 82, 93, 123.
- Homília* 34. V. Gregório Magno, São —. Nota 54.
- Horácio. V. *Poética* de... Fls. 174, 178, 195, 196, 210, 225v, 226, 227.
- Iliada*. V. Homero; *Odisseia*. Fls. 174, 176v, 177, 179, 179v, 180, 183, 185, 190, 182v, 210, 210v, 217v, 218v, 220v, 223v, 231, 234, 234v. Notas 16, 20.
- Infarinato da Crusca. V. Salviati, Leonardo —. Fl. 180v.
- Invectiviarum contra Medicum quedam Libri IV*. V. Petrarca. Nota 128.
- Isócrates. V. *Evágoras*, Vida de —. Fls. 225, 226.
- Itálico, Sílio —. V. *Punicorum libri XVII; Segunda Africana*. Fls. 177v, 178v, 179v, 180, 180v, 181, 181v, 192v, 218.

- Nota 18.
Jerônimo, São —. V. *Carta a São Dâmaso*. Fls. 194v, 201v, 202v.
Jerusalem Conquistada, V. *Hierusalem Conquistada*; Lope de Vega.
Josefo, Flávio —. V. *Contra Apianum*. Fls. 212, 213.
Justiniano, Padre —. Fls. 201v, 202v.
Justino, São —. Fl. 170v.
La Cerda, Juan Luis —. V. *Comentarios á las Bucolicas* ... Fls. 208, 219.
Lactâncio. V. *Divinarum Institutionum Libri VII*. Fl. 199v.
Leandra, Romanço da —. V. Gualdo, Pietro Duranti —. Fl. 189.
Liber de Homero. (Lib. de Hom.) V. Plutarco. Fls. 207v, 223, 223v, 228, 228v, 234, 234v. Notas 47, 123, 128.
Liber de Recta Poeseos Ratione. V. Comerte, Macario Muzio — Fl. 205.
Lisandro. Fl. 171.
Lívio Andronico. Fl. 171.
Lombardello, Horacio —. Fls. 228v, 229.
Lope de Vega (Lope; Lopo da Veiga). V. *Circe; Hierusalem Conquistada*. Fls. 174v, 187v, 218v.
Lousada, Gaspar Álvaro —. Nota 128.
Lucano. V. *Farsalia; Guerra Civil*. Fls. 177v, 178, 181, 181v, 192v, 220v, 220A. Nota 18.
Lucena, Pd. João de —. Fl. 221Av. Nota 18.
Lucrécio. Fl. 171.
Lusiadas, Os —. Fls. 170-235 passim.
Maçonio. V. Mazzoni, Jacopo —. Macróbio. F. 228.
Magnus, Olaus — (Olaio Magno). Fl. 219v.
Maláca Conquistada. V. Meneses, Francisco de Sá de —. Fl. 198.
Mantuanio, Battista —. V. *Apologetico*. Fls. 194, 196v. Nota 70.
Marcial. Nota 105.
Mariana, Pd. Juan de —. Nota 65.
Marino, Gimbattista —. V. *Adonis*. Fls. 183, 188, 209, 228v, Marto, Pedro —. Fl. 180v.
Marullo, Michele —. Fl. 194.
Máximo Tírio. Fl. 228v.
Mazzoni, Jacopo —. V. *Comentário da Iliada; Difesa della Comedia di Dante*. Fls. 184v, 185v, 196v. Notas 75, 93.
Menandro. Fl. 215.
Meneses, Francisco de Sá de —. V. *Málaca Conquistada*.
Miscellanea. V. Poliziano, Angelo —. Nota 67.
Monarquia Lusitana. V. Brandão, Frei Antônio —. Nota 128.
Monserrate. Nota 52.
Montaigne, Michel de —. (Miguel Montanha; Michel Montaig.). V. *Essais*. Fls. 196, 208, 215. Nota 18.
Morgante. V. Pulci. Fl. 189.
Muret, Marc-Antoine —. (Mureto). Nota 66.
Museo. Fl. 183.
Musis (De) Syntagma. (Mus.). V. Giraldi. Fl. 196.
Naugerius sive de Poetica. V. Fracastore, Girolamo —. Nota 99.

- Nicolau Eritreo. V. Eritreo, Nicolau —.
- Nisiely, Udeno —. (Udeno Nisielio). V. *Progimnasmi Poetici*. Fls. 212v, 218v.
- Noites Áticas. V. Aulo Gélío.
- Nores, Giason De —. Fl. 181v.
- Obras (As) do Doutor Francisco de Saa de Miranda. *Agora de novo impressas com a Relação de sua calidade & Vida*. Lisboa, 1614. Pires de Almeida refere-se ao *Prólogo*, que diz escrito pelo Chantre Severim de Faria. V. Faria, Manuel Severim de —. Notas 82, 84.
- Obras de Garci Lasso de la Vega con anotaciones de Fernando de Herrera. V. Herrera, Fernando —. Fl. 228. Notas 75, 82, 84.
- Odisséia. V. Homero; *Iliada*. Fls. 174, 176v, 177, 177v, 179, 179v, 180, 180v, 181, 185, 186, 189v, 190, 191, 192v, 198, 204, 208v, 210, 217v, 218, 221, 222, 223v, 224, 234v, 235. Nota 93.
- Olaio, Magno —. V. Magnus, Olaus —.
- Oratore, De —. (Orador). V. Cícero. Fl. 225v. Nota 22.
- Orfeu. Fls. 184, 185.
- Orlando Furioso. V. Ariosto. Fls. 177v, 178, 183, 220A.
- Ovídio. V. *Cartas Pônticas; Metamorfoses*. Fls. 177v, 180, 196. Nota 105.
- Paes. V. *Cant. Moysis*. Nota 65.
- Parmênides. Fl. 170v.
- Partênio. Fl. 179v.
- Partu (De) Virginis. V. Sannazaro. Fl. 194.
- Patrizio, Francesco —. (Patro. Patricio). V. *Deca (La) Disputata; Trimerone*. Fls. 174v, 185, 185v, 187, 230v.
- Pausanias. Fl. 196.
- Pedro, São —. *Canônica*. Fls. 201v, 203.
- Pellegrino, Camillo —. V. *Carrafa (II) ...; Diálogo; Republica ...*; Fls. 187, 228v, 229.
- Pellicer. V. Gongora, *Comentários sôbre* —. Nota 34a.
- Pereira de Castro, Gabriel —. (Gabriel Pereira). Notas 16, 85, 95, 97.
- Pereira, Luís —. V. Brandão, Luís Pereira —.
- Pérsio. Fl. 196.
- Phaedro. V. Platão. Fl. 183.
- Pharsalia. V. *Farsalia*.
- Philosophia Antigua Poetica (Phia. Poet.). V. Pinciano. Nota 64.
- Piazza Universale (Praça Universal). V. Figueroa, Francisco de; Garzoni, Tommazo —. Nota 89.
- Pinciano, Alonso Lopez —. V. *Philosophia Antigua Poetica*. Nota 64.
- Píndaro. Fl. 195.
- Pitágoras. Fl. 172.
- Platão. V. *Fedro; Phaedro*. Fls. 170v, 172, 183, 221v.
- Platônicos, *Comentários* —. V. Proclo. Fl. 221v.
- Plutarco. V. *Liber de Homero; Problemates; Quomodo Adolecens Poetas Audire Debeant*. Fls. 297v, 208v, 223, 223v, 228, 228v, 234, 234v, Notas 47, 123, 128.

Poética de Aristóteles. V. Aristoteles. Fls. 170v, 173, 173v, 174v, 175, 176, 192v, 205, 212v, 213v, 216, 221, 225, 226v, 230v, 234. Notas: 13, 16, 33, 57, 123.

Edições citadas:

- Castelvetro, Ludovico —, *Poetica d'Aristotile vulgarizzata e sposta*, 1.^a ed. Vienna, 1570; 2.^a, Basiléia, 1576; Fls. 197, 205, 230, 234. Notas 13, 16, 33. Heinsius, Daniel —, *De poetica* l. gr. et lat. ex recensione et cum notis D. H. Accedit eiusdem D. H. de constitutione tragica lib., Lugduni Batavorum, 1611. Fl. 227.
- Riccoboni, A. —. *Poetica lat. conversa. Accedit paraphrasis, etc., Patavii*, 1587. Fl. 221. Notas 13, 57.
- Poética de Horácio*. V. Horácio. Fls. 174, 210.
- Poética de Pinciano*. V. *Philosophia Antiqua Poetica*; Pinciano.
- Poética de Pontano* (*Poet. Inst.*) V. Pontano. Fl. 194v. Nota 86.
- Poética de Ronsard*. V. *Abrégé de l'Art Poétique*; Ronsard.
- Poética de Scalligero*. V. *Poeticae Septem Libri*; Scalligero.
- Poética de Viperano*. V. *Arte (De) Poetica*; Viperano.
- Poeticae Septem Libri*. V. Scalligero. Fls. 181, 181v, 195v. Notas 62, 128.
- Poliziano, Angelo —. (*Policeano*). V. *Epistolae; Miscellanea*.

- Fls. 194, 196v. Notas 67, 128.
- Pontano, Giovanni —. (*Joviano Pontano*). Fls. 194, 196.
- Pontano, Jacobo —. V. *Poética de Pontano; Progymnasmatum Latinitatis*. Fl. 215.
- Possevino. V. *Bibliotheca Selecta*. Fls. 194v, 197.
- Postilhas*. V. Eritreo, Nicolau —. Fl. 208.
- Praça Universal*. V. *Piazza Universale*. Nota 89.
- Préface à l'Adonis*. V. Chapelain.
- Prem. journ.* V. Théophile. Fls. 194v, 201, 203.
- Problemata (Problem.)* V. Plutarco. Nota 47.
- Proclo de Constantinopla. V. *Platônicos, comentários* —. Fl. 221.
- Progymnasmi Poetici (Progin. Prog.)*. V. Nisiely, Udeno —. Fls. 212, 218v.
- Progymnasmatum Latinitatis*. V. Pontano, Jacobo —. Fl. 215.
- Prologo de Saa. V. *Obras (As) do Doctor Francisco Saa de Miranda*. Notas 82, 84.
- Protágoras. Fl. 170v.
- Pulci (Pulcio). V. *Morgante*. Fls. 189v, 190.
- Punicorum Libri XVII (Segunda Africana; Segunda Guerra Cartaginense)*. V. Itálico, Sílio —. Fls. 180v, 192v.
- Quevedo (Quebedo). V. *Sueño (El) de la Muerte*. Nota 59.
- Quintiliano. Fl. 228.
- Quomodo Adolecens Poetas Audire Debeant (Aud. Poet.)*. V. Plutarco. Fl. 208v.
- Rapto de Proserpina (rapto de ...)*

- roubo de ...*). V. Claudiano, Fls. 186v, 187, 188.
- Replica alla Risposta degli Accademici della Crusca (Replca)**. V. Pellegrino, Camillo —. Fl. 187.
- Riccoboni, A.** — (Riccobono, Riccobono). V. *Poética de Aristóteles*. Fl. 221. Notas 13, 57.
- Ronsard (Ronsardo)**. V. *Abrégé de l'Art Poétique Française; Franciada*. Fls. 188, 202, 218. Notas 93, 123.
- Ronsard, Vida de ...** V. Beneto, Claudio —. Fl. 188.
- Salustio, Guilhelmo** —. V. *Semana*. Nota 50.
- Salviati, Leonardo** — (Academico da Crusca; Infarinato da Crusca). V. *Difesa dell'Orlando Furioso degli Accademici della Crusca, Stacciata prima*, Florença, 1584 (Resposta a Camillo Pellegrino); *Riposta all'Apologia*. Fls. 180v, 187, 228, 229.
- Sannazaro, Jacopo** —. V. *Partu (De) Virginis*. Fls. 194, 196v.
- Scalligero, Julio Cesar** — (Escaligero, Cesar). V. *Poética de ...* Fls. 181, 181v, 194v, 195v. Notas 62, 110, 128.
- Scherno degli Dei (Scherno)**. V. Bracciolini, Francesco —. Fl. 200v.
- Segunda Africana**. V. *Farsália, Guerra Cívil, Lucano*. Fl. 192v. (Título dado às conhecidas obras de Petrarca e de Sílio Itálico). Fl. 192v.
- Semana**. V. Salustio, Guilhelmo —. Nota 50.
- Sérvio Mauro Honorato (Servio)**. V. *Virgilium (In), Commentarius* — Fl. 207v.
- Sigonio, Carlo** —. Nota 18.
- Sócrates**. Fl. 172.
- Sogno, ovvero della Poesia**. V. Zinano, Gabriele —. Notas 98, 108.
- Stenelo**. V. Estenelo.
- Stigliani, Tommaso** —. (Cavalleiro Estilhana). Fl. 228v.
- Strozzi, Julio** — (Julio Stroça). V. *Venezia Edificata*. Nota 31.
- Sueño (El) de la Muerte (O Sonho da Morte)**. V. Quevedo. Nota 59.
- Tácio, Aquiles** —. Fl. 183.
- Talia musa**. V. Bracciolini, Francesco —. Fl. 200v.
- Tassam**. V. Tassoni.
- Tasso, Bernardo** —. Fl. 183.
- Tasso, Torquato** —. V. *Apologia; Dialoghi; Discorsi sul poema eroico; Gerusalemme Liberata*. Fls. 181v, 192v, 197, 198, 198v, 203, 203v, 206, 208v, 215, 216v, 217, 218, 219, 219v, 220v, 220A, 220Av, 222v, 226, 228v, 229, 230v, 231, 232v. Notas 16, 23, 32, 76, 88, 93, 123.
- Tassoni, Alessandro** —. Fl. 229.
- Tebaida**. V. Estácio. Fls. 186v, 187v, 192v, 234. Nota 69.
- Teodoro (poeta grego)**. Fl. 179v.
- Teseida**. Fl. 233.
- Théophile (Theophilo, Teofilo)**. V. *Prem. Journ.* Fls. 194v, 201, 203.
- Tírio, Máximo** —. Fl. 171.
- Tito Lívio** Fl. 181.
- Tolomeu Êupolo**. Fl. 170 v.
- Toscánella**. Nota 80.

- Trácio. Fl. 184v. .
Transformações, Livro das ...;
 V. *Metamorfoses*; Ovídio. Fl.
 179.
Trimerone in Riposta alle Opposi-
zione fatte dal Sig. T. Tasso
ao parer suo. (Trimeram).
 Fls. 187, 230v.
 Tzetzes (Tzezes)}. Fl. 195v.
Ulisséia. V. Castro, Gabriel Pe-
reira de —. Fl. 224.
 Utinense. Fl. 216.
 Valerio Flaco. V. *Argonáutica.*
 Fl. 206.
Varia Historia. V. Eliano. Nota
 36.
 Varrão Aticino (Varro, Atacinus).
 Fl. 184v.
Velho Testamento. Nota 72.
Venezia Edificata. V. Strozzi, Ju-
lio —. Nota 31.
Viagem ao redor da Grécia. V.
Pausanias. Fl. 196.
 Vida, Marco Girolamo — (Bispo
 Jeronimo Vida). Fls. 194, 196v.
 Viperano. V. *Arte (De) Poetica;*
Comentário do De Optime
Oratore. Fl. 179v. Notas 22,
 103, 115, 118, 128.
 Virgílio. V. *Eneida; Geórgicas.*
 Fls. 170v, 171, 171v, 179,
 179v, 180, 183v, 185v, 186v,
 192v, 193, 196, 198, 199v,
 201, 201v, 204, 204v, 206,
 207v, 208, 209, 210, 210v,
 211, 211v, 212, 213v, 214v,
 216v, 217, 218, 218v, 219,
 219v, 220v, 221, 221v,
 221Av, 222, 223v, 224, 224v,
 225v, 226, 227v, 228, 228v,
 229, 233, 234, 234v, 235. No-
 tas 20, 70, 96, 128.
Virgilium (In), Commentarius —,
 V. Sérvio Mauro Honorato.
 Fl. 207v.
 Xenófanes. Fl. 170v.
 Xenofonte. V. *Económica. Nota*
 36.
 Zinano, Gabriele —. V. *Eraclei-*
de; Sogno, overo della Poesia.
 Fls. 198, 228v, 232v. Notas
 55, 68, 98, 108.
 Zoilos. Fl. 170v.

II — AUTORES E OBRAS CITADOS NO ESTUDO CRÍTICO

- ABRANCHES, S. J., Cassiano — *A Origem dos Comentários "Conimbricenses"*, in *Rev. Portuguesa de Filosofia*, II, 1, 1946.
- ACADEMIA EBORENSE, *Trabalhos da —*, Mss. B.N.L., F.G. 4515.
- ACADEMIA REAL DE HISTÓRIA PORTUGUESA — *Collecção dos Documentos, Estatutos e memórias da . . .* Lisboa, 1721-1736.
- ALMEIDA, Manuel Pires de —, *Manuscritos*, Casa de Cadaval, 1096 — A,B,C,D.
- ÁLVARES, Manuel —, *De Institutione Grammaticae*, Lisboa, 1572.
- ANDRADE, Antônio Alberto de —, *A Renascença nos "Conimbricenses"*, II — *Os Autores*, in *Brotéria*, Vol. XXVII, fasc. 6, 1943.
- *Uma Academia Científica Luso-espanhola antes da Expulsão dos Jesuítas*, in *Brotéria*, vol. XL, fasc. 6, 1945.
- *Vernei e a Filosofia Portuguesa*, Braga, 1946.
- ASTRAIN S. J., Antonio —, *Historia de la Compañia de Jesus en la Assistencia de España*, Madrid, 1905-1925.
- AZEVEDO, João Lúcio de —, *História do Padre Antonio Vieira*, Pôrto, 1918-1920.
- AZEVEDO, S. J., Luís Gonzaga de —, *O Jesuita*, Bruxelas, 1913.
- BARBOSA, José —, (Severim de Faria) in Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, 1740.
- BARRETO, João Franco — *Bibliotheca Lusitana*. Autores Portuguezes. Mss. Casa de Cadaval.
- *Discurso Apologetico sobre a Visão do Indo e Ganges no Canto IV dos Lusíadas por ...* dado à estampa por Antonio Francisco Barata, Évora, 1895 (escrito em Coimbra, em 1639; publicado pela primeira vez in "Anuário da Sociedade Nacional Camoniana do Pôrto". 1881, pgs. 176-220. O Mss. está na Bib. Manisola).
- *Informacion en favor de Manuel de Faria i Sousa*, Madrid. 1641.
- BARROS, João de —, *Grammatica da Língua Portuguesa*, 1ª edição, Lisboa, 1540.
- BELLONI, A. —, *II poema epico e mitologico*, Milano, Valardi, s.d.
- BRAGA, Teófilo —, *Curso de Historia da Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1885.
- *Historia da Litteratura Portuguesa — Os Seiscentistas*,

- Lisboa, 1916.
- *Sá de Miranda e a Eschola Italiana*, Pôrto, 1896.
- *Historia da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1892-1902.
- BRANDÃO, Mário —, *O Colégio das Artes*, Coimbra, 1924.
- BRITTO, Joanne Soares de —, *Apologia em que defende... a Poesia do Principe dos poetas d'Hespanha Luis de Camoens no Canto 4, da est. 67 à 75. Canto 2. est. 21 & responde as Censuras d'hum Critico d'estes tempos*. Lisboa, 1641. (escrita em 1639).
- *Theatrum Lusitaniae Litterarium sive Bibliotheca Scriptorum omnium*. Coimbra, 1655. (Mss. B.N.L.F.G. 6915).
- CADAVAL, *Extrato da livraria do 2.º Duque de Cadaval, D. Jayme, principiado em 2 de Março de 1735*. Mss. B.N.L.F.G. Caixa 2.
- CAMILO CASTELO BRANCO —, *Curso de Litteratura Portuguesa*, Lisboa, 1876.
- CAMÕES, Luís de —, *Os Lusíadas*, 1.ª ed. 1572 (Fac-similada), Lisboa, 1943.
- CAMÕES, Luís de —, *Rimas*, texto estabelecido e prefaciado por Álvaro J. da Costa Pimpão, Coimbra, 1953.
- CARVALHO, Joaquim de —, *Catálogo dos Professores de Filosofia do Colégio da Companhia de Jesus de Coimbra, desde o ano de 1555 e no de Évora*, Coimbra, in Bol. da Bib. da Univ., Ano 8.º, 1927.
- *Cultura Filosófica e Científica*, in *História de Portugal*, Barcelos, 1928-1934, V. Vol., pag. 555-568.
- *Descartes e a Cultura Filosófica Portuguesa*, Lisboa, 1939.
- *Galileu e a Cultura Portuguesa sua Contemporânea*, in *Biblos*, XIX, 1943.
- CASTILHO, J. de —, *Antonio Ferreira, Poeta Quinhentista*, Lisboa, 1875.
- CASTRO, Gabriel Pereira de —, *Ulyssea ou Lisboa Edificada*, Lisboa, 1745 (V. Galhegos).
- CIDADE, Hernâni — *A Literatura Autonomista sob os Filipinos*, Lisboa, s.d. (1948).
- *Ensaio sobre a Crise Mental do Século XVIII*, Coimbra, 1929.
- *Luís de Camões I — O Lírico*, 2.ª ed., Lisboa, 1952.
- *Luís de Camões — Obras Completas*, com prefácio e notas de ..., Lisboa, 1946-1947; 2.ª ed., Lisboa, 1954 (em publ.).
- *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, II.º Vol., 3.ª ed., Coimbra, 1948.
- *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, I.º Vol., 3.ª ed., Coimbra, 1951.
- CORREIA, Manuel —, *Os Lusíadas do Grande Luis de Camoens...*, Lisboa, 1613.
- CROCE, Benedetto —, *Estetica*, 1.ª ed., 1900.
- DEUSDADO, M.A. Ferreira —, *Educadores Portugueses*, Coimbra, 1909.
- DIAS, José Sebastião da Silva —, *Portugal e a Cultura Europeia (Secs. XVI a XVIII)*,

- Coimbra, 1953.
- FARIA, Manuel Severim de —, *Discursos varios politicos*, 1.^a ed., Évora, 1624;
- 3.^a ed., *Varios Discursos Politicos* Lisboa, 1791.
- FERREIRA, Antonio —, *Poemas Lusitanos*, Lisboa, Sá da Costa, 1939-1940, 2 vols.
- FIGUEIREDO, Fidelino de —, *A Critica Litteraria em Portugal*, 1.^a ed., Lisboa, 1910; 2.^a ed., Lisboa, 1916.
- *A Épica Portuguesa no Século XVI*, São Paulo, 1950.
- *História da Literatura Clássica*, (1.^a ed. Lisboa, 1921), 3.^a ed., São Paulo, 1946.
- FONSECA, Pd. Francisco da —, *Evora Gloriosa*, Roma, 1728.
- FONSECA, Martinho da —, *Manuscritos da Casa de Cadaval*, in *Boletim da Sociedade de Bibliófilos "Barbosa Machado"*, II, pags. 7-40, 73-81, Lisboa 1915.
- FARIA E SOUSA, Manuel de —, *Lusiadas de Luis de Camoens*, Madrid, 1639.
- GALHEGOS, Manuel de —, *Discurso Poetico*, in *Ulyssea*, de G. Pereira de Castro, 1.^a ed., Lisboa, 1636; 2.^a ed., Lisboa, 1745.
- GANDAVO, Pedro de Magalhães —, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever a Orthographia da Lingua Portuguesa, com hum Dialogo que adiante se segue em Defensam da mesma Lingua*. 1.^a ed., Lisboa, 1574.
- GOMES, S. J., João Pereira —, *As Antigas Livrarias dos Jesuitas em Lisboa*, in *Broteria*, vol. 40, 1945.
- *A Filosofia Escolástica Portuguesa*, ibd., 35, 1942.
- *Crise de Cultura em Portugal no Sec. XVII* ibd. 33, 1941.
- *Doutrinas Físico-biológicas de Antonio Cordeiro sobre os Sentidos*, ibd. 36, 1943.
- *João Batista e os Peripatéticos*, ibd., 39, 1944.
- *Perante novos sistemas e novas Descobertas*, ibd., 39, 1944.
- INOCÊNCIO, Francisco da Silva —, *Dicionario Bobliographico Portuguez*, Lisboa, 1858-1923.
- JORGE, Ricardo —, *Rodrigues Lobo, Estudo Biografico e Critico*, Coimbra, 1920.
- JUROMENHA, Visconde de —, *Obras de Luis de Camões*, Lisboa, 1860-1869, 6 vols.
- LEMONS, Maximiano —, *Ribeiro Sanches, A Sua Vida e a sua Obra*, Porto, 1911.
- MACEDO, José Agostinho de —, *O Oriente*, Lisboa, 1814.
- MACHADO Diogo Barbosa —, *Bibliotheca Lusitana*, 1.^a ed., Lisboa, 1741-1747-1759; 2.^a ed. (citada neste trabalho), Lisboa, 1930-1935.
- MACHADO, José de Sousa —, *O Poeta do Neiva*, Braga, 1929.
- MAURICIO, S. J. Domingos —, *A primeira Alusão a Descartes em Portugal*, in *Broteria*, vol. 35, 1937.
- *Os Jesuitas e o Ensino das Matemáticas em Portugal*, ibidem, vol. 20, 1935.
- *Os Jesuitas e a Filosofia Portuguesa do Sec. XVI a*

- XVIII, ibidem, vols. 21 e 22, 1935-1936.
- *Para a História do Cartesismo entre os Jesuitas Portugueses do Século XVIII*, in *Revista Portuguesa de Filosofia*, I, 1, 1945.
- MELO, D. Francisco Manuel de —, *Apólogos Dialogais*, Rio, 1920.
- MIRANDA, Francisco Sá de —, *Obras Completas*, Lisboa, Sá da Costa, 1937, 2 vols.
- MONCADA, Cabral —, *Um "Iluminista" Português do Século XVIII*, Coimbra, 1941.
- OLIVEIRA, Fernão de —, *Grammatica da Lingoa Portuguesa*, 1.^a ed., Lisboa, 1536; 3.^a ed. Lisboa, 1933.
- PELAYO, D. Marcelino Menéndez y —, *Historia de las Ideas . . . Estéticas en España*, 2.^a ed., Buenos Aires, s.d. (1943-1944).
- PIMPÃO, Alvaro Júlio da Costa —, *A Lírica Camoniana no Século XVII*, in *Brotheria* 35, 1942.
- *Luís de Camões — Rimas, Autos e Cartas*, ed., crítica de . . ., Editora do Minho, 1944.
- *Luís de Camões — Rimas*, Coimbra, 1953.
- PONTES, Maria de Lourdes Belchior —, *Frei Antônio das Chagas — Um Homem e um Estilo do Século XVII*, Lisboa, 1953.
- PRAÇA, Lopes —, *História da Philosophia em Portugal nas suas Relações com o Movimento Geral de Philosophia*, Coimbra, 1868.
- PRESTAGE, Edgard —, D. Francisco Manuel de Mello, Lisboa, 1914.
- RAU, Virginia —, *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval, e a historiografia luso-brasileira*. Comunicação apresentada ao II Colloquium Internacional de Estudos Luso-brasileiros, São Paulo, 12-18 de setembro, 1954.
- RIBEIRO, Aquilino —, *Luís de Camões, Fabuloso-Verdadeiro*, Lisboa, s.d. (1930)
- RIBEIRO, José Silvestre —, *História dos estabelecimentos científicos, litterarios e artisticos de Portugal*, Lisboa 1871-1893 — XVIII vols.
- RIBEIRO, Manuel —, *Vida e Morte de Madre Mariana Alcoforado*, Lisboa, 1940.
- RIVARA, Cunha —, *Severim de Faria*, in *Revista Litteraria*, Pôrto, III, pg. 353.
- RODRIGUES, S.J., Francisco —, *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*, Lisboa, in *Revista de Historia*, 10, 1914.
- *A formação Intellectual do Jesuita*, Pôrto, 1917.
- *Historia da Companhia de Jesus na Assistencia de Portugal*, Pôrto, 1931-1950.
- RODRIGUES, José Maria, e VIEIRA, Afonso Lopes —, *Lírica de Camões*, Coimbra, 1932.
- SANCHES, A.N. Ribeiro —, *Cartas sobre a educação da mocidade*, Nova edição, Revista e prefaciada pelo Dr.

- Maximiano Lemos, Coimbra, 1922. (1.^a ed., Colônia, 1760).
- SILVA, L. Augusto Rebêlo da —, *Historia de Portugal nos seculos XVII e XVIII*, Lisboa, 1871.
- SOUSA, Manuel de Faria e —, *Lusiadas de Luis de Camoens, Principe de los poetas de España ... Comentadas por ...* Madrid, 1639.
- *Rimas varias de Luis de Camoens, Principe de los Poetas Heroicos, y lyricos de España*. Tomos I y II, Lisboa, 1685.
- *Rimas varias ...*, Tomos III, IV y V, Lisboa, 1689.
- TRABALZA, C. —, *La Critica Letteraria*, Milano, s.d. (1915)
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Compendio historico do Estado da Universidade de Coimbra*, 1771.
- UNIVERSIDADE DE COIMBRA — *Novos Estatutos*, 1772.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de —, *Novos Estudos sobre Sá de Miranda*, Lisboa, 1912.
- VASCONCELOS, J. Leite de —, *Severim de Faria (Notas biográfico-literárias)*, in Boletim da Secunda Classe, VIII, pags. 235 e segs., Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, 1915.
- *Severim de Faria, II (Memoria adicional à monografia publicada no Boletim ... em que se deu notícia de varios manuscritos d'aquêle autor)*, in Boletim da Segunda Classe, XI, pgs. 359 e segs., Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, 1918.
- VERNEY, Luís Antônio —, *Verdadeiro Metodo de Estudar* (1.^a ed., Valensa, 1746), Lisboa, Sá da Costa, 1949-1952.
- VIEIRA, Pd. Antônio —, *Sermoens*, 1.^a ed., Lisboa, 1679-1738.
- VITERBO, Sousa —, *Estudos sobre Sá de Miranda*, 1895-1896, Separatas do "Instituto".
- *Frei Bartolomeu Ferreira, o Primeiro Censor dos Lusíadas*, Lisboa, 1891.

Í N D I C E

I.^a Parte

INTRODUÇÃO

Cap. I — O Licenciado Manuel Pires de Almeida: biografia e obras	5
Cap. II — A crítica portuguesa na época do Licenciado	25

II.^a Parte

O “DISCURSO” DE SEVERIM DE FARIA E O “EXAME” DE PIRES DE ALMEIDA

Cap. III — O Chantre Manuel Severim de Faria	45
Cap. IV — Síntese das opiniões do Chantre e do Licenciado . .	47

III.^a Parte

APOLOGISTAS E CENSORES DE CAMÕES

Cap. V — Apologistas e censores de Camões	63
Cap. VI — Severim de Faria, apologista de Camões	69
Cap. VII — Pires de Almeida, censor . . . do apologista	73

IV.^a Parte

O CRÍTICO DE PIRES DE ALMEIDA

Cap. VIII — Defesa e ilustração da crítica literária	85
Cap. IX — Empós de uma nova crítica camoniana	95

APÊNDICE

Exame de M. P. d'A. sobre o particular juízo, que fez M. S. de F. das partes, que ha de ter a epopeia, e de como Luis de Camões as guardou nos seus Lusíadas. (Leitura e notas)	109
---	-----

BIBLIOGRAFIA

I — Autores e obras citados por Pires de Almeida . . .	179
II — Autores e obras citados no estudo crítico	189

**PUBLICAÇÕES DA
CADEIRA DE LITERATURA PORTUGUESA**

- LETRAS — n.º 1: Fidelino de Figueiredo — A ÉPICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI, 1936, 85 págs. (esgotado).
- LETRAS — n.º 2: Bartolomé Torres Naharro — COMÉDIA TROFEA (reimpressão prefaciada por Fidelino de Figueiredo). 1942, 122 págs. (esgotado).
- LETRAS — n.º 3: Fidelino de Figueiredo — VIAJANTES ESPANHÓIS EM PORTUGAL (Textos do século XVIII publicados e prefaciados por —), 1947, 105 págs. (esgotado).
- LETRAS — n.º 4: António Soares Amora — O NOBILIÁRIO DO CONDE D. PEDRO. 1949, 113 págs.
- LETRAS — n.º 5: António Soares Amora — D. DUARTE E O “LEAL CONSELHEIRO”, 1948, 236 págs.
- LETRAS — n.º 6: Fidelino de Figueiredo — A ÉPICA PORTUGUESA NO SÉCULO XVI. (Subsídios documentares para uma teoria geral da epopéia), 1950, 408 págs. (esgotado).
- LETRAS — n.º 7: Fidelino de Figueiredo — ESTUDOS DE LITERATURA (5a. Série: 1947-1950), 1951, 246 páginas.
- LETRAS — n.º 8: Jean Hankiss — LA LITTÉRATURE ET LA VIE (Problématique de la création littéraire). Obra publicada e prefaciada por Fidelino de Figueiredo, 1951, 366 páginas.
- LETRAS — n.º 9: Segismundo Spina — FENÓMENOS FORMAIS DA POESIA PRIMITIVA, 1951, 122 págs.
- LETRAS — n.º 10: Francisco Penteado — COMO SE FALA A BORDO. Prefácio de Fidelino de Figueiredo, 1953, 56 págs.
- LETRAS — n.º 11: Fidelino de Figueiredo — VARIAÇÕES SOBRE O ESPÍRITO ÉPICO, 1954, 60 págs.
- LETRAS — n.º 12: António Soares Amora — MANUEL PIRES DE ALMEIDA, 1955, 196 págs.

NCTA — A partir do n.º 10 os boletins da Cadeira de Literatura Portuguesa passaram a se denominar *Literatura Portuguesa*.

SECÇÃO GRÁFICA da Faculdade de Filosofia, Ciências
e Letras da Un.versidade de São Paulo, *imprimiu*

